Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Simone da Silva Ribeiro Gomes

Oportunidades políticas e estratégias militantes em contextos de violência rotinizada: uma comparação entre a Zona Oeste do Rio de Janeiro (Brasil) e Guerrero (México)

Rio de Janeiro
2016

Simone da Silva Ribeiro Gomes

Oportunidades políticas e estratégias militantes em contextos de violência rotinizada: uma comparação entre a Zona Oeste do Rio de Janeiro (Brasil) e Guerrero (México)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Breno Marques Bringel

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA IESP

A ficha catalográfica deve ser preparada pela equipe da Biblioteca. Ela deverá ser inserida neste local e esta folha não é contada para fins de paginação.
Na versão impressa, deverá constar no verso da folha de rosto.
Formatar a fonte conforme o modelo escolhido para todo o trabalho (Arial ou Times New Roman)
A ficha desta máscara foi inserida através do recurso de selecionar, copiar e colar especial como documento do Word (objeto). É possível editá-la dando dois cliques em cima da ficha com o botão esquerdo do mouse.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Simone da Silva Ribeiro Gomes

Oportunidades políticas e estratégias militantes em contextos de violência rotinizada: uma comparação entre a Zona Oeste do Rio de Janeiro (Brasil) e Guerrero (México)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em:

Banca examinadora:

_____

Prof. Dr. Breno Marques Bringel (Orientador)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

_____

Prof. Dr. Luis Antonio Machado da Silva

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

_____

Prof. Dra. Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

_____

Prof. Dr. Cassio Cunha Soares

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

_____

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rio de Janeiro

2016

À Marina

E aos 43 estudantes de Ayotzinapa, Guerrero.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, Breno Bringel, pelos quatro longos anos de doutorado. Por toda a confiança, pelo esforço compartilhado, por apontar novos caminhos teóricos sempre que precisei, por dividir o sonho de outro mundo possível e por nossas jornadas nos movimentos e marchas, desde junho de 2013. É admirável seu trabalho enquanto jovem intelectual na academia, profundamente comprometido com a construção de um mundo novo, *desde abajo y a la izquierda*.

Ao professor Benjamin Arditi, meu orientador durante o período em que estive na UNAM, na Cidade do México, pela disponibilidade e por reuniões que foram importantes na delimitação e execução do meu trabalho de campo no país.

Agradeço ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos, que me propiciou um excelente ambiente de pesquisa. Agradeço também aos professores que aceitaram fazer parte da minha banca, Mariana Cavalcanti, Cassio Cunha Soares, Marcelo Kunrath Silva e Luis Antonio Machado da Silva. Aos demais professores do IESP-UERJ, Carlos Antonio da Silva, José Maurício Domingues, Cesar Guimarães, Frederic Vandenberghe, pelo inestimável conhecimento transmitido durante os quatro anos de doutorado, minha admiração e agradecimentos.

Sou grata à minha família, em especial aos meus tios, Renato Matoso e Carlos Roberto Matoso (*in memoriam)* e tias, Sonia Silva e Hevea Gomes, em particular, por terem fomentado em mim, desde criança, uma curiosidade sadia com o mundo, uma vontade de ir além das explicações que esse mesmo mundo me oferecia e um exemplo de professoras que serviu, felizmente, como um espelho. Aos meus pais, Selma e Rui, que sempre me apoiaram, apesar de estarem tão distantes da academia, obrigada por todo o apoio e amor. Às minhas irmãs, Rachel e Juliana, por serem essas mulheres incríveis. Aos meus cunhados Pedro Borda e Daniel Chediek também, junto à Marina, parte da melhor família que eu poderia imaginar ter.

Às funcionarias do IESP-UERJ, Cris, Alessandra, Simone e Nathalia, pela ajuda durante esse percurso e pelo trabalho primoroso dentro da instituição.

Às agências de fomento que possibilitaram essa pesquisa: o CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico pela bolsa durante o doutorado, mas também à FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro, durante o período

sanduíche, na Cidade do México. Além disso, agradeço à Foundation for Urban and Regional Studies (FURS), que financiou a parte final da minha pesquisa de doutorado.

Aos meus amigos Eduardo Souto Maior, Ivan Porraz, Gladys Martines, Natalia Galeano, Roberto Ulhoa, Larissa Vaz de Mello, Noelle Resende, Frank Davies, João Felipe Brito, Damian Platt, Sebastian Cartier, Juan Pedro Blois, Pedro Vasques, Antonio Hermida, Luna Campos, Fernando Freitas, Stephanie Savell, Peter Klein, Erika Robb Larkins, Sara Koenders, Marco Antonio Teixeira, por tanta coisa que não caberia aqui, obrigada pela força!

Às incríveis mulheres do Coletivo Feminista do IESP-UERJ, pelo aprendizado e pelo espaço que criaram, vocês são admiráveis! Aos companheiros do NETSAL – Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina e aos amigos da minha turma de doutorado: Maria Clara Gama, Maximiliano Duarte, Fabricio Mello, Uvanderson Silva, Gabriel Cid, Renata Versiani e demais.

Aos amigos queridos que dividiram o teto comigo durante esses quatro anos, no Rio e em DF, no México, Daniel Costa Lima, Marianna Olinger, Fabian Braunmiller e Javier Sigüenza, obrigada pela troca tão importante, durante todo esse tempo. Aos meus amigos Igor Acácio e Fernando Brancoli, pelas discussões, cervejas, planos mirabolantes, companheirismo e leituras atentas. Ao Fernando, que junto ao Pedro, provam que eu sou uma amiga de muita sorte. Aos amigos queridos que fiz no IESP-UERJ, Lívia Alcântara, Renata Albuquerque, Marcelo Oliveira, Renata Albuquerque, Cecilia Soares, Filipe Horta, Rafael Moura, Tiago Ventura, Palloma Menezes, Joyce Louback, Tatiana Teixeira, Rafael Moura, entre tantos outros.

Aos incríveis militantes com quem convivi esses últimos anos e cujas histórias figuram nesse trabalho, que tanto me inspiraram, no anonimato e nas exposições públicas. Pelo trabalho primoroso de seguir lutando contra um mundo injusto e por toparem fazer parte desse trabalho, meu respeito e admiração eternas.

Aos meus amigos Pedro Borba e Guilherme Benzaquen, por compartilharem essa jornada de quatro anos comigo, por todas as conversas, cervejas, viagens, cumplicidade e por esse laço que eu levo pra sempre: amo vocês.

Ao Jesús Gómez, pelo que construímos, por ser esse poço de calma (tu tranquilo y yo temblando), por subirmos o primeiro vulcão guatemalteco, a primeira praia colombiana que nunca saberemos o nome e a primeira montanha niteroiense juntos.

Si te enfermas, aguantas. Si tienes hambre, aguantas. Si tienes sed, aguantas. Si vives mal, aguantas. Si no te pagan lo justo, aguantas. Si no encuentras trabajo, aguantas. Si te roban lo que tienes, aguantas. Si mueren los tuyos, aguantas. Si para tus hijos sólo heredas desesperanza, aguantas. Si no te dejan hablar, aguantas. Si no te escuchan, aguantas. Si te olvidan, aguantas. Si mueres, aguantas.

Nos mintieron. Nos dijeron que en esto que llamamos patria cabríamos todos. Por eso la construimos. Por eso la peleamos. Por eso la morimos. Por eso la vivimos. Por eso la llevamos sobre la espalda.

Nos mintieron. No es una la casa en la que estamos.

Subcomandante Marcos no Instituto Politécnico Nacional, DF, 16 de março de 2000

RESUMO

GOMES, Simone da Silva R.. 289f. *Oportunidades políticas e estratégias militantes em contextos de violência rotinizada: uma comparação entre a Zona Oeste do Rio de Janeiro (Brasil) e Guerrero (México)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

A presente tese busca contribuir para o entendimento da militância em contextos com alto grau de coerção e violência, onde atores armados - como a milícia, traficantes de drogas a varejo e outros grupos criminosos - se instalaram de forma ostensiva. Assume-se, portanto, que tais espaços seriam adversos para os militantes, que nesse trabalho, são jovens de idades entre 19 a 29 anos. Os contextos comparados são parte da Zona Oeste do Rio de Janeiro, no Brasil, e o estado de Guerrero, no México, semelhantes pela convergência de pobreza e violência, analisados a partir de suas semelhanças e diferenças para a ação militante. Dessa forma, a partir das noções centrais de oportunidades e estratégias, pretende-se contribuir aos repertórios conceituais de estudo de movimentos sociais. A hipótese principal do trabalho foi que a (iminência da)violência auxilia a compreensão da (ausência de) militância. A fim de verificá-la, foi realizado um estudo bibliográfico e uma pesquisa empírica nos lugares supramencionados, para traçar as bases comuns e divergentes das estratégias contestatárias de jovens homens e mulheres, a partir das oportunidades políticas existentes. Dessa maneira, foi possível constatar o quanto as opções de militância ora se radicalizam nessas regiões, ora se organizam em resistências mais ocultas através de pautas que não digam respeito à segurança pública e nem sempre manifestadas como documentado pela literatura dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Oportunidades políticas. Militância. Violência. Estratégias. Zona Oeste. Guerrero.

RESUMEN

La presente tesis busca contribuir al entendimiento de las militancias en contextos con alto grado de coerción y violencia, en territorios donde la acción de grupos armados – como la milicia, traficantes de narcomenudeo y otros grupos criminales – se instalaran de forma ostentosa. Se asume, por lo tanto, que estos espacios serían los más adversos para los militantes que, en esa tesis, tienen como recorte edades entre 19 y 29 años. Los contextos comparados son parte de la Zona Oeste de Rio de Janeiro, Brasil y el estado de Guerrero, en México, cuya pobreza y configuración de la violencia, en principio, los hace semejantes. La intención es analizarlos bajo sus similitudes y diferencias en relación a las acciones de los militantes. De esa manera, las nociones centrales de oportunidades y estrategias son introducidas, para avanzar en los repertorios conceptuales para el estudio de movimientos sociales. La hipótesis principal de la tesis es que la (inminencia de la) violencia auxilia la comprensión de la (ausencia de) militancia. Para verificarla, un estudio bibliográfico y una investigación de campo fue realizada en los espacios previamente mencionados, para encontrar las bases comunes y divergentes de las estrategias de hombres y mujeres jóvenes de acción contestataria a partir de las oportunidades políticas disponibles. De esa forma, fue posible constatar que las opciones de militancia suelen radicalizarse en esas regiones, o suelen ser más ocultas, en temáticas que no aborden la seguridad publica y no siempre manifestadas de manera documentada por la literatura de los movimientos sociales.

Palabras-clave: Oportunidades políticas. Militancia. Violencia. Estrategias. Zona Oeste. Guerrero.

ABSTRACT

The present dissertation seeks to contribute for the understanding of militancy in contexts with a high degree of coercion and violence, specifically in spaces controlled by armed groups – such as militias, drug trafficking and other criminal groups – that have installed themselves in an ostensive manner. Therefore, it is assumed that such spaces are more dangerous for militants that, in this dissertation, are understood as people from the age of 19 to 29 years old. The contexts compared, are a significant part of the West Zone of Rio de Janeiro, Brazil and the state of Guerrero, in Mexico, both similar for its convergence of poverty and violence, to analyze them with their similarities and differences for militant action. That said, the concepts of opportunities and strategies are presented, in order to advance in conventional repertories of social movement research. The main hypothesis in this dissertation is that the (imminence of) violence helps to understand the (lack of) militancy.). In order to verify it, a bibliographical study and a field investigation were fulfilled in the abovementioned contexts, as to find common and distinct bases for the strategies for young men and women, from the political opportunities available for contentious politics. Having said that, this dissertation states that, militancy options in those areas are either radicalized, or hidden, in themes that are not straightforward towards public security and are not always manifested as documented by the social movement literature.

Keywords: Political Opportunities. Militancy. Violence. Strategies. West Zone. Guerrero.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ACG - Asociación Cívica Guerrerense

ACNR - Asociación Cívica Nacional Revolucionaria

CDI – Comisión Nacional para el Desarollo de los Pueblos Indígenas

CECOP - Consejo de Ejidos y Comunidades Opositoras a la Presa

CEHAB - Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro

CETEG - Coordinadora Estatal de Trabajdores de la Educación en Guerrero

CFE - Comisión Federal de Electricidad

CIDH - Comisión Interamericana de Derechos Humanos

CNDH - Comisión Nacional de Derechos Humanos

CNI – Congreso Nacional Indigena

CNPNAB - Consejo de Pueblos Nahuas del Alto Balsas

COHAB - Companhia Estadual de Habitação

COPHIN - Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPIB - Companhia Progresso Industrial do Brasil

CPR-LPEP - Comando Popular Revolucionário “La Partria es Primero”

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRAC - Coordinadora Regional de Autoridades Comunitarias

DEM – Partido Democratas

EOP – Estrutura de Oportunidades Políticas

EPR – Ejército Popular Revolucionario

ERPI – Ejército Revolucionario del Pueblo Insurgente

EZLN – Ejército Zapatista de Liberación Nacional

FBI – Federal Bureau of Investigation

FEUC - Fundação Educacional Unificada Campograndense

FECSM - Federación de Estudiantes Campesinos y Socialistas de México

GIEI - Grupo Interdisciplinario de Expertos Independientes

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano do Rio de Janeiro

IFCS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

IDS – Índice de Desenvolvimento Social

INEGI - Instituto Nacional de Estadística y Geografía

LAV – Laboratório de Análise da Violência

MCMV - Minha Casa Minha Vida

NAFTA – Tratado Norte-americano de Livre Comércio

OCSS - Organización Campesina de la Sierra del Sur

OEA – Organização dos Estados Americanos

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAN – Partido Acción Nacional

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PIB - Produto Interno Bruto nacional

PDLP – Partido de los Pobres

PGR – Procuradoría General de la República

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMRJ - Polícia Militar do Rio de Janeiro

POA – Partido Obrero de Acapulco

PP – Partido Progressista

PROAP - Programa de Urbanização de Assentamentos Populares

PRD - Partido Revolucionário Democrático

PRI – Partido Revolucionário Institucional

PRP – Partido Republicano Progressista

PSC – Partido Social Cristão

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

TKCSA – Thysssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico

UEZO – Universidade da Zona Oeste

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNAM – Universidad Nacional Autónoma de México

UNISUR - Universidad Intercultural de los Pueblos del Sur

UNORCA – Unión Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autónomas

UPOEG - Unión de Pueblos del Estado de Guerrero

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

Introdução 17

Capítulo 1 – Oportunidades políticas e estratégias militantes 43
1.1 As oportunidades políticas: contribuições fundacionais 44
1.1.1 As oportunidades políticas: esboços iniciais de conceituação 45
1.1.2 Os principais autores: Eisinger, Tilly e Tarrow 47
1. 2 As oportunidades políticas: principais críticas e reelaborações 52
1.2.1 A crítica norte-americana: estrutura, indistinção e agência 53
1.2.2 A crítica francesa: trajetórias, afetos e conjunturas 57
1.2.3 A crítica *periférica:* perspectivas latino-americanas 61
1. 3 Para além das oportunidades: as estratégias militantes 68
1.3.1 Militância como resistência: as janelas de oportunidades. 68
1.3.2 Das limitações às estratégias militantes 72
1.4 As oportunidades políticas e a violência dos/nos movimentos 77
1.4.1 A multidimensionalidade da violência e sua centralidade analítica 78
1.4.2 A democracia como regime e a violência como prática 80

Capítulo 2 – Movimentos sociais, militância e violência(s) 84
2.1 A violência como exceção e como permanência 86
2.1.1 Notas gerais sobre a violência, o confronto político e o Estado 87
2.1.2 A população e a militância das periferias diante dos (des)encontros com os agentes estatais 90
2.1.3 A violência como prática e como representação coletiva: dados alarmantes e percepções ambíguas 93
2.2 Entre a repressão e a radicalização política: a militância em contextos de violência rotinizada 99
2.2.1. O paradigma repressivo 99
2.2.2 O paradigma da radicalização política 104
2.2.3 A militância diante da violência rotinizada 108
2.3 O Estado nas margens: atores, dinâmicas e representações 115
2.3.1 A violência da ausência do Estado 116
2.3.2 O coronelismo e as zonas cinzentas 120
2.3.3 O clientelismo e a imbricação entre medo e a tranquilidade 123

Capítulo 3 – Oportunidades políticas e estratégias militantes na Zona Oeste do Rio de Janeiro (Brasil) 130
3.1 A Zona Oeste do Rio de Janeiro: história mínima e contextualização 132
3.1.1 Características socioeconômicas, pobreza e remoções 138
3.1.2 Problemas, dificuldades e percepções 141
3.2 Militância e movimentos sociais em perspectiva histórica 149
3.2.1 Militância na Zona Oeste e sua dimensão local e institucional 151
3.2.2 Obstáculos para a militância e o engajamento em "eventos críticos" recentes 154
3.3 Atores e cenários de restrição das oportunidades políticas na Zona Oeste 161
3.3.1 As milícias: personagens da (in) segurança local 161
3.3.2 A polícia: a face mais visível do Estado 167
3.4 Do fechamento à (possível) abertura de oportunidades 172
3.4.1. Brechas e a construção do horizonte do possível 172
3.4.2 Estratégias militantes 176

Capítulo 4 – Oportunidades políticas e estratégias militantes na região de Guerrero (México) 184
4.1 Guerrero: história mínima e contextualização 186
4.1.1 Características socioeconômicas, pobreza e migrações 190
4.1.2 Problemas, dificuldades e percepções 192

4.2 Militância e movimentos sociais em perspectiva histórica 196
4.2.1 Militâncias contemporâneas em Guerrero: militarização e política local.....198
4.2.2 Obstáculos para a militância: a dupla via da militarização.....209
4.3 Atores e cenários de restrição das oportunidades políticas na região de Guerrero 212
4.3.1 Os caciques: personagens históricos do autoritarismo guerrerense.....212
4.3.2 O Estado: falência e violência em um "evento crítico" recente 215
4.3.3 As polícias comunitárias: hibridismo violento ou pré-requisito para a geração de novas oportunidades militantes?.....220
4.4. Do fechamento à abertura de oportunidades políticas 225
4.4.1 Oportunidades ambivalentes e o sistema político.....226
4.4.2. As estratégias militantes 233

CONSIDERAÇÕES FINAIS 239

REFERÊNCIAS.....255
ANEXO I – Informações sobre os militantes entrevistados 285
ANEXO II – Autos de resistência no município do Rio de Janeiro, Brasil (2010 – 2012)287
ANEXO III – Mapa do sertão carioca.....288

Introdução

No momento de finalização dessa tese, aconteceram três fatos estarrecedores que, embora possam parecer à primeira vista desconexos, guardam uma relação estreita com o presente trabalho. No dia 25 de janeiro de 2016, exatamente cinco anos após os massivos protestos na Praça Tahrir que levaram à queda de Hosni Mubarak, colegas de Giulio Regeni denunciaram seu desaparecimento no Cairo. Nove dias depois, o jovem doutorando italiano - que finalizava seu trabalho de campo no Egito sobre o papel dos movimentos sindicais autônomos em um contexto autoritário e repressivo - foi encontrado morto, com sinais de tortura prolongada.

No mesmo ano, em fevereiro, a equipe forense argentina responsável pela investigação do caso de desaparecimento dos 43 estudantes da Escola Normal de Ayotzinapa, em Iguala, no estado mexicano de Guerrero, veio a público afirmar que a versão apresentada pelo governo mexicano era falsa. Em uma apresentação à imprensa na Cidade do México, os técnicos forenses revelaram que os corpos dos jovens não podem ter sido queimados e incinerados no mesmo momento, ao menos não no local em que a *Procuradoría General de la República* (PGR) afirmou a ocorrência, em agosto de 2014, em seu informe oficial.

Semanas depois, no dia 3 de março, foi assassinada em Honduras a militante Berta Cáceres Flores, liderança do *Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas* (COPHIN) e líder da comunidade *lenca*, principal identidade indígena no país. As hipóteses apontam para uma morte ligada à sua atuação contra as empresas de mineração na luta pela defesa do meio ambiente e dos recursos naturais. Embora as investigações ainda estejam em curso, os principais suspeitos são as forças de segurança do Estado, devido às constantes ameaças que a jovem vinha sofrendo após diversas denúncias realizadas contra a atuação do governo e de empresas transnacionais na construção de represas hidroelétricas em territórios indígenas.

A despeito das diferenças de contextos e de formas de atuação, os três casos revelam um triste desenlace comum para pesquisadores e militantes que, movidos pelo sentimento de denúncia das injustiças sociais e defesa dos territórios e das comunidades em resistência, decidiram desafiar frontalmente o Estado, os interesses privados e/ou grupos armados. Quer sejam esses desafiantes o pesquisador italiano de vinte e oito anos, a militante hondurenha de trinta e dois ou os estudantes de um

distrito rural no México, que tinham entre vinte e vinte e cinco anos, em geral, a juventude também é um denominador comum nessas ocorrências. São jovens que, por colocarem obstáculos ao poder instituído, por suas investigações acadêmicas ou por sua ação política, tornam-se ameaças aos Estados, em suas associações mais perversas, com grupos armados ou empresas multinacionais.

Em um contexto global de acirramento do caráter belicoso da política, alguns territórios - devido a complexas configurações de alianças, interesses, recursos e poder - estão mais expostos do que outros. Igualmente, certos atores - aqueles que, convertendo-se em sujeitos políticos, decidiram tornar-se militantes a despeito de contextos violentos e desfavoráveis para a ação - são mais visados que outros pelas forças do poder, estatais, paraestatais ou híbridas (por exemplo, com a presença de narcotraficantes trabalhando junto ou em conflito a oficiais do Estado). Esta tese versa precisamente sobre a militância social e política em contextos com alto grau de coerção e violência, mais precisamente em regiões periféricas em que grupos armados - como a milícia, traficantes de drogas a varejo e outros grupos criminosos - se instalaram de forma ostensiva.

A priori, esses espaços estariam entre os mais adversos e/ou perigosos para a militância. Apesar disso, e contrariamente a uma visão de que nada ocorreria nestes locais em termos de conscientização, engajamento, mobilização e organização política, constatamos que as resistências existem, embora nem sempre sejam perceptíveis ou se manifestem da mesma maneira através da qual estamos acostumados a estudar os movimentos sociais. Destarte, torna-se importante adaptar, contextualizar e subverter os repertórios conceituais que buscam captar as oportunidades e estratégias dos militantes. Nessa tese, esse esforço terá como base a comparação de dois casos: a Zona Oeste do Rio de Janeiro, no Brasil, e parte da região de Guerrero, no sudoeste do México.

O presente trabalho parte de questionamentos múltiplos, cujos antecedentes podem ser localizados em minhas duas dissertações de mestrado, realizadas respectivamente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na Université Paris Diderot (Paris 7). Em ambos os casos, ao pesquisar a socialização política de jovens feministas, primeiramente no Rio de Janeiro e posteriormente em Paris, me deparei com a centralidade de questões estruturais para a militância. A violência e a pobreza eram, de acordo com as próprias entrevistadas, as principais desvantagens de ordem estrutural que impediam que as jovens militassem, tanto de forma organizada quanto

autônoma. À medida que ia avançando com a pesquisa de campo da tese, sensível a tal fato, percebia com a imersão nos bairros da Zona Oeste carioca que tanto a violência quanto sua iminência eram elementos intrínsecos à ação coletiva que forçavam um maior refinamento da análise para a compreensão da (ausência de) militância, e suas formas de manifestação em contextos violentos.

Ao assumir este desafio, um dos caminhos mais fáceis talvez fosse abordar o problema a partir do campo da segurança pública ou da violência política, em função da existência de abundante literatura e de um campo de discussões já consolidado no Brasil sobre o tema. Entretanto, conquanto estas áreas sejam relevantes como pontos de apoio para o desenvolvimento de várias partes da tese, optamos por delinear como campo principal de debate o estudo dos movimentos sociais, que teve amplo desenvolvimento na literatura internacional sobretudo a partir da década de 1960. No Brasil, desde a década de 1970, desenvolveu-se uma vasta literatura sobre o tema das violências de Estado, em grande medida pelo contexto ditatorial.

Esta escolha deve-se fundamentalmente à centralidade dada por dito campo aos atores coletivos bem como ao foco mais restrito nas formas de organização, suas relações com outros atores, os processos e dinâmicas de engajamento militante, seus enquadramentos da realidade social e os determinantes da ação política. Desta maneira, o enquadramento principal recai na compreensão de como os militantes e suas práticas lidam com a violência e sua rotinização e não no entendimento das causas da violência ou nas formas de combatê-la.

Assim, de forma a esmiuçar as práticas militantes, busca-se analisar as condições que as dificultam e as estratégias para superá-las. São muitos os aportes da sociologia política dos movimentos sociais dedicados às razões, conjunturas e formas que tomam esses, e daí que tal diálogo se apresente como frutífero. No entanto, a maioria dos estudos sobre movimentos sociais que leva em consideração a violência como uma variável central, costuma tomar esta como uma "excepcionalidade", seja temporal (de um período revolucionário ou autoritário) ou espacial (restrita a determinado território). Por outro lado, o foco oscila, em geral, entre a violência do Estado ou o uso da violência por parte dos próprios militantes, nublando, muitas vezes, manifestações mais discricionárias, outros atores participantes das dinâmicas de confronto político e formas mais complexas de imbricação das relações entre militância e violência.

Aliás, o termo "militante", ator principal dessa tese, já anuncia em sua própria etimologia um sentido que denota uma relação estreita e global, conquanto ambígua, com a violência. Do latim *militantia*, particípio de *militare*, significa "servir como soldado". Embora seu uso inicial fosse eclesiástico, acabou se estendendo ao longo do século XX, após conflitos e lutas sociais de alta intensidade no campo da política contestatória, embora de maneira diferenciada de acordo com os diversos contextos políticos. Sua utilização nesse trabalho é proposital, de forma a explorar essa ambiguidade, informada pelo seu uso nativo no Brasil e em boa parte dos países da América Latina, mas também pela escola francesa de estudo de movimentos sociais, que partilha sua utilização, ao invés do vocábulo "ativista" (*activist*), utilizado mormente pela literatura norte-americana.

Em termos semânticos e de representações políticas, enquanto o primeiro está habitualmente ligado a um engajamento mais prolongado, a um envolvimento organizacional e a um caráter mais autônomo e combativo dos sujeitos, o segundo corresponderia principalmente àqueles que advogam pela ação (direta, em geral) e movem-se por atos e causas, com carácter mais pontual. Se o militante em geral está associado a uma *condição,* o ativista vincula-se sobretudo a uma *predisposição.* Por trás destas e outras diferenças, emergem uma série de disputas políticas, históricas e geracionais, que superam o escopo desta discussão.

De maneira que, entre "militantes" e "militares", a definição compartilhada de "militar", de acordo com o dicionário Aurélio[1], inclui: 1. "Seguir a carreira das armas"; 2. "Fazer guerra, combater" e 3. "Seguir e defender as ideias dum grupo político, religioso, etc.". Tendo em vista que as tensões de um léxico comum entre as forças armadas e as ações coletivas são diversas, nesse momento assinalamos uma principal: a posição de confronto, aberto ou oculto, dos atores nos contextos trabalhados.

Outro termo compartilhado é o de *estratégias*, como forma disponível de explorar condições favoráveis para objetivos específicos, mas cujo sentido também remete ao planejamento e execução de movimento e operação de tropas, navios e aviões para alcançar ou manter posições relativas. Já as *brigadas* dizem respeito tanto ao corpo militar composto de dois regimentos, quanto à forma específica de organização de alguns movimentos populares combativos. São vocábulos utilizados

[1] Dicionário Aurélio, em sua 6ª edição, editora Positivo, 2004.

em ambos os contextos: os que dizem respeito à manutenção da ordem e os que remetem à contestação normativa. Ainda que suas posições se confundam e necessitem serem explicitadas, dado que se justapõem no campo, a crítica antimilitarista assinala muitos de seus vínculos, sobretudo em sua análise junto ao movimento feminista (Cockburn, 2012; Falquet, 2014).

Este tensionamento entre "militantes" e "militares" realizado na tese, é abordado em uma conjuntura histórica particular. Em termos amplos, uma nova configuração global das formas de ação e expressividade dos movimentos sociais parece emergir na mudança de século, desafiando boa parte da trajetória previa dos estudos sobre movimentos sociais. De forma mais específica, no caso brasileiro, o interesse sobre os movimentos sociais voltou à tona, sobretudo como *efeito colateral* das jornadas de junho de 2013 e a subsequente necessidade de novos marcos teóricos para entender o fenômeno e seus efeitos.

Objetivos e Hipóteses

Neste contexto, tão importante como atualizar nossas ferramentas teóricas é realizar perguntas e desenvolver pesquisas que, diante dos cânones e consensos anteriores, não eram vistas como centrais. Em alguma medida, isto se aplica à presente tese, que tem como *objetivo geral* analisar as oportunidades e restrições para a ação coletiva, bem como as estratégias para superá-las, em contextos de militância marcados por uma violência multidimensional e rotinizada. Esta preocupação nasce tanto da observação da realidade política concreta como do diagnóstico de um limite da literatura especializada, que costuma entender a violência como uma excepcionalidade ou como um evento temporário para a militância. Contrariamente a esta tendência, entende-se aqui a violência não somente como constante e permanente, embora com diferentes graus de intensidade e configuração, mas também como multidimensional. Daí a relevância de estudá-la *vis-à-vis* as ações coletivas junto a elementos estruturais (como os fatores socioeconômicos) e subjetivos (como os atores percebem, experimentam e lidam com estas situações).

Deste objetivo geral, desdobram-se três *objetivos específicos*. O primeiro deles é examinar, a partir das falas e das práticas dos militantes, como estes experimentam a violência e sua rotinização. Isto será inferido, como veremos com maiores detalhes

adiante, pelo trabalho de campo e pelas entrevistas em dois territórios com altos índices de homicídios, desaparecimentos e violência policial. Se boa parte da literatura dos movimentos sociais analisou a violência, a coerção e a repressão principalmente em ciclos e eventos de protestos que ganharam notoriedade ou em movimentos sociais com alto grau de organicidade, pretende-se, sem abandonar estas dimensões e experiências mais visíveis, enfatizar aqueles territórios periféricos e lutas que não necessariamente derivaram em vitórias políticas ou em pautas que se tornaram referências para estes movimentos.

O segundo objetivo específico visa analisar o cerceamento à estrutura de oportunidades políticas dos militantes, na forma de coerção, intimidação e repressão em um campo relacional de atores que envolvem, sobretudo, três grupos de poder: milícias, policiais e narcotraficantes. O foco aqui reside no impacto geral causado nas oportunidades políticas para a ação dos militantes, com algum grau de distinção entre os efeitos desses grupos de coerção. Isto é importante para ir além de uma visão, habitual nas teorias dos movimentos sociais, na qual se opõem os movimentos ao Estado ou os "desafiantes" aos "detentores de poder", tal como o fazem de maneira mais genérica os autores vinculados à agenda de pesquisa do *contentious politics* (McAdam, Tarrow e Tilly, 2001). Como consequência, estes últimos costumam dar um peso excessivo ao governo e ao Estado como controladores dos meios de coerção nos territórios, pressupondo uma visão relativamente homogênea dos atores, sociedades e interações sociais.

Finalmente, o último objetivo específico consiste em elucidar os dispositivos e as estratégias políticas que os militantes utilizam para formar a ação coletiva em contextos adversos, buscando configurar novas oportunidades para a ação. Deste modo, a pergunta central que aglutina tais objetivos é a de como se delineia um caso particular do possível, conforme expressão de Bachelard (1978), ou seja, como se dá a militância em um universo de configurações possíveis, no qual grupos *dominados* ampliam as poucas oportunidades de manifestação de suas demandas aos aparelhos de Estado dentro de um contexto adverso e um campo saturado de atores e significações.

São três as hipóteses principais que buscam ser perquiridas nesse trabalho. A primeira delas sugere que, diante da rotinização da violência nos contextos analisados e do fechamento de oportunidades políticas no espaço público, os jovens militantes estabeleceriam uma forma *menos evidente* de ação política. Outrossim, um efeito adicional desse ambiente de escassez de oportunidades políticas é que, ao realizar

quaisquer ações que vão de encontro aos interesses dos caciques/coronéis, narcotraficantes, milícias ou polícias comunitárias locais, suas militâncias busquem esquivar frontalmente temas relativos à (in) segurança pública.

Uma segunda hipótese diz respeito à possibilidade de configuração de resultados diametralmente opostos da rotinização da violência para os militantes e os movimentos sociais, que vão da radicalização das ações até a sua completa desmobilização. Esta hipótese, mais consolidada na discussão especializada, requer, no entanto, uma mirada sensível não somente aos efeitos e às consequências das decisões políticas, mas também ao processo de construção de tais práticas e aos enquadramentos que levam a resultados contingentes e, muitas vezes, opostos.

Finalmente, uma última hipótese versa sobre a importância da atuação dos militantes em contextos de alto risco junto a mediadores, sujeitos ou organizações que lutem dentro ou fora dos ambientes altamente coercitivos em que estão inseridos. Isto implica, por exemplo, a possibilidade de gerar discursos públicos sem a necessidade da exposição dos militantes envolvidos diretamente em determinados conflitos, ou construir redes de apoio e de solidariedade que permitem visibilizar e legitimar diante de outros atores e espaços lutas que, de outra maneira, poderiam ver-se confinadas e isoladas nos seus territórios.

As noções "militantes" e "movimentos sociais" aparecem de maneira articulada nos objetivos, nas hipóteses e ao longo da tese, embora isso não signifique um uso indistinto de ambas as categorias. Se a noção de movimento social está associada à emergência dos movimentos sociais nacionais e modernos do século XIX na delineação de confrontos políticos coletivos e assimétricos (Tilly, 1978) por sua vez, a noção de militante abre-se mais ao plano do indivíduo que se engaja e participa ativamente em uma causa ou movimento coletivo. Essas pessoas compartilham identidades, disposições a agir, além de técnicas e uma socialização política para as lutas coletivas. Elas serão priorizadas na tese em vez da análise da "forma-movimento" pela própria configuração das formas de engajamento político contemporâneo, mas também pela possibilidade de inquirir conexões mais ocultas, dinâmicas de formação dos sujeitos e suas estratégias.

Justificativa e Relevância

Tendo em vista a breve contextualização realizada e os objetivos e hipóteses acima delineados, a tese justifica-se tanto por sua dimensão empírica quanto teórica. Seu disparador inicial foi um episódio na campanha eleitoral para deputado estadual no Rio de Janeiro, em 2010, em que um dos deputados estaduais eleitos foi Marcelo Freixo, candidato do partido de esquerda Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). O deputado desde alguns anos já tinha como temática principal de campanha o combate às milícias atuantes na Zona Oeste da cidade, o que lhe valeu a presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) investigando esses grupos criminosos, além de ameaças de morte, alguma atenção midiática, e, principalmente, graves contratempos para os militantes envolvidos em sua campanha.

A narrativa recorrente das histórias dos sujeitos envolvidos na campanha do deputado Marcelo Freixo tornou perceptível a centralidade contemporânea da coerção e da violência na atuação da militância local no Rio de Janeiro. Daí que o ponto de partida original desse trabalho versava sobre como jovens militantes nos bairros dominados territorialmente pela milícia - a Zona Oeste é um caso emblemático - conseguem atuar politicamente, sem colocar suas vidas em risco completo. Trata-se de um tema delicado, e por isso pouquíssimo estudado, mas precisamente por isso importante de ser enfrentado também por sua contribuição social e política.

Por sua vez, o olhar analítico escolhido que sustenta a tese se confunde com sua originalidade, dado que, malgrado a existência de alguns cruzamentos analíticos entre a violência e os movimentos sociais - principalmente no que tange à repressão e aos movimentos violentos –, poucos estudos deram centralidade à rotinização da violência e como essa afeta as ações coletivas e a militância. Como consequência, o debate crítico com os estudos dos movimentos sociais exige a realização de certos deslocamentos conceituais e inflexões analíticas em conceitos que, originalmente foram pensados para analisar sociedades ocidentais menos estratificadas e com menores índices de desigualdades sociais. Esta reinterpretação das teorias dos movimentos sociais nada mais é, em realidade, que a construção de uma abordagem contextual, onde espaço, tempo e atores são alocados no interior de seus territórios e campos de ação.

Pretende-se, com isso, contribuir ao desenvolvimento de uma questão decisiva, embora relativamente pouco desenvolvida, nas teorias dos movimentos sociais: por que a militância fracassa? Quais são os condicionamentos que restringem a emergência de atores e ações coletivas? O foco excessivo no sucesso, em

movimentos que funcionaram bem e em contextos econômicos, culturais e sociopolíticos que indicam certa predisposição para a ação, não pode nos levar a deixar de lado casos difíceis e invisíveis, frequentemente abandonados, ignorados ou vistos como um "desvio" para os teóricos ou como um "caso perdido" para muitos militantes.

São escassos os estudos na sociologia brasileira sobre a Zona Oeste. A ausência de trabalhos sobre os movimentos sociais nessa região do Rio de Janeiro, indica tanto severas restrições à organização da militância local, quanto a falta de sistematização dessas experiências nas ciências sociais. O espanto de uma entrevistada, de Magalhães Bastos, no Rio de Janeiro, resume essa afirmativa, ao menos parcialmente: "*fiquei espantada quando você me procurou, não conheço nada escrito sobre a Zona Oeste, parece que ninguém quer escrever sobre essa área aqui*".

Dito isso, é preciso matizar esse espanto, dado que existem sim alguns estudos sobre a Zona Oeste carioca, que incluem trabalhos sobre movimentos sociais, em uma perspectiva histórica, em Campo Grande (Vieira, 2015; 2009); sobre os impactos da TKCSA em Santa Cruz (De Carvalho, 2013; Guimarães, 2011; Zborowski, 2008), sobre as milícias no bairro de Campo Grande (Azevedo, 2014) e até uma reflexão sobre o efeito comunitários das milícias em um único conjunto habitacional na Zona Oeste (Magalhães, 2007). Entretanto, o efeito de grupos criminosos sobre os movimentos sociais e a ação de militantes na região não foi trabalhado de forma sistemática.

Mais raros ainda são os estudos que nas ciências sociais brasileiras tratam a realidade específica da região de Guerrero e, inclusive do México contemporâneo, dialogando com a produção científica local/nacional mexicana e realizando trabalhos de campo naquele país. Obviamente, há exceções, embora a maioria dos estudos esteja dedicado ao neozapatismo (Soares, 2012; Benzaquen, 2015; Alkmin, 2015) e aos acordos multilaterais, a partir da perspectiva das relações internacionais e da ciência política (Driusso, 2010; Pereira, 2013).

Para além do fato de serem escassos os estudos que analisam ambas as regiões individualmente, não existem comparações entre elas. Assim, a relevância dessa tese também se deve à utilização do método comparativo em duas regiões pouco abordadas nas ciências sociais atualmente. Aliás, como veremos mais adiante, a comparação entre regiões em vez de entre países, oferece algumas vantagens

analíticas tendo em vista que permitem a delimitação de unidades mais circunscritas de comparação, mesmo que envolvidas em escalas mais amplas, como a nacional.

Finalmente, cabe ressaltar que busca-se, apesar da centralidade analítica dada aos atores e à militância, tecer pontes entre a sociologia dos movimentos sociais e a sociologia urbana, com ênfase especial para os debates sobre violência e segurança pública. Se, nas últimas duas ou três décadas, as teorias dos movimentos sociais se fecharam a campos relacionados, mas afins, como os já mencionados, o oposto também é verdadeiro. As teorias sobre as distintas formas de violência tampouco relegaram centralidade ao sujeito (com exceção a trabalhos mais recentes que abordam as lutas da periferia, principalmente em São Paulo). Assim sendo, busca-se uma a reflexão mais fluída entre esses campos, como forma de evitar os problemas derivados da ultra-especialização existente na atualidade.

Percursos Metodológicos

Após a delimitação inicial, a justificativa e a explicitação, mesmo que preliminar, dos elementos originais da tese, torna-se fundamental aprofundar também nas dificuldades e desafios encontrados, bem como nos percursos metodológicos. Desta maneira, expomos a seguir, com maiores detalhes, o recorte empírico, suas possíveis assimetrias e formas de contorná-las, bem como uma breve discussão sobre a comparação, as entrevistas e o trabalho de campo realizado.

Recorte empírico e comparação

A comparação leva em consideração as limitações de entender um retrato, como sugere Becker (2011), que aponta um flagrante erro de amostragem nos estudos sociológicos que traçam generalizações a partir de uma organização da sociedade baseada em poucos eleitos. Para fins dessa análise, cada local de pesquisa é considerado como instância de uma categoria geral, e, portanto, o conhecimento daí advindo também é passível de generalizações. Malgrado a universalização, é fundamental considerar as particularidades para compreender que um caso não é igual aos outros e, ao invés de ignorar as variações locais, lançar luz às suas peculiaridades e incluí-las nos resultados finais do trabalho.

Ainda assim, a amostragem dos estudos em ciências sociais diz respeito, ainda para Becker (2011), a um problema de sinédoque, dado que talvez a parte não represente o todo como almejado, não reproduzindo em miniatura as características do que nos interessa e impossibilitando algumas conclusões. De todo modo, ao adotar na tese o método comparativo, o objetivo é nos afastarmos da miopia da exclusividade do campo a partir das discussões suscitadas, entendendo-as como particulares, mas não isoladas e singulares, situando os fatos discorridos em territórios específicos mais amplos, pensando-os a partir da relação que os atores estabelecem no campo.

Deste modo, a justificativa pela escolha do método comparativo se mostrou a mais acertada, pois essa metodologia é adequada para ressaltar as semelhanças e diferenças dos contextos trabalhados. Boschi (1987) já sinalizava a falta de perspectivas comparativas em movimentos sociais nas democracias periféricas no Ocidente, principalmente tendo em vista a observação de ações coletivas semelhantes em todo o mundo, contrastadas com a suposta especificidade dos estudos dos países do Norte. Mais que isso, os casos da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de Guerrero chamam a atenção para duas regiões periféricas (internamente) localizadas no interior de dois países também periféricos (externamente/geopoliticamente). Isto permite pensar contradições e tensões desta posicionalidade a partir de casos mais abrangentes.

Ademais, como já adiantado, o recorte empírico envolvendo duas regiões destoa de uma perspectiva sociológica clássica, fundamentada inicialmente em grandes comparações, sobretudo de países/Estados nacionais. À primeira vista as áreas seriam incomparáveis: uma área geográfica do município do Rio de Janeiro, no Brasil, e um estado do México. Contudo, um olhar mais detido observa importantes semelhanças no tocante a elementos estruturais e subjetivos, perceptíveis nos seus respectivos índices socioeconômicos, amalgamando elementos como a pobreza e a sensação de medo e de violência da população e dos militantes, sobretudo por conta do narcotráfico.

As regiões são construídas formalmente (pela divisão política, pela administração territorial ou por critérios econômicos), como consequência de subdivisões do espaço geográfico, e também informalmente, como espaços de identidade e de pertencimento que nem sempre cabem nos mapas e nas cartografias tradicionais. Ambas dimensões são importantes, motivo pelo qual nos interessa na

tese observar tanto os sistemas mais convencionais de classificação do território, como as dimensões históricas, identitárias e subjetivas que são construídas socialmente pela população. Como consequência, temos fronteiras mais tênues de duas regiões passíveis de comparação, pois o que as torna relevantes para tal fim não é a divisão político-administrativa do território nacional, mas sim a dimensão cultural, econômica e social destas.

Como o objetivo da tese é analisar a militância em contextos de violência rotinizada, um eixo central da comparação são as configurações coercitivas dos atores nesses ambientes, ou mais especificamente, como essas impactam na configuração das ações de jovens militantes. De forma símile à proposição de Da Matta (1982), a violência foi escolhida como um parâmetro de comparação por seu valor sociológico, que a distingue, em última instância, como associada ao poder e à forma vigente em uma sociedade, mas também por ir mais além. Portanto, há a indicação, no decorrer desse trabalho, de alguns dos meios e como os atos violentos estão presentes nos ambientes considerados, permitindo diferenciar como a coerção e outras formas de opressão se estabelecem, no que tange ao impedimento das ações coletivas.

A noção de violência utilizada nesse trabalho, portanto, também se revelou mais abrangente que sua conceituação *strictu sensu,* quer dizer, enquanto atos violentos permanentes em uma região determinada, desconsiderando ações descontinuadas que incluem áreas relativamente pacíficas coexistindo com zonas violentas. Essa tipificação, relativa à configuração estatal e à coesão social, decorre em condições específicas para os militantes, mas que, sobretudo, pensam práticas políticas de forma que a violência mude as formas de se fazer política.

Uma vantagem dos estudos comparativos é que, quando a unidade de análise são as ações coletivas e as dinâmicas da militância, é possível observar como algumas categorias de pesquisas se tornaram *ultrapassadas*. Para Della Porta (2002), as pesquisas com movimentos sociais tornam possível a evidência de anacronismos na comparação entre países, em voga no século XX, oferecendo também uma alternativa para os estudos estritamente estatísticos, quando os casos são insuficientes, em número, para uma abordagem quantitativa.

Ainda assim, é preciso abordar algumas das dificuldades comparativas de dois casos não nacionais, dado que esse trabalho não se encontra junto aos estudos que comparam países, em uma estratégia que deixa de lado particularidades locais e questões de ordem microestruturais. De maneira oposta, a tese busca aliar-se à

proposta de Beck (2003) que rechaça o que nomeia como "nacionalismo metodológico", em uma equação que acaba estabelecendo equivalências entre o Estado-nação e a sociedade, tratando-os de maneira a-histórica.

Assim como a militância denuncia muitas vezes o "Estado" de forma geral como se tratasse um aparato homogêneo, o nacionalismo metodológico opera reduzindo a complexidade sócio-territorial, a correlações de forças e a historicidade dos Estados-nações. Ao tratá-los como unidades analíticas dadas ou pré-concebidas, este tipo de procedimento deve ser rejeitado por sua incapacidade de apreender a opacidade do Estado-nação atualmente, tal como por desconsiderar o que a teoria social pode, efetivamente, contribuir a respeito dessa organização (Chernilo, 2007). Além disso, transcender o nacionalismo significa superar a miopia analítica do Estado-nação como unidade política exclusiva de análise, cuja transgressão, para Beck (2010) possibilita desvelar novas formas de interdependência relevantes para o conflito e a integração social. Obviamente, pode-se considerar que estas já teriam sido questionadas pelas pesquisas empíricas que desnaturalizaram a equação que amalgama sociedade, cultura e o Estado-nação, sobretudo na antropologia. Assim como propõe Gerring (2007), a alternativa a esse modelo parece ser o estudo de unidades sociais e políticas menores (regiões, cidades, entre outras) ou instituições específicas (partidos políticos, grupos de interesse), uma tendência crescente na política comparada. Tendo em vista esta concepção, veremos mais adiante que a construção do recorte empírico não foi apriorístico, mas construído ao longo da tese em função do acúmulo de leituras e de observações *in situ*.

Finalmente, no decorrer da pesquisa, foram rejeitadas outras possibilidades comparativas. A primeira, logo descartada pois dava um passo além do aqui proposto, era relativa ao tema do trabalho, com a proposta de comparação de uma realidade de militância juvenil em contextos violentos contrapostos a um grupo de controle que experimentasse um *contexto de paz*. Outra alternativa, desconsiderada pela inviabilidade de tempo e recursos no campo, foi a proposta de pesquisar a coerção de ambientes controlados por milicianos em contraposição à realidade de bairros controlados por traficantes armados. Muito embora essas análises possíveis sejam pertinentes, fogem do escopo da presente tese, que preferiu considerar regiões de situação relativamente similar no tocante à violência e à coerção, de forma a analisá-las a partir de um parâmetro complexo, mas comum.

Entrevistas e Observação Participante

A pesquisa sobre movimentos sociais variou, durante o percurso do doutorado, da calmaria à histeria analítica, e, portanto, a busca se deu em atentar para não reproduzir o que Becker (2010) assinalou como o direcionamento do imaginário determinando a direção da pesquisa. As respostas que encontramos também se relacionam às ideias que partimos e perguntas que formulamos para conferi-las. Além disso, como Balsiger e Lambelet (2008) sublinham, ao experimentar as mobilizações, os pesquisadores podem avançar na compreensão do que os movimentos efetivamente são, mais do que o que dizem ser/fazer.

Como parte da metodologia qualitativa dessa tese, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas junto à observação participante e incursões etnográficas. Foram realizadas vinte e sete entrevistas no Brasil e no México, sendo vinte militantes de distintos movimentos sociais entrevistados na Zona Oeste do Rio de Janeiro e quatro especialistas na temática de segurança pública[2]. Posteriormente, três militantes mexicanos também foram entrevistados[3]. Dentre os entrevistados, quinze eram homens e oito mulheres. Esta assimetria não necessariamente revela uma militância com maior protagonismo do gênero masculino, mas sim dificuldades de acesso, de tempo e complexidades dos contextos conflitivos pesquisados.

Em relação às entrevistas, quatro critérios principais guiaram a escolha dos entrevistados, a saber: a) que fossem jovens, segundo a classificação do INEGI[4] e do Estatuto da Juventude brasileira[5], com idades entre 15 a 29 anos; b) que se auto-identificassem como militantes de algum movimento ou mesmo autônomos, sem uma vinculação rígida a alguma causa/movimento/organização; c) que vivessem – e, majoritariamente, que tivessem nascido - nas regiões da pesquisa; d) que suas

[2] Como concordaram em participar da pesquisa, os pesquisadores entrevistados no Rio de Janeiro, em, não se opuseram a que seus nomes fossem divulgados. Contudo, esses serão os únicos entrevistados identificados nesse trabalho. Dessa maneira, foram entrevistados: Rafael Dias, pesquisador da ONG Justiça Global, responsável pela articulação da organização na Zona Oeste; Thais Duarte, socióloga e pesquisadora do LAV-UERJ, coordenadora da pesquisa "No Sapatinho", no bairro de Campo Grande; Ignacio Cano: coordenador do LAV-UERJ, responsável pela pesquisa "No sapatinho" e Pedro Strozenberg, diretor executivo da ONG ISER, assessor da campanha para deputado estadual de Marcelo Freixo em 2010.

[3] Uma tabela com as informações mais relevantes sobre os entrevistados encontra-se no Anexo I.

[4] INEGI – Instituto Nacional de Estadística y Geografía.

[5] Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em 15 fev. 2016.

militâncias estivessem relacionadas com pautas específicas da sua região, embora não excluísse mobilizações mais amplas, como o antirracismo, o feminismo, entre outras.

Inicialmente, o critério etário foi essencial para a pesquisa, sendo a idade o indicativo de uma preocupação por um caráter estrutural da violência na vida dos jovens que residem na periferia, por implicar em maiores impedimentos para a militância, e por dificuldades adicionais, sobretudo geográficas. Contudo, ao final do trabalho, esse recorte perdeu centralidade, sobretudo pela ausência de informações relevantes nas entrevistas e durante a observação participante. Ainda assim, foi mantido para não prejudicar a coerência interna dos dados obtidos. Ademais, não é irrelevante sublinhar as questões estruturais enfrentadas pelos jovens na atualidade. Em 2010, no espaço ibero-americano, as pessoas entre 15 e 29 anos representavam 26% da população mundial, em números brutos, cerca de 157,3 milhões de pessoas, sendo apenas o Brasil e o México responsáveis por 51,5% de todo contingente juvenil (OIJ, 2013). A relevância das dificuldades estruturais da juventude se evidencia por essa estar inscrita nas escassas taxas de crescimento do México nos últimos anos (Illades, 2015), mas também no Brasil, além de serem vítimas mais frequentes do crime organizado e da extorsão policial, o que agregaria dificuldades às suas militâncias.

De todo modo, os militantes entrevistados tinham entre 15 e 29 anos, pertencendo a perfis militantes e a movimentos sociais distintos, e muitas vezes mais de um coletivo concomitantemente, confirmando a tendência contemporânea de uma *multiposicionalidade* da militância (Bringel, 2009). As entrevistas transcorreram, de uma forma geral, nos locais de reunião de seus coletivos. Ademais, malgrado a intenção inicial de realizar um mapa com os movimentos e militâncias em que se inseriam os entrevistados, a realização da pesquisa em contextos tão restritivos, em termos de oportunidade e de movimentações à disposição, provou-se desafiante. Não somente não se pôde escolher quais as militâncias seriam abordadas, inclusive por questões éticas e de segurança, quanto as entrevistas foram feitas com os jovens que se dispuseram a conversar, em que pese o medo de exporem suas atividades consideradas perigosas para essas regiões. Apesar disso, as entrevistas realizadas com jovens militantes tiveram como maioria de vinculações os seguintes eixos de atuação: a educação popular; a militância cultural; a comunicação comunitária; os partidos políticos e suas frentes de bairro; o movimento LGBT; feministas; anarquistas;

movimento estudantil; grupos de hip hop e militantes em uma frente de resistência da Zona Oeste[6].

Foram anos intensos de prática de pesquisa de campo, muitas vezes sem ter o retorno que acreditava importante para o trabalho, como entrevistas e eventos de militância cancelados ou inexistentes e atividades em que não conseguia conversar com ninguém. Atribuo à dificuldade de contato e acesso às entrevistas à (in)segurança e ao (compreensível) medo que meus entrevistados sentiam da exposição. Muitas vezes não consegui passar de um primeiro telefonema com os jovens, outros me diziam que iriam aos eventos e não iam. Une-se a isso, no caso mexicano, em Guerrero, três elementos que explicam o número reduzido de entrevistas: uma conflitualidade social mais acentuada que na Zona Oeste no momento do campo; a possibilidade de passar menos tempo neste local; e, finalmente, o menor acesso a redes de apoio e facilitação ao me enfrentar a um cenário no qual dispunha de menos contatos. Busquei, no entanto, contornar esta assimetria nas entrevistas com militantes locais com várias conversas informais e com a busca incessante de fontes primárias e acadêmicas produzida no México durante o período de quase um ano que passei no país.

Por outro lado, a valorização da polifonia dos entrevistados incluiu a diferenciação dos meus pontos de vista, perspectivas e motivos dados às ações das *reais* falas dos entrevistados. Em retrospecto, essas considerações à luz da pesquisa de campo auxiliam a matizar a frustração com algumas respostas, posicionamentos e expectativas irreais em relação à violência feitos pelos militantes, em determinados locais. Assim, as entrevistas serviram para reunir informações a respeito dos significados atribuídos para as pessoas que estão em movimento, com a atenção especial voltada ao lugar de onde se teoriza, contemplando uma certa cumplicidade do intelectual que julga poder falar por outrem, construindo um discurso de resistência para um grupo que se constitui como diferente ao pesquisador (Becker, 2011; Spivak, 2010).

Contudo, o fato de não sermos essas pessoas e não vivermos nessas circunstâncias apresenta um perigo adicional, o de que suponhamos mal, do que a nós mesmos parece razoável tenha parecido coerente aos outros. Tentei levar isso em

[6] A respeito dessa Frente, tive a impressão que seu funcionamento era restrito aos atos públicos do calçadão de Campo Grande. Além disso, como seus integrantes tinham relações com o PSOL, essa era reativada durante os períodos eleitorais.

conta, quando confrontada às realidades da discursividade violenta das periferias de Campo Grande, mas também à minha alimentação (e a de todos ao redor) restrita a tortilhas[7], feijão e ovos, em La Montaña, Guerrero, México. Ademais, outras situações cotidianas explicitam o que Milan (2008) teoriza como "a suspeita dos ativistas frente aos acadêmicos", sobretudo diante de experiências prévias vividas por eles e pelos coletivos. Em uma determinada reunião de um grupo socialista na Zona Oeste, após ter sido apresentada para os outros membros, uma liderança afirma "*antes éramos sujeitos da nossa própria história, mas desde que Simone chegou, somos objetos",* demonstrando, de forma sarcástica, o desconforto em fazer parte de uma pesquisa acadêmica nesse papel.

Conquanto tais dificuldades de contato já fossem esperadas, outros percalços de pesquisa se somaram, desde o início do trabalho de campo, em abril de 2013, quando comecei a frequentar um grupo de educação popular na Zona Oeste, com a esperança de conhecer militantes. Em outubro de 2014, fui à Cidade do México, para a realização do doutorado-sanduíche, para iniciar outro trabalho empírico, retomando as pesquisas em julho de 2015, quando voltei e entrevistei uma última jovem na cidade do Rio de Janeiro.

Em um primeiro momento da pesquisa, ia frequentemente a um grupo de educação popular, participando de diversas atividades, que incluíam *cineclubes*, cafés culturais e alguns atos públicos em datas emblemáticas para os movimentos sociais[8]. Além disso, participei de eventos como cursos de formação que aconteceram em uma faculdade privada local, a Fundação Educacional Unificada Campograndense (FEUC), sobre "Mulheres e Economia"[9]; reuniões mensais de um núcleo socialista da região; a primeira reunião de um coletivo de mulheres da Zona Oeste; e audiências públicas sobre questões relativas aos bairros da região, como o embate com a TKCSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico, entre outros.

Esse período foi essencial para a pesquisa pelos contatos, que me renderam algumas entrevistas, em distintos bairros da Zona Oeste. Ademais, ao frequentar os

[7] As tortilhas são um alimento primordial no México, consistindo em uma massa, originalmente de milho, mas muitas vezes de farinha, que é a base da alimentação, presente em todas as refeições, dos mexicanos.

[8] A respeito dos atos do calçadão de Campo Grande, fui informada que esses são realizados sistematicamente desde 2009.

[9] Promovido pela ONG PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, ONG fundada em 1986, com sua sede no centro do Rio de Janeiro, cuja atuação enfoca alguns projetos na Zona Oeste, principalmente em Campo Grande e na região de Guaratiba.

eventos e conhecer os militantes, pude participar de encontros importantes para esse trabalho como a inauguração de uma Organização não governamental (ONG) em Santa Cruz, que tratava de questões relevantes para as periferias cariocas, entre outros. Além disso, contei com alguns mediadores em campo, facilitando o acesso, providenciando contatos iniciais em redes antes desconhecidas. Malthaner (2008) reafirma a centralidade de tais mediadores por auxiliarem na aproximação do campo. A indicação de jovens entrevistados foi importante para o trabalho empírico, sobretudo após as entrevistas, com militantes lembrando-se de *companheiros* que haviam militado com eles na campanha eleitoral de 2010, além de conversas informais nos atos públicos, no calçadão de Campo Grande, que invariavelmente resultavam em conhecer novos rostos da militância local.

Em um segundo momento da pesquisa, aluguei um quarto em uma casa em Campo Grande. Esse período foi fundamental pela agilidade que imprimiu à pesquisa, mas, sobretudo, pela possibilidade de compartilhar, nos territórios e no dia a dia, as reclamações dos moradores da Zona Oeste relativas ao transporte público, à Supervia, à violência, ao calor excessivo do verão, à sensação de insegurança andando nas ruas vazias à noite. Meus deslocamentos eram mais ágeis nesse momento, em rápidas viagens de trem até Bangu, Realengo, Santa Cruz, Paciência, mas com trajetos que incluíam o trem, *vans* e caminhadas para realizar entrevistas.

No que tange às atividades acompanhadas nos quatro anos de pesquisa de campo, importa sublinhar o leque de militâncias propositalmente amplo, além de distintos bairros da Zona Oeste e cidades de Guerrero observados. Os entrevistados moravam principalmente em Campo Grande, mas também em Senador Camará, Bangu, Santa Cruz, Realengo, Santíssimo, Paciência, Magalhães Barros e Guaratiba, unidos não somente pela proximidade física, mas pela classe de problemas apresentados, segundo seus moradores. Em Guerrero, no México, tal como as militâncias encontradas, as cidades também foram variadas, com entrevistados de San Luis Acátlan e Iguala, mas cuja circulação pelas cidades desse estado era intensa.

Todas as entrevistas semiestruturadas foram gravadas e transcritas posteriormente, com a anuência dos entrevistados, que tiveram seus nomes modificados por motivos de privacidade e de segurança. Além disso, optei por suprimir, ou modificar, sempre que necessário, os nomes dos coletivos nos contextos pesquisados. Como o sigilo e a confidencialidade são essenciais para garantir a dimensão ética da pesquisa, deixei apenas as informações necessárias para a coerência

interna do texto, buscando "des-identificar" os sujeitos e os movimentos ao máximo, para não acarretar em perigos adicionais para suas vidas.

A preocupação de tornar irreconhecíveis tanto os militantes entrevistados quanto os coletivos em que estive se justifica por parecer importante não expô-los a riscos adicionais, justamente os que motivaram a pergunta inicial "como conseguem militar em contextos de alta violência?". Trata-se de um equilibro difícil. Nessa análise, procurei ocultar não somente nomes de militantes e de movimentos, como também as conexões entre os militantes, cuidando para que isso não implicasse graves prejuízos para o trabalho. Essa é a obrigação do pesquisador para Milan (2008): proteger a identidade e as atividades dos sujeitos, negociando quais métodos e o que pode ser revelado. O autor assinala um último cuidado a ser tomado: a quantidade de informação reunida a respeito dos militantes, de forma que a publicação do trabalho final não os exponha.

Para além das entrevistas, a observação participante se mostrou um recurso interessante para a aproximação aos contextos pesquisados, permitindo um acompanhamento e um envolvimento mais direto das situações, dos atores e suas circunstâncias, o qual busquei sistematizar e apreender da forma mais abrangente possível na forma de anotações em um Caderno de campo. A respeito dessa técnica de pesquisa, Balsiger e Lambelet (2008) ressaltam sua importância em coletar informação em primeira mão; mover a escala de observação, ao buscar entender os sentidos da ação dados pelos próprios sujeitos e o entendimento desde a perspectiva das pessoas "estudadas", de forma reflexiva. Além disso, as dimensões simbólicas de protesto e eventos semelhantes se evidenciam ainda mais nesse tipo de abordagem, junto à falência da imagem de homogeneidade que passam os movimentos sociais, tendência macro-orientada que auxilia a reificação das mobilizações.

No caso particular da pesquisa sobre a militância, a observação participante também indica a importância de práticas ou perspectivas não observadas que possibilitam e restringem a ação conjunta dos militantes. Nesse sentido, Balsiger e Lambelet (2008) afirmam as vantagens de trabalhar em vários lugares de pesquisa, de maneira multisituada, forçando o pesquisador a seguir seus sujeitos por diferentes espaços, e inclusive, significando uma escolha por territórios guiada por critérios teóricos, almejando uma diversidade de respostas.

O Trabalho de Campo: Assimetrias, Percursos e Riscos

De acordo com Malthaner (2008), o alto grau de conflito e periculosidade de determinados contextos, implica um escasso controle sobre o *setting* e aspectos fundamentais da pesquisa, como o número de entrevistados, a presença de confrontações violentas e a vulnerabilidade tanto dos sujeitos como do próprio pesquisador. Foi exatamente o que ocorreu no processo de construção desta tese de doutoramento e, por isso, concordamos com o autor quando afirma que "a pesquisa em zonas de conflito pode não somente requerer um maior nível de flexibilidade para adaptar-se às circunstâncias mutantes e para evitar o perigo, como também para aproveitar as oportunidades quando essas aparecem" (2011, p. 175). Além disso, se faz necessário trabalhar em ambientes e processos políticos distintos e em períodos mais curtos que os etnógrafos e pesquisadores "tradicionais", combinando observações participantes com outros métodos, por vezes mais informais.

Apesar da consciência das dificuldades enfrentadas, a escolha dos contextos trabalhados nessa tese, como mencionado anteriormente, se deu a partir da percepção da insuficiência de pesquisas tanto sobre a Zona Oeste do Rio de Janeiro quanto sobre Guerrero, no México. Inicialmente o trabalho se concentraria em alguns bairros da primeira região, notadamente os mais marcados pela violência e pobreza, que do limite à Oeste do Rio de Janeiro para o centro são: Guaratiba, Paciência, Sepetiba, Santa Cruz, Campo Grande, Realengo, Magalhães Bastos e Bangu.

Entretanto, com a realização do período sanduíche no México, contei com a triste, porém fortuita, coincidência de chegar à Cidade do México poucos dias após o desaparecimento de 43 jovens militantes em Ayotzinapa, na cidade de Iguala, Guerrero[10]. Assim, iniciei o percurso comparativo, com a participação constante nas marchas de solidariedade e apoio aos desaparecidos – às vezes chegando a três vezes por semana – no mesmo momento em que cheguei ao país, até me deslocar posteriormente ao estado de Guerrero.

À primeira vista, a oportunidade de pesquisa comparativa despontou como interessante, mas ainda assim gostaria de sublinhar algumas das dificuldades advindas dessa escolha metodológica. A primeira delas é que, em função das restrições de acesso a Guerrero nesse momento, esperei por um contato com quem eu pudesse ir

[10] Sobre esse episódio, discorro com mais informações no capítulo 4 do presente trabalho.

junto, pois as principais estradas de acesso foram bloqueadas diversas vezes em um período de dez meses. Finalmente, conheci um mestrando no programa de pós-graduação em estudos latino-americanos na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), militante de uma rádio comunitária, que conhecia e ia sempre para a região de Buena Vista, na região da Montaña.

Dessa maneira, consegui ir com Carlos e Pedro[11], sendo esse último militante e jornalista da comunicação comunitária, também oriundo da Cidade do México, em fevereiro de 2015, me hospedando nas instalações da rádio, na região da Montaña. Com uma duração de quase dez horas, a viagem em uma caminhonete desde a capital mexicana foi preocupante, com diversos bloqueios das forças militares e policiais[12] durante o percurso (nos quais mentíamos sobre o lugar que íamos, dado que o funcionamento da rádio não era visto com simpatia).

Estive durante mais de uma semana em Buena Vista, de onde nos deslocávamos em uma caminhonete para outras cidades próximas, incluindo a capital de Guerrero, Chilpancingo, mas também para San Luis Acátlan, Tlapan de Comfort e Santa Cruz el Rincón. O trabalho de campo realizado foi suficiente em termos de conversas informais e coleta de dados, de forma a compensar a falta de entrevistas em semi-profundidade com um período de incursão etnográfica, junto à observação participante. Dois dos meus entrevistados, em Buena Vista eram militantes pela comunicação comunitária, locutores da rádio e participantes em atividades de mobilização local, já o terceiro, militante cultural, contatei em uma manifestação na capital do México. O rapaz, morador de Iguala, Guerrero, aparentemente despertava muita atenção, nesse momento, por ser oriundo da mesma região dos 43 estudantes desaparecidos.

Foram vários os desafios advindos da observação participante, em ambos os contextos, mormente por abordar assuntos considerados *tabus,* relativos à violência local e aos seus principais atores, tendo enfrentado uma severa resistência dos habitantes das zonas pesquisadas em conversar. Dessa forma, tentei deixá-los falar mais livremente, procurando fazer perguntas amplas, a respeito de como era a vida

[11] Nomes fictícios, assim como os demais sujeitos apresentados doravante na tese, conforme explicado em linhas anteriores.

[12] Chamo atenção nesse momento para o fato de que o preocupante diz respeito à pesquisadora, somente, dado que os jovens na caminhonete já realizavam esse percurso mensalmente há alguns anos. Além disso, a preocupação que me inteirei no início da viagem, com os bloqueios, é que se tratasse de um *narcobloqueio,* narcotraficantes vestidos de policiais e até de oficiais do exército, que extorquem e por vezes sequestram os motoristas a caminho de alguns estados, Guerrero, inclusive.

nos bairros e cidades pesquisadas, além dos principais desafios que enfrentavam. Era essencial respeitá-los e não perguntar algo que os pusesse em situações delicadas, dado que o funcionamento dos cartéis em Guerrero, e das milícias na Zona Oeste, tem como um dado um código de silêncio bastante respeitado localmente, por sua punição severa, caso quebrado.

Assim, foram muitas as diferenças no campo comparativo estabelecido, não somente pela assimetria relativa ao número de entrevistas, mas também pelo tempo despedido em cada contexto, notadamente maior na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Entretanto, o paradoxo evidenciado pela situação *guerrerense* é que justamente o contexto de alta conflitualidade a ser pesquisado foi o responsável por não deixar que eu me aproximasse por muito tempo. A saudação feita por um professor da UNAM no meu regresso de Guerrero à Cidade do México é reveladora: "*estou feliz que você voltou inteira*". No Rio de Janeiro, outro pesquisador também buscou desestimular-me da ideia de morar em Campo Grande, afirmando ser muito perigoso e pouco producente para a pesquisa: "*as pessoas têm medo e não vão te falar nada"*.

Em relação aos riscos corridos durante o trabalho de campo, sublinho sua patente dualidade, de forma que tanto os militantes sofrem com o perigo eminente por via de distintos grupos armados nesses contextos, como os pesquisadores. Em relação aos últimos, é comum uma mistura de relativo descrédito e temor entre os seus pares quando há a necessidade de uma maior proximidade aos locais de atuação de grupos armados. Ainda assim, creio que o risco que corri - semelhante aos que passam os demais pesquisadores em zonas consideradas violentas - foi pequeno frente à realidade cotidiana dos sujeitos que entrevistei e observei no período.

Dessa maneira, um contraponto oculto à originalidade dos contextos abordados nessa tese são as dificuldades e os perigos enfrentados ao pesquisar determinados territórios. A escassez de pesquisas nesses territórios se dá por conta dos impedimentos, simbólicos e estruturais, em acedê-los. Nesse sentido, foram muitas as preocupações éticas e os cuidados enquanto realizava o trabalho empírico, mas, sobretudo, no momento final, de escrita da tese.

A forma como os pesquisadores se relacionam com seus objetos de pesquisa e a qualidade da informação que eles reúnem, é parte de uma construção epistemológica e ontológica. Além disso, o grau de risco associado à dissidência política em contextos altamente violentos, sejam eles autoritários ou democráticos, é semelhante. De acordo com Milan, é preciso redobrar o cuidado com a privacidade: "trazer o

ativismo à luz e revelar suas dinâmicas pode expor os ativistas à vigilância assim como à repressão, arriscando suas atividades se não os sujeitando a ameaças pessoais" (MILAN, 2008, p.446).

Outras questões relativas a determinados territórios para a pesquisa estão associadas, segundo Balsiger e Lambelet (2008), à troca estabelecida entre pesquisadores e movimentos bastante politizados, na qual demonstrar uma ideologia distinta pode significar impedimentos para as entrevistas e a observação participante, por exemplo. Além disso, é necessário um cuidado extra, pois essa troca implica, para os coletivos, em um perigo potencial e até mesmo em um inconveniente político, dada a sua preocupação com a vigilância e segurança dos militantes. E, portanto, muitas vezes aos pesquisadores é demandada alguma tarefa, uma pequena – mas importante – retribuição à militância, algo que realizei nos dois contextos, por exemplo, com a participação em atos públicos, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, ou falando em uma rádio comunitária, em Guerrero.

Desta forma, os riscos de expor os militantes em pesquisas devem ser dirimidos no desenho e na execução de quaisquer pesquisas sobre movimentos sociais. Malthaner (2008) resume este carácter paradoxal: "a pesquisa de campo, de alguma forma, é mais valiosa quando é mais difícil" (2008, p.173), ressaltando que as dificuldades do trabalho empírico, que tornam seu acesso mais complicado, são paradoxalmente as mesmas condições que o tornam valioso heuristicamente. De forma resumida, os obstáculos particulares de ambientes conflituosos pertencem a três ordens: seu acesso, suas relações de campo e a segurança pessoal do pesquisador e dos militantes.

Destarte, o número de entrevistas em contextos de alta violência igualmente deve ser problematizado, dado que há severos obstáculos de pesquisa já documentados por pesquisadores. Em relação à Zona Oeste, por exemplo, Ribeiro e Oliveira (2010), elencam as dificuldades de realizar um trabalho de campo mais rigoroso, em contraponto aos trabalhos de elevado rigor metodológico em favelas controladas pelo tráfico de drogas. Experimentei algumas dessas dificuldades em campo, não podendo divulgar minha pesquisa em nenhum dos dois contextos, de forma a não me expor e nem meus possíveis entrevistados, o que impossibilitou a realização de grupos focais, por exemplo, ou de "devoluções" mais sistemáticas. Portanto, reitero as complicações de ampliar o número de entrevistas, pois tanto os pesquisadores como os entrevistados encontram-se à deriva no perverso círculo da

potencialidade da violência que se estabelece nesses territórios.

A condição que os entrevistados colocavam para conversarem, muitas vezes, foi não responder a nenhuma pergunta sobre o funcionamento das milícias, as quais os colocariam em uma situação delicada em seus bairros, na Zona Oeste. Reitero, portanto, a fala de Caldeira (2000), que enfrentou resistência em obter entrevistas cujo tema tangenciaria o crime e violência: "quando as pessoas temem as instituições da ordem, sobretudo a polícia, e quando sentem que seus direitos não estão garantidos pela justiça, essa reação é compreensível" (2000, p. 16-17).

Nesse sentido, creio ter sido importante ater-me às experiências que me eram relatadas, como Becker (2011) afirma, dado que não sou quem cotidianamente experimenta o que escutei diversas vezes. Portanto, diante dos inúmeros desafios patentes na realização de pesquisas em contextos violentos, algumas estratégias são utilizadas com maior frequência e podem ser potencializadas: a valorização das histórias locais; a criação e a preservação de redes de confiança e de interlocutores no trabalho de campo, assim como o uso de códigos culturais compartilhados da militância na região.

Estrutura da Tese

A tese está dividida em quatro capítulos, sendo os dois primeiros eminentemente teóricos e os dois últimos relativos ao desenvolvimento dos casos analisados, de orientação mais empírica. Apesar desta divisão, buscou-se não reproduzir uma divisão rígida entre teoria e empiria. Para isso, os dois primeiros capítulos problematizam em um nível de maior abstração debates sobre violência, militância, oportunidades políticas e estratégias de ação que são fundamentais para localizar o problema da tese para além dos casos específicos abordados, embora sempre conectados aos mesmos. Por outro lado, os dois últimos capítulos, conquanto aprofundem na dimensão histórica, contextual e empírica dos casos da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de Guerrero, tomam como eixos analíticos principais elementos que estão presentes no debate teórico prévio: as dificuldades para a militância em contextos violentos, os diversos atores em disputa, as oportunidades políticas e as estratégias militantes utilizadas em ambos os casos.

No primeiro capítulo, realiza-se um diálogo crítico com as teorias do militantismo e dos movimentos sociais, de forma a tentar contextualizar, refinar e descentrar a noção de oportunidades políticas e de estratégias militantes. A

reivindicação de seu potencial analítico não pode ser feita sem antes realizar uma análise de como estas noções, especialmente a primeira, foram tratadas em diferentes momentos. Após exame de suas limitações e potencialidades, o capítulo sugere que a crítica a uma visão instrumental, institucional e estrutural do conceito de oportunidades políticas abre a possibilidade de uma compreensão mais aberta à agência dos militantes, aos diversos contextos e à dinâmica relacional dos atores. Isto é fundamental para analisar as oportunidades e restrições para a ação coletiva, bem como as estratégias para superá-las, em contextos de militância marcados por uma violência multidimensional.

O segundo capítulo, por sua vez, aborda a complexa relação entre movimentos sociais e violências. Após uma revisão da literatura especializada no campo dos estudos sobre movimentos sociais, busca ir além dos estudos que possuem como foco exclusivo a coerção aos movimentos sociais a partir do prisma repressivo/criminalizante ou o uso da violência pelos movimentos sociais pelo prisma da radicalização da ação. Propõe-se, assim, considerar um terceiro campo, relativamente negligenciado, no qual a violência aparece associada à militância de forma multidimensional e não excepcional ou casual. Neste, militantes e movimentos devem ser entendidos em contextos de rotinização de múltiplas violências e de seus impactos nas ações da acumulação social do medo, da criminalidade urbana e do narcotráfico.

Finalizada a discussão mais geral da primeira parte da tese, o terceiro capítulo aborda as oportunidades políticas e as estratégias militantes locais na Zona Oeste do Rio de Janeiro, junto a uma breve análise sobre os principais atores em confronto nos bairros pesquisados. Ademais, a partir de alguns "eventos críticos" nesses territórios, como a campanhas política estadual de 2010, as jornadas de junho de 2013 e o caso Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), são abordados limites e possibilidades para a militância nesse contexto.

Já no quarto capítulo, a militância juvenil no estado de Guerrero é abordada a partir do trabalho de campo realizado na região da Montaña e em outras cidades da Costa Chica e do centro da federação. Para tanto, um breve histórico dos movimentos sociais atuantes em Guerrero é realizado, assim como havia sido feito para a Zona Oeste do Rio de Janeiro. Com uma estrutura analítica semelhante ao capítulo anterior, uma análise dos principais atores locais em disputa também é empreendida, incluindo o surgimento das Polícias Comunitárias, o Estado em sua participação no caso

Ayotzinapa, em 2014 e os caciques locais. O capítulo finaliza discutindo as oportunidades políticas para os militantes locais e as estratégias que esses desenvolvem como possibilidade de gerar ações coletivas neste contexto de alto risco.

Após comparação entre as principais semelhanças e diferenças dos contextos abordados empiricamente, e de considerações mais gerais sobre a proposta analítica, concluímos a tese com considerações e sugestões para o estudo da militância e dos movimentos sociais em contextos de violência e coerção. A tensão entre os estudos sobre militantismo, em sua esfera mais particular e subjetiva, contrapostos aos trabalhos sobre movimentos sociais também é mencionada, com uma discussão sobre como funcionam as oportunidades e as estratégias dos sujeitos entrevistados.

Capítulo 1 – Oportunidades políticas e estratégias militantes

O objetivo desse capítulo é informar a discussão teórica sobre duas noções chaves para esta tese: oportunidades políticas e estratégias militantes. Como ponto de partida, realiza-se uma genealogia conceitual do debate sobre ambos os conceitos nas teorias dos movimentos sociais, de tal forma a localizar seus marcos fundadores, autores centrais, trajetórias, críticas e autocríticas. Além da reconstrução sistemática das leituras mais habituais sobre o tema, busca-se também inserir outros elementos ausentes habitualmente do debate, principalmente o que denominarei de "crítica periférica".

Esta crítica assume um duplo sentido: por um lado, interno, no tocante às periferias dentro das cidades e dos Estados-nação, o que exige inserir uma maior problematização das concepções de contexto, espaço e ambiente que informam as leituras hegemônicas, em geral homogeneizantes e pouco abertas para situações, lugares e experiências que fogem aos principais movimentos e territórios estudados; por outro lado, externo, tendo em vista que na periferia do sistema mundo, abrem-se novos desafios teóricos e empíricos que exigem inflexionar o conceito e suas limitações na explicação de mobilizações, oportunidades e militâncias que se produzem no "Sul Global". Isso deve-se principalmente ao fato de como dimensionar este debate conceitual em sociedades mais estratificadas, com maior nível de desigualdade, com menor estabilidade político-institucional e com atores sociais, políticos e eixos centrais de conflitos, muitas vezes distintos aos existentes na Europa e nos Estados Unidos.

Este percurso não implica uma negação das noções de oportunidades políticas e de estratégicas militantes, nem tampouco sua potencialidade de interpretação mais geral dos fenômenos sociais, mas sim a necessidade de uma maior descentralização e refinamento destas noções se queremos pensa-las de maneira mais global. Por exemplo, a *estrutura de oportunidades* deve ser entendida, a nosso ver, sempre em função também das *conjunturas de possibilidades*, sobretudo aquelas mais críticas, que dizem respeito não somente à eventual transformação da estrutura, como às brechas que permitem aberturas de novos canais para a ação política militante. Isto talvez permita um entendimento mais dinâmico das oportunidades políticas, bem

como uma maior abertura à sua relação com o contexto e os atores (sejam militantes individuais ou movimentos mais coletivos).

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, torna-se fundamental relacionar mais fortemente as oportunidades políticas (OP)[13] às estratégias militantes. O equacionamento entre "agência" e "estrutura" é fundamental neste ponto, sendo as estratégias possibilidades de mediação entre ambos os lados. Em suma, ao tentar apreender as "oportunidades em movimento", buscamos neste capítulo discutir, no plano teórico, as variações e as limitações do ambiente político e suas conjunturas particulares, bem como suas relações com as ações militantes. Trata-se de um panorama fundamental para embasar, nos capítulos seguintes, a discussão - mais empiricamente orientada - sobre a emergência de conjunturas críticas e as estratégias cambiantes e contingentes em contextos de alto fechamento de oportunidades políticas, tal como ocorre em diversos territórios latino-americanos com alto grau de coerção e de rotinização da violência.

1.1 As oportunidades políticas: contribuições fundacionais

O objetivo desse subitem é apresentar as contribuições fundacionais ao debate sobre as oportunidades políticas, incluindo tanto suas conceituações originais como os aportes dos três principais autores a desenvolverem tal conceito: Peter Eisinger, Charles Tilly e Sidney Tarrow. Em certa medida, o resgate dos autores e da argumentação inicial implica também realizar uma referência ao próprio contexto intelectual de formulação do debate, com seus limites e possibilidades teóricas, que incluíram a presença da repressão como uma variável analítica coadjuvante.

Além disso, a apresentação do conceito de oportunidades políticas procura lançar luz às teorias de movimentos sociais que buscaram esmiuçar a centralidade do "ambiente político" (Eisinger, 1973). Embora esta seja uma variável central para a tese, veremos como, apesar das críticas e reformulações dos autores fundadores, ainda subjaz à concepção de contexto uma dimensão dicotômica de estabilidade ou ruptura que é incapaz de captar, em suas análises, contextos de rotinização da violência.

[13] Doravante identificadas pelo acrônimo OP. As razões pelas quais, nas páginas seguintes, me referirei às OP e não às EOP, retirando as "estruturas" do conceito, dizem respeito à leitura crítica que proponho mais adiante. Como o seu caráter estrutural é alvo de muitas críticas, incluindo a minha, optei por suprimir desde o início a estrutura de sua denominação mais geral.

1.1.1 As oportunidades políticas: esboços iniciais de conceituação

Foram muitos os aportes para o conceito de oportunidades políticas desde a sua formulação inicial, na década de 1960. Contudo, uma de suas definições, considerada altamente consensual por Brockett (2005), é a conformação objetiva das condições político-institucionais, com as seguintes dimensões: i.) a abertura de acesso institucional e não-institucional à participação de novos atores; ii.) a escala de valor relativo dos recursos políticos, com a evidência de realinhamentos de poder no sistema político; iii.) o suporte/oposição entre as elites políticas, com a emergência de fissuras entre essas. Esses pontos foram reformulados por McAdam (1996), com o acréscimo de: iv.) a relativa abertura ou fechamento do sistema político; v.) o aparecimento de aliados influentes e vi.) o declínio da capacidade ou vontade do aparelho do Estado para reprimir o dissenso.

A noção, primeiramente conceituada como "estrutura de oportunidades políticas", diz respeito ao *ambiente político* no qual se desenvolvem os movimentos sociais, os quais, de acordo com uma conjuntura específica, exerceriam uma influência positiva ou negativa em sua emergência ou desenvolvimento (Fillieule e Mathieu, 2009). A Teoria da Mobilização Política – também conhecida como Teoria do Processo Político - é a agenda institucionalista norte-americana mais ampla em que esse conceito é inserido, relevante por sua ambição de esmiuçar o contexto das ações coletivas, mas que, ao ser colocado em prática por pesquisadores, acabou negligenciando diversos ambientes potencialmente impeditivos da ação militante, tais como aqueles de insegurança ou de violência.

Para Jasper (2016), os questionamentos acerca das oportunidades políticas podem ser resumidos nas aberturas oferecidas para certos tipos de protesto e no desestímulo de outros. As OP seriam proporcionadas por manifestantes para mobilizar um grande número de simpatizantes e obter concessões estatais. Para Jasper, essa teoria conta com um enquadramento específico do Estado, que faz com que os países possuam distintas OP e, portanto, diferentes protestos.

Os manifestantes, por sua vez, se concentram em utilizar os canais que lhes são disponíveis, podendo também buscar novas alternativas ou mudar as arenas existentes. As OP auxiliam a análise das ações estratégicas dos indivíduos no campo ou sua capacidade de mobilização. Partindo da noção de que as mobilizações somente

podem ser explicadas com a apreensão de um ambiente político-institucional que define as oportunidades conjunturalmente *disponíveis*, nas páginas seguintes, a discussão se centra na literatura que investiga delimitações mais precisas das diferentes dimensões do ambiente político consideradas relevantes para a conformação "oportunista".

O conceito de OP adquiriu uma relativa centralidade na agenda de pesquisa dos movimentos sociais durante várias décadas, sobretudo pela importância dada ao ambiente político (Einsiger, 1973) e pela dimensão propriamente política dos atores e dinâmicas contestatórias, ampliando as perspectivas prévias muito focadas, nos Estados Unidos, em organizações institucionalizadas, na mobilização de recursos e na lógica racional da ação coletiva. A ampla recepção da literatura das oportunidades se deu, principalmente, por romper com uma causalidade estreita e não relacional do campo político-institucional e dos movimentos sociais, o que implicou na superação de uma visão dicotômica similar predominante nos estudos norte-americanos anteriores.

Assim, uma das inovações, na análise das dinâmicas dos movimentos sociais, foi a ressalva – ainda que incipiente – da importância do contexto para o avanço das demandas e conquistas dos militantes. Se suas primeiras pesquisas tiveram como foco os aspectos estruturais que explicariam o surgimento das mobilizações, Shawki (2010) assinala que já se vem buscando atentar para as dimensões não estruturais das oportunidades políticas. Já Brockett (1991), destaca o deslocamento da análise para as ações dos militantes como uma das fortalezas da leitura contemporânea das oportunidades.

Outros aportes vieram de análises empíricas, como a primeira sistematização das OP, que reconhecia a inédita ação de variáveis macro junto a outras variáveis intervenientes, antes desconectadas das características e padrões de comportamento político aos elementos do ambiente. Uma das inovações conceituais das OP, portanto, é a exploração da noção da incidência do protesto como uma função da natureza das oportunidades políticas de uma dada cidade, por exemplo, com seu grau de abertura ou fechamento. Não se trataria exclusivamente de uma função estrutural do governo, como a distribuição de competências, status ou representação, pois importaria considerar a estabilidade social de uma população com potencial para se mobilizar.

De forma que a discussão sobre a relevância atual das OP é importante, dado que esse conceito foi pensado a partir de sinais que apontam para um contexto apto às

investidas que tenham por objetivo transformações normativas. Essas modificações, do ponto de vista dos atores envolvidos, indicam a abertura de janelas políticas nas quais os militantes possam tentar levar à frente suas demandas (Tavolaro, 2008).

1.1.2 Os principais autores: Eisinger, Tilly e Tarrow

A Peter Eisinger é atribuído o primeiro desenvolvimento do termo *estrutura de oportunidades*, malgrado Merton (1957) e Lipsky (1970) já terem feito antes uso do termo. De todo modo, é a partir de um texto de Eisinger publicado no início da década de 1970, que o debate sobre a *estrutura de oportunidades políticas* ganhou notoriedade. A formulação buscava compreender como os atores no campo são impedidos ou estimulados a protestar, não somente a partir dos recursos que estes obtêm, mas em relação aos pontos fracos, aberturas e recursos do sistema político em que se inserem.

É em relação às condições políticas, que as OP surgem como uma perspectiva sumamente inovadora nos anos 70, propondo um elo entre o ambiente e o comportamento político. Os elementos disruptivos dos protestos incluiriam o aglomerado humano em torno de uma causa e a perspectiva de confronto potencialmente violento entre os diferentes atores envolvidos. A esse respeito, Eisinger (1973) argumenta:

> Protestos não são passíveis de acontecerem em sistemas extremamente fechados (repressivos) ou extremamente abertos (responsivos). Assim, a relação das características do sistema e a incidência dos protestos será curvilínea. Os protestos ocorrem em um sistema misto porque o ritmo da mudança não acompanha as expectativas, ainda que a mudança ocorra. À medida que a estrutura de oportunidades políticas se torna mais aberta, grupos anteriormente sem poder começam a ganhar influência. Contudo, a aquisição e o aumento da influência provavelmente ocorrem lentamente. As estratégias convencionais de influência política podem parecer muito lentas e de difícil controle para efetivarem-se em uma gratificação significativa. Em um sistema que já está abrindo-se, a combinação da percepção da vulnerabilidade ou responsividade de um sistema a esforços políticos e a persistência de desigualdades tornam-se intoleráveis para alguns grupos (EISINGER, 1973, p.12).

Dessa forma, Eisinger (1973) trabalha com a existência de *ambientes políticos,* um termo genérico para se referir à estrutura política formal, ao clima de responsividade governamental e à estabilidade social. O autor buscava explicar a razão de algumas cidades norte-americanas terem experimentado revoltas intensas com base na raça e na classe social no final da década de 1960. Através da dicotomia

abertas ou fechadas para a participação, Eisinger afirmou que localidades com uma relativa abertura institucional para a participação eram mais propensas à mobilização, enquanto a ausência dessa estrutura, reprimia ou desencorajava os sujeitos a participarem politicamente.

Dentre os autores relevantes para o estudo das OP também figura Charles Tilly, que ampliou a noção de oportunidades, através de comparações nacionais e do critério temporal, um parâmetro importante por indicar o momento em que as oportunidades podem mudar. Além disso, em seu livro seminal, *From Mobilisation to Revolution,* Tilly (1978) enquadrou as oportunidades em processos mais gerais, como os *repertórios*, padrões espaço-temporais determinados, nos quais as pessoas se utilizam de um número limitado de meios para serem ouvidas e, portanto, protestam com maior regularidade.

Dessa forma, Tilly é também precursor em apontar as limitações de um sofisma corrente até então nos estudos sobre mobilizações coletivas, seja no marxismo, seja em parte das teorias da privação relativa: aquele que considera que a pobreza, o desemprego e outros problemas sociais seriam condições suficientes para deflagrar protestos. Por mais urgentes que possam ser as demandas de uma determinada população, seria necessário considerar a matriz de relações políticas nas quais elas se inserem, assim como as lutas prévias e as respostas estatais a essas.

Tilly acreditava que as oportunidades seriam criadas por situações políticas divididas e competitivas. De forma que, para os membros de um determinado contexto, qualquer mudança seria inerentemente disruptiva ao *status quo*, e por isso, sempre haveria resistência institucional. A diferença é que em uma situação competitiva, os militantes acabam tolerando, se não incentivando, seus desafiantes políticos de maneira a expandir ao máximo as brechas em um determinado momento para fazer avançar suas demandas.

Destarte, Tilly ampliou as noções trabalhadas anteriormente por Eisinger, lidando, contudo, com os mesmos supostos teóricos, como a prerrogativa de que a frequência de protesto se daria em uma relação curvilínea com a abertura política, ou seja, nem o acesso total, nem a sua ausência fomentam as ações coletivas. Ambos os autores trabalharam com a perspectiva de que quando o sistema institucionalizado oferece oportunidades de acesso, poucos protestarão, dado que já existiriam vias diretas de influência. Contudo, no final desse mesmo espectro de abertura, o governo

pode reprimir os sujeitos com uma violência excessiva, de forma que eles não conseguiriam reaver sua capacidade de protestar.

Há outras semelhanças entre Eisinger e Tilly, apontadas por Shekha (2011) e Meyer (2004). Ambos enfocam as condições que propiciariam os protestos, sugerindo que um acesso mínimo ao Estado, junto a baixos níveis de repressão, criaria uma OP favorável à ação de movimentos sociais. Ainda assim, apesar de suas bases serem semelhantes, uma das diferenças entre as postulações desses autores diz respeito à forma como Tilly teria especificado de maneira estreita o que seriam oportunidades, focadas em regras institucionais formais, para explicar a frequência de mobilizações.

Apesar disso, Tilly (1978) redefiniu o entendimento da sociologia política e histórica do que seriam as OP, aumentando a quantidade de variáveis consideradas, que explicariam uma multiplicidade de expressões de políticas populares em um longo período, junto à *agência*[14] dos militantes, brevemente entendida como a capacidade de ação dos sujeitos. Ademais, se Tilly relega centralidade às cidades enquanto categoria analítica que facilita ou dificulta as mobilizações para os militantes, também deduz que ambientes altamente repressivos acabam por impedir a militância. Um fino balanço seria necessário para o surgimento e a atuação de movimentos sociais, com o aparato institucional não tão aberto para a repressão, mas ainda relativamente indisposto a incorporar o descontentamento (Ramos, 2008). Nesse trabalho, a hipótese de que o *ambiente repressivo tilleano* força uma militância que atue de forma silenciosa é endossada, para não despertar a atenção dos agentes repressores estatais e dos grupos criminosos.

Após as hipóteses de Tilly sobre as oportunidades políticas, novos desdobramentos importantes apareceram em trabalhos como os de McAdam (1992) e Tarrow (1993). Enquanto o primeiro analisou o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, o segundo examinou um ciclo de protesto específico na Itália entre 1965 e 1975, olhando para diferentes fases destas lutas pela redemocratização, desde o inicio até o declínio. Em ambos os casos, o desenvolvimento de pesquisas empíricas permitiu aplicar e testar a noção de oportunidades políticas, abrindo novas contribuições para o debate conceitual.

[14] Foge ao escopo dessa tese abordar o debate sociológico mais amplo agência X estrutura, mas o grifo no termo agência é intencional, para sublinhar uma adesão parcial ao certo voluntarismo que implica o uso excessivo desse termo. Para Giddens (2009, p.11) agência diria respeito a ”eventos em que um indivíduo é o perpetuador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequencia de conduta, ter atuado de modo diferente. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido”.

Tarrow desenvolve isso em seu emblemático livro Poder em Movimento, no qual entende as oportunidades políticas como "dimensões consistentes, mas não necessariamente formais ou permanentes – da luta política que encorajam as pessoas ao engajamento no confronto político[15]" (1998, p.19–20). Tal definição torna-se amplamente aceita, segundo o próprio Tarrow (2006), por sintetizar o trabalho sobre movimentos sociais e outras formas de confronto de décadas anteriores. A partir das circunstâncias nas quais os movimentos adquirem poder, Tarrow analisa como os militantes superam dificuldades como o egoísmo, a desorganização e a repressão estatal, buscando explicá-los a partir da mudança nas oportunidades políticas, acrescentando que a magnitude e a duração das ações coletivas dependem de outros fatores.

A ideia de que até atores em movimentos de escassos recursos poderiam enfrentar-se com sujeitos poderosos, caso ocorressem mudanças nas oportunidades políticas, foi também fortemente sugerida por Tarrow (1993). As oportunidades aparecem, assim, de forma a incentivar a participação dos sujeitos, que se juntam e criam novas formas de agir conjuntamente, resolvendo a questão do "quando" dos movimentos sociais. Ainda assim, Tarrow sublinha que as oportunidades criadas podem ser competidoras ou hostis às primeiras, ou seja, não há movimento unívoco na criação de *brechas*. Ademais, essas também podem ser geradas para outros movimentos, através das redes sociais ou do estabelecimento de coalizões de mobilizações, criando espaço para movimentos, contra-movimentos e também para a resposta das elites locais.

As oportunidades políticas, portanto, podem operar para grupos específicos e, concomitantemente, alijar outros, assim como as oportunidades para os protestos podem ser maiores em alguns contextos que em outros. Apesar dessas variações, o que é condição *sine qua non* para a teoria é que os movimentos só emergiriam quando há condições para a mobilização em um contexto específico, de uma forma geral, abrindo a possibilidade de mobilizar recursos, como na década de 1960 nos EUA, para os coletivos lutando por direitos civis.

Tarrow também buscou romper com a causalidade estreita que previa que um alto nível de descontentamento popular significaria, necessariamente, mobilizações,

[15] Sobre as diversas traduções do termo *Contentious Politics*, escolhi utilizar a proposta de Bringel (2011), que reivindica o termo "confronto político", pela ênfase que proporciona nas acepções de oposição, conflito e reivindicação, em detrimento do sentido mais jurídico de "Política Contenciosa" ou "Contenda Política", também usados por outros autores.

pois seriam as oportunidades que regulariam as possibilidades de mobilizar-se. Assim, de acordo com a proposta deste autor, as maiores variações são observadas não nas estruturas sociais e econômicas subjacentes, mas sim nas mudanças nas oportunidades políticas. Ainda assim, Tarrow ressalta elementos mais estáveis como a força ou a debilidade estatal, as formas repressivas e as necessidades dos sujeitos, mais constantes do que os movimentos que supostamente geram. Menos estáveis seriam as OP, que variam de acordo com o tempo e o lugar e transformam potenciais em ação, propriamente ditas.

Portanto, a perspectiva na qual as mobilizações seriam mais ligadas e limitadas às oportunidades que teriam os militantes do que aos persistentes fatores socioeconômicos em que vivem, considera que as mobilizações ocorreriam com o acesso aos recursos externos para escapar de uma dada situação (Tarrow, 1993). O Estado, enquanto estrutura mais estável, entraria na equação a partir de sua vulnerabilidade às ações coletivas (Jasper, 2016), abrindo oportunidades para outros atores, ocasionando respostas estatais que, de uma forma ou outra, produzem novas oportunidades políticas.

No *continuum* de mobilização de Tarrow, iniciado com a abertura de oportunidades, trabalhadores, estudantes e movimentos de esquerda iriam às ruas, provocando uma resposta inicial do governo positiva interrompida com a ocorrência de quaisquer atos violentos. Daí em diante, a *violência* e a *desordem*[16] legitimariam a repressão, aumentando os custos da ação coletiva, passando a um momento em que os militantes focariam suas atividades em práticas tidas como convencionais, reduzindo ou moderando suas demandas.

Assim, na ocorrência da repressão, patrocinada pelas elites ou pelos governos, os sujeitos que aproveitam as oportunidades prematuramente, *abrem as portas* para os demais[17]. O Estado, na concepção de Tarrow (1993), não seria apenas o objetivo final das demandas coletivas, mas cada vez mais um ponto de apoio das exigências, ativadas quando há uma mudança nas oportunidades políticas, originando novas

[16] Sublinho tanto a violência quanto a desordem, nesse momento, por acreditar que são fenômenos complexos nas manifestações de massa e há uma leitura, geralmente apressada, por parte da mídia hegemônica e de governos, que imputa aos manifestantes a primazia da violência nos atos políticos nas ruas. Mais adiante, aprofundaremos nossa crítica a essa perspectiva.

[17] McAdam (1992), também contempla esta possibilidade, sugerindo que muitas vezes a abertura de oportunidades políticas por uns movimentos (que ele denomina como "iniciadores") são também aproveitadas por outros (que ele define como "derivados"). Esta ideia foi, recentemente, desenvolvida e ampliada por Bringel (2013) para explicar o que o autor denominou como "transbordamento societário" após os massivos protestos de Junho de 2013 no Brasil.

ondas de ações coletivas, exploradas pelos atores de forma a expandi-las ou, igualmente, não aproveitá-las.

Posteriormente, Tarrow (1996) reformulou sua noção de oportunidades políticas, desvinculando-as das estruturas mais formais, como por exemplo, órgãos do governo, e articulando-as às alianças e conflitos que suprimem limitações e possibilitam mudanças aos militantes. Assim, seria preciso levar em conta os múltiplos setores de mobilização, suas variações e ciclos de protesto, bem como seus crescentes vínculos transnacionais. Ademais, as mobilizações não são meramente reativas ao quadro institucional, em uma perspectiva que desconsidera a *agência* dos militantes, que seriam meras correias de transmissão das condições institucionais. Isso, em meio a um espectro teórico que endossa as análises que dão centralidade às ações militantes, sobretudo relativas ao ativismo transnacional, e aos *novíssimos* atores da era global, interpretando de forma mais relacional os sujeitos e a contestação política (Bringel e Domingues, 2012).

É nesse segundo momento que Tarrow adianta uma das principais críticas à noção de oportunidades políticas: seu caráter fundamentalmente reagente às estruturas, ainda que sem problematizá-lo, dado que em sua formulação inicial, os sujeitos se somariam aos movimentos sociais como *resposta* às oportunidades políticas, criando novas ações coletivas. Além disso, Tarrow (2006) denuncia o *redescobrimento* do Estado pelo qual passavam os autores na década de 1970 e rechaça a equação que equivale estrutura mais estratégia a resultados, por advirem em comparações estáticas que deixariam de lado como a mudança política de fato ocorre.

Tendo em conta esse cálculo simplista dos autores da sociologia dos movimentos sociais, habitual até a década de 1990, o próximo item se concentra nas críticas e nas reformulações do conceito de oportunidades políticas.

1. 2 As oportunidades políticas: principais críticas e reelaborações

O objetivo desse subitem é apresentar as principais críticas ao conceito de oportunidades políticas, iniciando pela própria escola norte-americana e sua conceituação inicial, e passando depois pela crítica da sociologia francesa das ações coletivas, cuja leitura das oportunidades é marcada por pontuações que repercutiram amplamente nas ciências sociais. Dentre essas, há uma centralidade que as oportunidades políticas relegaram às estruturas de ação para os militantes, a relativa

indistinção analítica do conceito e a negligência à agência, entre outras lacunas analíticas. Finalmente, a proposta de uma leitura *periférica,* sobretudo a partir de contextos latino-americanos, é apresentada.

Ademais, a tentativa de avançar nos apontamentos feitos à noção de oportunidades políticas, iniciada desde a década de 1990, deve passar pelo necessário tensionamento entre militantes e movimentos, que dimensionam como as oportunidades não devem ser consideradas de forma unívoca. Igualmente, é necessário enfatizar que as críticas passam, em sua maioria, pela necessidade de superação da centralidade quase absoluta do Estado como elemento explicativo para as mobilizações. E, portanto, dispõe sua atenção para a construção de temas que levem em consideração a emergência de movimentos e militantes que constroem alternativas que não sejam estritamente reativas às medidas estatais adquirindo certa proeminência na sociologia política contemporânea.

1.2.1 A crítica norte-americana: estrutura, indistinção e agência

Boa parte das críticas à noção de oportunidades políticas estiveram inspiradas no trabalhos precursores de Kurzman (1996) e de Goodwin e Jasper (1999 e 2003). Essas análises, bem como outras posteriores, tais como as de Edmondson, (1997), Goodwin, Jasper, Poleta (2000) e Goodwin (2012) enfatizaram, sobretudo, a ausência de variáveis intermediárias que dessem conta das condições que faziam com que os militantes se mobilizassem, passando do sentimento de frustração para as reivindicações.

A despeito de sua relevância, tais análises foram inconclusivas, na medida em que não souberam afirmar com segurança se a noção de oportunidades políticas, na sociologia política, teria dado conta do que se propôs, após mais de quarenta anos de sua conceituação inicial. Ainda assim, uma das suas principais críticas (Goodwin, 2012) partiu de um amplo estudo empírico para testar as oportunidades políticas em diferentes mobilizações, e encontrou que essas não seriam sempre necessárias para a emergência de protestos, ainda que contribuam de alguma forma para sua ocorrência.

O que muitas dessas análises levantaram foi a ausência de mediações no tratamento das oportunidades políticas. Essa crítica à escassez de variáveis intermediárias situa um tensionamento importante nesse trabalho: a relação entre os militantes e os movimentos sociais, sem recorrer a particularismos ou explicações de

foro individual e trajetórias. Compreender que as oportunidades podem ocorrer para os sujeitos, mas não necessariamente para as ações coletivas mais amplas das quais fazem parte, tal como o contrário, é importante para avançar na análise proposta.

Voltando à crítica produzida pela literatura norte-americana, Goodwin e Jasper (1999) assinalaram uma suposta indistinção analítica das oportunidades políticas que a tornaria um construto que amalgama fatores tanto estruturais quanto não estruturais, indiscriminadamente. Além disso, elementos relativamente estáveis durante o tempo são enfatizados em detrimento de fatores não estruturais.

Seguiram-se várias análises em uma crítica coextensiva, apontando que a abordagem das oportunidades políticas seria excessivamente estruturalista e, portanto, negligenciaria quais mediações os militantes utilizariam diante de dificuldades estruturais, tal como a forma como as estruturas influenciam as mobilizações. Embora atualmente a noção seja amplamente utilizada sem o termo "estruturas", isso só se produziu após essa intensa crítica ao seu caráter estruturalista, valorizada no momento de sua formulação. Snow e Benford (2000) foram explícitos nessa direção ao analisarem a construção dos *frames* das ações coletivas:

> Embora as oportunidades políticas possam constranger ou facilitar os processos de enquadramento da ação coletiva, à medida ou extensão da oportunidade política em qualquer sociedade é raramente, se possível, uma entidade estrutural clara e facilmente lida. Ao invés disso, sua existência e abertura está sujeita ao debate e interpretação e, portanto, pode ser enquadrada pelos atores do movimento assim como por outros (BENFORD, SNOW, 2000, p.631).

Outros autores subscreveram a crítica às estruturas (Brockett, 2005; Goodwin e Jasper, 1999), considerando infortuna a escolha terminológica, pois a estrutura apontaria na direção de fatores relativamente estáveis no tempo e fora do controle dos militantes. Brockett, por exemplo, propõe a substituição desse termo por *configuração* (de oportunidades), dado que embora nem tudo seja *agência* no construto, também é necessário sublinhar suas características objetivas: "as oportunidades podem e variam independentemente, para o setor do movimento social, geralmente, para movimento individual, e para qualquer movimento, ao longo do tempo" (2005, p. 16).

Por sua vez, a crítica às estruturas de oportunidades políticas feitas por Dieter Rucht (1996), em diálogo com esta literatura, gira em torno de seus limites analíticos, pois conquanto os movimentos estejam circunscritos à arena política, outras mobilizações evidenciadas por trabalhos empíricos são desconsideradas nas análises. O autor afirma que dado que a mobilização foi tratada como uma variável dependente

primária, as oportunidades foram relegadas a *bens do ambiente e não dos militantes*, resultando em uma teoria cuja prerrogativa de que oportunidades externas afetariam as variáveis dependentes, negligenciava a estrutura possível para as mobilizações, incluindo fatores sociais, políticos e culturais.

Ainda assim, o autor afirma que a estrutura não é um elemento neutro para as oportunidades (Rucht, 1996), mas sim um conceito que busca dar conta de princípios de regularidade e ordem baseados em informações observáveis que têm um padrão comum, relativamente estável, a despeito de seus elementos individuais. Dessa forma, há a prerrogativa de um ponto de referência e a hipótese que outro mecanismo ou princípio organizador manterá o padrão com o tempo. A análise estruturalista é importante por traduzir esse conceito para a agenda de pesquisa em movimentos sociais, significando, ao fim e ao cabo, entender as condições externas para a mobilização.

No entanto, substituir o termo "estrutura" por conceitos aparentemente mais fluidos como processos e oportunidades, não convence autores como Goodwin e Jasper (1999), por falhar em solucionar a falsa causalidade. A estrutura, tal como sugerido nas definições habituais sobre oportunidades políticas e em suas operacionalizações empíricas, transmite a ideia de algo rígido e, portanto, se há aspectos do campo político que se apresentam como complicados de mudar, outros são passíveis de mudança, indicando um ponto de partida mais fundamentado para a teoria. Finalmente, o que esses autores sugerem é que seria necessário um uso mais extensivo de conceitos e distinções para a análise de movimentos sociais.

É nesse aspecto que as contribuições de uma vertente de análise culturalista, representados por Poletta (1999) e, em alguma medida, pelo próprio Goodwin e Jasper (1999) imputam às oportunidades políticas um subdimensionamento dos aspectos não-estruturais. Ainda que Poletta frise que as estruturas também são culturais, apesar de não o serem somente, essas dimensionam percepções e avaliações das conformações políticas geradas por suas influências no âmbito da cultura. No entanto, as capacidades dos militantes de aproveitarem as chances devem ser consideradas nessa esfera, que também depende da participação em militâncias anteriores.

A vertente culturalista é responsável por outra crítica, realizada mais recentemente por Jasper (2016), quem afirma que a ênfase nas estruturas tem como subtexto uma insinuação de que as restrições institucionais conduzem às ações por

determinados caminhos, a despeito do que pensam ou como agem os manifestantes. Além disso, subjugam o papel jogado pelas emoções e atividades mentais-afetivas na militância, apresentando um modelo de protesto análogo à "chave-fechadura", ou seja, escolhendo a estratégia correta, a porta das oportunidades políticas se abriria. O autor enfatiza que os recursos são mobilizados por pessoas, ou seja, haveria uma surdez dessa teoria em escutar seus principais atores, em uma abordagem restritiva, com o foco exclusivo nos recursos e nas arenas, que subestima as restrições impostas por outros atores, com estratégias próprias e buscando bloquear as iniciativas dos manifestantes.

Em um primeiro momento, talvez, a ênfase nas oportunidades tenha funcionado de forma a rechaçar a causalidade estreita que encarava a escassez e as contradições como o motor solitário das revoluções da história, mas logo mostrou sua face anacrônica ao desconsiderar a complexidade da conjuntura e das bases sociais e culturais da ação coletiva. Nesse sentido, para Poletta (1999), os processos culturais guiariam a ação dos militantes, mas não necessariamente os atores políticos institucionais, demonstrando, de acordo a teoria das oportunidades, como primeiramente entendidas, uma falsa contraposição entre estrutura e agência, implicitamente alinhadas, resultando em uma visão cultural subjetivista e voluntarista.

Outra crítica realizada por Gamson e Meyer (1996, p.275) às oportunidades foi o que acreditavam ser seu principal impasse analítico, qual seja, sua amplitude: "o conceito de oportunidades políticas está em perigo, principalmente de se tornar uma esponja que absorve virtualmente cada aspecto do ambiente dos movimentos sociais". Desta forma, o número excessivo de dimensões consideradas, embora busque ampliar a capacidade explanatória, acaba por reduzir sua especificidade e potencial analítico (Meyer, 2004; Meyer e Minkoff, 2004). Ramos (2008) vai além. Para este autor, a popularidade do conceito, que transcendeu o campo de pesquisa dos movimentos sociais, dever-se-ia justamente ao seu uso indiscriminado, efetivado em resultados empíricos ambíguos.

Goodwin e Jasper (1999), prosseguem, enunciando um paradoxo: quanto mais ampla a definição de oportunidades políticas, mais essa se tornaria redundante; ao passo que sua concepção mais estreita tornaria a mesma inadequada ou infactível. No primeiro caso, portanto, sua definição extensiva, seria tautológica, já que movimentos não poderiam surgir onde as pessoas não têm a possibilidade, por quaisquer razões, de se associar umas com as outras para fins políticos. Esse dilema, para Goodwin e

Jasper, espelharia o dissenso no significado preciso do construto, que para McAdam, Tarrow e Tilly (McAdam et al, 2001), seria fundamentalmente limitado enquanto ferramenta analítica do *confronto político*, com um foco em relações estáticas, em detrimento do que são, em verdade, ações dinâmicas.

De forma semelhante, essa imprecisão analítica é sublinhada por Meyer e Minkoff (2004) a partir do questionamento do funcionamento das oportunidades, dado que um ator ou movimento social pode atuar contra outros, assim como movimentos são coalizões de diferentes interesses, por vezes divergentes. O que estimula o aparecimento de uma mobilização pode ser irrelevante para outra e desestimular uma terceira, e, portanto, um entendimento unidimensional do que seriam as aberturas pode decorrer em imprecisões analíticas.

Em suma, vários autores convergem no entendimento de que as oportunidades, se utilizadas de forma indiscriminada, com diferentes medidas, resultados e atores que considerados conjuntamente, podem obter resultados contraditórios. Meyer (2004) e Meyer e Minkoff (2004), por exemplo, mencionam a necessidade de melhor especificar estruturas governamentais, políticas públicas, geografia e relações intra-movimentos, como variáveis intervenientes. A homogeneização de estratégias e atores perde poder explicativo, já que um governo, por exemplo, usa técnicas distintas, podendo se mostrar aberto em um determinado momento e surdo às reivindicações de outros movimentos, nesse mesmo período.

Subscrevo a essa crítica por seu caráter unidirecional e assimétrico *a priori*, pressupondo uma oposição e dependência de movimentos ao sistema político institucional e desconsiderando o jogo cruzado de legitimidade e instrumentalização em que os atores estão envolvidos. Vistos em conjunto, os apontamentos críticos levantados à noção de oportunidades políticas e seus usos são importantes, seja por apontar seus limites na ausência de mediações, seja pela sua indistinção analítica, que amalgama, com frequência, fatores estruturais e não estruturais, bem como dinâmicas e processos diversos, sem maior concatenação interna.

1.2.2 A crítica francesa: trajetórias, afetos e conjunturas

Várias das críticas acima mencionadas constituem, em realidade, uma "autocrítica" tendo em vista que partem de autores com perspectivas teórico-

metodológicas bastante alinhadas aos que estão sendo criticados. Embora sejam denunciadas algumas limitações e silêncios e sejam propostas alternativas que permitam melhor dimensionar, com diferentes recortes, o debate, a base teórica da qual partem e suas heranças são ainda muito próximas. Neste sentido, torna-se importante unir às vozes críticas, outros enfoques e perspectivas que busquem iluminar outros aspectos ausentes no debate anterior.

Encontramos na sociologia francesa da ação coletiva e dos movimentos sociais bases importantes para uma crítica à noção de oportunidades políticas. Embora não possamos falar de uma "escola" em um sentido estrito, alguns temas concretos acabaram atraindo crescentemente a atenção do debate francês desde a década de 1990, especialmente as formas e as dinâmicas de engajamento militante (Muxel, 1996; 2001, 2010; Mathieu, 2002, 2004, 2006, 2010). Seus aportes críticos são importantes para esse trabalho por incluírem a desconfiança diante do positivismo de administração da prova e de construção argumentativa; a renovação da sociologia da militância; o distanciamento de temas canônicos e o desenvolvimento de pesquisas fora do Ocidente; a construção de problemas públicos e os usos contestatórios de canais institucionais de expressão, como o direito (SEIDL, 2011).

Ademais, a sociologia francesa dos movimentos sociais serviu, em alguma medida, como contraponto ao debate anglo-saxão. Já nos anos 1960, Alain Touraine alertara para a importância de entender os movimentos sociais não como um objeto de estudo estritamente delimitado, mas sim como parte de uma sociologia geral. Assim, os movimentos sociais deveriam se relacionar sempre aos movimentos societários mais amplos, o que pressupõe um entendimento não somente da importância das oportunidades em um sentido estrito, como também dos padrões de estratificação social e das formas de relação com outras dinâmicas da economia, da política e da cultura. Ademais, implica associar as formas e contextos de atuação dos movimentos sociais *vis-à-vis* momentos históricos específicos.

A abertura à dimensão cultural, subjetiva e individual é fundamental para a crítica francesa às oportunidades políticas, mesmo que esta tenha se desenvolvido mais recentemente a partir de outros autores e enfoques. Para além da hegemonia touraineana inicial, continuada a posteriori pelos trabalhos de discípulos como Michel Wieviorka, François Dubet e, mais recentemente, Geoffrey Pleyers, existe um campo mais amplo, fruto do desenvolvimento tanto do pragmatismo francês como de inflexões posteriores, cujo foco está mais dirigido a dimensões subterrâneas e infra-

institucionais da mudança social, bem como a outras formas de pensar as manifestações públicas da ação política. A antropologia moral, a etnografia política, a etnometodologia, a teoria das arenas públicas e o pragmatismo da ação coletiva convergem, assim, em novas possibilidades de entendimento das dinâmicas relacionais e conversacionais dos problemas públicos. De maneira geral, se ainda há certo peso da análise quantitativa na agenda norte-americana, com diversos estudos longitudinais, os trabalhos franceses, por oposição, são geralmente qualitativos e etnográficos, com análises em escalas menores, que privilegiam a profundidade das temáticas em detrimento do número de casos abordados.

Olivier Fillieule foi o autor dos primeiros escritos críticos a respeito das oportunidades políticas, em 1997, frequentemente aproveitado em seus trabalhos subsequentes (Fillieule, 2005), seguido por Mathieu (2002), Cefai (2009) e Fillieule, Agrikoliansky e Sommier (2010), entre outros. Em todos eles, converge uma crítica rotunda à visão instrumental das teorias da ação racional e da mobilização dos recursos e sua perspectiva reducionista da mobilização coletiva a cálculos de interesses. De acordo com Cefai (2009: p.12), "recursos, coerções e oportunidades foram transformados em parâmetros que os atores manipularam para maximizar a utilidade, a eficácia e a rentabilidade de suas ações".

A maioria das críticas da sociologia francesa dos movimentos sociais às oportunidades políticas, segundo Seidl (2011), versa sobre a negligência ou superficialidade de fatores como a identidade coletiva e a dimensão afetiva dos movimentos. Em um nível mais geral, a principal tensão entre as vertentes resulta da contraposição da abordagem macrossociológica objetivista norte-americana, de inspiração da teoria das organizações e da economia a uma sociologia da ação social, atenta a particularidades e à história, que valoriza tanto a percepção quanto os meios de ação dos militantes. As oportunidades seriam insuficientes para responder à diversidade de formas e repertórios organizacionais, subjugando as matizes analíticas dos distintos tipos de organização, que incluem a liderança carismática, mais ou menos informal e as trajetórias particulares dos militantes, por exemplo.

De forma particular, sobressai a ênfase crítica ao conceito de oportunidades políticas em seu viés estruturalista. De acordo com Mathieu (2002), o caráter estrutural providencia uma falsa estabilidade e durabilidade às oportunidades, enquanto Cefai (2009) denuncia que a "determinação estrutural" implica uma visão na qual os atores são vistos como marionetes movidas por condições objetivas às quais

obedecem, sem considerar os empecilhos e os "imperativos da justificação" da ação (e, eventualmente, da inação, poderíamos adicionar) em público.

A proposta de reformulação desses autores parte, portanto, da concepção de um novo quadro analítico, que dê conta dos conflitos a partir de sua dinâmica própria, incluindo percepções e estratégias menos objetivas dos militantes, em relação ao contexto político. Tal como as demais propostas de superação do uso das OP, há uma ênfase na emergência, no desenvolvimento e na forma que adquirem as mobilizações.

Outra crítica habitual dos autores franceses às oportunidades políticas, é que os grupos, ao recorrerem às mobilizações, não se limitam às demandas feitas ao Estado, coexistindo com outros atores, inclusive de movimentos sociais distintos (Fillieule, 2010). Segundo Fillieule, Agrikoliansky e Sommier (2010), uma reformulação das oportunidades políticas que leve em consideração as relações entre espaço ou campo político (institucional) e movimentos sociais é necessária, dado que no esquema anglo-saxão somente a política institucional definiria as condições para a ocorrência de movimentos.

Nesse sentido, há de se considerar, igualmente, a situação em que se recorre ao Estado e o resultado é negativo, não havendo colaboração (Fillieule e Mathieu, 2009), encontrando uma relativa surdez institucional diante de reivindicações contínuas. Os autores afirmam também que mesmo o recurso à repressão, que pode servir como justificativa para a radicalização dos protestos, reforça a determinação estruturalista das oportunidades.

Desta feita, são muitos os fatores pelos quais dependem os movimentos, não necessariamente presentes nas OP, por seu caráter conjuntural e não somente estrutural, de forma que esse "conjunto de conceitos sensibilizadores para a agenda de pesquisa em ação coletiva" (Mathieu, 2006) não cumpriria sua principal promessa, a causalidade de uma teoria ou um modelo universal. A escolha terminológica pela estrutura acarretaria em equívocos para pensar essa – inexistente - causalidade, além de um esvaziamento heurístico quando se admite o caráter relacional e dinâmico das ações coletivas. A principal crítica de Fillieule e Mathieu (2009) é que tanto as alianças quanto as estratégias institucionais, ao serem apreendidas em termos de estrutura, escapam à análise por sua contingência, evidenciando a necessidade de atentar para a configuração institucional.

A crítica francesa (Fillieule, 2005, 2010; Fillieule e Mathieu, 2009) igualmente aponta uma limitação metodológica das oportunidades: sua incompatibilidade entre os

materiais reunidos, seus métodos analíticos e os conceitos que busca dar conta. O que os autores assinalam é que, nessa leitura, é custoso reconhecer como os militantes dão sentido às suas próprias práticas. A visão das ações coletivas como dependentes do sistema político-institucional seria a responsável por dimensionar a oportunidade da ação prioritariamente fora dos movimentos, negligenciando que os militantes podem criar formas de ação.

Ainda assim, a abertura institucional deve ser levada em consideração, como a emergência de um governo próximo a um movimento considerado, que pode enfraquecer as mobilizações, quando seus quadros partidários ocupam cargos ou mesmo a diminuição da frequência dos protestos para não enfraquecer um novo governo.

Outros críticas às oportunidades, para Fillieule e Mathieu (2009) são: a definição do Estado como entidade indivisível e a inflexibilidade entre o campo político e o espaço de protestos; a forma como as estruturas estatais interagiriam com os movimentos a partir da repressão; as oportunidades como uma construção permanente e a maneira como as estruturas de mobilização e os repertórios de ação são produtos dessa elaboração conjunta.

Se um dos pontos unívocos dessa crítica é que as oportunidades políticas podem ser interpretadas como diferentes, de acordo com a situação, é quase impossível trazer contraexemplos para refutar a teoria. Para cada movimento que surge algo pode ser interpretado como uma oportunidade, assim como quando de seu desaparecimento. Entretanto, nem tudo são críticas ou reformulações às oportunidades, dado que a crítica francesa também soube valorizar o caráter inovador das oportunidades políticas, principalmente por sua referência disruptiva frente aos marcos teóricos imediatamente anteriores. Nesses, vigorava um período de intensas análises macroestruturais, tanto de transformação social, quanto do acesso à política e as formas de mobilização (FILLIEULE, 2005).

1.2.3 A crítica *periférica:* perspectivas latino-americanas

Desde a criação da noção de oportunidades políticas na década de 1970 e as diversas críticas realizadas a posteriori por enfoques e autores diversos, nota-se que, independente das convergências e divergências apontadas, persiste um olhar sobre a

noção muito ancorado empiricamente em experiências e lutas desenvolvidas nos Estados Unidos e na Europa. Como consequência, diversos problemas sociais e clivagens centrais nas sociedades periféricas, tais como altas taxas de desigualdade social, baixa estabilidade das instituições políticas e graus elevados de conflitualidade social, são praticamente ignorados quando são discutidos os "contextos" e os "ambientes" políticos que moldam as oportunidades. Em outras palavras, são traçados *cenários ideais,* que não correspondem às segmentadas e desiguais sociedades latino-americanas, na medida em que violências distintas e rotinizadas ocorrem nesses espaços.

Deste modo, podemos adicionar que, para além das críticas anteriormente ressaltadas, possamos desenvolver uma *crítica periférica* à noção de oportunidades políticas. A relevância disso reside em delinear as especificidades regionais das OP. Por mais diversas que sejam as sociedades latino-americanas, pode-se afirmar que existe uma "unidade na diversidade", forjada em termos históricos, políticos e culturais há séculos. Ao mesmo tempo, as marcas do colonialismo, do imperialismo e da inserção dependente na economia capitalista mundial forjam padrões diversos não somente dos tipos de militância e de lutas sociais, mas também de como estas se relacionam com oportunidades políticas distintivas. O reconhecimento das especificidades não pode implicar, contudo, em um fechamento no discurso da singularidade, que pouco contribuiria analiticamente à descentralização da noção de oportunidades políticas. Em vez disso, torna-se fundamental uma contextualização econômica e cultural das OP, ao mesmo tempo que uma maior ancoragem espaço-temporal, que permita, por exemplo, compreender como as oportunidades estão mediadas também pelas relações entre lugar e identidade e por múltiplos e heterogêneos atores (estatais, privados e paraestatais).

Esta crítica periférica se insere em um movimento mais amplo de questionamento do eurocentrismo nas teorias dos movimentos sociais (Gohn, 1997; Bringel, 2011; Fadaee, 2016; Falero, 2012). Este configura-se sobretudo a partir do que Breno Bringel considerou como uma problemática fundacional mal resolvida:

> "as noções, categorias e conceitos utilizados pela sociologia dos movimentos sociais emergente na década de 1960 foram construídas principalmente a partir das experiências europeias e norte-americanas e não a partir das lutas anticoloniais e anti-imperialistas estendidas, neste mesmo período, pela América Latina e pela África" (Bringel, 2011b: 187).

Não se trata, para o autor, simplesmente de um problema de escopo geográfico e de delimitação do recorte empírico, mas sim de como determinadas experiências de luta e dinâmicas societárias são privilegiadas e servem de base para a construção conceitual de noções e categorias que se pretendem universais.

Diante deste panorama, a saída não é negar tudo o que vem do Norte/Centro, como vem propondo alguns autores vinculados ao debate pós-colonial. Nem tampouco idolatrar tudo o que vem do Sul ou da periferia, sob o risco inclusive de homogeneizar sociedades muito diversas (Bringel e Domingues, 2015). Contudo, em termos macro, há elementos convergentes como a experiência da colonização, a dependência e configurações da estrutura social, diversas às das sociedades centrais, que precisam ser consideradas. Ao mesmo tempo, as formas associativas, as redes, as dinâmicas comunitárias e informais marcam especificidades dos padrões de militância desenvolvidos nas sociedades periféricas.

De todo modo, o ponto mais problemático parece residir em uma divisão internacional do trabalho acadêmico, no qual se reproduz uma rígida divisão entre teoria e empiria, entre quem produz conceitos (Norte) e quem os "consome" (Sul). Embora a América Latina seja vista como um dos mais vivos laboratórios de movimentos sociais para o mundo, infelizmente o avanço teórico sobre o tema na região ainda é bastante limitado. Isso talvez esteja relacionado a uma tendência bastante empiricista e normativa nos estudos sobre o tema na região, agravados pelo que Silva (2015) considera como os dois pressupostos estruturantes para os estudos de movimentos sociais: a *externalidade*, em que existe ou deveria existir uma separação clara entre movimentos e Estado, e a *confrontação*, no qual o confronto é a forma de ação por excelência dos militantes. Assim, não é preciso entender a militância periférica como necessariamente externa e confrontativa ao Estado. A fragilidade teórica a ser superada nessa leitura é o amálgama de atores, espaços sociais e repertórios de ação, considerados dentro do leque dos movimentos sociais. Além disso, a literatura busca reforçar a inadequação dos pressupostos para a apreensão e análise a das relações entre movimentos e Estado mais do que propor alternativas teóricas para transpor essas dificuldades analíticas.

A despeito da tendência empiricista, são relativamente poucos os estudos que buscaram, no caso brasileiro e latino-americano, testar de maneira sistemática, para além de seu uso lateral e/ou protocolar, as hipóteses e construções analíticas associadas ao debate teórico sobre as oportunidades políticas. Os principais trabalhos

empíricos realizados sobre as OP na América Latina, como prova Boudreau (1996), sofreram ajustes macroestruturais para a utilização desse construto na região, buscando analisar casos diversos como os movimentos camponeses na América Central (Brockett 1991), o movimento Zapatista no México (Schulz 1998) e a Revolução Sandinista na Nicarágua (Cuzán 1990), entre outros.

Ditos ajustes, bem como questionamentos da teoria a partir da empiria são fundamentais, segundo Meyer (2004), pois trazem muitas vezes vazios e resultados dissonantes que contribuem a enriquecer a discussão conceitual mais geral. Contudo, ainda é algo pouco habitual, embora existam, também no Brasil, uma série de pesquisas empíricas que tenham dialogado com o debate sobre as OP para examinar o movimento quilombola, o trânsito entre o movimento social negro e o Estado brasileiro, o movimento abolicionista, o orçamento participativo, os conflitos ambientais, entre outros (Leitão, 2012; Alonso, 2011; Luchman e Borba, 2007, Alonso e Costa, 2002; Rennó, 2003; Borba, 2001; Tavolaro, 2008; Bertoncelo, 2009; Rodrigues, 2001; Baiocchi, 2005 e Silva, 2010).

Um dos maiores silêncios destes cruzamentos entre a teoria e a empiria é a imbricação entre pobreza, desigualdades, manifestações multidimensionais e cotidianas da violência e suas relações com as oportunidades e riscos para os militantes e suas estratégias de ação. Se, antes, partindo das definições de Tilly (1978) e Tarrow (1993), houve uma expansão da noção de oportunidades políticas que passou a contemplar a violência enquanto um fator repressivo e de desmobilização, não se pode dizer a mesma coisa quando nos referimos a um contexto e/ou ambiente no qual a violência é rotinizada e aparece como permanência e não como exceção. É justamente diante deste vazio que a presente tese pretende contribuir para pensar as oportunidades políticas em contextos periféricos que, aliás, podem ocorrer inclusive no interior das sociedades centrais, mais especificamente em suas margens.

Tendo em vista este enquadramento, um dos principais estudos que antecedem e inspiram o nosso é a pesquisa de Brockett (2005) sobre El Salvador e a Guatemala. Neste estudo de fôlego, o autor fornece uma aprofundada análise empírica de movimentos intimidados por forças estatais, buscando, através da noção de oportunidades políticas e da teoria do processo político, entender como alguns militantes seguiam suas ações, a despeito da truculência do Estado. Entre as décadas de 1980 e 1990, El Salvador e Guatemala tiveram um alto número de mortes pelas mãos das forças de segurança e seus esquadrões da morte, mas o que pouco havia sido

estudado foi a corajosa continuidade de militantes que mantiveram o confronto, com marchas, greves e ocupações, desafiando o regime. A partir do massacre de *Panzós*, em *Alta Verapaz*, uma região rural da Guatemala, em 1975, em que uma greve foi duramente reprimida, ocasionando a morte de vários militantes, Brockett questiona como muitos trabalhadores seguiram manifestando-se da mesma forma após esse violento episódio, sob riscos ainda maiores que antes, buscando explicar a relação entre política de massa e repressão.

É com a lupa na América Latina que o contexto da ação política deve ser considerado em toda a sua complexidade, especialmente os países que sofreram com a ausência relativa de métodos tradicionais de proteção aos direitos civis. Assim, muito embora haja um relativo advento de novas constituições democráticas em vários países da região na década de 1980, uma reforma institucional ou mesmo das práticas arbitrárias dos agentes estatais não acompanharam esse onda democratizante, tornando notadamente a população mais pobre vulnerável à violência e violações de direitos humanos (Pinheiro, 2002).

Uma teoria das oportunidades políticas que não seja sensível às trajetórias sócio-históricas e às características econômicas e demográficas, desconsidera a produção social do espaço (LEFEBVRE, 1974) e sua dinâmica co-constitutiva da ação coletiva, de atores individuais e sujeitos coletivos. Neste sentido, o espaço não pode ser visto como mero sinônimo de "contexto" ou "ambiente", tal como é habitual em muitas leituras das oportunidades políticas, mas sim como um produto social saturado de significações, resultante de um processo de transformações ao longo do tempo.

Em lugares marcados pela desigualdade social e pela frustração perante as promessas não cumpridas da modernidade (sejam elas as de "emancipação", de "liberdade igualitária" ou de "integração social"), não poucas vezes a mediação sócio-estatal acaba desaparecendo e a violência se impondo como prática. Feltran (2005), por exemplo, já apontara o risco de gerenciamento de populações, previsto nos debates em torno da inserção dos movimentos populares no sistema político e na instrumentalidade do uso da força, sobretudo nas relações internas às periferias.

Dessa forma, torna-se fundamental examinar como a violência incide nas oportunidades que os militantes possuem para a ação e isso ocorre não de maneira geral, mas com espacialidades específicas e territórios particulares (Borges, 2010). Como consequência, emergem sujeitos e dinâmicas políticas e sócio-territoriais que

tendem a complexificar ainda mais as relações entre o Estado e a sociedade. Mostra disso é a possibilidade de atuação com base em seu aspecto legal - rigidez ou estreiteza na aplicação de uma lei - e na não apuração de arbitrariedades ou aplicação de regulamentos cuja construção foi ideológica ou financeiramente moldada no interesse direto daquele sujeito *territorializante*.

Território que, por sua vez, não é meramente um suporte para os atores sociais, como afirma Porto Gonçalves (2002), de forma *dessubstancializada*, isto é, uma realidade objetiva, exterior à sociedade. Já se avançou bastante na conexão entre espaço e movimentos sociais, sobretudo no continente latino-americano, em que são muitas as lutas pela terra e pelo território. A espacialização das lutas (Falero, 2012; Bringel 2006, 2011), contribui para pensar a própria produção das ações e suas dinâmicas de mobilização/desmobilização, além da criação de redes e a construção social das escalas de intervenção política e a relação entre identidade e lugar. Ao mesmo tempo, se o espaço é tomado como um dispositivo de poder, em última instância, sob as pessoas, é possível analisar de forma mais minuciosa o controle territorial exercido sobre os sujeitos, implicando em uma soberania sobre suas vidas. Quando a militância se dá em um forte contexto coercitivo, também se faz necessário pensar a não sujeição dos militantes à vigilância e à repressão estatais (Sewell, 2001; Das e Poole, 2004).

Portanto, o contexto deve ser encarado como um prisma analítico relacional, pois costumeiramente o entorno escapa às análises, de uma forma mais sistemática, sendo reduzido a sua circunvizinhança, ao que existe ao redor. Em se tratando de movimentos sociais e de militâncias, é importante considerar também as instituições presentes e ausentes em uma dada territorialidade, para que a ocorrência - ou não - de mobilizações possa ser entendida. Ao morar em territórios pobres e/ou isolados, as pessoas são prejudicadas em situações de mercado de trabalho, escola e moradia, afetando também suas oportunidades de mobilização. Se as OP são trabalhadas em uma chave analítica que toma o espaço como um construto central para as mobilizações, reconhece-se a desigual distribuição de poder, que ocorre em um tempo e locais determinados. Dado que os territórios considerados nessa pesquisa possuem um baixo ordenamento de recursos frente à cidade e ao país, de uma forma geral, esse prisma analítico ganha relevância.

A crítica *periférica* confunde-se, assim, com a crítica espacial e contextual. Busca considerar as oportunidades de forma especializada e contingente. O contexto

surge, nesse sentido, como um assegurador de quais os recursos e condições subjetivas os atores possuem para melhor matizar a existência ou não de oportunidades políticas. Em outras palavras, como militantes se organizam mesmo com poucos recursos e constroem as oportunidades, de forma dinâmica, permitindo avançar demandas a despeito de árduas condições socioeconômicas. Para tanto, é recuperada a discussão que buscou refletir a partir de *ambientes políticos,* abertos ou fechados à mobilização, tendo como prismas analíticos a responsividade governamental, a estrutura e a estabilidade social.

A causalidade estreita entre o campo político institucional e os movimentos sociais deve, portanto, ser encarada a partir de reformulações nos dois polos: por um lado, a crítica às democracias liberais representativas realmente existentes; e, por outro, as novas formas de militantismo, dinâmicas e práticas do ativismo contemporâneo, que não prescindem das estruturas para suas ações coletivas, mas que muitas vezes encontram formas de ação tidas como alternativas e anti-hegemônicas.

Finalmente, observa-se como boa parte das teorizações sobre as oportunidades políticas, incluindo as formulações dos autores iniciais (Eisenger, Tilly e Tarrow) retiraram da equação a centralidade dos "problemas sociais" (sejam eles a pobreza, o desemprego, a migração forçada ou outros) para focar principalmente no "cálculo político" realizado em contextos que podem ser bem ambientados nos centros sistêmicos, mas dificilmente encontrados na periferia capitalista. Nesta lógica, para estes autores, as oportunidades em si, seriam mais centrais que o próprio descontentamento popular, a dinâmica sempre aberta dos territórios e a possibilidade de emergência da ação individual e coletiva, mesmo em contextos hostis.

Voltamos aqui ao ponto central da tese, que coincide justamente com o que McAdam (1986) denominou como "ativismo de alto risco". Como veremos mais adiante, o autor inova ao diferenciar não somente os diferentes tipos de "custo" para a militância, mas também ao combinar fatores estruturais e motivações individuais, conquanto seu foco principal fosse o recrutamento político. No cenário contemporâneo, a lógica e a dinâmica do recrutamento transformou-se profundamente a partir da inserção de fronteiras mais tênues entre o individual e o coletivo, a entrada e a saída em um movimento. De todo modo, torna-se central relacionar mais fortemente, no nível micro, as oportunidades políticas com as estratégias militantes e as disposições para a ação, e, no nível macro, como isso se relaciona a fatores estruturais.

1. 3 Para além das oportunidades: as estratégias militantes

Consideraremos, a partir de agora, as oportunidades políticas como um conjunto de circunstâncias conjunturais, processos estruturais e dinâmicas relacionais, nas quais os atores individuais e coletivos se posicionam, interpretam e agem, mesmo que, em algumas ocasiões, sem o êxito desejado. Trata-se, portanto, de um arranjo de combinações que envolvem ação, contexto e estrutura e cujos resultados são sempre inesperados. Lidas desta maneira, é possível entender as oportunidades políticas, para além de sua visão canônica, não somente como sinônimo de um "ambiente político" ou como abertura/fechamento das possibilidades de relação entre campo institucional e não-institucional, mas como uma síntese das confluências de um campo relacional que envolvem atores, ação e estrutura em dimensões espaço-temporais concretas. Assim definida, a noção torna-se bastante mais dilatada e passa a ser um conceito que busca captar a *processualidade* da ação e do engajamento militante e não simplesmente seu contexto de atuação *vis-à-vis* o Estado, o sistema político e o âmbito institucional.

Por isso, após enfatizar a centralidade da dimensão espacial e temporal, bem como as especificidades da estrutura social em sociedades periféricas, torna-se importante introduzir a discussão das estratégias militantes, como dispositivos que permitem a atuação de militantes e a elaboração de formas de ação que não são auto-evidentes e que, para além da existência de repertórios culturalmente e historicamente localizados, dependem também da configuração concreta de forças nos territórios, da criatividade dos atores e da capacidade de interpretação e ação nas brechas, sobretudo em contextos, como os que nos interessa, nos quais há mais ameaças que estímulos à militância.

1.3.1 Militância como resistência: as janelas de oportunidades.

Como entender as oportunidades para a militância de sujeitos em determinados contextos, a priori, altamente adversos para a ação? Como se produzem a abertura de possíveis janelas ou brechas a serem exploradas pelos *desafiantes?* Para responder a estas perguntas, é preciso encarar a "abertura" de oportunidades políticas de maneira mais dinâmica e relacional, considerando os principais atores e coadjuvantes em um determinado contexto, em uma coprodução que evita uma

teorização sem atores.

Para Jasper (2016), as *janelas de oportunidades* são alternativas de curto prazo, contrapostas às mudanças de horizontes estruturais, de longo prazo. Esse autor considera cada nova *afronta,* como um acidente nuclear, o vazamento das informações como no caso do *Wikileaks*[18] ou outro escândalo, uma pequena janela para mobilizar as ruas, a ser – potencialmente - aproveitada pelos militantes. As *janelas de oportunidades* aqui devem ser pensadas frente à situação que desencadeia a pergunta principal da pesquisa, de forma a dimensionar as oportunidades de maneira menos estanque, descartando o caráter racionalista do militante que calcula as ações no campo, todo o tempo.

As brechas que os sujeitos enxergam para as suas ações, dizem respeito, fundamentalmente, à ideia de micro-contextos e suas conveniências para as mobilizações, à luz do controle legal-ilegal existente, explorado empiricamente nesse trabalho. Essas formulações devem ser lidas principalmente em contextos latino-americanos, de violência e correlação de forças, de sistemas políticos distintos aos norte-americanos, onde o conceito foi formulado inicialmente.

Em primeiro lugar, a menção às janelas pode ser pensada a partir dos *frames,* a realização de diagnósticos, conceituado por Benford e Snow (2000), partindo de um enfoque de Goffman (1974). Esses dizem respeito aos esquemas de interpretação que permitiriam aos indivíduos perceber, identificar e rotular as ocorrências em suas vidas e devem ser interpretados junto à mobilização e as oportunidades políticas como dinâmicas centrais para o entendimento dos movimentos sociais. Esta forma de interpretação dos movimentos sociais surgiu na década de 1980, buscando ser deliberativa, utilitária e centrada em objetivos específicos.

Já o conceito de *janelas de oportunidades*, amplamente utilizado na demografia, implica em um bônus demográfico, ou seja, um incremento de uma população jovem em um determinado período de alguns países, trazendo vantagens econômicas e sociais antes que a quantidade dos idosos novamente se equivalha. Esse raciocínio decorrente da mudança da estrutura etária da pirâmide populacional é corrente no senso comum, para mencionar um período de abertura de chances, importante para ilustrar os momentos aproveitados por militantes para exporem suas ações, sem medo de represálias.

[18] O episódio das informações vazadas na plataforma Wikileaks, que desde 2010, publica informações documentos confidenciais do governo dos Estados Unidos, provocando uma forte repercussão mundial.

Para entender a exploração dessas chances, é importante pensar a resistência nos termos de Scott (2000), como um discurso oculto dos dominados, que critica o poder de costas para seus *dominadores*. Os sujeitos na base dessa hierarquia desvantajosa conspiram para reforçar as aparências hegemônicas, ocultando-se da vigilância direta, de forma a primeiramente se articularem como uma resistência ideológica. A dominação, para esse autor, não se dá não somente pela apropriação material, mas pela humilhação sistemática, criando uma vida pública discreta, dado que o sistema não permite que os *dominados* se organizem, ao menos não de forma visível.

Dessa forma, as análises sobre os militantismos devem passar, necessariamente, por um entendimento de que só há ação coletiva onde existe oportunidade para que essa ocorra, o que não significa que essas se deem de forma visível e chamando a atenção para si mesmas. A explorada representação de marchas e protestos públicos massivos, assim como as ações públicas para chamar a atenção de uma causa nem sempre corresponde à *realidade* dos militantes em espaços de alta conflitualidade.

Uma janela de oportunidade bastante aproveitada pelos militantes é a exploração de brechas no sistema político. Por exemplo, quando há eleições de quadros de esquerda ou de ex-militantes de causas populares em contextos periféricos. O vínculo próximo com esses políticos permite o avanço de pautas relativamente menores frente às demandas mais estruturais, mas ainda importantes para a vida de territórios às margens, como a recuperação de calçadas, parques públicos e a iluminação noturna, por exemplo. E para tanto é necessário traçar uma estratégia de proximidade entre os sujeitos envolvidos em ações coletivas e os representantes na câmara dos deputados ou instâncias representativas federais e aproveitar as oportunidades das ações de campanha em seus bairros.

A resistência, portanto, se daria por associar-se coletivamente em contextos complexos, com múltiplos atores coercitivos, uma grande distância dos centros políticos e outras dificuldades relativas à falta de dinheiro e tempo, por exemplo. De forma que a reação às muitas práticas políticas das elites – eminentemente territoriais – se dá de maneira minar a capacidade estatal de reprimir as dissidências, esquivando-se do controle e de excesso da violência.

O espaço desafiante e a configuração dos militantes implica em posições diversas: ora associar-se a movimentos bem disseminados, de relativa capilaridade e

difusão (que invariavelmente incluem as mídias sociais, algum marketing como a fabricação de camisetas com os nomes de coletivos e a panfletagem em espaços públicos com uma visibilidade local), ora optar por estratégias de silêncio e ocultamento das ações tão coletivas quanto escondidas. Outra antinomia da militância em espaços com alto grau de coerção é a radicalização de suas técnicas, representada pela guerrilha, mas que também pode ser vista em outras ações, em alguns contextos, que vivem em outro extremo na completa – e esperada – desmobilização da ação coletiva local.

É nesse sentido que aparecem distintos atores (tais como narcotraficantes; agentes estatais, a polícia; coronéis; milicianos e policiais comunitários), que, de forma geral, são pouco analisados nas teorias dos movimentos sociais de maneira conjuntural, embora na prática estejam profundamente imbricados, influenciando também na forma de organização das práticas militantes. Certamente, estas buscam levar em conta a própria configuração da política institucional local (por exemplo, ao identificar quais alianças políticas são passíveis de serem realizadas ou quem seriam os possíveis inimigos dos movimentos e quem é preciso temer), mas não podemos isolar as oportunidades e as estratégias militantes à dicotomia institucional/não institucional tendo como pilar central o Estado.

Ademais, é fundamental, no bojo desta dinâmica relacional e processual, captar as possibilidades e limitações da expressividade pública. Como veremos mais adiante, a violência se manifesta tanto estruturalmente – por exemplo, através do controle territorial (seja por armas ou formas ostensivas de ameaça e intimidação) – como simbolicamente (pela disputa cognitiva e subjetiva dos atores, dos processos e dos território), implicando elaborações, sentimentos e significações diversas, que vão do medo à raiva, entre outros. Como consequência, a disputa *pública* e no espaço público parte de uma assimetria considerável. Quais temáticas podem ser tratadas e que alianças inter-movimentos podem ser feitas quando há tantas travas públicas que buscam interditar a expressividade militante? Como discutir a vida em comum e os problemas coletivos quando a segurança é um tabu pela ação coletiva? Todos esses fatores devem ser considerados no momento da abertura de uma janela de oportunidades, ainda que possa existir um aceleramento e uma polarização dos tempos e espaços da militância, fomentada por tendências como a multi-posicionalidade militante contemporânea.

1.3.2 Das limitações às estratégias militantes

Todas as limitações supracitadas para a ação coletiva em determinados contextos possuem geralmente como subtexto o "fechamento" de oportunidades para que ações coletivas em determinados contextos ocorram. Parte-se para isso do princípio que a conformação objetiva das condições da militância idealmente necessitaria, conforme já mencionado antes, da: i.) abertura de acesso institucional e não institucional à participação de novos atores; ii.) escala de valor relativo dos recursos políticos, com a evidência de realinhamentos de poder no sistema político; iii.) do suporte/oposição entre as elites políticas, com a emergência de fissuras entre essas; iv.) da relativa abertura ou fechamento do sistema político; v.) o aparecimento de aliados influentes e vi.) do declínio da capacidade ou vontade do aparelho do Estado para reprimir o dissenso.

De acordo com a perspectiva canônica das OP, o acesso e abertura institucional, recursos políticos, suporte/divisão das elites, aliados influentes e Estado dialógico conformariam condições ideais para a emergência da militância. A ausência destes fatores, pelo contrário, levaria a um cenário de fechamento absoluto das possibilidades de militância. A despeito de que estes elementos sejam importantes, cabe notar que esta interpretação da limitação das oportunidades da ação acaba delimitando excessivamente o conflito político a atores e a espaços concretos. O cruzamento mais complexo de diversos atores paraestatais (em alguns casos com relações profundamente ambivalentes com este), elaborações subjetivas e cognitivas, bem como dinâmicas culturais e econômicas não aparecem nas teorizações hegemônicas sobre as oportunidades políticas como variáveis que desestimulam a militância.

Desta maneira, é necessário ampliar o escopo tanto das limitações à militância como das possibilidades de subversão a este cenário, variando de cenários que vão da desmobilização dos sujeitos e ausência de organização às ações militantes extremas e radicalizadas. Isso, de fato, foi feito em trabalhos posteriores pelo próprio Tilly (2010), quando passa a definir movimentos sociais como contrapeso ao poder estabelecido; como uma convocação à ação popular com formas específicas de ação de confronto. Essas ações formam parte de uma elaboração coletiva de reivindicações políticas que, se bem sucedidas, entram em conflito com interesses de outrem,

inclusive de governos, com uma variação nas condições políticas que tornam possíveis ou não as ações coletivas.

À ampla noção de movimentos, é importante para a consecução dos objetivos da tese, relacionar as possibilidades e limitações de oportunidades à noção de *militância*, que inclui aqui atores identificados com uma ou várias causas, mas também auto-identificados como autônomos, sem vinculação orgânica a um movimento ou partido político. Para Matonti e Poupeau (2004), militantes são tanto sujeitos inseridos em categorias concretas recentes (imigrantes, gays, sem teto) quanto antigas, que conquistaram uma visibilidade inédita, que incluem o surgimento e a multiplicação de organizações e formas de ação, que não necessariamente estão vinculadas às agremiações políticas existentes.

Por sua vez, o *capital militante* (Matonti e Poupeau, 2004), inclui um reconhecimento advindo do grupo, incorporado por técnicas; disposições a agir; saberes e *savoir-faires* mobilizáveis para a ação coletiva, tanto das lutas partidárias, quanto fora, que permitem conversões para outros universos. Desta feita, jovens membros ou simpatizantes de partidos políticos, afiliação de alguns entrevistados desse trabalho, também foram considerados, em vez de estabelecer uma separação estrita entre "movimentos" e "partidos" ou outros campos de ação militante. De todo modo, esses militantes devem ser pensados apesar do clima de relativo desencantamento com os partidos políticos, cujo sintoma, segundo Norris (2007), é um decréscimo do associativo permanente e o aumento do sentimento anti-partidário.

Assim, os militantes podem atuar mais livremente que as organizações em contextos de alta restrição para a ação, por não atraírem tanto alerta dos poderes estabelecidos em suas áreas. A dialética militante e movimentos, portanto, é essencial para entender as idas e vindas dessas formas de organização. Ao tratar de forma empírica dos militantes, é necessário afirmar que esses não existiriam sem os movimentos, e, portanto, é preciso distingui-los, sendo que as oportunidades se fecham e abrem para ambos, embora não da mesma maneira.

Voltando à discussão sobre as oportunidades políticas, é necessário considerar a instrumentalização do debate, de forma que nesse texto, as estratégias militantes são abordadas como um elemento necessário, parte de um *dueto conceitual* para melhor entender os contextos latino-americanos de violência rotinizada. De uma forma resumida, a existência de ambientes com múltiplos atores violentos implica em um

fechamento das oportunidades políticas para os militantes, que devem encontrar estratégias de ação – coletiva e individual -, discretas e seguras.

No que tange às diversas limitações possíveis para a ação coletiva, a existência de distintas violências no ambiente em que os sujeitos vivem e desenvolvem suas ações militantes é essencial para a análise. De forma que devem ser levados em conta como limitantes tanto a violência mensurada pelo Estado quanto as violações de ordem mais subjetiva, sentidas pelas pessoas, como um medo a ser superado para prosseguirem com suas ações. Ainda que seja minoritária, a transformação dessas contenções em estratégias é parte de uma vivência particular muitas vezes negada e ocultada, daí a relevância de serem inquiridas no presente trabalho.

No entanto, nem tudo são limitações para os militantes de distintos movimentos sociais nas áreas investigadas, e a existência - e concordância em participar - de militâncias ativas é a *exceção que comprova a regra.* Nem todos os militantes e movimentos são capazes de transformar suas limitações em oportunidades para militar e são igualmente abordadas as determinações que os impedem de agir sem maiores riscos para suas vidas. A estratégia surge, nesse sentido, não como uma ferramenta ou um "pacote" fechado, mas sim como uma construção social militante, que requer reflexividade, uma leitura da realidade social, um posicionamento e a visão dos outros no campo.

As estratégias dos militantes nada mais são, portanto, que uma constante avaliação entre as possibilidades de ação (oportunidades) e as formas e os horizontes traçados para alcançar um determinado resultado (as estratégias em si). Destarte, a proposta analítica aqui apresentada é pensar como as oportunidades políticas contemplam as dimensões relacionais e conjunturais do *confronto político,* em uma criação constantemente em movimento.

Tanto a noção de "estratégias" quanto a de "táticas", centrais no marxismo, foram relativamente negligenciadas nas últimas décadas estudo dos movimentos sociais (Goodwin, Jasper, 2003; Jasper, 2016), sobretudo por conta de uma leitura dos movimentos sociais que considerava uma única unidade de análise. Tais análises teriam descartado as interações entre diferentes ações coletivas e militantes, na mesma *arena de conflito,* subjugando a chave estrategista e desconsiderando as estruturas internas dos movimentos que afetam sua habilidade de perceber os custos das ações.

As estratégias, para Maney (2012), carecem de uma definição consensual entre

os autores dedicados aos movimentos sociais, dado que sua pesquisa está sempre suscetível a racionalizações *ad hoc*. Ainda assim, grosso modo, em sua elaboração seriam os mapas e a bússola para os militantes, dado que consistem da definição, interpretação, condução e conformação de um plano da ação coletiva. A militância tem como prática, para o autor, ligar às estratégias as estruturas simbólicas, relacionais e interativas de seus ambientes.

Já o caráter cultural das estratégias é enfatizado por Jasper (2016), dado que incorporam decisões sobre objetivos e meios para atingi-los, para além da mobilização de recursos e identificação de oponentes. Ao enquadramento estrategista, que parece superdimensionar o cálculo militante, devemos inserir, portanto, uma visão mais aberta.

Levados em consideração os contextos altamente restritivos em termos de OP para a ação militante, é preciso discutir as estratégias militantes como uma relação contingente. As estratégias, portanto, são vinculadas às oportunidades por serem também frutos da reflexividade e também das (in)certezas dos atores em movimento. De forma que, estrategicamente, com o aumento da violência local, pode ocorrer não somente uma radicalização deliberada das ações militantes ou seu total engessamento, mas também fórmulas intermediárias que são criadas e testadas na própria dimensão cotidiana da militância, como é o caso de intervenções de caráter cultural no território, seja através do teatro ou de outros recursos possíveis.

Finalmente, o intercruzamento entre oportunidades e estratégias deve ser lido em uma chave analítica que evada a *miopia do visível,* nos termos de Melucci (1994), ou seja, a reflexão deve ter seu foco não somente nos aspectos mensuráveis, mas também na atividade submersa de redes sociais e na produção de novos códigos culturais. Discutir como se produzem novas formas de ação em contextos de arriscada movimentação social, evita uma falsa linearidade entre os efeitos dos movimentos, a partir do acionamento de determinados agentes sociais, negligenciando a ação dos mediadores em jogo (Araujo Silva, 2013; Falero, 2012).

Para transformar uma limitação em estratégia, a noção de ativismo de alto risco proposta por McAdam (1986) é importante. Esta é definida como o fino equilíbrio necessário entre fatores estruturais e individuais para que um sujeito se envolva em ações contestatárias. A mediação entre ambas as dimensões passa necessariamente pela elaboração individual e/ou coletiva das percepções de injustiça e relação entre posicionalidade estrutural e projetividade sociopolítica ou, em outras

palavras, o mundo realmente existente e o mundo que queremos/sonhamos/desejamos. Dentre os fatores a serem considerados, a importância de histórias de ativismo anterior (familiar) e sua integração com redes de apoio e solidariedade devem ser destacadas.

Ainda sobre o ativismo de alto risco, McAdam afirma que "a disposição ideológica à participação importa pouco se ao indivíduo falta o contato estrutural que *empurre* ele ou ela à atividade de protesto" (1986, p.65). Conquanto as dimensões das estruturas sejam importantes, essas não são exaustivas, de forma que a militância nesse trabalho é entendida em um regime de coprodução de oportunidades políticas como um conjunto (Tarrow, 2006).

As estruturas convivem lado a lado com as estratégias dos sujeitos, pois tampouco são tão herméticas a ponto de limitarem completamente a ação coletiva, mas seguramente forçam os sujeitos e seus coletivos a algumas adaptações. Entendidas como formas de aplicar os meios disponíveis ou explorar as condições favoráveis com vistas e objetivos específicos, as *táticas* militantes são distintas – confundindo-se as vezes com a noção *tilleana* de "repertórios" – e a seu respeito os capítulos empíricos esmiúçam suas formas e apresentações distintas.

Portanto, as limitações para as militâncias, são diversas e polissêmicas, servindo de forma a desestimular o engajamento coletivo, mas não todos os tipos de militância. Não se trata de relegar aos que insistem em seu papel de *desafiantes* o rótulo de resilientes, ou seja, uma qualidade psicológica, relativa à capacidade do sujeito lidar com problemas, superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas. Ao invés disso, buscarei nos capítulos seguintes da tese investigar os caminhos construídos, individualmente e coletivamente, que proporcionam que os limitantes estruturais sejam transformados em possibilidades de ação.

Assim, as múltiplas manifestações violentas surgem, conforme antecipado, como a dimensão central da análise, permitindo inclusive retraçar as ausências e discricionariedades estatais. Além disso, as relações políticas em seus enquadramentos formalizados na sociologia política nas noções de coronelismo, clientelismo e vazio estatal, também devem ser abordadas. A relação entre violência e movimentos sociais será discutida detalhadamente no capítulo a seguir, mas antes disso contextualizaremos os diversos cruzamentos entre oportunidades políticas e violência.

1.4 As oportunidades políticas e a violência dos/nos movimentos

A violência é um dos elementos centrais na configuração de oportunidades para a militância e para os movimentos sociais. Argumento aqui que, em suas múltiplas configurações, deve ser considerada analiticamente para além de categorias relativamente estanques como a repressão e a criminalização. Em geral, a relação feita na literatura especializada entre as oportunidades políticas e a violência tende a isolar a violência como fenômeno presente no Estado (via repressão) e nos movimentos sociais (uso da violência política). No primeiro caso, Della Porta e Reiter (1998) analisaram os estilos de policiamento dos protestos, considerando a organização policial, a natureza do judiciário, os códigos legais e os direitos constitucionais como fatores importantes para a abertura ou fechamento das oportunidades. No segundo caso, desde Marx e Sorel, inúmeros autores teorizaram sobre o uso político da violência pelos movimentos sociais, principalmente os revolucionários. Mais recentemente, inclusive relacionou-se também as insurgências violentas (como o foquismo) com a possibilidade de criação de oportunidades políticas em contextos adversos.

Apesar da contribuição inconteste destas pesquisas, nota-se uma limitação do debate ao Estado e ao uso político da violência, desconsiderando-se, em geral, as diversas formas através das quais a violência se manifesta. Mais grave ainda são algumas interpretações de teóricos vinculados às teorias norte-americanas dos movimentos sociais, que trataram os fenômenos relativos à violência de maneira desvinculada das instâncias de ação política, ou seja, como consequências de patologias individuais ou sociais, resultado de carências materiais ou de tensões estruturais. Mesmo nas visões mais abertas, é recorrente o entendimento de atos violentos como resultado da interação entre atores políticos e *protestos*, envolvendo diversos agentes, em uma rede complexa e multifacetada de relações sociopolíticas. O fechamento das OP provocaria o escalamento de repertórios violentos, sobretudo durante a fase descensional da mobilização, ainda que a velocidade desses processos possa variar.

Contudo, Bosi (no prelo) já considera que a violência não é intrínseca aos movimentos de protesto, nem tampouco um fenômeno excepcional, a ser entendido como irrevogavelmente dependente da cultura em que as mobilizações ocorrem. De

forma que o que é percebido como violento em uma determinada sociedade, em um tempo histórico determinado não o é para outra, em um momento distinto.

Deste modo, não é possível isolar a violência nos/dos movimentos dos conflitos sociais e políticos mais gerais. Dado que as oportunidades políticas não são neutras, mas dependem inerentemente do contexto em que se desenrolam, a violência ganha maior complexidade no bojo de disputas mais abrangentes que se desenvolvem nas sociedade, sendo fundamental, conforme sugere Machado da Silva (2009), compreender o território dos conflitos e as configurações assumidas pelos próprios atores no campo.

1.4.1 A multidimensionalidade da violência e sua centralidade analítica

Eisinger (1973) já afirmava que as oportunidades políticas possibilitavam uma definição de protestos que incluía a violência política. Desde seu inicio, com Eisinger, o tratamento da violência e sua relação com as oportunidades políticas partia de pontos distintos em um *continuum* da agressividade e responsividade violenta dos atores envolvidos em beligerâncias políticas. Assim, há uma oscilação contínua entre a perspectiva *criminalizante* (com movimentos violentos) e *repressiva* (com a necessidade e/ou excesso da resposta estatal à militância). Diante desta dualidade, escapa uma dimensão mais multidimensional da violência, negligenciando-se fatores como a sensação de medo permanente dos sujeitos, modos mais truculentos e/ou, às vezes, mais sutis/cotidianos de abordagens que escapam à repressão dos protestos, mas também contextos de altos índices de homicídios, roubos, sequestros, tortura e desaparecimentos.

A restrição da violência à "extensão na qual um regime reprime ou facilita a ação coletiva" limita enormemente a compreensão das oportunidades políticas e das estratégias militantes. Esta restrição, ademais, não se aplica somente aos contextos desta tese (ignorando, por exemplo, a cumplicidade entre governos e agentes de narcotráfico ou a sensação de medo permanente nos militantes), mas também a outros ambientes de *exceção permanente*, nos quais os sujeitos que propõem ações contestatárias estão sob ameaça frequente. Esta violência permanente busca dar conta de um recurso violento que, à primeira vista ou em um primeiro momento, parece

excepcional, mas que, no entanto, é constante, como veremos com maiores detalhes mais adiante.

Em que pese que nesse trabalho serão discutidas algumas das implicações da abordagem exclusiva dos paradigmas dos movimentos sociais da repressão estatal aos militantes e às ações violentas utilizadas pelos movimentos, adianto a necessidade de se considerar as nuances da violência para as oportunidades políticas. Afinal, quais são as possibilidades de ação e as oportunidades surgidas quando muitos são os fatores coercitivos em um ambiente específico? A leitura da sociologia dos movimentos sociais que desconsidera o medo e as diversas manifestações contínuas da violência acaba condenada repetindo os mesmos sofismas estruturalistas, com uma lupa exagerada no presente e sem mediações das análises anteriores.

As ações violentas ocorrem de forma legal, ilegal para-legal e o impedimento às ações coletivas e a leitura das oportunidades políticas também varia de acordo com estas formas de manifestação da violência. Assim, uma leitura das ações coletivas sensível às oportunidades políticas deve levar em consideração a centralidade das múltiplas faces da violência, principalmente por seu caráter de trazer à luz as desobediências cotidianas e silenciosas que essa proporciona, de forma a não serem facilmente reprimidas. Isso, em contextos em que a ação dos atores e aparatos repressores é amplamente *rotinizada*, ou seja, a violência é, na maior parte do tempo, contida, e os esforços e recursos para manter as manifestações aumentam, passando a ser parte do cotidiano de uma população e um território.

Para tanto, é útil a crítica realizada a partir das escalas de intervenção política. Essas, para Eliasoph (1998), possibilitam uma reflexão importante, dado que em seu trabalho, ao investigar a razão pela qual a maioria dos estadunidenses ignora a política, chegou às formas "não convencionais" através das quais eles se engajam politicamente. Assim, há espaços onde se pode falar mais confortavelmente sobre os assuntos que acreditava não falar a respeito, além de observar como a política é definida de forma *realista* para a maior dos sujeitos, ou seja, as questões são tratadas como menores e resolvidas em âmbitos locais.

Contudo, tratando-se de militantes, que não evitam a política, mas sim, contornam, com suas escalas de intervenção coletiva, contextos de alto índice de violência, o espaço para esses deve ser considerado de forma a estruturar as disputas e a repressão (Aminzade et al, 2001). Sobre a repressão enquanto *modus operandi* permanente para os movimentos sociais, versa o item a seguir.

1.4.2 A democracia como regime e a violência como prática

Pensar a multidimensionalidade da violência implica entendê-la contextualmente, em um *continuum* próprio*,* que pode ter como ponto de partida a repressão, mas que não se esgota nela. As teorias dos movimentos sociais não só reproduziram uma estrita diferenciação entre repressão estatal e violência políticos dos movimentos, conforme assinalado antes, como também uma forte separação entre democracia *versus* autoritarismo.

Diante desta disjunção, foram se consolidando dois postulados gerais que se estenderam em boa parte das interpretações sobre o tema: o primeiro, de que haveriam mais oportunidades políticas em regimes democráticos que em regimes autoritários (BOSCHI, 1987); o segundo de que haveria uma relação diferenciada entre ação coletiva e oportunidades políticas entre sociedades periféricas e centrais, tendo em vista que nas democracias "estáveis" haveria mesmo risco de repressão continua (GOODWIN, 2012).

Ambos os postulados, conquanto relevantes, precisam ser matizados. Em primeiro lugar, a separação entre regime democrático e regime autoritário levou a que a discussão sobre a violência (seja de Estado, seja da ação política dos movimentos) fosse deslocada quase totalmente para o caso de regimes autoritários, permanecendo presente em regimes democráticos somente na repressão a alguns protestos. Isso implica que a maioria das pesquisas sobre esta temática acaba não captando diferentes dinâmicas e práticas violentas existentes nos regimes democráticos. A democracia, aliás, é definida, em geral, de maneira muito procedimental e não substantiva, motivo pelo qual não se localiza nas práticas sociopolíticas, mas na sua associação com a formalização estatal.

A essa leitura, é importante adicionar a ideia de que em regimes *democráticos* não existiria a propensão a reprimir violentamente os movimentos e militantes, inferência oculta na ideia de que nos "ambientes" em que as instituições democráticas funcionam *perfeitamente,* como em países centrais no capitalismo contemporâneo, não haveria tendência à repressão. Ao contrário, em países cujos procedimentos altamente institucionalizados são incipientes, haveria um confronto com um Estado autoritário e repressivo, indo de encontro ao que Renato Boschi (1987) já assinalara no contexto de lutas pela redemocratização no Brasil, enfatizando que a atuação coletiva supõe a existência de instituições estáveis, condição dificultada durante a

Ditadura Militar, por exemplo, por acreditar que elas acontecem mesmo sem essas precondições, ainda que de forma muito menos evidente e ostensiva.

Ainda assim, não podemos desconsiderar o argumento de que, em regimes autoritários, ou em "democracias frágeis" de "institucionalidade débil", vigora uma lógica dos movimentos sociais de, simultaneamente, escapar do controle estatal e capturar esferas específicas deste que monopolizam recursos materiais, usualmente escassos (BOSCHI, 1987). Ou seja, os impulsos autonomistas dos movimentos invariavelmente incluiriam as instituições controladas pelo Estado em seus cálculos, e, portanto, a democratização seria crucial, de forma a tornar os controles mais flexíveis. Certamente, essa bifurcação entre autoritarismo/democracia e repressão/normalidade democrática está fortemente conectada a processos sócio-históricos concretos como as transições de regimes autoritários a democráticos (caso do Brasil pós-Ditadura Militar, por exemplo), mas, ao mesmo tempo, deixa entrever uma visão limitada, normativa e algo eurocêntrica da democracia.

Dado que a territorialização dos conflitos leva à atuação de *repertórios* de ação cada vez mais localizados, apesar da tendência de transnacionalização dos movimentos, as oportunidades políticas também experimentam muitas mudanças no contexto de democracias mais estáveis. Isto é visível tanto em "leis mordaça" que impedem a livre manifestação como em dinâmicas seletivas de abertura estatal e institucional que abrem-se a alguns grupos mais afins, mas reprimem e chocam frontalmente com aqueles mais conflituosos (BRINGEL, 2011).

Como pano de fundo, emerge então a questão da crise da democracia enquanto narrativa e prática que permitiria agregar a diferença e promover a convivência social em uma determinada comunidade política. Trata-se de um amplíssimo debate, com diversas ramificações. A efeitos do que aqui nos interessa, é mister sublinhar que a relação entre oportunidades políticas e estratégias militantes não pode limitar-se a uma concepção limitada de democracia, vista somente como regime que se contrapõe ao autoritarismo. Inclusive Brockett (2005), ainda bastante vinculado a uma perspectiva convencional das OP, abre uma possibilidade para a compreensão da democracia como prática social, também presente nas ações e percepções dos militantes. Na prática, certamente viver em um regime supostamente democrático não significa um tratamento igual a todos os habitantes de um território.

É sobretudo nas periferias urbanas e em algumas áreas rurais mais remotas onde boa parte dos regimes democráticos não se caracterizam precisamente como tais,

pois nem sequer conseguem garantir suas promessas mais gerais, tais como a liberdade de expressão, a igualdade, a diversidade ou a justiça. Em muitos casos, não garantem nem sequer o voto livre, pilar da democracia representativa. É também nestes territórios onde frequentemente a violência não é a exceção, mas sim a regra. Nem sempre a violência física direta, embora também, mas sua rotinização em uma série de dimensões práticas, subjetivas e cotidianas.

Por isso, a presente tese pretende, em suma, estudar as oportunidades políticas e as estratégias militantes vinculadas à violência. Isso, contudo, não significa nos restringirmos a regimes autoritários nem tampouco focar somente nos momentos de repressão. A questão central é lidar com as possibilidades de militância nas margens do Estado e nos retalhos dos regimes ditos democráticos contemporâneos que convivem, crescentemente, com o autoritarismo social, a violência policial, a repressão e a acumulação social do medo, influenciando, de maneiras diversas, as oportunidades políticas e as estratégias militantes.

Nesses contextos, cada vez mais militarizados, a coerção opera de maneira diversa àquela centralizada exclusivamente pelo Estado nação, estudada por Charles Tilly, seja em suas pesquisas sobre a formação dos Estados ou sobre a construção da ação coletiva de confronto. Outras forças e dinâmicas, como as forças privadas, as milícias, matadores, agentes de segurança do comércio, entre outros, coexistem com efeitos múltiplos sobre a militância. Neste cenário, as experiências, os enquadramentos e as percepções– reais ou potenciais – da militância que se pretende transformadora do status quo devem ser analisadas de forma mais afinada à complexidade das relações, ameaças e possibilidades.

Se tudo isso torna o debate sobre as oportunidades políticas mais delicado e de difícil apreensão, ganha-se em termos heurísticos ao nos debruçarmos sobre casos e situações habitualmente abandonadas ou negligenciadas pelas teorias dos movimentos sociais. Isto talvez deva-se ao fato do interesse dos estudiosos em analisar as experiências mais visíveis e relativamente "exitosas", conquanto também devamos relativizar o fracasso e o sucesso quando lidamos com as ações coletivas e o confronto político. Por isso, decifrar esta amalgama exige sensibilidade para apreender o que Javier Auyero (2004) define como a *rotinização da ação coletiva.* Há duas consequências diretas disso que são fundamentais para nossa tese: a primeira delas, é a análise de um *continuum* marcado pela permanência (mesmo que fragmentada) e pela invisibilidade da militância antes que, como habitual nas teorias

dos movimentos socais, pela excepcionalidade e pela alta visibilidade pública, seja pela intensificação de ciclos de protesto ou pela publicização societária das mobilizações. A segunda, por sua vez, diz respeito à justaposição das relações da política contestatária com as econômicas, culturais e sociais, características do espaço em que se inserem, incluindo inclusive laços clientelistas, se existentes. Essa interrogação marca o espaço físico e o espaço socialmente produzido como um fator central tanto para o entendimento tanto dos lócus de conflito como das possibilidades militantes.

De todo modo, o que se rotiniza não é somente as construções das estratégias militantes e a ação coletiva em um sentido estrito, como sugere Auyero, mas também as práticas e dinâmicas mais amplas existentes nos territórios, como as diversas faces da violência. Violência rotinizada que influencia comportamentos individuais e coletivos, relações sociais e formas de organização. Levando em consideração a centralidade do tema para a discussão geral da tese e para os casos analisados, o capítulo seguinte tratará, ainda a partir de uma discussão mais geral, sobre a relação entre violência e militância.

Capítulo 2 – Movimentos sociais, militância e violência(s)

> 'X9[19] morre cedo', ouço crianças gritando várias vezes, dentro do campo de futebol, enquanto espero por um militante que entrevistarei a seguir. Um dos meninos na quadra, acuado, responde que não fez nada. A confusão está instaurada entre as crianças que, anteriormente, jogavam futebol na rua, e alguns adultos que vivem nas redondezas. O grupo de jovens, entre 10 e 17 anos, parece interromper a partida para acusar ou defender o adolescente da denúncia de um rapaz, de no máximo 30 anos, que teve seu celular roubado nesse local.
>
> Quando chego ao portão, perto do local onde realizarei a entrevista, em frente à quadra de futebol, vejo toda a movimentação posterior ao furto, envolvendo não só os jogadores e o homem, mas a vizinhança das casas – algumas extremamente pobres - perto da quadra. O adolescente acusado de roubar o celular do homem mais velho repete 'não roubei, eu tava só aqui, empinando pipa', o homem pega o celular em uma mesa e fala 'você não sabe que aqui você não pode fazer isso?'. Uma vizinha atrás, grita 'sua mãe vai te bater muito quando souber...", ao mesmo tempo que um carro com quatro homens jovens passa, circundando a quadra e cercando o menino que teria roubado o celular. A cena é ameaçadora".[20]

A cena cotidiana acima ocorreu em uma periferia da Zona Oeste, no Rio de Janeiro, e contribui a elucidar o objetivo desse capítulo: abordar a relação entre ação coletiva e a rotinização da violência experimentada pelos militantes. Embora, em um olhar panorâmico, pareça ilustrar somente a sensação de medo e intimidação cotidiana vivida pelos moradores de determinados territórios, se desdobrada para nosso objeto específico de estudo permite uma aproximação ao temor diário de militantes da região, considerados incômodos tanto para o Estado quanto para grupos criminosos. Cenas semelhantes são também vivenciadas em diferentes localidades do estado de Guerrero, no México, e em vários outros lugares da América Latina e do mundo onde a violência manifesta-se no dia a dia dos territórios e da população, tanto de maneira estrutural e explosiva quando de forma mais sutil e subjetiva.

[19] *X9* são como são conhecidos os delatores, principalmente nas favelas do Rio de Janeiro, sujeitos que entregam uma situação a outrem.
[20] Fonte: Caderno de Campo.

Destarte, esse capítulo busca discutir o ambiente político violento como uma constante na atuação dos movimentos sociais e nas possibilidades e limitações da militância. Para tanto, é preciso admitir a violência como uma categoria heuristicamente importante, levada a sério, sem que seu uso seja instrumental ou difuso, dado a sua polissemia, enfatizando o quanto ela afeta a vida dos envolvidos, das resistências aos constrangimentos e as situações de opressão que fomenta. Assim, torna-se possível refletir sobre como distintas formas de violência são conjugadas com movimentos e expressões de contestação social, tanto na literatura acadêmica como na prática política dos entrevistados, a partir de categorias nativas, que incluem "a falta de Estado" e as noções de "coronelismo" e "clientelismo".

À diferença do tratamento habitual dado ao fenômeno da violência nas teorias dos movimentos sociais, enquadrada geralmente em sua excepcionalidade (em guerras, insurgências, motins, revoluções e outros tipos de conflitos políticos), nosso foco será encara-la a partir de sua permanência, isto é, como um elemento central do contexto em que se desenrolam as ações coletivas, as sociabilidades militantes e suas estratégias políticas.

Isto implica contemplar elementos mais gerais, estruturantes e objetivos – como, por exemplo, os índices de homicídios, os sequestros, os roubos ou os "desaparecimentos" –, mas também aquelas dimensões mais subjetivas associadas à violência, incorporando, entre outros elementos, a vivência dos entrevistados. É possível combinar, assim, tanto a violência visível – manifesta na criminalidade urbana, na atuação do narcotráfico e em seus efeitos em territórios periféricos – como a violência mais invisível – aquela que transcende os dados oficiais e os casos mensuráveis pelo Estado, mas é central pela internalização da violência através do medo (e outras consequências) e pela emergência de diversos códigos e práticas informais.

A violência aparece assim como elemento indissociável das oportunidades políticas, algo nem sempre trabalhado com propriedade em suas formulações iniciais, tendo em vista o protagonismo de uma visão de "contexto" e de "ambiente" orientada por regimes democráticos e estáveis. De todo modo, as oportunidades políticas, como abordadas anteriormente, buscam dar conta do ambiente político em que se desenrolam distintos movimentos sociais, que, de acordo com uma conjuntura específica, sofrem influências múltiplas, positivas ou negativas, em sua emergência e desenvolvimento. Embora considerem a violência, o fazem de maneira limitada. Para

além da violência coletiva e do estado de exceção, amplamente trabalhadas na literatura, pretende-se aqui entender a violência rotinizada como dimensão também central para o estudo das oportunidades políticas e das estratégias militantes e as configurações de possibilidades e restrições para a ação coletiva.

Isso porque a existência de um objeto violento, em si, é questionável, sobretudo por não se evidenciar sozinho, não sendo possível estudar um fenômeno como se ele fosse sua única representação social. Para Da Matta (1982), a violência, em uma perspectiva sociológica, deve ser tramitada em sistemas sociais específicos, enquanto um dado próprio da condição humana, um conjunto de valores associados a certas formas de violência em sociedades específicas. A análise empírica desenvolvida nos próximos capítulos da tese ratifica isso, com sua devida inserção societária e construção histórica, política e social da violência como uma moeda corrente nas vidas dos habitantes dos territórios e dos militantes que nele habitam e/ou atuam.

2.1 A violência como exceção e como permanência

Para dar conta desta proposta, a primeira parte deste capítulo parte de uma estratégia metodológica e narrativa que insere a discussão do plano mais geral ao mais específico. Trata inicialmente as contribuições teóricas seminais de autores que analisam a relação entre violência, a (ação) política e o Estado como Marx, Weber, Sorel ou Tilly, avançamos rumo a aportes de autores, como Auyero e O'Donnell, que analisam mais especificamente a América Latina, sua democracia e a militância, para, finalmente, chegar à produção brasileira e carioca, onde destacam-se, entre outros, os estudos de Luis Antonio Machado da Silva e Michel Misse.

Feita estas considerações iniciais mais gerais sobre o tema, a segunda parte do capítulo discute os dois principais prismas analíticos que associam violência e movimentos sociais dentro das teorias dos movimentos sociais. Definirei os mesmos como "paradigma repressivo" e "paradigma da radicalização política", pois oscilam entre a repressão e a criminalização dos militantes e as ações violentas utilizadas pelos militantes e movimentos. Conquanto importantes, acabam nublando o que nos interessa centralmente na tese: a violência rotinizada, que será discutida como uma possibilidade intermediária e complementar aos dois paradigmas.

Por fim, a rotinização da violência é examinada a partir da sua ancoragem nos atores e nos territórios. A confluência entre discricionariedade estatal e disputa territorial entre atores diversos permite entrever as lógicas do Estado às margens, com complexas relações entre grupos de poder, percepções generalizadas entre a população (como a "falta de Estado"), zonas cinzentas de difícil apreensão e imbricações ambíguas entre medo e tranquilidade. Estes elementos característicos da violência rotinizada contribuem a problematizar também que ambientes aparentemente calmos mascaram violências consideradas extraordinárias em outros contextos, mas naturalizadas por seus habitantes. O medo é o resultado mais visível, mas nem sempre paralisa, como veremos nos capítulos seguintes, as ações militantes que, no entanto, adotam uma alta modularidade como forma adaptativa e criativa para enfrentar tanto a discricionariedade estatal como a organização eminentemente clientelista da política local.

2.1.1 Notas gerais sobre a violência, o confronto político e o Estado

De Maquiavel a Hobbes, passando depois por muitos outros, um dos temas centrais da teorização sobre a política é a organização do "bom governo", sempre que possível, monopolizando a violência, sejam os atos violentos causadores de dano físico às pessoas e aos objetos, ou contra interesses e desejos dos sujeitos. A despeito de que boa parte da discussão sobre *a política* contemporânea acabe minimizando o conflito político ao focar as lentes analíticas na dimensão formal, procedimental e institucional do jogo político, a violência – e suas múltiplas formas de configuração – é indissociável da constituição *do político.*

Se a natureza e os fundamentos da violência estão, em última instância, vinculados ao poder e à tensão entre regulação/emancipação, a ação coletiva que envolve o conflito social sempre está aberta à conservação da ordem ou à possibilidade de configuração de uma nova ordem. A célebre metáfora de Marx, na qual "a violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova" (Marx, 2013, p. 821), é emblemática neste sentido e seus sentidos foram aproveitados desde sua formulação, anunciando uma ambição revolucionária, nem sempre verificada na prática.

Arendt (2002) afirma que essa leitura da violência feita por Marx, como parteira da história, é incorreta ao equivaler atos violentos à ação política, dado que para o pensamento marxista as ações são feitas por homens com plena consciência do que realizam, em uma fabricação da história. Para Arendt, Marx acreditava que as coisas fabricadas pelos homens implicariam impreterivelmente em "alguma violência que incidirá sobre a coisa que se torna a matéria básica do que foi fabricado" (Arendt, 2002, pp. 62-3).

Ainda a partir dessa analogia, o próprio processo de acumulação primitiva, segundo Marx, confere importância à coerção, acionada na modernidade hegemonicamente pelo Estado, dado que foi com violência que os camponeses foram expropriados, desenraizados e presos à fábrica. Assim, a violência estatal direta deveria, em tese, ceder terreno graças ao desenvolvimento do processo capitalista, de forma que para o teórico, atos violentos e coercitivos seriam elementos essenciais da emergência histórica do capitalismo, mas não necessariamente seriam elementos presentes em seu desenvolvimento padrão.

Para entender melhor essa centralidade da "violência revolucionária", recorre-se frequentemente à teoria que leva em consideração uma perspectiva de maior civilização para determinados territórios. Nesse sentido, Weber (2013) realizou uma análise, a partir da monopolização da violência, que teria permitido certa pacificação dos espaços e das escalas dos Estados e uma maior centralidade da coerção estatal do que da violência física, cotidiana. Weber trabalha a gênese do Estado moderno como uma associação que extorque os cidadãos comuns e controla os recursos, concepção que é retomada posteriormente por Tilly (1985), quem inclusive chega a pensar a construção do Estado como uma forma de "crime organizado", gerando uma interdependência entre guerra, extração, proteção e organização da vida política.

Enquanto Tilly buscava entender a *construção* do Estado moderno, Marx estava mais preocupado com sua *dissolução*. No entanto, embora seus pontos de partida e de chegada sejam muito distintos, ambos reconhecem na ação coletiva e no confronto político uma forma essencial para gerar concessões das autoridades ou transformações profundas da sociedade e do Estado. Deriva-se daí um entendimento bastante estendido, desde um primeiro momento da modernidade até décadas atrás – quando esta tornou-se consideravelmente mais complexa –, de que a relação entre movimentos sociais e violência passa por uma centralidade inconteste do Estado como ator político ambivalente, visto ora como expressão da dominação de classe e

da autoridade e do controle social ora como espaço de disputa e como organização sociopolítica transitória que pretende ser superada (Bringel e Domingues, 2012)

Ademais, de uma concepção temporal e historicizada do Estado e da violência, boa parte da teoria social e política também preocupou-se por sua dimensão espacial, associada às relações objetivas de poder no território, às dimensões interna e externa do Estado e sua capacidade de gerar capilaridade e relação, ali onde dispõe de soberania, com a população. Interessa, neste sentido, a proposta de Norbert Elias ao tentar explicar os universos sociais presentes em todo e qualquer processo civilizador. Esses, têm como funções internas a coação externa e a auto-regulação interna, variando em sua eficácia e permanência, que se combinam no processo. Elias (2002) recupera esse fino equilíbrio entre as coações externas (ameaças de violência física) e auto coação, de forma que "quanto mais alto o nível permanente de periculosidade, tanto mais baixo o nível permanente de civilização" (Elias, 2002 p.22). Assim, a mudança social a que se refere é que diz respeito a quais sociedades podem desenvolver-se na direção da diminuição da violência externa em favor do autocontrole ou o inverso.

À semelhança de Weber, Elias considera que durante o processo civilizatório – centro-europeu, mas tomado como universal - a violência foi monopolizada pelo Estado, com a incorporação de diversos hábitos pelos cidadãos que os afastariam do seu uso. É, portanto, a condição de possibilidade da civilização que a violência seja monopolizada estatalmente em semelhança ao tipo ideal weberiano, e que essa se afaste progressivamente das relações cotidianas, em um estatuto disjuntivo mutuamente excludente: violência ou civilização.

O argumento de Elias é estadista, entendendo uma relação proporcional que considera que quanto menor o monopólio da violência, menos civilização. O resultado dessa análise metonímica, que toma a experiência europeia como universal, é uma classificação eurocêntrica das populações, ou seja, dos atos mais civilizados aos menos civilizados, em função de quanto seus Estados lograram monopolizar as violências.

Em outra aproximação que considera a violência – neste caso, revolucionária – como instauradora de uma nova ordem, o trabalho seminal de Sorel (2005), em 1908, matiza o conceito, do ponto de vista dos sujeitos que desafiam o poder. Na mesma linha de Marx ao rechaçar uma vertente moral dessa discussão, o teórico aborda a distribuição desigual dos atos violentos na sociedade, associado a certas

categorias sociais, sendo frequentemente atribuídos aos mais pobres. Ao retomar essa concepção, Wieviorka (2005) reforça a necessidade de situar as ações violentas historicamente, pois ao aplicá-las a movimentos com bases distintas ao sindicalismo revolucionário francês do século XIX, grande parte de seu sentido heurístico é dissipado.

É notório, portanto, que o Estado é um ator fundamental para pensar a violência. No entanto, sua centralidade não pode negligenciar a heterogeneidade de forma que este assume historicamente em diferentes lugares, nem tampouco a disputa que, muitas vezes, assume com outros atores políticos que disputam o território, o poder e a população. Ainda é visível na literatura acadêmica, inclusive contemporânea, uma certa limitação interpretativa ao considerar os fenômenos violentos como sempre apreendidos em chave estatal, desde posturas defensivas e de resistência, até condutas contraofensivas, como intrinsecamente estatais (Tilly, 1984).

O estudo do Estado atrelado à violência não se dá à toa, mas por influência, em boa parte, da popularização do tipo ideal weberiano, em que a própria caracterização estatal é dada pela reivindicação da concentração dos meios de violência. De todo modo, como é amplamente conhecido, Weber entende o Estado como "a comunidade humana que dentro de um determinado território - esse 'território' é traço distintivo - reivindica para si (com sucesso) o monopólio do uso legítimo da força física e dos meios materiais de gestão″ (WEBER, 2013, p.434).

O caráter essencialmente coercitivo e violento do Estado deve, contudo, ser relativizado pois além da exploração e da coerção, o mesmo oferece, teoricamente, proteção e concessões à população (TILLY, 1985) , além de forjar – em sua confluência com a nação – um laço de pertencimento, cultural e identitário, que permite à população uma dinâmica de identificação.

2.1.2 A população e a militância das periferias diante dos (des)encontros com os agentes estatais

Embora seja possível vislumbrar uma teorização mais geral do Estado e da violência, sabemos que os Estados são extremamente heterogêneos e que, para além de seus elementos constitutivos e definitivos, suas visões e representações no interior da sociedade como um todo ou dos movimentos sociais, de maneira mais particular, depende em boa medida das políticas concretas, das formas de mediação

estabelecidas, do caráter do governo, dos tipos de relações existentes com os atores sociais, políticos e econômicos e, em suma, da geografia do poder. Une-se a isso práticas específicas e os encontros e desencontros da população (e também dos militantes) com os agentes do Estado, isto é, com os funcionários, a burocracia ou o corpo policial). A experiência individual e coletiva vivida nestas relações muitas vezes é decisiva e pode gerar tensões importantes com o próprio Estado e seus agentes, seja pela desobediência civil ou pela "troca da proteção" (pessoal e/ou territorial), "substituindo" o Estado por caciques ou outros atores e espaços locais.

Nas *periferias internas* (dentro dos Estados-nação) de *periferias externas* (no sistema interestatal capitalista), os desafios impostos ao Estado, à violência e à ação coletiva são ainda maiores. Atores e forças que não dispõe de legalidade disputam a legitimidade. As ausências do Estado operam, muitas vezes, como uma forma deliberada de não presença. A contestação ao Estado não costuma passar pela "forma-movimento" e nem sequer por projeções emancipatórias, mas por diversos formatos de tentativa de substituição, controle, regulação e autonomia individual. O encontro com os agentes do Estado assume, em geral, não somente a forma de desencontro (por exemplo, com soldados e policiais), mas também posições híbridas, que afetam tanto o crime organizado como a militância.

Para além da restrição objetiva das oportunidades políticas e de um viés meramente *criminalizante* (baseado em movimentos cujos repertórios são vistos como extremadamente violentos ou "destruidores") ou *repressivo* (a partir da necessidade e/ou excesso da resposta estatal violenta à militância), baseado em construções normativas realizadas pelo Estado e pelos próprios movimentos sociais, a violência aparece como algo permanente e multidimensional. Assume uma forma híbrida que reforça o descrédito às leituras da existência de um "poder paralelo", por conta da articulação do narcotráfico com o Estado, em suas muitas variantes. Em outras palavras, o ambiente costuma ser de cumplicidade entre a milícia, narcotraficantes e autoridades, dado essencial para a compreensão da sensação de medo dos militantes e da manutenção da ordem, em um contexto que é calmo, mas é ao mesmo tempo violento.

A violência é internalizada a partir de configurações complexas e torna-se rotineira. Berti e Auyero (2013) mencionam em sua pesquisa como os alunos de uma escola periférica de Buenos Aires ao ouvirem *tenham cuidado* dos professores, respondem *estamos acostumados*. Ouvi relatos semelhantes que ilustram a rotinização

da violência tanto na Zona Oeste do Rio de Janeiro como em Guerrero, onde um militante me narrou que certa vez entrou em um taxi que descobriu tratar-se de um *narcotaxi*, que extorque os sujeitos em seus trajetos cotidianos. Ao escuta-lo, reagi perguntando: "*Mas não te assusta essa violência aqui?*"; ao que ele respondeu: "*Não me assusta mais, é nosso pão de cada dia..".*

A ressalva de Berti e Auyero (2013) sobre o sentido dado pela população à experimentação da violência é importante, sem o qual restariam somente as experimentações casuísticas macroestruturais. Ao mesmo tempo, nesta tese, muitos militantes relataram, como veremos, que experimentam grande parte da violência com a cumplicidade estatal, o que corrobora a análise de Feltran (2011). A ameaça ou o uso efetivo da força aparece constantemente no trabalho de campo, nas histórias dos entrevistados e nas relações que puderam ser observadas, de forma mais ou menos implícita.

Implícitas, pois a ameaça e o medo são importantes nos contextos de alta "acumulação social da violência" (Misse, 2008), reconhecidas a partir de vários atores, como a polícia e grupos criminosos, por vezes em configurações perversas, conformando um ciclo de opressão cotidiano. Assim é como percebo, desde a primeira entrevista na Zona Oeste, que o assunto das milícias é sempre mencionado em um tom de voz mais baixo pelos militantes, com um deslocamento constante dos olhares, pois é importante assegurar-se que ninguém nos observa. A única vez em que um entrevistado não verificou se poderíamos falar sobre como funcionam as milícias, percebi que estávamos sendo observados por um homem, que nos rodeava, na praça em que estávamos sentados, e decidimos interromper a entrevista[21].

Deste modo, dentre as práticas coercitivas nos territórios analisados na tese, muitas derivam do aumento da "paramilitarização", com instituições estatais como as forças armadas e a polícia, agindo junto a organizações especializadas em defesa. As milícias, no caso da Zona Oeste do Rio de Janeiro, enquanto competidoras dos traficantes de drogas em sua maioria, podem ser enquadradas nessa categoria, reduzindo as possibilidades ação dos habitantes e dos militantes. Uma consequência direta costuma ser a deterioração da sociabilidade política, bem como a limitação da cidadania e da autonomia. Para Souza (2008):

> [...] não é fácil imaginar que atividades de formação política crítica e congêneres possam florescer em territórios controlados por forças

[21] Fonte: Caderno de Campo.

> paramilitares como as "milícias". A presença de tais "milícias" é incompatível com a transformação de espaços em "territórios dissidentes"- isto é, em espaços territorializados por movimentos sociais e convertidos em baluartes de resistência sociopolítica e sociocultural contra o *status quo* socioespacial -, ou mesmo com um caminhar nessa direção" (SOUZA, 2008, P.139).

A despeito da assimétrica disputa territorial e de forças, devemos, contudo, ter o cuidado de não subsumir as possibilidades de emergência e de articulação da militância com formas preconcebidas de "resistências" e "movimentos sociais". Tampouco devemos associar diretamente a rotinização da violência com a impossibilidade da mudança, posto que inclusive esta pode não ser sinônimo de aceitação passiva, mas sim de uma estratégia deliberada de extroversão. Antes de avançar, entretanto, empiricamente na configuração das oportunidades políticas e das estratégias militantes nestes contextos de rotinização de violência, é fundamental localizar, mesmo que de forma ampla e inicial, as dimensões estruturais e subjetivas da violência nas duas regiões analisadas.

2.1.3 A violência como prática e como representação coletiva: dados alarmantes e percepções ambíguas

Misse (2012) compreende a violência a partir de sua polissemia e de diferentes graus de visibilidade e de definição dos sujeitos. Isto permite entender não somente as diversas possibilidades de configuração e cristalização da violência, como também suas percepções e representações, sejam elas negativas ou positivas. Por ser constituída preventivamente e aplicada retrospectivamente a processos ou sujeitos que representados como ameaças à sociabilidade integradora, comumente só se percebem as dimensões preventiva e retrospectiva desse fenômeno.

"Violência urbana" é uma destas representações coletivas amplamente difundidas que, para Machado da Silva (2004: p. 58), consiste em:

> "uma construção simbólica que destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes, em função dos quais constroem o sentido e orientam suas ações (...) a representação da violência urbana constrói um componente de obrigação normativa subjetivamente aceito que, em certas situações e sob determinadas condições, substitui cursos de ação relativos a outras referências sem, entretanto, cancelá-las".

Esta representação coletiva, bem como outras como a de "criminoso", entendido como um agente específico – a que pode ser o traficante de drogas, o miliciano, entre outros – reforça o sentido da experiência vivida nas cidades (Machado da Silva, 2008), orientando instrumental e moralmente as ações dos moradores – individual e coletivamente -, quanto às ações consideradas mais convenientes, dada a sua condição disruptiva.

Na Zona Oeste, uma ambiguidade evidente vem à tona nas falas dos entrevistados, conforme já antecipado: trata-se de uma representação na qual os bairros são vistos como violentos e calmos ao mesmo tempo: "*você não vê índice de criminalidade, a maioria das ruas de Campo Grande são ruas de família, até das ruas periféricas*" (Bruno, Campo Grande). Victor, de Realengo, afirma: "*É estranho, pois eu não me sinto inseguro em Realengo, apesar de ter muita favela, me sinto muito mais inseguro no centro da cidade, Tijuca, Copacabana do que em Realengo*".

Uma pesquisa realizada em 2011 pelo IBASE não encontrou a segurança e violência como principais problemas do bairro, de acordo com a visão de seus moradores, ao contrário de outros locais no Rio de Janeiro. Isso vale para outros bairros da Zona Oeste, marcados pela mesma ambiguidade de um imaginário coletivo, no qual conflui a visão de uma zona tranquila e familiar ("*ainda tem essa coisa aqui de sentar no portão* [..] *é um bairro familiar, conheço todo mundo na minha rua, todos os meus vizinhos"*, Martha, Senador Camará), conquanto sempre contraposta às experiências de violência cotidianas, como a mesma entrevistada relata:

> Eu acho um lugar muito tranquilo pra se viver, mas com a presença do tráfico onde eu moro especialmente, com barricadas na rua, quebra-molas, seis seguidos, então não entra a polícia, só se eles quiserem. Na esquina da minha rua tem um menino que fica armado [....].O tráfico, o varejo de drogas acontece muito perto de mim, são presenças muito fortes e comuns nas favelas.

A violência como representação coletiva é forjada por experiências diversas e, muitas vezes, antagônicas. Seu caráter antitético não oculta o trauma, o medo, a apreensão, nem tampouco a prática da violência e o conhecimento dos moradores e militantes sobre cifras alarmantes, mas também disputadas, sobre desaparecimentos, torturas e assassinatos, parte do cotidiano dos habitantes dos bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Na região, somente entre 2012 e 2013, foram 278 desaparecidos em Campo Grande, e 229 nos bairros vizinhos de Bangu, Gericinó, Padre Miguel e Senador

Camará[22], do total de 6.034 desaparecimentos[23] no Rio de Janeiro. Nos anos seguintes o número de desaparecidos aumentou[24], o que na região Oeste, deve ser lido junto ao decréscimo do número de homicídios. Além disso, Campo Grande teve uma grande diminuição nos seus desaparecimentos por conta do benefício da manipulação estatística em que os policiais são premiados pela queda dos índices de letalidade violenta. Nesse bairro, as delegacias de policia obtiveram o segundo melhor resultado do Rio de Janeiro, em 2013, pelo qual ganharam um bônus salarial individual, pelo cumprimento da meta de queda dos homicídios. Ainda assim, o local permanece o campeão no índice das delegacias que mais registram desaparecimentos no estado do Rio de Janeiro[25], o que pode indicar uma participação das milícias (ALERJ, 2008).

A despeito de manipulações estatísticas traduzidas em bônus pela queda da letalidade, as taxas de homicídios dolosos na Zona Oeste persistem altas. No ano de 2008, por exemplo, 8 dos 17 bairros da Zona Oeste concentraram 85% dos homicídios dolosos registrados da cidade, de janeiro de 2004 a julho de 2008 (Musumeci, 2009). Em 2016, a região liderou os índices de homicídios na cidade, com registro de aumento de mortes entre os meses de janeiro a maio[26]. Ademais, na categoria dos autos de resistência, utilizada pela Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ), a Zona Oeste ocupa o primeiro lugar da cidade[27], e a tendência é o arquivamento, não havendo investigação das suas circunstâncias (Misse, 2012).

No momento em que o uso dos autos de resistência é ativado, se prescinde à explicação e investigação sobre as circunstâncias da morte da vítima, pois se supõe que essa morreu resistindo à prisão por parte de um representante do Estado. Para Das (2004), essa experiência ilustra o respeito à lei enquanto uma referência abstrata, de agentes públicos que buscam justificativas para práticas ilegais, como mortes, prisões arbitrárias e torturas. A relação cotidiana entre determinadas populações e agentes estatais, sobretudo moradores de favelas e periferias é permeada por relatos de autoritarismo e violência policial.

---

[22] Fonte: http://apublica.org/2014/03/rio-de-janeiro-mapa-dos-desaparecimentos/. Acesso em 6 jan. 2016.
[23] Fonte: http://apublica.org/2014/02/desaparecidos-esquecidos/, a partir da elaboração de dados do ISP – Instituto de Segurança Pública. Acesso em 6 jan. 2016.
[24] Fonte: Perfil de Desaparecidos no Estado do Rio de Janeiro em 2010, do ISP – Instituto de Segurança Pública. Disponível em: http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=56 . Acesso em 20 fev. 2016.
[25] Fonte: *opcit*.
[26] Fonte Secretaria de Segurança ISP – RJ, Resumo dos Indicadores de maio: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/ResumoIndicadoresMaio2016.pdf
[27] Ver Anexo II - Autos de resistência no Rio de Janeiro.

Já o problema do narcotráfico, definido por Rodrigues (2012) como uma questão de âmbito nacional e internacional, é composto por fluxos de drogas ilícitas, dinheiro e pessoas que atravessam fronteiras. Além disso, funciona como uma espécie de empresas ilícita transterritorial, pois tem, simultaneamente, bases e atuação local (produção e comercialização) e trânsito transnacional. O crime organizado, portanto, indissociável da categoria do narcotráfico, aparece como altamente adaptativo, reorganizando-se após o desaparecimento, prisão ou morte de seus líderes, sem implicar na abolição de sua estrutura. No México, esse é definido pela reunião de três ou mais pessoas, permanente ou reiteradamente, que mantém condutas delitivas, ao passo que no Brasil, essa definição é acrescida à divisão de tarefas, exemplificada por uma ampla gama de condutas delitivas como o terrorismo, tráfico de drogas, entre outros.

O narcotráfico é essencial para nossa análise, pois o crime organizado faz uso de aparatos armados destinados à coerção, além de jovens soldados, combatentes com experiência e transporte de cargas. Ademais, cria e preserva as condições do mercado ilegal, não só permitindo "corromper e comprar, mas também *criar aparelhos de coerção que reprimam os fatores que ameaçam sua existência*[28]" (GARZON, 2008, p. 142).O lócus ideal para a proliferação de tais grupos de narcotráfico, portanto, são locais em que existam "vazios estatais" (Garzon, 2008, p.149), e onde o legal e ilegal e o ilegítimo e o necessário se justaponham.

Um exemplo desse apagamento/deslocamento das fronteiras é a apropriação de grupos de setores das economias informais, como o transporte coletivo, realizado pelas milícias na Zona Oeste[29], com uma lógica da aplicação da violência que calcula quanta violência usar, quando e com que objetivo. Dessa forma, um poder estabelecido e reconhecido, imposto violentamente tem sua gênese caótica superada, e a violência deixa de ser um instrumento permanente de exercício de poder para ser reduzida ao status de potencialidade, configurando a *permanência da excepcionalidade*.

É a relação íntima entre a existência e propagação da rede de coerção e difusão da violência, que demonstra o crescimento das redes criminais (Garzon, 2008), ilustrada pelos contextos examinados nesta tese. E nesse sentido, os dados da

[28] Grifo da autora.
[29] Sobre essa forma de exploração econômica, discorrerei de forma mais detalhada no capítulo 3 dessa tese.

situação no México, particularmente de Guerrero, são inquietantes pelo alto índice de desaparecimentos forçados[30] (*desapariciones forzadas*), assassinatos e sequestros[31].

Entre os anos de 2012 e 2014, com o atual governo de Enrique Peña Nieto, do Partido Revolucionário Institucional (PRI), foram treze desaparecimentos por dia[32]. Esses desaparecidos devem ser contabilizados, até certo ponto, em função da Guerra às Drogas[33], configuração de violência sistemática essencial em qualquer análise sobre a região, iniciada na presidência de Felipe Calderón (2006-2012). Acapulco, figurou junto a Iguala – ambas no estado de Guerrero, em 2014, por exemplo, como um dos municípios com maior índice de desaparecidos do país (Illades, 2014). Os desaparecimentos nesse país trazidos à tona, como veremos no capítulo 4, com o emblemático caso de Ayotzinapa, em Iguala-Guerrero, são entendidos junto à presença de fossas clandestinas, com os corpos de muitas pessoas encontradas desde então.

O estado de Guerrero aparece no topo dos índices de criminalidade no México, sobretudo pela atuação de, ao menos, 22 grupos criminosos no local[34]. Esse crescimento exponencial do número de cartéis na região desde o começo do século XXI é encarado, aparentemente, com certa normalização pelos habitantes, como comenta o militante Jorge quando paramos na capital do estado: "*Essa é Chilpancingo, cidade natal dos meus pais, só aqui estão presentes mais de vinte diferentes cartéis de drogas"*.

Ademais, Guerrero, um "*estado que é um rio de sangue*", segundo um jovem repórter que viajava comigo até o local, é líder nacional de homicídios dolosos no

[30] Para o direito internacional, o desaparecimento forçado ocorre quando uma pessoa está secretamente sequestrada ou presa por uma organização política ou estatal ou por terceiros com autorização, apoio ou consentimento do Estado ou organização política, seguido por uma recusa em reconhecer o destino da pessoa e o seu paradeiro, com a intenção de colocar a vítima fora da proteção da lei.

[31] Guerrero, tal como Chiapas e outros 17 estados mexicanos, já possuem o desaparecimento forçado como um delito autônomo em seus códigos penais, com leis específicas para a prevenção e sanção desse delito. Ainda que, segundo a OEA (2015), alguns procuradores de justiça em Guerrero afirmem não ter jurisdição para aplicar leis especiais, só possuindo jurisdição para delitos contidos no código penal do estado.

[32] Fonte: http://desaparecidos.proceso.com. Acesso em 18 jan. 2016.

[33] Aqui, tomo apenas o processo pelo qual a espiral de violência apresenta-se de forma mais intensa e recente. Historicamente, entretanto, o combate militarizado ao tráfico de drogas é realizado desde os governos De La Madrid (1982-1988) e Salinas de Gortari (1988-1994), quando os EUA influenciaram o governo mexicano a aderir à "Guerra às Drogas" declarada pelo presidente estadunidense Richard Nixon. Essa guerra foi iniciada, no México, por Felipe Calderón, buscando a proibição total de drogas, através de ajuda e intervenção militar, com o intuito de definir e reduzir o comércio ilegal de drogas. Esse programa, que inclui um conjunto de políticas de narcóticos que são destinadas a desencorajar a produção, distribuição e o consumo, é avaliado como insuficiente e contraproducente por muitos analistas atualmente.

[34] Fonte: http://www.nexos.com.mx/?p=23086. Acesso em 27 de nov. de 15.

México, com 50% de seus homicídios relativos à delinquência[35], ocupando também o terceiro lugar em número de sequestros e o décimo em denúncias de desaparecimento, alcançando em 2012 taxas inéditas nesses últimos dois tipos penais. São 37 homicídios por cada 100 mil habitantes, considerado então como uma localidade de violência endêmica para a OMS – Organização Mundial de Saúde, por ultrapassar a taxa de 10 por cada 100.000)[36], no estado federativo com maior presença de agentes armados – do exército e da polícia federal - no México, com mais de 10 mil integrantes em seu território.[37]No estado de Guerrero, além da maior taxa de assassinatos dolosos do país, se encontra o município considerado mais violento do México, Acapulco[38].

Os índices supracitados apontam para uma violência objetiva, passível de mensuração estatal, conquanto a disputa pela quantificação seja constante. No entanto, os dados, apesar de estarrecedores, não são autoexplicativos. Primeiramente, em geral estão sub/superdimensionados, a depender do olhar. Em segundo lugar, não captam a experiência da violência e a acumulação social do medo sentida pelos habitantes desses territórios. Ademais, há um caráter indefinido, sobretudo em relação às suas margens, do critério público ou privado dos organizadores da coerção nesses contextos. É complexo apontar suas origens exclusivas, dado que não se sabe no Rio de Janeiro, por exemplo, qual é a exata dimensão da participação estatal nos grupos milicianos. Já em Guerrero, é difícil delimitar o corpo privado do narcotráfico.

Se a violência como prática e como experiência foi discutida aqui em sua associação aos territórios e aos moradores, é preciso agora aprofundar, mais concretamente, em seus desdobramentos e contornos relacionados à ação coletiva e a militância política. Isto exige passar de um diálogo com a literatura da teoria social e política e com a sociologia urbana preocupada com o debate sobre a violência a um debate mais específico com as teorias dos movimentos sociais, assinalando suas contribuições e limitações para o entendimento da relação entre militância e violência em contextos adversos e complexos para a ação coletiva.

---

[35] Fonte: http://www.infonews.com/nota/175174/los-alarmantes-numeros-de-la-violencia-en-mexico. Acesso em fevereiro /2016.
[36] Segundo o relatório da OEA (Situación de Derechos Humanos en México), com fontes do INEGI, de 2015.
[37]Fonte: http://www.milenio.com/policia/Guerrero-frente-ranking-delictivo-nacional_0_615538468.html
[38] Fonte: http://www.jornada.unam.mx/2015/10/29/politica/003n1pol

2.2 Entre a repressão e a radicalização política: a militância em contextos de violência rotinizada

São duas as principais formas de abordar a relação entre militância e violência nas teorias dos movimentos sociais. A primeira delas enfatiza a repressão e a criminalização dos movimentos sociais, enquanto a segunda tem como foco principal as ações violentas utilizadas pelos militantes e movimentos. Veremos quais são as bases e as interações de ambas as perspectivas, denominadas aqui, respectivamente, como "paradigma repressivo" e "paradigma da radicalização política". A discussão mais detalhada de cada um deles nos permitirá penetrar no debate sobre a insuficiência dos mesmos para captar formas mais complexas de intercruzamento da violência, que não aparece simplesmente como um fenômeno geral ou orientado por um ou outro ator (seja o Estado ou os próprios militantes/movimentos), mas sim como uma constelação diversa, relacional e multifacetada de atores, dinâmicas e dispositivos práticos e simbólicos.

2.2.1. O paradigma repressivo

A concepção *foucaultiana* da repressão enquanto poder, como "essencialmente o que reprime" (2002, p.28) contribui a inverter o aforisma de Clausewitz, e considerar não a guerra como a continuação da política por outros meios, mas sim a política como a continuação da guerra por outros meios. Isso significa que o papel do poder político é encaminhar a repressão em uma relação de forças perpétua que, no poder político, ressoa e funciona como uma relação belicosa (Foucault, 2002, p.30). Sob esta lógica, o encontro dos militantes nas ruas com o poder se dá, invariavelmente, com as forças policiais exercendo o poder de reprimir que lhes é conferido.

Uma imagem utilizada de maneira recorrente para ilustrar a repressão aos movimentos é a de enfrentamentos ocorridos entre policiais e manifestantes em marchas e outros tipos de repertórios que utilizam a ação direta e o conflito. Os agentes da repressão estatal tornam-se, nesses momentos, a face visível do Estado e, embora as estratégias e a forma como a população é reprimida muda segundo o contexto e a tolerância das pessoas, há também protocolos de atuação que se repetem com certa semelhança no tempo e no espaço, a partir do uso massivo da força e da

intimidação, tal como sugerem as pesquisas recentes de Donatella dela Porta sobre o tema.

Embora a filosofia e a teoria política contribuam teoricamente ao considerar a repressão como a prática do poder, em sua essência, ela não se debruça, após assumir esta perspectiva, sobre as nuances estatais, suas disputas políticas e os cálculos de prestígio e midiáticos. Tendo em vista que a sociedade e o Estado não são instâncias separadas, mas agem sob circunstâncias específicas, nem sempre se calcula quanta violência será utilizada contra os sujeitos mobilizados, sendo necessário refletir a partir das pessoas e das conjunturas políticas disponíveis.

O Estado, essa relação social inerentemente contraditória, segundo O'Donnell (1978), em sua versão burocrático-autoritária, se afirma como o componente especificamente político da dominação em uma sociedade territorialmente delimitada. A capacidade de impor regularmente a sua vontade sobre a dos outros é própria do ato de dominar, ainda que a coerção seja um recurso mais custoso que os demais, porque revela a dominação e pressupõe a ausência do controle ideológico como *ultimo ratio* que a respalda.

Nesse sentido, é inegável o caráter de repressão às demandas sociais, na medida em que essas constituem, muitas vezes, um esforço na construção de novos direitos, a proposição de uma nova legalidade, ainda que variem como mais ou menos disruptivas. O dissenso se depara com novas tecnologias repressivas, posto que "quase todo o poder coercitivo do Estado moderno emana da megaciência e megatecnologia, e o desenvolvimento estatal significa, sobretudo, equipá-lo com maiores poderes de repressão graças à ciência e a tecnologia modernas" (NANDY, 2011, p.31).

No entanto, a dominação enquanto indissociada da coerção, deve ser contraposta à análise que atribui aos movimentos sociais *per se* o terreno da liberdade, por situarem-se à parte das práticas institucionais (Boschi, 1987). Para melhor analisar as ações coletivas, é necessário escapar à visão de uma interação Estado/sociedade idealizada ou pessimista (como nas abordagens do Estado autoritário). Essa perspectiva que evita a abordagem do Estado como um inimigo autoritário contra o qual se mobilizam os movimentos sociais, frequentemente negligencia o caráter

relacional estatal, em sua plenitude[39] (Jacobi, 1987), posição bastante em voga em períodos de intenso autoritarismo, como durante a Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil. A chave analítica que considera o Estado um inimigo dos movimentos encobriria seu papel de indutor de demandas, talvez pela constituição "movimentista" formar-se como resposta à violência institucional, que afeta principalmente os moradores de periferias urbanas.

Ainda assim, a repressão aos movimentos é, para Huato (2015), parte da violência inerente à lógica do capital, necessária para sua organização econômica e social. O elemento mais forte de perpetuação desta seria o Estado, na acepção que o considera como um instrumento político cuja função seria reprimir uma classe social. Contudo, é preciso distinguir o "efeito Estado" (Mitchell, 2006), que se auto apresenta como autônomo à sociedade e à economia, do que, efetivamente, representa como instituição. O Estado não é uma instituição monolítica, mas uma soma de tensões internas e agentes com interesses distintos. A arena de disputas estatal não pode ser entendida exclusivamente a partir de uma visão estratégica e calculista no momento de reprimir os movimentos, deixando de lado toda a sua complexidade.

Na perspectiva de Tilly (1978), a repressão está em qualquer ato por parte de um grupo que eleve substancialmente o custo da ação coletiva por parte dos *desafiantes*, ao passo que qualquer ato que reduza o custo dessas é uma forma de *facilitação*. No *continuum* histórico da formação dos Estados modernos, ferramentas importantes para reprimir a política popular teriam sido desenvolvidas e aprimoradas, facilitadas pela divisão do trabalho moderno europeu, onde as forças repressivas foram responsáveis pelo maior número de feridos e mortos, e os maiores danos materiais foram produzidos pelos grupos controlados pelas mesmas (Tilly, 1990).

Para analisar a repressão, importa considerar a violência junto a outros fatores, atores e intercruzamentos. É ainda Tilly (1984) quem rechaça a separação rígida entre violência legítima e ilegítima, utilizando a repressão e a facilitação para classificar os regimes políticos. Esses regimes, para Tarrow (1994) teriam no polo repressor e no facilitador, eixos distintos, mas não opostos nos movimentos sociais, funcionando em conjunto.

[39] De forma a reforçar esse caráter relacional, importa ressaltar episódios como as primeiras greves da indústria automobilística em 1978, que combinada à situação econômica e a instabilidade da Ditadura Militar, no período, indicavam, paradoxalmente, a incipiente democratização da sociedade, com o surgimento de outras greves seguidas àquelas (Boschi, 1987).

Na produção existente sobre a repressão aos movimentos, são diversos os teóricos, que ora sublinham seus efeitos positivos em termos de mobilização (Olivier, 1991; Rasler, 1996; Khawaja, 1993; Della Porta & Reiter, 1998), ora destacam uma relação curvilínea, em que contextos semi-repressivos seriam maiores geradores de atos violentos. A violência extrema também pode auxiliar o surgimento de ações coletivas ou a radicalização dos repertórios, como alguns estudos buscaram demonstrar (Goodwin, 2001; Fillieule, 2006). Dentre esses, os estudos que apontam a repressão aos movimentos que fazem uso da violência como facilitadores da repressão estatal, desconsideram que não há uma correlação para os que se manifestam pacificamente. Brockett (2005) exemplifica situação semelhante a partir da América Central, onde os aparatos repressivos dos países estariam direcionados a limitar a efetividade da oposição, podendo chegar ao assassinato de militantes.

Para Davenport (2005), as oportunidades políticas em contextos democráticos tendem a protestos pacíficos, e, portanto, nesses ambientes, as autoridades seriam menos inclinadas a reprimir violentamente os movimentos sociais. A observação empírica sugere que se trata apenas de uma tendência a ser analisada em cada contexto, como as forças policiais no Brasil vêm demonstrando desde o final do regime militar, na década de 1980.

Em relação ao repertório de ação coletiva dos Estados e de outros atores, como os militantes frente à repressão, é preciso ressaltar alguns pontos. Primeiramente, apesar de raras vezes decorrerem em ações coletivas, desobediências cotidianas podem minar o consenso de forma a serem dificilmente reprimidas. Tarrow (1994) reforça essa hipótese ao afirmar que os Estados, ao reprimirem a ação coletiva convencional e de confronto, se mostram vulneráveis às mobilizações mais discretas, rapidamente convertidas em recursos quando surge uma oportunidade de ação.

Dessa forma, a repressão é muitas vezes utilizada como um substituto do diálogo e de medidas tidas como menos custosas na esfera política, mas às vezes essa produz o resultado oposto do que os governos esperam. Se buscam inibir as populações de agirem coletivamente, não raro acabam por fomentar a indignação e a subsequente solidariedade entre as pessoas. Além disso, não há muito espaço para surpresas da perspectiva do aparato repressor (Fillieule, 2010), mesmo com um caráter por vezes performático da ação coletiva, pois na maioria dos casos, as interações se desenvolvem de forma amplamente ritualizada, em que a violência é contida, grande parte do tempo.

Ademais, a repressão também está presente na forma de criminalização das manifestações (Souza, 2008), que funciona de forma a desmobilizar e desestimular futuras mobilizações. A criminalização dos movimentos populares é um recurso advindo de meados do século XX, que para muitos autores (Buhl e Korol, 2008; Filho, 2008; Cedano, 2008) implica igualmente uma criminalização da pobreza e dos movimentos de resistência, já fragmentados pelas políticas oficiais.

A criminalização enquanto repressão atua ainda de forma a judicializar os militantes, em um processo repressivo mais sutil (Cedano, 2008), de aparência legal, que estanca militantes e movimentos em longos processos penais, não raro resultando na mudança de foco dos coletivos e em presos políticos. De todo modo, a *judicialização* deve ser entendida como um fenômeno complexo, pois também implica o uso do direito pelos movimentos sociais como um repertório de ação, ao menos desde a redemocratização no Brasil, instrumentalizando o poder judiciário para fins diversos.

Com efeito, há uma seletividade estatal, com um cálculo político do tempo e da pertinência para reprimir a ação coletiva realizado, considerando os impactos políticos em termos de legitimação da ação repressiva. A aposta é em processos mais longos de enfrentamento aos movimentos, que antecedem as repressões diretas, buscando criar um conflito interno entre seus militantes. Além disso, há a abertura de uma frente estatal de cooptação dos militantes, inscritos em práticas desgastantes, que a longo prazo, e sem um projeto de desenvolvimento alternativo, são capazes de desmobilizar as ações, evidenciando o dissenso previsto pelo Estado: há movimentos para dialogar e outros para reprimir, de forma que não possam mais se organizar.

Em suma, o paradigma repressivo tem sido uma chave analítica utilizada à exaustão na literatura dos movimentos sociais, sobretudo por revelar um acesso às práticas do Estado frente aos movimentos. As ações estatais, nesse sentido, expõem o funcionamento do poder, desde uma perspectiva normativa. Esse trabalho parte de um entendimento da repressão estatal a partir de uma dupla entrada: de um lado, uma postura de denúncia dos abusos das forças repressivas e, de outro, o esforço de elucidar a modulação das respostas do Estado frente às manifestações. Nessa segunda chave, inclui-se um cálculo de *dissenso consentido,* oposto ao que deve ser criminalizado, no limite, com perseguições e assassinatos dos manifestantes. O polo extremo, da repressão violenta por parte do Estado, se relaciona com um repertório violento por parte dos movimentos sociais, que será abordado na seção seguinte.

2.2.2 O paradigma da radicalização política

Subjaz ao que denominaremos "paradigma da radicalização política", um entendimento da violência como um repertório de ação coletiva. A "violência política" é assim utilizada pelos movimentos a partir de uma série de manifestações públicas (que podem variar de acordo com o lugar e o momento, da ocupação ao ataque físico a símbolos do capitalismo, por exemplo) e de mecanismos de justificação (que servem para tentar legitimar diante da sociedade e de outros grupos sua aposta política).

A radicalização política pode ser localizada ou estendida e dirigir-se a inimigos internos, externos ou a uma combinação de ambos. No primeiro caso, poucos grupos estão mobilizados e utilizam a violência, embora muitas vezes possam, no transcurso de suas ações, mobilizar outros. No segundo, o conflito está mais desdobrado, podendo chegar a situações/processos revolucionárias, a rupturas de regime e/ou a uma grande reação repressiva.

Para além da já mencionada construção do Estado e de suas tentativas de dissolução e refundação das comunidades políticas, outro macroprocesso histórico importante nos últimos séculos foram as lutas contra o colonialismo e o imperialismo. Estas visibilizaram a violência colonial, mas ao mesmo tempo, construíram significações e motivações para a luta anticolonial e anti-imperialista. Fanon (1965) mostra de forma exemplar como a insurgência por meio da violência pode se colocar como a denúncia da violência originária desse próprio estado de coisas.

Nesse sentido, a única possibilidade de vitória das lutas anticoloniais ou contra regimes autoritários residiria, para muitos movimentos históricos, na guerrilha, cuja instrumentalização da violência busca romper com as assimetrias da colonização e seus monopólios econômicos. Essa perspectiva traz à tona a discussão colonial, mas também recupera a justificativa na fala dos militantes, da necessidade da "violência revolucionária". Dentro desta lógica, as guerrilhas latino-americanas que se estenderam por diversos lugares da região, inclusive em Guerrero[40] no México, fundamentam sua radicalidade em torno da necessidade de pegar em armas para combater distintas opressões.

[40] Sobre os grupos guerrilheiros presentes ainda hoje em Guerrero (como o EPR, EPRI e outros) vide o Capítulo 4.

Na radicalização política, a violência dos movimentos aparece como a eventual instrumentalização de uma barganha política, exemplificado pela justaposição entre o direito à greve e o direito à violência, conforme proposto por Benjamin (2012). As ações violentas, nesse sentido, poderiam se dar como resposta à recusa em restabelecer os direitos retirados, e, portanto, da perspectiva do operariado, haveria a possibilidade de infringir leis de forma não pacífica para alcançar determinados objetivos.

Para Tarrow (1994), a violência é considerada como um recurso imediato, "com pedras, correntes e o ruído de janelas se rompendo, ao passo que uma manifestação pacífica necessita um plano de ação, bons oradores e a autorização das autoridades" (TARROW, 1994, p.184). Na tentativa de substanciar seu argumento, Tarrow recupera o histórico europeu do século XVIII, em que a violência estruturava a maioria dos movimentos, efetivamente ou como ameaça, pois era o modo mais simples de atuação para grupos locais isolados e pouco informados. Este autor reconhece que viveríamos em um período distinto, em que a violência nos movimentos se tornou infrequente nas democracias contemporâneas, se aproximando de Tilly, que crê que as ações coletivas violentas britânicas do século XVIII eram mais constantes[41]. Com efeito, observou-se, com o desenvolvimento do Estado moderno, o aumento do número de marchas e movimentações e a diluição das ações violentas em seu seio. No entanto, a tendência diagnosticada por Tilly e Tarrow não pode nos levar a crer, como sequer pretendiam esses autores, que a violência tenha se tornado irrelevante para a discussão sobre os movimentos sociais contemporâneos.

A história mexicana contemporânea, repleta de insurgências, rebeliões e revoluções, possui diferentes marcos fundamentais para o entendimento da violência como recurso político. Mas, inclusive no Brasil onde as transições políticas ocorreram sem processos revolucionários semelhantes com rupturas mais profundas, e o recurso à radicalização política foi menos habitual, é possível encontrar alguns exemplos. Em um episódio ocorrido no Rio de Janeiro, conhecido como a Revolta da Vacina, foram registrados, além de greves e quebra-quebras, intensos ataques aos símbolos do governo na área da saúde pública, como prédios, carroças e seus representantes, sobretudo direcionado aos agentes da repressão (Carvalho, 1987).

[41] O próprio ludismo, como bem abordado por Rudé (1991) e por Hobsbawm (1968), que menciona a "barganha coletiva através da revolta", era um movimento, surgido na Inglaterra do século XVIII, em que os trabalhadores participavam de atos proibidos por lei, de sublevação e de "destruição justificada da propriedade". O mote geral de suas revoltas girava em torno do protesto como recurso político.

Outro exemplo da persistência do uso da violência pelos movimentos, nomeado um "apelo à violência coletiva", é fornecido por Valladares (1983), a respeito do quebra-quebra de trabalhadores da construção civil no Rio de Janeiro, em meados dos anos 70. Sobre esse episódio, as mobilizações iniciadas de forma pacífica, evoluíram de forma violenta, sobretudo pela alteração substancial do instrumento de reivindicação, após numerosas tentativas em canais individuais e coletivos de pequena escala e de demandas feitas às instituições cabíveis. Essas acabavam surtindo efeitos desfavoráveis aos operários, que perceberam que os protestos singulares não proporcionavam o retorno esperado e que, ao tornarem sistemáticos os quebra-quebras, descobriram nestes dispositivos mais eficazes de pressão. A década de 1980 também registrou, em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, a multiplicação de saques, invasões e depredações de ônibus e trens como uma reação ao aumento do custo de vida e das precariedades vividas pelos sujeitos (Jacobi, 1987; Silva, 1983).

Além da depredação como um repertório violento, Bosi (no prelo), elenca outras formas categorizadas de violência nos movimentos, como a confrontação física e verbal, a construção de barricadas, a sabotagem, o ataque à propriedade privada, a invasão, a explosão de edifícios, conflitos com as forças policiais, a autoimolação pública, a greve de fome, a implantação de bombas, entre outros. Em comum, essas táticas estão unidas por serem utilizadas por um amplo espectro de militantes, da direita à esquerda, de movimentos feministas a anarquistas.

Em que pese à existência desses repertórios, é importante atentar à cuidadosa observação de Paoli (1992) sobre como a associação entre a violência e espaços populares pode ser mal instrumentalizada nas análises, por entender a figura do manifestante violento como um sujeito único, possível trabalhador que se encontre na miséria. O fruto das massas marginalizadas pelas contradições societárias, nesse caso, expressa a oposição entre violência à ordem e à razão, desprezando outras formas de luta política. Entretanto, essa caracterização utilizada para movimentos que fazem uso da "violência revolucionária", silencia a lógica de formas de violência que contemplam contradições estruturais e seu significado político.

Apesar de Tilly e Tarrow afirmarem que são escassas as presenças de militantes e manifestantes violentos nos séculos XX e XXI, é possível documentar uma grande variedade de movimentos com estratégias violentas na atualidade, embora seus objetivos, formas de organização e concepção de mudança social distam bastante

dos movimentos sociais revolucionários de outros momentos da história. Isso pode incluir experiências muito diversas entre si, que variam desde os *Black Blocs* (que emergiram com os movimentos antimilitaristas na Europa, se estenderam com o movimento antiglobalização e tiveram bastante eco midiático nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil)[42]; protestos violentos mas periferias das grandes cidades europeias, como ocorreu na *banlieue* parisiense na França (Zizek, 2011); ou também casos mais acirrados de violência política devido a conflitos que envolviam a esperança de mudança de regime político, como no Egito ou na Síria, e que, apesar dos desenlaces diferentes, levaram tanto à radicalização política como à repressão intensa.

Em geral, a teoria das oportunidades políticas considerou que os movimentos com repertórios violentos possuem um alto grau de previsibilidade de ação acarretado pela violência. Em termos de oportunidades e estratégias, isso foi considerado como sua maior limitação política, dado que a violência nos protestos implicaria necessariamente no recrudescimento da repressão governamental (Eisinger, 1973). Essa predição implicaria em uma maior certeza de quais seriam os resultados[43], e quais OP se fechariam, quando os sujeitos enfrentam a repressão, indicando uma fraqueza dos movimentos, explorada para desmobilizá-los (Tarrow, 1994; Davenport, 2005 e Jasper, 2016). De forma que há um "pretexto" para a repressão das forças governamentais, e também para o afastamento dos simpatizantes de suas causas, identificados como pacíficos.

Contudo, a sequência de fatos nas mobilizações e na violência dos manifestantes seguida de repressão estatal não deve ser encarada de forma rígida, malgrado o fato desse esquema casualístico ter sido amplamente disseminado nas ciências sociais. As fronteiras entre o individuo e a coletividade hoje são mais tênues que com os movimentos sociais "tradicionais" e isso pode levar a um maior grau de surpresa e imprevisibilidade na ação de pequenos grupos de afinidade, por exemplo. Ainda assim, nos ciclos de protesto, a violência aparece como polarizadora das alianças e enfrentamentos, de tal forma que as pessoas se veem compelidas a tomar

[42] Sobre as táticas Black Blocs, Ludd (2002), Dupuis-Déri (2014) e Jappe (2011) podem oferecer um maior detalhamento teórico.

[43] Como ilustrativo dessa afirmativa, faço coro à perspectiva do documentário sobre a atuação dos Panteras Negras "The Black Panthers: Vanguard of the Revolution, 2015", do diretor Stanley Nelson, em que o narrador afirma que a única certeza que, ao armarem-se contra o governo dos Estados Unidos, com uma proposta de autodefesa negra, a polícia viria reprimi-los duramente. O que, efetivamente, se deu nos anos seguintes ao seu surgimento, em meados da década de 1960.

partido. Nesse roteiro, os aliados afastam-se, os observadores se retiram das mobilizações e o aparato repressivo estatal entra em cena.

Embora decisiva para esses movimentos, a ameaça de ação violenta se torna prejudicial quando aliena outros atores do sistema político, reagrupando elites em nome da *paz* e obtendo a resposta repressiva esperada. Essa seria a principal razão pela qual a maioria dos militantes teria aprendido a controlar severamente os custos da violência, limitando a mesma à deposição de regimes ou a outras situações extremas (Tarrow, 1994). Empiricamente, a atuação contínua da guerrilha mexicana (e em outros países da região como Colômbia, Guatemala, El Salvador, Peru, entre outros), e em menor grau, a alegada "performatividade" dos *Black Blocs* demonstra, contudo, que este diagnóstico da literatura deve ser problematizado.

E, portanto, a análise de um intercurso de violência prévia e repressão desencadeada contra os movimentos, que frequentemente foram deixadas de lado ou são encaradas de forma fragmentada, são elementos analíticos importantes nesse processo. A interação violenta envolve esforços governamentais para inibir ou suprimir as manifestações, através do uso de suas forças repressivas, aumentando, às vezes, os recursos para mais mobilizações e também as relações de causa-efeito em ambas as direções. Nesse sentido, tanto a repressão formata a mobilização quanto o contrário, sendo complexo apontar a gênese da violência, e, portanto, profícuo encarar tal arranjo a partir de um *continuum* (TILLY, 2005), dentro de um campo relacional.

Finalmente, as razões pelas quais o estudo das ações coletivas parece ter sido orientado exclusivamente na direção desses dois paradigmas - repressão e radicalização -, encarando os movimentos e a violência de forma relativamente estanque e previsível, são atribuídas a um caráter normativo e a um juízo político. Isto é, parece mais fácil, na perspectiva estatal, criminalizar ou reprimir os movimentos. Ao passo que, se a violência é encarada como um processo complexo e multicausal, é possível perceber nuances importantes. É nesta difícil seara que pretendemos aprofundar ao analisar a militância em contextos de violência rotinizada.

2.2.3 A militância diante da violência rotinizada

Tendo em vista o protagonismo dos dois paradigmas supracitados, pouca atenção foi dada ao estudo de movimentos sociais em contextos de violência prolongada e rotinizada. Quando isso ocorreu, deu-se, sobretudo ao considerar os

movimentos sociais e a violência em contextos ditatoriais, tal como em Brysk (1993), Della Porta e Reiter (1998), Acselrad (2015), entre muitos outros. No entanto, o estudo da relação entre movimentos sociais e violência em regimes democráticos ainda é uma lacuna considerável nas teorias dos movimentos sociais.

Uma aproximação já explorada teve como foco as periferias urbanas, inclusive considerando a organização da violência nas favelas no Rio de Janeiro, com alguns estudos que devem ser matizados por suas peculiaridades estruturais e simbólicas (Gay, 1990; Leeds, 1996; Freire, 2008; Machado da Silva, 2008). De forma que importa apontar que a violência e os movimentos populares foram estudadas, no Brasil, como atributos quase exclusivos dos regimes autoritários ou, em menor medida, das habitações populares conhecidas como favelas, embora neste último caso nem sempre o tratamento da militância e dos movimentos sociais ganhasse centralidade, devido ao maior foco nas dinâmicas de urbanização, marginalidade, moradia, integração, etc.

A entrada dos moradores de favela como atores políticos na cena pública, nos anos 1940, no Brasil, teve na formação de uma comissão de moradores contra a remoção uma primeira trincheira de luta pela moradia e de politização cotidiana, em ambientes ainda não ostensivamente regulados pelo narcotráfico. A luta contra a ditadura marcou uma nova inflexão até a redemocratização, devido ao protagonismo das lutas urbanas não somente em suas demandas mais particulares, mas apelando a cenários mais amplos da sociedade e da política nacional. Desde a década de 1990, a associação entre favelas e violência urbana representou uma nova guinada, tendo em vista o funcionamento das facções de tráfico e a visibilidade que obtiveram os crimes cometidos nesses espaços desde então.

A violência então começou a ser considerada de outra maneira a partir das décadas de 1980 e 1990, com o aumento da criminalidade violenta e suas consequências nos movimentos de bairro e de base. Não são poucos os efeitos do tráfico de drogas na organização da vida desses sujeitos, sobretudo relativos à organização e à ocupação do espaço (Cavalcanti, 2004). Para Machado da Silva (2008), o aumento da criminalidade nas favelas ocasiona uma instabilidade nas *rotinas* de seus moradores, afetando a confiança entre os sujeitos, tornando problemática uma solução coletiva dos problemas e escasseando os movimentos de base local, além de ocasionarem medo e desconfiança.

As mobilizações nas favelas, entretanto, existem desde o início do século XX. Assim, malgrado a coerção e o autoritarismo do funcionamento do controle estatal sob suas condutas, há espaço para uma capacidade autônoma de ação coletiva, mesmo que esse seja pouco reconhecido. Esse espaço reduzido (Cruz, 2013), foi trazido à tona pelo aumento da densidade da textura associativa nos últimos anos, junto a mudanças na configuração da violência local, tal como do contexto de trabalho, políticas públicas e ação coletiva. Importa, igualmente, localizar as práticas associativas e de contestação no interior de inserções específicas desses contextos, como o engajamento em ordens institucionais/legais e informais/para-legais, bem como em uma "sociabilidade violenta" [44].

Em relação à produção efetiva das militâncias em territórios de exposição prolongada à violência, como observado no campo desse trabalho, Paulo, de Campo Grande, reforça a existência de um território escasso, ao mencionar especificamente a coerção das milícias:

> Discutir segurança pública em Campo Grande é muito difícil, não dá pra fazer isso aqui com a milícia, além disso, fazer determinadas ações em bairros pontuais se torna muito difícil, porque a gente vai ter que conviver e dialogar com a milícia e isso se torna muito perigoso pois nosso diálogo e nossa ação vai até determinado ponto, até o ponto em que a milícia deixa. A partir de um ponto a gente começa a correr risco de vida, e fica muito complicado por conta do medo, tanto o medo dos militantes, quanto o medo dos moradores do bairro de participar de qualquer ação por causa da milícia.

O espaço reduzido deve ser considerado, caso exista a possibilidade de atuação, pois os pesquisadores entrevistados questionam, primeiramente, a possibilidade de instalação de movimentos nessa região, como o psicólogo da ONG Justiça Global, Rafael Dias[45]:

> Tem uma questão também que é a seguinte, eles impedem qualquer

[44] Embora não faça uso dessa hipótese nessa tese, importa sublinhar o que seria a sociabilidade violenta. Cunhado por Machado da Silva (1999), o conceito diz respeito à submissão cotidiana de sujeitos vivendo em espaços tidos como violentos, mas que não produz um distanciamento entre as fontes institucionalizadas de poder e as rotinas cotidianas, reduzindo a limites mínimos a comunicação necessária à produção do entendimento da própria situação. A sociabilidade violenta gera medo nos agentes sociais que continuam a se constituir de forma tal que não estão preparados para "abandonar-se" à violência como princípio, sobretudo através de uma "lei do silêncio". As populações que ela submete continuam, de certa maneira, a viver sua vida "normal", organizadas como subalternas que são à ordem estatal, mas sob a condição de serem impedidas de se apropriarem coletivamente da "outra parte" desta mesma normalidade cindida.

[45] Em entrevista realizada no dia 10 Abril de 2013.

> movimento de estar lá, além de coagir, há uma neutralização da possibilidade do movimento atuar naquela área. Quando você militariza uma área, a atuação, a possibilidade de haver um grupo organizado ali da sociedade civil é mais difícil, inclusive nas áreas de milícia. Isso é um problema, quando você militariza essas regiões, você está neutralizando a possibilidade de buscar direitos, de grupos organizados. Tem alguns movimentos que resistem, que enfrentam, quando a milícia está se instalando, quer se instalar, e outras organizações já não tem força para atuar. Então tem vários tipos, vários modos, tem comunidades que se organizavam e impediam a milícia de se instalar, principalmente quando era tudo pessoas de fora, então como é que chega alguém e começa isso.

Igualmente, outros autores sublinham como a crescente restrição dos ambientes imposta pela territorialização de espaços residenciais segregados por parte dos traficantes de drogas também afeta os militantes desses mesmos espaços (Souza, 2008, 2009). Os efeitos imediatos desse alto nível de controle são o cerceamento da liberdade dos moradores desses locais e a tentativa de manipulação de associações de moradores, além das dificuldades criadas para movimentos sociais e mecanismos de participação popular.

A desarticulação dos militantes em campo parece ser o único consenso, em diferentes contextos de ação e controle armados. Há também o sofrimento coletivo dos sujeitos organizados em lutas populares, mais ou menos articulados em redes de confiança e suas intervenções com atores do clientelismo local (Auyero, 2001, 2007). No entanto, parece vigorar uma *lei da mordaça,* o impedimento da elaboração de trabalhos considerados de interesse prioritário. Ademais, Freire (2008) afirma que os líderes de associações comunitárias nas favelas, ou de quaisquer grupos de caráter reivindicativo, acabam por justificar ou amenizar a coação sofrida pelos traficantes, por exemplo, impedindo mesmo a "própria constituição de públicos que se sintam concernidos e se mobilizem na definição de problemas a serem tratados como prioridades e publicamente" (2008, p. 171).

A despeito disso, a literatura nota uma incipiente construção de "problemas públicos", em zonas como a baixada fluminense, no Rio de Janeiro, uma região de altos índices criminais, despontando em uma organização incipiente (Landim, 2013), como forma de reagir a uma chacina em 2005[46]. No entanto, esses sujeitos reagentes à violência, sofreriam com uma precariedade e ausência de legitimidade social e

[46] A chacina na Baixada Fluminense, nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados, na Baixada Fluminense, ocorreu em 31 de março de 2005, com o assassinato de 29 pessoas, além de outros feridos, por policiais militares. É considerada a maior chacina da história do Rio de Janeiro.

política, constituindo grupos cuja fragilidade e obstáculos à permanência são evidentes, sobretudo por se constituírem à margem da cidade.

Sejam os membros da gramática da violência pertencentes às facções do tráfico de drogas, das milícias ou criminosos estabelecidos em periferias e favelas, parece unânime o diagnóstico da dificuldade de mobilização popular nesses contextos. Nesse sentido, o especialista do LAV – Laboratório de Análise da Violência, da UERJ, Ignacio Cano afirma:

> A minha hipótese é que a interferência que a coerção armada exerce na representação de política social de forma ampla é semelhante aos grupos armados: tráfico, sobretudo tráfico e milícia. Quando você tem uma dominação tão forte como você tem nesses territórios, os movimentos sociais, associações de moradores, qualquer coisa, estariam inviabilizados ou cooptados pelo poder armado. Se querem criar espaços, numa concepção *foucaultiana* do poder, requerem um contra-poder, tudo bem, mas é preciso ter claro que há certos espaços, mas esses espaços são concedidos na medida em que não atrapalhem o negócio. Não é nem o que você fizer, mas se implicar algum tipo de risco para a atividade dos grupos, acabou[47].

Outros trabalhos versando especificamente sobre a militância em áreas de violência relativa ao narcotráfico e ao crime organizado foram realizados por Jimenez (2015), a partir de uma perspectiva comparativa entre México e Colômbia. Diferentes movimentos sociais em algumas comunidades nesses dois contextos teriam se organizado, através de mecanismos de inovação democrática, como formas de resistência local a contextos violentos que se apropriam de dispositivos institucionais criados nas ultimas décadas. Esses mecanismos serviriam para a discussão de seus conflitos em redes mais amplas, que incluem legislações internacionais e Convenções Internacionais dos Direitos Humanos.

Tais formas de organização constituiriam novos modos de relação com o poder instituinte, sobretudo com uma perspectiva de planejamento e governança territoriais. A partir da ineficácia das respostas governamentais aos conflitos em determinados locais no México e na Colômbia, os grupos organizados frente às grandes empresas, protegidas pelos governos e também contra as organizações criminais, apresentam um desafio para as comunidades. A justaposição dos grupos criminais ao poder do Estado, por vezes suprindo organizações estatais no campo, teria o efeito de questionar o ordenamento dos seus territórios pelos governos federais

[47] Em entrevista realizada no dia 5 de Setembro de 2013.

"que em contextos de violência não cumpriram com as garantias mínimas de proteção à vida e liberdade das comunidades frente às organizações criminais (JIMENEZ, 2015, p.132)".

No México, frente à expansão do extrativismo depredatório e do crime organizado, foram muitas as formas como algumas comunidades iniciaram ações coletivas de resistência, organizadas, por exemplo, em autodefesas comunitárias (Jimenez, 2015)[48]. Contudo, essas não questionariam as bases dos perigos regressivos autoritários, se constituindo, por vezes, como uma ratificação da ordem armada e opressora. Ainda assim, essas resistências seguem tímidas no país, ainda que consideradas junto à relativa desmobilização, com violências cometidas aos *luchadores sociales,* categoria nativa que abrange militantes e defensores de Direitos Humanos[49].

Na mesma linha das autoras anteriores, Colak e Pearce (2009) examinam os casos da Colômbia e da Guatemala, detendo-se em formas de organização da sociedade civil frente à violência que esses países enfrentavam. As autoras acusam a "crise no fornecimento estatal de segurança" (idem, p.11) como elemento fundamental para a falta de conexão entre os objetivos estatais e as necessidades dos sujeitos, agravada em contextos com alto grau de violência, em que suas consequências ao invés de serem mitigadas acabam tendo o efeito contrário, pois os métodos utilizados pela polícia e forças militares aumentam o medo e a insegurança dos sujeitos. As respostas comunitárias surgidas nesses ambientes se dão em organizações comunitárias que buscam espaços livres de ação para os militantes, deslegitimando atores violentos, e buscando mudanças nos espaços mais locais.

Algumas adaptações básicas são necessárias para a ação coletiva em contextos de violência prolongada, pois não somente haveria uma inibição de algumas formas de mobilização, mas existem regularidades e tendências próprias (Gil, 2006). Nesses ambientes de alta conflitualidade política, a violência se torna uma dinâmica de comunicação, ainda que surjam atores sociais pacíficos, que usam novos repertórios

[48] As autodefesas comunitárias mexicanas, baseadas em preceitos milenares indígenas, se concentram atualmente no estado de Michoacán, surgidas principalmente a partir de 2012, mas estendendo-se para outras partes do país, incluindo Guerrero, presentes em 47 de seus 81 ajuntamentos (Illades, 2015). Sua organização diz respeito a milícias armadas por cidadãos desses estados, que buscam proteger a população dos efeitos da violência organizada, sobretudo do narcotráfico.

[49] Segundo a OEA (2015) entre os anos de 2006 a 2012 foram 245 agressões a esses militantes, além de 22 assassinatos e cinco mortes provocadas, no México, com motivos relativos à luta que desenvolviam em defesa dos direitos humanos e seus territórios. Guerrero, novamente junto à Oaxaca, Chihuahua, Coahuila, e Cidade do México, tiveram os mais altos índices de violência nacionais.

ou ressignificam velhos, em um cenário particular, onde a violência política se torna uma característica marcante do ambiente.

Gil (2006) também propõe a análise da violência como um eixo estruturante do social, prolongando-se no tempo e diferencialmente no espaço, singularizando os cenários de conflito pela presença de atores violentos e por sua relação com atores desarmados, assim como as formas em que o Estado está presente (como ordem ou repressão) e segundo as interações estabelecidas com as burocracias e organizações locais, permanente ou transitórias. A violência apareceria como um fator de configuração estatal e de (falta de) coesão social e decorreria em condições específicas para os militantes, que podem acomodar-se de forma a serem *invisíveis* para os atores violentos, refugiar-se ou resistir, em meio aos confrontos, com adaptações individuais e coletivas frente a esses contextos.

Em outro cenário, apresentado por Zwerman e Steinhoff (2005), de comparação entre o Japão e os Estados Unidos, em ciclos de protestos compreendidos entre as décadas de 1960 e 1990, observam-se militantes que persistiram em mobilizações duramente reprimidas, com características comuns. Uma das conclusões mais interessantes destes autores é o emprego de estratégias e estruturas por parte dos militantes que permitiram que os mesmos absorvessem altos níveis de repressão. A isso seguiu-se a formação de um novo ciclo de mobilizações nos dois países, seguido de uma escalada repressiva estatal, com uma trajetória particular.

Essa observação à trajetória dos militantes engajados em ações de alto risco, no que Zwerman e Steinhoff (2005) chamam de "guerra contra o Estado", dentro do enquadre analítico mobilização-repressão-remobilização, traz um ponto importante para as análises sobre os movimentos em zonas de violência até o momento, qual seja: a capacidade de organizações e ações clandestinas de reerguer-se e desenvolverem estratégias de desafio e resistência à intensa repressão estatal durante um amplo período de tempo, representando um – pequeno, mas considerável – movimento próprio, isto é, a resistência contra a repressão estatal com suas características e trajetórias particulares.

Finalmente, uma última hipótese lançada por Loveman (1998) a respeito da defesa dos direitos humanos na América Latina, considera a influência da repressão nos militantes como dependendo da relação entre o tipo de estratégia empregada pelos agentes estatais e a densidade das redes interpessoais mobilizadas nos protestos. Neste prisma, a confiança e a existência de laços fortes e próximos de sustentação

convertem-se em fatores teoricamente centrais para a possibilidade de emergência de militâncias em contextos violentos. Ao mesmo tempo, encarada como uma violência circular, na acepção *tilleana* – ou seja, considerando o *continuum* que torna complicado analiticamente separar as fases de forma hermética – haveria uma continuidade lógica dos fenômenos (como a prisão, a pirataria, a guerra, a repressão das manifestações, a extorsão, entre outros) e uma não circularidade no tempo-espaço[50].

Embora seja complexo distinguir com precisão o início da repressão das ações violentas e como isso configuraria um ambiente em permanente tensão, é preciso qualificar a junção de todos esses fatores, em sua dimensão espaço-temporal e prático-simbólica. Dessa forma, a consideração dos ambientes de *rotinização da violência*, tal como proposto na tese, implica um estado de violência permanente que incide na configuração sócio-territorial de forma prolongada, levando a uma constante ambivalência nas práticas e representações dos sujeitos. Nessas, produz-se uma combinação e uma coexistência entre o trânsito por regiões relativamente pacíficas e por zonas violentas; a sensação de calma e de medo; a significação constante dos diversos atores em disputa, com os quais se mantém uma relação de distancia e de proximidade; e a impossibilidade e as brechas para a ação coletiva.

2.3 O Estado nas margens: atores, dinâmicas e representações

> Aqui era considerada área de risco, a polícia apareceu, mas antes não vinha, a gente ficou com um falecido dentro de casa das dez da noite até meio dia do dia seguinte, porque a polícia não podia vir aqui. O sentimento de morar numa área de risco é muito difícil, a polícia não vinha, a farmácia não entregava, essa sensação era tão ruim naquela época que agora parece que melhorou. Não que a polícia seja essas coisas, se pode sair à noite, às vezes eu acho que melhorou, embora os serviços públicos tenham piorado. O ônibus piorou, o trem piorou, a saúde piorou, tem uma UPA aqui agora, mas eu fui com meu filho porque não tinha médico no atendimento particular, e me falaram "só estamos atendendo quem tá quase morrendo" (Beatriz, Senador Camará).

Nos contextos de violência rotinizada, torna-se fundamental analisar a forma como o Estado se faz presente, bem como a existência de outros atores, com os quais mantém, dependendo do lugar e do momento, diversos tipos de relações. A fala de

[50] O continuum proposto por Tilly possui como interlocutor oculto a crítica à teoria de Durkheim, na qual se separa, por definição, as manifestações violentas próprias à manutenção da ordem daquelas causadas pela desordem, da anomia e da patologia social.

Beatriz, transcrita acima, longe de ser uma especificidade, revela uma representação bastante habitual sobre o *descaso periférico* do Estado, considerado por vários habitantes e militantes como uma forma de violência por seu caráter discricionário. Daí que as alusões constantes destes sujeitos a viverem em zonas de "vazio estatal" ou onde "não existe Estado" relacionam-se, ao mesmo tempo, com uma série de privações sofridas, explicitando uma expectativa de presença que não se confirma em suas vidas práticas.

É assim como os habitantes desses territórios relatam suas percepções sobre uma dessemelhança brutal entre a realidade que vivem e a forma a partir da qual as instituições estatais tratam outros espaços, por vezes na mesma cidade, inclusive em localidades próprias. Esse "vazio estatal", na percepção dos seus habitantes, diz respeito à falta de conexão com o poder político oficial e a uma ligação com um poder político relativamente "autônomo" (SCOTT, 2000; ARAUJO SILVA, 2013), que em Guerrero seriam representados pelos narcotraficantes e pelas polícias comunitárias; e no caso da Zona Oeste do Rio de Janeiro pelas milícias e traficantes de drogas. A análise detida destes atores, sua influência no território e na configuração sociopolítica e suas relações torna-se, desse modo, um requisito imprescindível tanto para revelar como opera a rotinização da violência, como, sobretudo, para interrogar sobre as oportunidades e limitações para a ação militante. No restante deste capítulo, apresentaremos de maneira geral, embora contextualizada, este panorama para, nos capítulos seguintes, discutir, em perspectiva comparada, as dinâmicas locais subjacentes aos casos abordados na tese.

2.3.1 A violência da ausência do Estado

A presença estatal discricionária em territórios periféricos pode ser entendida como uma das facetas da violência nesses espaços, conquanto não seja a única nem necessariamente a mais importante. A falta como violência, quando em sua forma particularmente urbana, deve ser analisada, segundo Machado da Silva (1999), a partir da causalidade entre ordem pública e criminalidade violenta na atualidade, considerando a ineficiência das agências estatais como um fator independente. Ao passo que em sua forma dependente essa relação diz respeito ao crescimento do crime organizado nos espaços em que as políticas substantivas do Estado não estão

presentes. A ideia de ausência estatal, portanto, aparece como corolário da reflexão que vitimiza os pobres, segundo os entrevistados, muitos dos quais projetam a comparação com outros lugares de alta presença estatal, onde os serviços públicos e as prestações fundamentais funcionam.

A ausência do Estado é percebida, assim, não como *incapacidade*, mas como uma *seletividade*, que possui tanto um caráter territorial como social. Afetaria de maneira mais intensa os contextos mais pobres, que seriam escolhidos como *lócus* privilegiados da atuação do crime organizado (Machado da Silva, 1999). Zaluar (1998) também aponta esse paradoxo, no qual a pobreza é uma das características sempre constantes nas regiões onde prolifera o crime, e, portanto, os habitantes de regiões mais empobrecidas da cidade são ambos os que mais sofrem com a violência difusa e privatizada, e os que mais são apontados, paradoxalmente, como seus agentes.

Estas localidades e regiões corresponderiam às *margens do Estado,* de acordo com Das e Poole, tornando-se um lócus importante de observação no qual devem ser consideradas não somente as representações da população local, mas também as percepções do próprio Estado e de seus agentes sobre estes territórios e seus habitantes. Embora, formalmente, a argumentação do Estado pela ausência justifica-se muitas vezes pelas limitações físicas, também é frequente encontrar referências às dificuldades de governar sujeitos considerados como "insuficientemente socializados no marco da lei" (2004, p.8). Se o Estado atribuiria prerrogativas para um determinado território, certos espaços recebem um tratamento diferenciado. As diferentes modalidades de presença estatal como marginais não dizem respeito exclusivamente aos aspectos geográficos, mas a uma concepção de centro e periferia que desbancou o raciocínio exclusivo da soberania e formas de poder disciplinar. É importante considerar, portanto, que esses modos de atuação estatais variam de acordo com a posição social, econômica e política dos segmentos em jogo, enfraquecendo um apregoado universalismo no acesso a direitos.

A política e as práticas nessas regiões às margens são, portanto, moldadas por práticas regulatórias e disciplinares que constituem o que se entende como Estado. Isso exige, para Das e Poole (2004), repensar as fronteiras rígidas e os critérios administrativos que separam o centro da periferia, o público do privado, o legal do ilegal. Se os limites estatais parecem tratar de um ordenamento normativo, é preciso enxergar como certos terrenos etnográficos, como os contextos desse trabalho, são

usualmente encarados como locais de falência estatal, no que tange à imposição de sua ordem. As margens, para além de engendrarem uma ideia de exceção, são fundamentais para o entendimento da relação entre a instituição estatal e a violência, evidenciando uma funcionalidade aparentemente ordenadora às margens, que decorre no sofisma de que onde há pouca presença estatal, faltaria ordem ou imperaria a desordem.

A violência residiria também na gênese do aparato jurídico, como também questionam Das e Poole (2004), fora de um caráter mítico do Estado, mas preferencialmente a partir de pessoas cuja habilidade de representá-lo ou aplicar leis os permite agir com impunidade. A forma como são experimentadas as leis nesses territórios é permeada pela sensação de descaso, com personagens locais que representam concomitantemente uma forma altamente personalizada de poder privado e uma suposta neutralidade estatal. Embora esse trabalho não dê centralidade para esse caráter normativo-jurídico estatal, é importante considerar a experiência dos sujeitos das leis. Para as autoras:

> Tais figuras [...] como *brokers,* pequenos agiotas, homens poderosos localmente, paramilitares – representam ao mesmo tempo o desvanecimento da jurisdição estatal e sua refundação continuas através de suas (não tão míticas) apropriações da justiça privada e da violência. Nesse sentido, eles são o segredo público através do qual as pessoas que incorporam a lei, a burocracia e a violência que conjuntamente representam o Estado e se movem para além do reino mítico, se juntam na realidade da vida cotidiana (DAS e POOLE, 2004, p.14).

A ideia de vazio estatal, portanto, repetidamente veiculada pelas pessoas, em espaços em que faltam ou são deficitárias estradas, escolas e outros signos identificados com a presença estatal, substancializa um argumento que à primeira vista é bastante intuitivo. O que permitiria que o Estado nunca se responsabilizasse por suas promessas, para Das e Poole, é a combinação da localização de um espaço – periférico – junto a outros fatores, que incluem uma marginalidade tida como histórica de determinadas populações, como por exemplo, os indígenas.

Portanto, os moradores desses territórios constroem diversas estratégias, como *mapas de antecipação* (POOLE, 2004), de forma a se anteciparem ou internalizarem a imprevisibilidade da violência justamente pela previsibilidade de locais em que o Estado exerce sua soberania em territórios que não consegue "controlar". A internalização decorreria da necessidade de previsibilidade dos sujeitos, de acordo com entrevista concedida por Ignacio Cano:

> Um dos motivos pelos quais a polícia é temida e detestada não é só pela violência, mas pela imprevisibilidade, ela chega a qualquer hora, o tráfico não, sabe mais ou menos como lidar sem interferir na sua vida, quais são as normas, a milícia a mesma coisa. As pessoas querem previsibilidade, querem ordem e quem fornece essa ordem é sempre uma figura extremamente autoritária e brutal e nas áreas pobres, marginalizadas, populares, carentes do Rio de Janeiro, é o problema.

Para Das e Poole, a conexão proposta entre a ausência estatal e a violência, também implica em formas específicas de sociabilidade às margens, com limites nos quais a economia é criada e estendida. A extensão de determinadas práticas é frequentemente lida por uma certa retórica política como sinais de corrupção, apressando-se para apresentá-las como evidências de um enfraquecimento do Estado. Esse movimento *marginal*, portanto, é central para o entendimento estatal, com suas indeterminações permitindo formas de resistência e também estratégias de engajamento estatal como margens aos corpos dos sujeitos (DAS e POOLE, 2004).

É nas resistências criadas a partir de um engajamento marginal que essa discussão ganha centralidade para o trabalho, assim como na análise da forma como as instituições estatais estão presentes em determinados territórios. O objetivo é refletir, minimamente, sobre as formas que assume esse Estado nas *margens*, ou em suas *fronteiras* (VELHO, 1976), em particular a partir do uso de suas forças de segurança. Ao abordar essa presença estatal marginal, os espaços de violações de direitos cotidianos são analisados, através de práticas e discursos, em locais considerados focos da criminalidade urbana, muito embora sabidamente a maioria de sua população não esteja envolvida com atividades ilegais.

Ou seja, ainda que não haja o envolvimento efetivo de seus habitantes com atividades ilegais, determinados territórios são permeados por violências estruturais e conjunturais, como as relativas ao tráfico de drogas, que merecem ser ressaltadas. Em seu espaço fronteiriço ou às margens, há uma operacionalidade distinta estatal, e que as falas nativas trazem à luz, produzindo e acentuando desigualdades. Essas tecnologias específicas de poder (Foucault, 2006) sobrelevam, para Velho (1976), contextos marcados pela livre iniciativa do capital e, para Das e Poole (2004), locais nos quais o Estado redefine ininterruptamente suas formas de governar.

A redefinição das formas de governar esses espaços pode ser lida em uma chave que busca considerar a violência como um instrumento de poder eficaz e um traço distintivo do entendimento da população. Os militantes entrevistados não parecem fugir dessa regra, criticando o modo como o Estado se apresenta em seus

territórios. Daniel, de Santa Cruz, a respeito de seu bairro, comenta: "*é um lugar com muita falta de Estado, com questões de insegurança, dado as favelas serem consideradas perigosas. A educação também é precária, com as escolas sofrendo com as invasões do tráfico de drogas e da polícia*".

A respeito dessas formas de governar, a próxima seção aborda o coronelismo, como uma categoria possível para o entendimento das relações estabelecidas às margens de alguns territórios, como os abordados nesse trabalho.

2.3.2 O coronelismo e as zonas cinzentas

A noção de *coronelismo* fornece um paralelo importante para a reflexão sobre a existência de vazios estatais, muito embora sua utilização deva ser matizada. Seguindo a perspectiva clássica de Leal (2012), *práticas coronelistas* engendram uma hegemonia econômica, social e política que implica um regime de favores aos amigos e perseguições aos adversários das elites locais, que perderam sua autonomia. Essa configuração, contudo, não é somente coercitiva, mas necessariamente da imagem de um "coronel" apresentado como o campeão de melhoramentos locais para prosseguir politicamente.

O fenômeno coronelista é dinâmico, transformado segundo o contexto, em uma evolução que necessita levar em conta o urbanismo, o êxodo rural, entre outros fatores. Assim, é importante localizar inicialmente a reforma do código do processo criminal brasileiro em 1832, de caráter eminentemente descentralizador, como um das responsáveis pelos avanços do coronelismo, com a institucionalização da compra de patentes de coronel. Nesse momento, quem exercia o posto de coronel era usualmente o chefe político, invariavelmente um homem rico, fazendeiro e/ou comerciante, exercendo, em cada município, o comando da Guarda Nacional.

O coronelismo tal como apresentado por Carone (1971), está intimamente ligado ao fator geográfico e à formação de grandes propriedades, facilitado pelo processo histórico de expansão da coroa portuguesa e suas sesmarias distribuídas para nobres, comerciantes ricos e militares. Um dos efeitos desse processo é a expansão dos latifúndios brasileiros concomitantemente à mínima ação estatal, e como essa ausência facilitou a presença de uma espécie de poder privado arvorado no direito de atributos legais.

Importa sublinhar que, a despeito das profundas mudanças sociais, demográficas e econômicas, essa forma de relação permanece atual em alguns contextos através dos efeitos da distribuição de renda desigual e do subsequente desamparo de quem necessita recorrer ao coronel, arvorado em defensor dos sem direitos. O entendimento do domínio familiar como público é característico dessa organização, persistindo à medida que o poder estatal aumenta e entra em conflito com algumas destas prerrogativas particularistas. De forma a substancializar esse argumento, Daniel, de Santa Cruz, no oeste carioca, caracterizado como um bairro considerado em uma transição entre o urbano e o rural, menciona: "*a tradição é muito coronelista e personalista; lá é um lugar onde as pessoas se importam com os sobrenomes, com quem você é e o que você faz*".

Nesse sentido, o importar-se com quem você é, manifesta uma peculiaridade de uma estrutura do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude de um poder residual que coexiste com um regime político de base representativa. Segundo Leal, o coronelismo consiste em uma troca entre o poder público, progressivamente fortalecido e a decadente influência de chefes locais, notadamente dos senhores de terras, com um forte referente à estrutura agrária brasileira, sustentáculo dessas manifestações de poder privado que persistem tão visíveis nas periferias e no interior do país. De forma que essa "rarefação do poder público" (Leal, 2012, p. 62) seria essencial para a ascensão dos coronéis, que fazem um uso instrumental da seara estatal, a partir de um grande número de suas funções, efetivando e legitimando a atuação de poderes privados.

Ademais, o coronelismo é entendido como um fenômeno que busca apresentar-se como local, mas que também se projeta nacionalmente, como afirma Leal (2012), ocorrendo, sobretudo em municípios predominantemente rurais, dado que "o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno" (p.230). Nesse sentido, embora seja importante precisar que existe um certo personalismo observado nos territórios estudados e nas práticas coronelistas enquanto especificamente rurais, as periferias, mesmo urbanas, também são ideais para a observação dessas situações.

Como relata Fernanda, de Guaratiba: "*o coronel a gente sabe quem é. O cara te fala 'olha eu trabalho pro coronel Tal', agora a milícia você não sabe quem é, quem é o dono"*. Outra prática análoga às coronelistas, mas praticada por políticos locais é relatada por Fabio, de Realengo, a partir da "privatização" das academias

públicas da terceira idade por políticos locais: "*é o feudo do vereador local, ali não privatizou ou terceirizou, mas politizou, fez a máquina ali dentro. Depois da eleição, uma vereadora foi feudalizando até as academias da terceira idade, e aí cada uma é de um vereador"*.

Nesse sentido, Cleber, de Santa Cruz, menciona o desafio político apresentado pelo coronelismo, particularmente em seu intercruzamento à militância*: "pra toda essa região existe um desafio de se organizar politicamente que não seja pela via eleitoral e que não seja relacionada com o coronelismo, com as milícias".* Além disso, é flagrante a semelhança entre as práticas dos *coronéis* da Zona Oeste com os *caciques* locais em Guerrero, México, como indica a fala de Inés, de San Luis Acátlan: "*aqui pra tudo você precisa saber com os interesses de que poderosos vai mexer, quem vai incomodar, eles são muito influentes"*.

Em um espaço em que tranquilidade e violência se confundem, uma chave analítica possível para pensar a polissemia da violência local é a teoria da zona cinza ou cinzenta, de Auyero (2007), na qual ocorrem uma série de relações clandestinas entre os atores políticos. Inspirado por Guillermo O'Donnell, Javier Auyero observa regiões, entendidas como espaços dentro de Estados democráticos, em que a falta de capacidade estatal cria situações autoritárias, de forma que, embora a lei seja democrática, ela não alcançaria as zonas marrons. Configurar-se-ia uma área imprecisa e saturada de significações heterogêneas, incluindo, por exemplo, as forças policiais que não somente reprimem, mas são também, às vezes, parte da organização criminal, como observado em Guerrero.

A zona cinzenta, portanto, busca corrigir uma série de indistinções analíticas relativas à violência, ligadas ao uso excessivo de categorias empíricas talhadas em contextos europeus e norte-americanos, que consideram os atores em posições absolutamente distintas no campo, malgrado a interação entre as elites políticas, agentes de controle social e os militantes. Em vez de localizar espaços de exterioridade, a indistinção entre insurgentes e autoridades, dissidentes e atores estatais, posicionados em locais distintos do espectro social e político, como o "lado do protesto" e o "lado da repressão" (Auyero, 2007) torna o cenário mais complexo.

Nessas zonas as relações entre o legal e o ilegal e a emergência da violência como uma moeda de troca devem ser compreendidas de forma coextensiva, isto é, integrando a violência tida como *extraordinária,* mas na realidade ordinária, por constituir o ambiente de determinadas regiões, ao estudo da *normalidade* política.

Nessa fronteira analítica, os limites normativos se dissolvem e os atores estatais e elites políticas promovem ou participam ativamente em produções de dano.

A violência e o vazio estatal ou a zona cinzenta de O'Donnell e Auyero, se relacionam, na medida em que há atores que se aproveitam desse tratamento diferenciado estatal, que permite a exploração violenta de serviços. A relação de necessidade desses poderes privados com o uso da violência é abordada por Leal (2012), ao explicitar a justificativa do uso da força nas relações desenvolvidas no coronelismo:

> Em certas circunstâncias, as ameaças e violências desempenham função primordial, porque semelhantes processos podem, por vezes, garantir o governo municipal à corrente local menos prestigiada. Mas a regra não é esta: a regra é o recurso simultâneo ao favor e ao porrete. Compreende-se isso perfeitamente, quando se considera que à situação dominante no Estado o que interessa é consolidar-se com o mínimo de violência (LEAL, 2012, p.66).

Assim se justifica a necessidade das mortes e outras brutalidades em territórios às margens, principalmente com a afirmativa de um possível envolvimento dos sujeitos com o uso de drogas. A violência admitida enquanto um "mal necessário" (Siqueira, 2013), mascara a reflexão sobre uma justificativa moral que tem como pano de fundo uma visão autoritária e violenta da ordem social. Nesse sentido, o silêncio sobre os eventos violentos – reais ou possíveis –, tem a função de garantir a "segurança ontológica" dos moradores, sua confiança na continuidade da rotina e na normalidade do fluxo de suas vidas (Rocha, 2009).

2.3.3 O clientelismo e a imbricação entre medo e a tranquilidade

O coronelismo não é exclusivo dentre os fenômenos observados em espaços de rarefação estatal, muitas vezes convivendo com o clientelismo. Isso não impede, segundo Feltran (2011), que as periferias sejam consideradas em chaves analíticas que escapem às generalizações dicotômicas sem esferas sociais legítimas, como o trabalho, o Estado, ou a religião e nas quais práticas clientelistas cumprem o papel de mediação. Os processos que segregam social e espacialmente os sujeitos, diminuindo seu acesso ao direito desconectariam as periferias e suas populações empobrecidas dos centros políticos das cidades. E, portanto, é preciso entender as mediações entre

as periferias e as outras dimensões do social, ou seja, sua dimensão política e pública.

No que tange às mediações estabelecidas, o clientelismo é um fenômeno complexo, mas que, em linhas gerais pode ser definido como uma manipulação de favores por votos, forjando relações de dependência entre as elites e as massas, tal como coibindo ações coletivas nos níveis locais (Gay, 1998). Além disso, é uma peça da engrenagem de um sistema de dominação e exploração, em que as massas são incorporadas, e ao qual as classes dominantes tendem a recorrer em certas circunstâncias. Para Diniz (1982), esses mecanismos são particularmente eficazes para resolver problemas de manutenção do poder criados por seu funcionamento inadequado, ainda que não estejam isentos de falhas.

Ademais, o conteúdo particularista e individualizado dos interesses mobilizados nessa forma de relação faz com que as decisões formuladas para lidar com benefícios restritos, calcados em vantagens visíveis e mais imediatas, resultem em uma maior atomização das demandas (Diniz, 1982). E em relação a esse último aspecto, o clientelismo aparece como um fator relevante na análise dos contextos trabalhados, por seu potencial de fragmentar e limitar as ações coletivas.

Ainda a esse respeito, Robert Gay acrescenta "a organização coletiva é inibida pois os retornos políticos são oferecidos em linhas verticais e porque o que são percebidas como relações clientelistas assimétricas entre líderes e seguidores das organizações de clientes mesmas" (GAY, 1999, p.11). Na mesma linha, esses impedimentos já foram mencionados por O'Donnell (1997), e por outros autores (Auyero; 2004, Stokes, 2013; Escobar, 2002; Diniz, 1982), afirmando que essas formas de mediação impedem tanto a organização, quanto a representação das demandas coletivas.

A instrumentalização do clientelismo às margens encontra sua justificativa, segundo Siqueira (2013), na Zona Oeste carioca, em torno de dois eixos: na necessidade de ajustamento a condições de possibilidade tidas como insuperáveis e em uma lógica de "dar" algum retorno para legitimar-se como líder local e entrar na rede de trocas locais. Nesse local, a política parece atrelada à possibilidade de personalizar e se manter em constante contato com responsáveis por órgãos públicos e parlamentares, indispensáveis para a realização de melhorias, mesmo que pequenas.

O militante Fabio, em Realengo, insiste que eu visite o conjunto habitacional onde vive, sinalizando um dos *modus operandi* de sua militância política, mostrar

uma determinada situação para políticos locais, para que a situação seja resolvida[51]. Outra situação que ele relata diz respeito à procura por um vereador: "*eu comecei um contato, mas não físico, fiquei uns três anos mandando email avisando que 'tal coisa acontece aqui assim', e enviava pro deputado e pros outros* [...] *ai um dia eu fui lá e passei a passar as demandas pra lá, próximo à campanha".*

A formação de alianças que esse episódio ilustra como prática coronelista, para Siqueira (2013), também estaria ligada a um sentimento de afeto que separaria a concepção "comunitária" do cotidiano local, definindo, por contraste, o tempo da política. A lógica afetiva do personalismo divergiria dos interesses dos políticos e a ação coletiva teria o poder de interferir minimamente, na escolha de alianças adequadas com políticos locais, como demonstrado anteriormente. A hipótese desse trabalho é que essa margem de manobra dos militantes é extremamente reduzida, ainda que alguns busquem aproveitar-se das brechas.

Tudo isso se relaciona ao medo sentido pelos militantes nesses locais. Em termos de oportunidades para a ação política, é preciso levar o temor a sério enquanto estrutura mais visível da violência para o impedimento de sua ação coletiva. Ainda assim, informar-se sobre os locais mais violentos de seus bairros e cidades, segundo apontaram os militantes, é importante para a sobrevivência em certos contextos. Daniel, de Santa Cruz, menciona: " *não me assusto com essa violência, quer dizer, pra mim, saber onde circular pelo bairro é essencial pra não se perder, não entrar em certos lugares à noite, por exemplo*". Contudo, não são todos os militantes que relativizam o medo, mencionando uma sensação constante de insegurança:

> (...) tem um carro que assalta e até estupra as mulheres aqui, então é essa insegurança, uma violência que não é todo dia tem um assalto ou algo como uma violência psicológica, você não vai a alguns lugares porque você tende a ser assaltada (..) esses dados da violência que vão podando a gente, vão cerceando a gente, vamos ficando com medo" (Beatriz, Senador Camará, 26 anos).

Como já abordado por Kessler (2011), a insegurança é um dado analítico eminentemente espacial, embora forjado por convenções sociais, de forma que quando há um maior consenso a respeito do bairro ser perigoso, é mais corriqueiro

[51] Contudo, tal *modus operandi* não é uma novidade nesses contextos, como menciona Boschi (1983), desde o período ditatorial, no Brasil, em que as lideranças das associações de moradores passaram por períodos de cooptação, diminuindo seu papel eminentemente reivindicatório. Consequentemente, há uma busca por interlocução com políticos locais, funcionando como interlocutores dos problemas dos bairros, substituindo suas práticas anteriores por uma mediação relativamente burocratizada, transformando, segundo esse autor, a sua atividade.

que se conformem circuitos com uma demarcação de espaço e tempo muito precisas. Portanto, tanto as indicações quanto os limites espaciais e temporais de segurança e insegurança são exatos: sair pela direita é seguro, pela esquerda, perigoso; chegar ao bairro antes das 20hs está bem, mas depois já seria arriscado. No entanto, espacializar a insegurança não a exime de um campo de disputas e mal-entendidos, sobretudo em relação à mídia, que a explora como um problema público, equiparando-a ao delito. A ausência de segurança pode não passar de um indicativo subjetivo, um sentimento que expressa uma demanda frente ao Estado, a da garantia de um nível mínimo de riscos ligados ao crime. Outras noções correlatas seriam a desconfiança e o temor à polícia, a violência institucional e a insatisfação com a justiça.

Para Machado da Silva (1999), a dimensão econômica também é uma variável importante interveniente no fenômeno da violência estatal, evidenciando a incapacidade generalizada de atuação do conjunto das agências do Estado. Nesse sentido, tanto a ineficiência, quanto a desmoralização interna da polícia fariam parte de uma crise política que afeta toda a estrutura estatal e sua relação com a sociedade. Assim, os altos índices de violência policial nas regiões desse trabalho, além do conluio de agentes estatais com narcotraficantes e milicianos, entre outras configurações, reforçam a hipótese de descrédito policial frente à população.

Contudo, isso não significa que todos identifiquem a discricionariedade estatal como um problema, ou que percebam a violência estatal em seu entorno, pelo contrário, alguns assinalam que seus bairros são locais tranquilos e pacatos para viver. Minha sensação foi de frustração nos contextos trabalhados, portanto, quando em minhas entrevistas, de antemão, eram repetidas, exaustivamente, a tranquilidade dos bairros e cidades habitadas. Assim, Leandro (Campo Grande) afirma: *"do ponto de vista da segurança, é um lugar bem seguro, eu nunca fui assaltado, meus pais nunca foram também* [...] *talvez dentro de comunidades*[52] *daqui que eu já fui, que não são pacificadas, com muita troca de tiros"*.

A reificada tranquilidade, de uma Zona Oeste que se destaca do resto do Rio de Janeiro por sua sociabilidade do portão, um local em que à noite, os vizinhos conversam, sentados em cadeiras de praia, em frente às portas de suas casas[53] e de

[52] Cabe observar aqui a utilização do termo comunidade para referir-se a uma favela, algo que vem sendo discutido pela Sociologia contemporânea. Contudo, como essa discussão escapa ao escopo dessa tese, serei fiel ao uso feito pelos entrevistados e à literatura consultada.
[53] Segundo observado durante o período etnográfico, em Campo Grande, de Outubro a Dezembro de 2013.

afirmativas como "*em geral você pode dormir de porta aberta, não tem perigo nenhum"* (Fabio, Realengo) e "*um clima de cidade do interior que agora nem está tanto mais* [...] *eu sinto que eu preciso voltar pra calma da Zona Oeste, andar de havaianas, conhecer vizinho, ouvir canto de passarinho* " (Bruno, Santa Cruz), deve ser matizada. Em que pese declarações como a de Paulo, é necessário problematizar essa segurança, reiteradamente mencionada pelos sujeitos:

> Campo Grande ainda tem muitas de suas características passadas, ainda é um bairro residencial, aonde é muito possível ver pessoas batendo papo no portão, à noite, a praça cheia, mesmo de madrugada. Pelo menos no lugar aonde eu chego, você chega de madrugada e não tem problema com violência, apesar de algumas histórias eu nunca vi nada. Conheço várias pessoas aqui em Campo Grande que dormem com a casa aberta e não tem problema nenhum, então eu considero um bairro bom pra se morar, em comparação aos outros bairros.

O mesmo foi observado em Guerrero, no México, evidenciando a frustração da pesquisa de contar com um relato de absoluta violência e descaso, mas encontrar falas como a de Inés, de San Luis Acátlan:

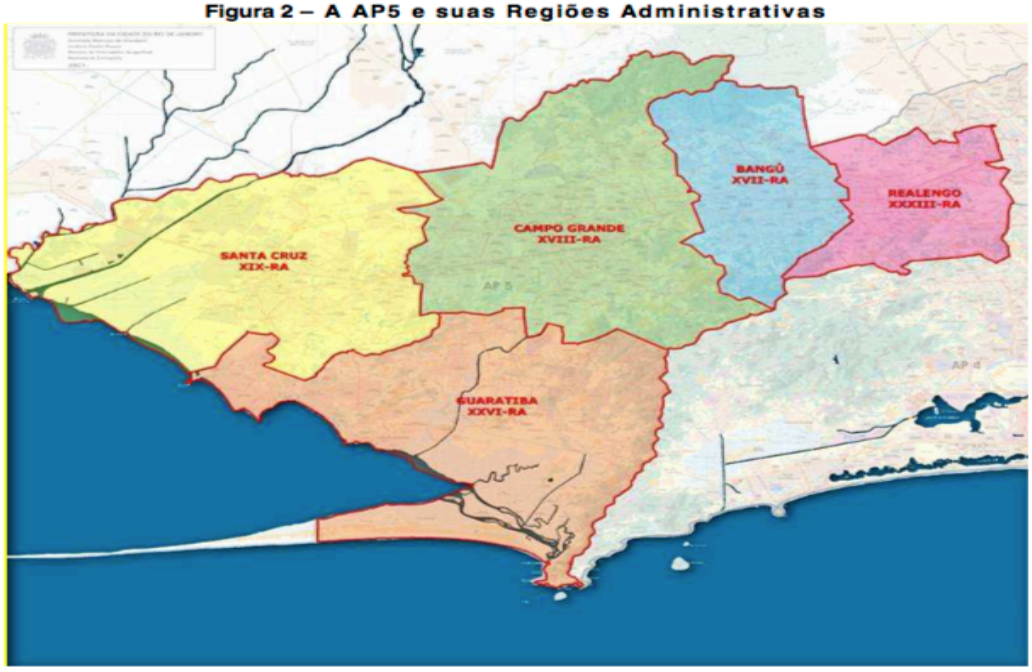
> [...] acho que existem mais vantagens que desvantagens em morar aqui, ainda resiste esse pensamento de nos tornarmos irmãos, trabalharmos em coletivo e assim temos força, na cidade já não. Me sinto segura, sempre existem riscos [...] talvez haja insegurança, mas não está tão grande como na região de *Chilapa* e outros lugares, que estão perto, mas o que nos ajudou muito é o que fizeram os povos da polícia comunitária, então por isso (os narcotraficantes)não pensam em entrar aqui.

Há, portanto, como observado, um discurso que claramente nega que alguma coisa acontece em determinados contextos, o de que isso possa afetar aos sujeitos (Kessler, 2011). Tais falas podem ser observadas em bairros periféricos ou entre vizinhos que não consideram a situação muito grave, sendo a relativa negação do temor, o resultado de um forte trabalho sobre si mesmos, de que se orgulham, que os distingue de seus vizinhos atemorizados. Argumentamos aqui que há uma necessidade de integrar as distintas configurações de determinados territórios às margens para militantes. Dessa forma, se o Estado define tanto o que é violência quanto o que é insegurança, bem como seus índices de mensuração; a milícia, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, e os cartéis locais em Guerrero, México, fabricam uma paz adequada à mensuração oficial, valendo-se para isso do abuso, da violência extraoficial e do medo generalizado. Assim, há paz e igualmente, medo.

Contradizendo as opiniões que argumentam que haveria um clima pacífico em bairros de controle armado, a violência multidimensional (estatal, do crime, narcotráfico, guerrilha; paramilitarismo ou a milícia) é entendida aqui como produtora de uma sensação de medo, que inibe grande parte da ação dos militantes. As elevadas taxas de homicídio e desaparecimentos em ambos os contextos empíricos demonstram que esses territórios marginalizados são de difícil terreno para os militantes, pelo caráter contingente e pouco publicável que a coerção demanda de suas ações, das mais simples às mais complexas.

Ao explorar as contradições e tensões entre práticas e representações coletivas de atores diversos e em disputa, vemos, no entanto, que as brechas para a ação também são possíveis, a depender de conjunturas, estratégias, leituras das oportunidades, entre muitos outros fatores que discutiremos nos próximos capítulos. Em suma, após discutir as múltiplas interações entre violência e militância, buscaremos problematizar no restante da tese, a partir de uma perspectiva mais empiricamente orientada, as dificuldades e as possibilidades da ação coletiva na Zona Oeste e em Guerreiro. Tentaremos elucidar as dinâmicas, oportunidades políticas e estratégias militantes em contextos de violência rotinizada onde boa parte da literatura acadêmica e do próprio senso comum vê somente "violência" e "ausência de militância".

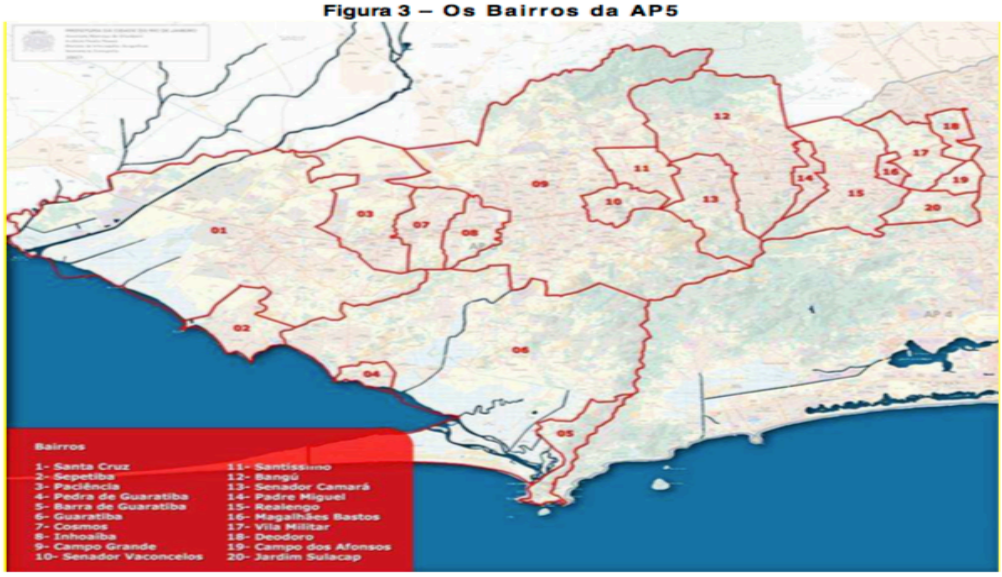
Figura 2 – A AP5 e suas Regiões Administrativas



Fonte: IPP, Armazém dos Dados

Fonte: IPP, Armazém dos Dados.

Figura 3 – Os Bairros da AP5



Fonte: IPP, Armazém dos Dados

Fonte: IPP, Armazém dos Dados.

Capítulo 3 – Oportunidades políticas e estratégias militantes na Zona Oeste do Rio de Janeiro (Brasil)

> A cena é contraditória. Dentro: violência, tiros e um cenário de guerra retratado em um noticiário televisivo. Fora: uma família conversa calmamente no portão, nas cadeiras de praia tão comuns nas portas das casas desses bairros no verão carioca. O que choca é a proximidade dos dois contextos, a família sentada em frente à casa está em Campo Grande e as notícias que chegam pela televisão são de Santa Cruz, bairros vizinhos da Zona Oeste do Rio de Janeiro, e sua rapidez, passando da brutalidade da cena à tranquilidade de refrescar-se do calor exaustivo em minutos.
>
> A aparente contradição se dá na forma como são encaradas as cenas violentas, como se estivessem sucedendo em um local afastado, quando estas são retratadas a partir da *invasão* de policiais em uma favela próxima, com um intenso disparo de tiros e sensacionalismo televisivo. Aprendo a conviver com esse distanciamento paradoxal do crime e seus efeitos com o passar dos meses, mas nunca sem esquecer essa cena, em uma tarde de calor campo-grandense.
>
> Outras cenas se somam a esse cenário, sobretudo em Campo Grande, onde escuto jovens falarem da morte com uma aparente naturalidade. Assim, em um diálogo estarrecedor, minha interlocutora conversa com um rapaz e volta a falar comigo: "estou em falta com ele, mataram seu tio e eu nem fui ao enterro". Depois ela aponta para o prédio, na esquina da sua casa, em que morava o tio desse homem, assassinado, segundo a jovem, "pelos homens" por ser gay e realizar festas com homens em sua casa. [54]

No começo do século XX, o bairro de Campo Grande, cujo acesso principal se dá por uma saída lateral à direita da Avenida Brasil, tinha por slogan "laranja no pé, dinheiro na mão". Nessa entrada, podem ser vistas muitas barracas vendendo laranjas. Não é uma coincidência, dado que o bairro, junto a outros da Zona Oeste do Rio de Janeiro[55], foi uma importante área agrícola da cidade, também reconhecido pela produção da cana-de-açúcar e de café, durante os anos 1930 e 1940, com uma proeminente exportação para o mercado nacional e internacional.

[54] Fonte: Caderno de Campo.
[55] Bangu, por exemplo, retratado no romance infanto-juvenil "Meu pé de laranja lima", de José Mauro de Vasconcelos, publicado em 1986.

Contudo, o declínio dos laranjais, junto à derrocada dos latifúndios, ocasionou o desmembramento das fazendas, resultando em sua venda e loteamento, nos decênios seguintes, acelerado pelo final da Segunda Guerra Mundial, impossibilitando o escoamento da produção (Dias, 2010). De forma que, atualmente, Campo Grande, tal como os outros bairros da Zona Oeste, é predominantemente urbano, embora ainda restem plantações de tamanho mediano próximas às serras do Rio da Prata e do Mendanha, com uma agricultura de pequena escala, o que oferece uma imagem de que o "rural" também permanente ali. Após a desvalorização dos laranjais, as terras da região foram postas à venda por preços abaixo do mercado, iniciando-se um processo de especulação imobiliária que, já nos anos 1960, avançava de forma a degradar ainda mais suas atividades agrícolas.

Esta coexistência entre o urbano e o rural revela não somente uma dimensão demográfica e territorial da transformação do espaço ao longo do tempo, mas também a base para o entendimento histórico e socioeconômico que permite entrever determinadas configurações contemporâneas da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Este capítulo inicia-se assim com uma breve caracterização de alguns bairros às margens oeste da cidade, como Realengo, Senador Camará, Bangu, Campo Grande e Guaratiba, enfatizando aspectos importantes para os locais abordados na tese. Ao revelar algumas semelhanças na formação urbana e social entre eles, busca-se contextualizar nosso primeiro recorte empírico territorial da tese, de tal forma que a discussão sobre a coerção e as oportunidades políticas possa se dar de tal maneira que considere a produção social deste espaço.

Assim, ao estabelecer a conexão entre esse cenário e a paisagem atual de um ambiente altamente armado, com diversos desafios relativos à pobreza e a insegurança, buscamos também discutir quais são as oportunidades políticas e as estratégias da militância jovem, engajada em distintos movimentos sociais, em determinados espaços da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Para isto, em sintonia com o já assinalado nos dois capítulos anteriores, torna-se importante aprofundar empiricamente as formas e limitações da militância desta região, bem como suas formas de lidar tanto como "eventos críticos" recentes como com o ambiente de alta coerção, no qual confluem atores diversos, especialmente a milícia, a violência policial e o narcotráfico. O objetivo principal será analisar como a violência multidimensional e rotinizada existente limita as oportunidades políticas e como as

militância reage a este cenário, eventualmente forjando novas oportunidades e criando estratégias.

3.1 A Zona Oeste do Rio de Janeiro: história mínima e contextualização

A Zona Oeste do Rio de Janeiro é considerada a principal zona de expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, ocupando 49% da área do município, em uma extensão territorial de 592,33 km2 e mais de dois milhões de habitantes[56]. Embora nosso objetivo não seja definir a região de maneira formal-legal, não é possível desconsiderar os critérios administrativos e as divisões geográficas e políticas da cidade. O Rio de Janeiro, portanto, em sua XVIII região administrativa, é dividido em 5 áreas de planejamento (AP), agrupamentos administrativos de seus 160 bairros, tendo minha análise concentrando-se, sobretudo, na AP5[57], que inclui Senador Camará, Realengo, Campo Grande, Bangu, Santa Cruz e Guaratiba. Nas palavras da militante Beatriz, estar seria a "*Zona Oeste lado B, não essa rica de Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes"*.

Para os fins dessa pesquisa, os jovens entrevistados tinham nascido e seguiam vivendo nos bairros de Realengo, Magalhães Bastos, Senador Camará, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e Paciência, todos na Zona Oeste. As razões desse recorte metodológico incluem a ampla extensão territorial e densidade populacional encontradas na região, as limitações impostas pela atuação de grupos milicianos e os contextos de altos índices de pobreza e violência estrutural.

Os bairros supracitados são considerados periféricos, na dicotomia que relega alguns espaços à centralidade e outros, à periferia, que atende, no Rio de Janeiro, pelo nome de *subúrbio*. Este é definido como uma área intermediária entre o urbano e o rural, representada no Rio de Janeiro pela linha do trem, a cisão espacial que liga bairros de população de baixa renda aos outros. Acselrad (2015) defende que, sociologicamente, esse território transitório seria constituído de um rural residual e de uma zona urbana incompleta, que, com o avanço da urbanização, conforma espaços

[56] Fonte: IPP, 2005. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4290214/4105682/06.AnexoVIDescricaoeMapadaAreadePlanejamento5.pdf. Consultado em fevereiro de 2016.

[57] São 21 os bairros nessa zona administrativa: Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Gericino, Santíssimo, Campo Grande, Senador Vasconcelos, Inhoaíba, Cosmos, Paciência, Santa Cruz, Sepetiba, Guaratiba, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Deodoro, Vila Militar, Campo dos Afonsos, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos e Realengo.

de infraestrutura precária, habitações pouco acabadas, pensadas em oposição às áreas centrais, concentradoras de riqueza e poder.

Essa distância dos centros urbanos é ilustrada por Roberta, de Guaratiba, ao ouvir que morava "muito longe": *"longe de onde? Pra mim o Centro é longe... não é Guaratiba, depende do referencial.."*[58]. Mas, ao fim e ao cabo, o subúrbio é tão mais precário quanto afastado do núcleo, incluindo uma ausência de bens de consumo e a precariedade de equipamentos e serviços urbanos que se irradia do centro para a periferia, escassa à medida que a separação do centro aumenta, em regiões desvalorizadas em termos imobiliários e desprovidas de infraestrutura (Siqueira, 2013).

Os subúrbios da Zona Oeste, portanto, têm sua importância histórica na cidade a partir da construção e subsequente centralidade da Estrada Real, que ligava o Centro a Santa Cruz, um polo econômico e social da cidade (Mansur, 2008). Essa integração era realizada através de uma longa e penosa viagem, situação que só foi modificada com a instalação de trens, primeiramente em Campo Grande e depois em Santa Cruz, encurtando o tempo de percurso.

A intensificação da integração dessa região com o Centro se deu a partir dos anos 1970, com o aparecimento dos bondes e o aumento do número de trens suburbanos (Abreu, 2013), atuando sincronicamente, impulsionando o crescimento da cidade e solidificando a dicotomia centro-periferia. Além disso, a abertura da Avenida Brasil na década de 1950 e o surgimento dos loteamentos de casas e terrenos, impulsionaram o crescimento dos bairros da Zona Oeste (Vieira, 2015).

Dessa forma, os processos históricos de ocupação da região foram fortemente influenciados pela estrada de ferro e pelo sistema de vias radiais que partem das estações. Os bairros considerados secundários dessa zona também foram formados em torno de estações de trem, com amplos territórios e situações bastante diversificadas (Andrade, 1998). Importa sublinhar que a significativa alteração nos modos de transporte ocorrida, não apenas naquela área, mas em todo o Brasil, marcada pelo abandono das ferrovias em benefício do transporte rodoviário, não levou, entretanto, a uma alteração estrutural significativa naqueles bairros.

Ainda a esse respeito, a distância da zona central do Rio de Janeiro valeu a essa região a alcunha de *sertão carioca*, institucionalizada em um Ato Adicional, em

[58] Fonte: Caderno de Campo.

1834, no que outrora eram sesmarias doadas durante a colonização; legadas por testamentos, ou transmitidas pela Igreja para alguns de seus fiéis, condicionadas à ação dos senhores de engenho e dos padres. Esse Ato criava um Município Neutro ou da Corte, incorporando Santa Cruz – que até então fazia parte do município de Itaguaí. A proclamação da República tornou a área a zona rural do Distrito Federal, até a mudança da capital do país para Brasília, em 1960, transformando a região em Zona Oeste (Mansur, 2008).

O posterior parcelamento das terras agrícolas dessa região, principalmente em Campo Grande e Guaratiba, implicou em um baixo índice de densidade populacional, junto à permanência de enormes extensões de terra (Fridman, 1999). Assim, é importante considerar outra característica do *sertão carioca*, notadamente sua concentração de propriedades nas mãos de poucos latifundiários, senhores de engenhos, muitas vezes donos de terras com limites imprecisos, que provocaram diversos conflitos judiciais (Mansur, 2008).

Esse *sertão carioca*, de alguma forma, teria permanecido como uma memória viva no corpo das pessoas, não acompanhando o *progresso*, em uma junção dos meios rural e urbano. A esse respeito, Fernanda, moradora de Guaratiba, comenta:

> O centro de Guaratiba é extremamente rural, tem essa coisa fundida da cidade urbana com a zona rural. Apesar de Campo Grande ter esse aspecto mais urbano há pouco tempo, tu vê que o corpo de quem mora em Campo Grande não acompanha esse crescimento. Se você olhar Campo Grande sem as pessoas, vai ver que é bem urbana, mas o corpo das pessoas que moram ali não acompanha essa maluquice, é um corpo que te dá mais bom dia e boa tarde. É bem subúrbio mesmo, ainda tá impresso no corpo de quem tá por ali.

Outro bairro da região, Realengo, foi marcado em 1850 pela transformação em área militar, com a instalação da Escola Militar, herdeira da Real Academia Militar, que lá funcionou entre 1913 e 1944. Essa foi destinada à formação acadêmica de oficiais do Exército Brasileiro, e junto à Fábrica de Cartuchos do Realengo, fundada no final do século XIX, foram instituições influentes no processo de desenvolvimento e na configuração urbana da região.

Realengo foi se desenvolvendo *pari passu* aos bairros contíguos de Magalhães Bastos, Vila Militar e Deodoro, dos quais só o primeiro entra no recorte empírico dessa tese. Mas toda essa região, um interstício rural, foi se estruturando em residências, logradouros e comércios a serviço do grande contingente de cabos, soldados, sargentos, tenentes e demais oficiais. Realengo, principalmente, serviu de

local de residência e ponto comercial aos militares (Davies, 2014), com uma maior transformação urbana a partir da década de 1940, urbanizando o território a custo de loteamentos, conjuntos habitacionais e favelas.

Bangu também é considerado um bairro extenso e populoso, reproduzindo em seus território, como nos bairros vizinhos, modelos de desigualdade e segregação que estruturam a organização socioespacial da metrópole. Esse bairro, segundo Brito (2013), também foi marcado na segunda metade do século XIX pela abertura da estrada de ferro D. Pedro II, integrando-se ao centro, sobretudo pela abertura da Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB), que, com amplas terras e mananciais a preços baixos ao lado da linha férrea, construiu sua fábrica de tecidos. Ao lado dessa, foram construídas uma estação de trem e uma vila operária.

Um século depois, em meio à crise econômica de 1989, Bangu recebia a primeira penitenciária de segurança máxima do Brasil: o Complexo Penitenciário de Gericinó, popularmente conhecido como *Bangu 1*, seguida por *Bangu 2*, *Bangu 3* e *Bangu 4*. Nesse momento, o nome do bairro constantemente apareceria em manchetes sobre a criminalidade da cidade[59], com o aumento constante da violência em decorrência do tráfico de drogas coexistindo com a deterioração de seu patrimônio histórico, incluindo a fábrica, o alto índice de desemprego e favelas sem infraestrutura adequada. Uma frágil solução para contornar o estigma que envolveu o bairro foi a criação, em 2004, do bairro de Gericinó[60], que tem a maioria de seu território ocupado pelo complexo penitenciário.

Senador Camará, por sua vez, conta com 105 mil habitantes (IBGE,2010) e é vizinho de Bangu. À esquerda da linha ferroviária, no sentido para Santa Cruz, o bairro é cortado pela Avenida Santa Cruz, onde se localiza a favela do Sapo, conhecida por seus altos índices de violência, entendida junto ao comentário de uma jovem, em Campo Grande: *"é em Camará que a gente vai buscar droga",* o que, por óbvio, está longe de esgotar as representações do local, um bairro de ruas ordenadas e aparente tranquilidade. Cosmos e Santíssimo, bairros vizinhos, tais como Vasconcelos e Inhoaíba, são também parte da região administrativa de Campo Grande.

[59] Como, por exemplo, na pesquisa divulgada em 2015, pelo DAPP-FGV, na qual Bangu encabeça o bairro no qual moravam os presidiários, seguido por Campo Grande e Santa Cruz. O estudo pode ser consultado em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/15183. Acesso em março/2016.

[60] Sub-bairro que inclui, majoritariamente, o complexo penitenciário, mas que por um decreto de lei, é composto por três bairros: Bangu, Padre Miguel e Senador Camará, ainda que diversas fontes utilizadas não o contemplem como novo Bairro. Fonte: Armazém de Dados, 2004. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairroscariocas

Já Campo Grande é o bairro mais populoso do Rio de Janeiro, com 328 mil habitantes (IBGE, 2010), fazendo fronteira com nove bairros e com a cidade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Margeado por parte do Parque Estadual da Pedra Branca e pelo Parque Municipal da Serra do Gericinó-Mendanha, é, desde a década de 1960, um importante distrito industrial na cidade. Em 1968, foi aprovado um Projeto de Lei que o decretou cidade, mas que nunca foi levado à frente (IBASE, 2011), que indicava tanto sua importância quanto independência, com seus moradores que, já àquela época, podiam satisfazer quase todas as suas necessidades em termos de serviços sem precisar deslocar-se muito.

Nos anos 1950 e 1960, quando o Rio de Janeiro ainda era o Distrito Federal, Campo Grande representava o principal polo comercial e cultural do que hoje é considerada a Zona Oeste. Nesse período foram construídas instituições que permanecem como as únicas marcas do investimento do poder público realizado no passado, como o Hospital Estadual Rocha Faria[61], o Instituto de Educação Sarah Kubitschek para formação de professores e a Fundação Educacional unificada Campograndense (FEUC).

Além disso, Campo Grande é notadamente marcado, desde os anos 50, por loteamentos clandestinos e irregulares (Fonseca e França, 2011; Vieira, 2015). Nesse período foram construídos quatro conjuntos habitacionais pela Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB), tornados objetos de desejo da classe média, que buscava novas opções de moradia devido à grande instabilidade financeira do período. Na década de 1990, foi constatada na região sua maior taxa de crescimento populacional, recebendo um alto contingente – cerca de 200 mil novos moradores (IBASE, 2011) – de outras áreas da cidade.

Campo Grande é, como sugere seu nome, um bairro enorme, e algumas coisas em seu espaço urbano chamam a atenção, como a escassez de lixeiras públicas, que invariavelmente deixam muitos de seus espaços públicos com a aparência de sujos[62]. O que existe para conter o lixo parece concentrar-se nas áreas de maior circulação, no centro do bairro e nas proximidades do calçadão, bastante frequentado. Durante a apresentação de um grupo musical, uma das cantoras pergunta para crianças de uma

[61] O Hospital Estadual Rocha Faria, junto ao Hospital Pedro II, em Santa Cruz, são os dois únicos hospitais públicos da região, atendendo em condições precárias e com constantes interdições, por conta de problemas de infraestrutura, além do excesso de pacientes, demonstrando que não dão conta dos atendimentos de uma área com uma população tão ampla.

[62] Uma triste característica compartilhada com os bairros vizinhos na Zona Oeste, como Bangu, Realengo, Santa Cruz, entre outros.

escola municipal, no bairro: "*o lixo é o que a gente mais vê aqui na Zona Oeste, não é?",* ao que respondem: "*sim, fica mal cheirosa..",* parte das muitas contradições desse bairro, como o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Rio de Janeiro[63] (IBASE, 2011).

Ademais, vem sofrendo uma contínua expansão, que o tornou alvo das empreiteiras e da especulação imobiliária. É possível notar a construção desenfreada de prédios no local, sobretudo em sua zona central, o que tem se intensificado desde a década de 1990. Dentro dessa expansão encaixam-se políticas governamentais como o programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV)[64], que tem por objetivo facilitar a compra de um imóvel por famílias de baixa renda através de um subsídio do governo (Nacif e Antunes, 2010). No caminho entre Campo Grande e Paciência é possível observar as unidades em construção do MCMV, em uma zona com poucos equipamentos públicos. Ademais, já se conformou uma rede de extorsão dos moradores desses conjuntos, que sofrem com o gerenciamento de grupos milicianos, que chegam à expulsão de sujeitos somente pela suspeita de seu envolvimento com o tráfico de drogas no local.

Santa Cruz, por sua vez, localizada no extremo oeste do município do Rio de Janeiro, possui como sub-bairros Paciência e Sepetiba, ocupando uma área total de 168,04 Km2 e contando com 217 mil habitantes no ano de 2010. É considerada uma das áreas com maior índice de irregularidade no parcelamento e uso do solo no Rio de Janeiro (Veríssimo, 2004), com muitos loteamentos[65] e favelas.

Finalmente, o maior bairro em extensão do Rio de Janeiro, com 138,26 km2 (IBGE, 2003) e 110 mil habitantes (IBGE, 2010), Guaratiba e seu fragmento interno, Ilha de Guaratiba, são tidos como um dos últimos rincões agrícolas da cidade, destino de muitos moradores em busca de áreas *verdes*, desde os anos 1970. Os caminhos que juntam essa região ao resto da cidade originaram-se dos antigos percursos que conectavam áreas rurais, com traçado definido pelos condicionantes geográficos existentes em toda a região. Sua ocupação foi distinta dos demais bairros da região,

[63] Em sua versão municipal, o índice é composto por três indicadores: longevidade, educação e renda.
[64] O Programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida foi lançado em 2009, para permitir o acesso à casa própria para famílias de baixa renda, funcionando de forma a subsidiar a aquisição da casa/apartamento para famílias com renda até R$ 1,6 mil, além de facilitar as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até R$ 5 mil.
[65] Cerca de 45% do total da população de Santa Cruz vive em loteamentos. Fonte: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1529762/DLFE-220205.pdf/1.0 Acesso em 6 de agosto de 2016.

marcado por extensas áreas de reserva, núcleos costeiros e muitos sítios (Andrade, 1998).

Conquanto sofra com problemas de distintas ordens, um importante traço ressaltado pelos moradores de Guaratiba, de acordo com Dias (2010), é a sua tranquilidade e sossego. A imagem de um lugar idílico é evocada com frequência, como aparece nas palavras de Fernanda: "*é um bom lugar pra se viver se você quer construir uma família, ter filhos e deixar seus filhos livres pra brincar, jogar bola, comer terra, soltar pipa, esse espaço e esse convívio com o vizinho que te ajuda com as coisas*". A combinação desta representação coletiva com os problemas estruturais e as práticas dos atores será explorada empiricamente no restante do capítulo.

3.1.1 Características socioeconômicas, pobreza e remoções

O recorte a Oeste da cidade se dá, notadamente, em uma região de pobreza, embora esta não seja homogênea. Em seu espaço mais fronteiriço, no limite da cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Paciência, por exemplo, são muitas as região empobrecidas. Ao passo que Campo Grande já apresenta áreas ricas e favelas convivendo em um espaço exíguo, ainda que, de uma forma geral, ambos possuam um baixo Índice de Desenvolvimento Social (IDS), junto aos bairros de Guaratiba e Santa Cruz.[66]

Buscaremos, desse modo, seguir introduzindo os bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, a partir de dados quantitativos e qualitativos de pobreza, tal como algumas de suas características atuais, que incluem configurações de longa data. Nesse sentido, o histórico das remoções de partes mais ricas do Rio de Janeiro para a sua periferia se apresenta, na fala dos entrevistados, ora como uma continuidade ora como um limite. Finalizo com questões relativas às dificuldades encontradas tanto pela população, de forma mais generalizada, como especificamente pelos militantes na região, que incluem o transporte público, a falta de recursos financeiros e as distâncias das áreas mais centrais da cidade.

Uma das histórias importantes que devem ser contadas sobre essa região é como ela é atravessada por ciclos de remoções de outras partes da cidade, processo

[66] Índice disponível no site: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2394_Índice%20de%20Desenvolvimento%20Social_IDS.pdf Acesso em dez/2015.

histórico que inclui também o adensamento populacional dos subúrbios mais distantes, concomitantes ao crescimento do fluxo migratório (Abreu,1987). O aumento do acesso a esses locais ocasionou uma "febre imobiliária" refletida na criação excessiva de loteamentos, muitas vezes sem aprovação inicial e planejamento.

O Rio de Janeiro de então mudava a passos rápidos, com políticas estaduais que segregavam econômica e socialmente sua periferia ao mesmo tempo que a integravam, com o acesso aberto pela Avenida Brasil. Assim, na década de 1960, foi criada a CEHAB, cuja principal atribuição foi a construção de conjuntos habitacionais populares, para os moradores de favelas removidos das zonas mais ricas da cidade.

Os efeitos foram sentidos de forma excessiva na Zona Oeste, dado que Bangu recebeu os conjuntos Vila Kennedy e Vila Aliança e, Santa Cruz, o Otacílio Camará, mais conhecido como Cesarão[67](Magalhães, 2007; Andrade, 1998), dentre outras 50.000 unidades construídas nesses bairros, contrastando com as 6800 habitações no vizinho Campo Grande. Já na década de 1980, outro ciclo removeu um grande contingente populacional vivendo em áreas subitamente valorizadas para áreas ainda bastante rurais, como o bairro de Paciência. Atualmente a Zona Oeste parece estar vivenciando outra fase desse fluxo de pessoas. Sobre o primeiro momento, os militantes Jussara e Breno comentam:

> Minha mãe morava no Centro, eu acredito que por conta do fim da ditadura e por conta das remoções, eles foram removidos diretamente ou uma forma mais disfarçada, eles saíram do Centro e vieram morar aqui em Manguariba, na periferia, na década de 80. Saíram, andaram por Campo Grande e tal, até que em 80 vieram parar por aqui, aqui ainda era um bairro muito menor, muito menos desenvolvido e tiveram um choque de morar praticamente na zona rural, no bairro mais afastado do Rio de Janeiro. (Jussara, Manguariba).

> Então fica sempre esse pensamento de "manda pra lá, manda pra Santa Cruz que é o extremo". Então removeu o morro não sei da onde, ou uma galera que morava debaixo do viaduto, e falam: "manda pra Santa Cruz", que é como se ninguém fosse ver, porque tá lá escondido no final da cidade. Então tudo que Santa Cruz viveu na década de 80, tudo que o bairro viveu na época real e imperial, na década de 90 foi esse declínio, já não se olha mais pra lá por parte dos governantes. Foi um declínio muito grande, se inverteu. (Breno, Santa Cruz).

[67] Atualmente, os três possuem o status de favelas no Rio de Janeiro, ainda que difiram das favelas em áreas mais ricas da cidade, por sua extensa horizontalidade, resultado do terreno pensado para conjuntos habitacionais e da presença exclusiva de planícies nesses locais.

Atualmente, por uma questão estrutural, sobretudo ligada às políticas de habitação e de segurança dos governos estaduais no Rio de Janeiro, ocorre uma segunda onda de remoções e migrações dentro da cidade para a região Oeste[68]. O diagnóstico de muitos militantes indica uma vinda em massa de pessoas para uma região que não possuiria estrutura para recebê-los. Para Victor: "*os removidos tem vindo muito pra cá, tá acontecendo em Realengo, aqui em Campo Grande também. Tá precarizando, tá vindo mais gente pra cá e a gente não tem um suporte pra dar pra quem tá vindo*".

A associação feita pelos entrevistados com um novo projeto de cidade e um descaso governamental com sua região é evidente, sobretudo por relacionarem essa situação ao aumento da precariedade das condições de vida desses locais. O programa MCMV, nesse sentido, é tido como um dos principais responsáveis pelo aumento populacional desordenado, como afirma Jussara: "*o projeto de cidade novo empurra as pessoas pra cá, a gente tá sofrendo com a falta de transporte, de escola e creche, porque já fizeram 8 condomínios aqui. Com o deslocamento só vai aumentar a quantidade de pessoas, tá ficando insustentável"*. O principal problema, segundo o diagnóstico de Breno, é que além de desordenado, o crescimento do bairro implica em receber "*uma população que talvez não tenha um senso de pertencerem ao local, é uma outra forma de pertencer ao território e isso é recente também, depois do Minha Casa, Minha Vida, aqui em Santa Cruz"*.

Conquanto pareça inusitado, a defesa desse mesmo pertencimento original ao bairro é igualmente feita por Vieira (2015), a partir das remoções para novos conjuntos habitacionais do MCMV, em Cosmos, como resultado, desde 2011, de obras realizadas em função dos megaeventos[69]. O reassentamento dos moradores removidos das favelas de outras regiões da cidade como Vila Harmonia, Restinga, Metrô-Mangueira, Vila Autódromo, entre outras, se daria nos condomínios do programa MCMV, em uma região que não possui nenhum significado para elas.

Esta associação entre identidade e território é uma das primeiras questões fundamentais evidenciadas pelo campo na Zona Oeste, pois transcende a organização

[68] Caso a hipótese, não confirmada, mas ventilada por muitos moradores dos bairros da Zona Oeste se confirme, de que o estabelecimento das UPPs nas zonas Sul e Central da cidade, teria movimentado um fluxo migratório, de pessoas que perderam sua habitação, para região Oeste do Rio de Janeiro.

[69] Os megaeventos considerados são a Copa do Mundo realizado em 2014 e as Olimpíadas, a serem realizadas em 2016, que resultaram em intensas remoções na cidade, confirme afirma o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro. Para mais informações: https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf

da vida coletiva da população nos bairros e chega, como veremos mais adiante, à própria configuração da militância nestas localidades. Emerge assim uma *militância profundamente territorial* não somente pela centralidade dos problemas existentes no território como também pela construção política de lutas que se engajam em iniciativas que tentam resolve-los minimamente.

3.1.2 Problemas, dificuldades e percepções

Embora as fronteiras entre a Zona Sul e a Zona Oeste do Rio de Janeiro pareçam intransponíveis, no sentido de apresentaram-se para muitos praticamente como "cidades diferentes e paralelas", há uma inegável conexão e transbordamento de questões que relacionam a zona mais rica da cidade para as zonas mais pobres. Afinal, centro e periferia apresentam realidades muito distintas, porém sempre profundamente imbricadas, pois decisões, modelos e propostas assumidos em um polo afeta o outro.

Virtualmente, qualquer "problema" da Zona Sul acaba por ecoar na Zona Oeste. As remoções são um exemplo. Os militantes afirmam, com frequência que isso acontece: "*É complicado falar disso* (remoções causadas pela Copa e Olimpíadas) *aqui, porque as coisas que acontecem na Zona Sul parecem que não vão respingar aqui, mas vão"* (Bertha, Campo Grande). Fernanda menciona que nos últimos anos Campo Grande viu um aumento exponencial de sua população de rua e usuários de drogas, que teriam sido removidos das áreas mais ricas para ali, para não incomodarem visualmente os turistas.[70]

O fato do desenvolvimento da região Oeste estar condicionado às áreas mais ricas e centrais da cidade implica em uma reflexão, por parte dos militantes entrevistados e dos diversos moradores com os quais conversei, sobre o lugar que ocupam na cidade. A fala de Fernando, morador de Realengo, sobre sua primeira visita a um bairro na Zona Sul do Rio de Janeiro evidencia como a segregação é experimentada, a diferença entre os distintos espaços, relativos à distância do centro, reforçado por outras desigualdades:

> [...] sou nascido e criado aqui e vi isso a primeira vez que eu fui pra Zona Sul. Chegando lá eu não acreditei que eu estava na minha cidade, com 13

[70] A hipótese de que há uma política sistemática de remoções das favelas para a Zona Oeste pode ser observada nesse link: http://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/livro-mapeia-remocoes-de-moradores-na-gestao-de-eduardo-paes/. Acesso em 13 dez. 2015.

> anos, era absurdo, as pessoas me olhando como se eu fosse estranho, só porque eu tava usando *kenner*, que os favelados usam, eu não sabia o porquê disso. Além disso, demorei muito pra chegar lá, e também tudo é muito caro, as pessoas muito bonitas, muito brancas, tudo isso me chocou bastante, isso foi mexendo com a minha sensibilidade.

A ideia de segregação condicionada por um investimento discricionário por parte do Estado é também recorrente entre os militantes, que ainda assim apontam uma diferença entre a circulação que eles, por conta de suas militâncias e trânsitos, alcançam ter e a dos demais habitantes dos seus bairros, para eles mais limitada. A noção de que vivem em uma região que experimenta processos a reboque das áreas mais ricas, em um reflexo invertido dos aparatos públicos de regiões mais ricas é mencionada por Jonathan, de Paciência: "*de Magalhães Bastos a Santa Cruz, é muito interessante e hoje todos esses reflexos, de UPP e violência, a Zona Oeste tá sendo um grande reflexo disso, parece hoje que estamos vivendo em um estado de sítio"*.

Além disso, são diversos os problemas identificados nas conversas e observações, mas também explicitamente apontados pelos entrevistados na Zona Oeste em que vivem e militam. Agrupamos aqui os cinco mais habituais: a) a falta de aparelhos culturais na região; b) problemas com o transporte público [71]; c) dificuldades relativas à distância ao centro e seus locais de estudo/trabalho; d) falta de tempo; e) escassez de dinheiro. Algumas destas questões aparecem sobrepostas. Por exemplo, a maior distância a ser recorrida, maior falta de tempo. Ou também a maior distância a ser recorrida menos dinheiro.

O frequente discurso da privação e da precariedade é facilmente contrastado com os dados. Primeiramente, há um flagrante déficit de empregos na região, evidenciado pelo índice de empregos públicos e formais no Rio de Janeiro, de menos de 5% e pela alta taxa, 20% de pessoas trabalhando por conta própria (Painel Regional, 2015). Jonathan, de Paciência, sintetiza em sua fala "*um dos problemas estruturais do bairro, que é grande, mas não tem autonomia, é que ele é cheio de precariedade e sem autonomia nenhuma*". Essa percepção é estendida aos aparelhos de cultura, escassos na região, que, como a fala dos militantes indica, é preterida

[71] Acrescidos da extinção de linhas que fazem o percurso Zona Oeste – centro, em 2016, como demonstra a reportagem: http://extra.globo.com/noticias/rio/cinco-linhas-de-onibus-da-zona-oeste-do-rio-somem-do-mapa-apos-empresa-decretar-falencia-18762404.html (Acesso em 15 mar. 2016). O impacto da obra do metrô ainda não pôde ser detectada, tendo em vista que no momento do trabalho de campo e antes da conclusão da tese, não foi concluída.

inclusive em relação às favelas do Rio de Janeiro, territórios de pobreza por excelência segundo a gestão da cidade:

> Essas favelas modelo, Santa Marta, Rocinha, eu sinto que as coisas já chegaram, e em Santíssimo, Senador Camará, as coisas ainda nem chegaram, não chegaram nem as coisas que eles chamam de boas, nem outras ruins. As ONGs, boas ou más, não chegaram. Tem muito posto de saúde, igreja, mas não tem visibilidade nenhuma, nem pra mostrar que é um lugar bacana, nem simplesmente nada, é invisível. Alguém pergunta se eu moro em Santíssimo, perguntam "aonde?", daí você explica que fica entre Bangu e Campo Grande e as pessoas falam "ah, aquelas favelinhas da Avenida Santa Cruz..." (Martha, Santíssimo).

Breno, militante cultural de Santa Cruz, levanta um ponto semelhante, sobretudo se comparado às iniciativas nas favelas do Rio de Janeiro: "*a periferia não vê a favela como periferia, principalmente da Zona Sul e Norte, que tem uma abundância de ONGs e projetos, enquanto a periferia ainda é um Saara cultural, como disse o prefeito"*. Seu diagnóstico aponta para uma restrição das opções culturais na região, como prossegue: "*é um bairro que não tem até hoje teatro nem cinema, é uma segregação cultural muito grande, você vê pessoas que tem 60 anos e nunca foram ao teatro, ao cinema, que nunca tiveram essa possibilidade"*.

A situação se repete em Guaratiba "*se você quer ir ao teatro, ao museu, não existe ali, as pessoas não saem em Guaratiba. Se elas querem sair pra ir a algum lugar de lazer, elas vão pegar uma condução, próximo da sua residência não existe esse espaço*", segundo Fernanda, moradora do bairro. Em Senador Camará, as circunstâncias culturais são semelhantes, como comenta Beatriz "*não existem bibliotecas na Zona Oeste, nenhum lugar assim onde podemos só pegar um livro*". Ainda que existam bibliotecas de pequeno porte, em Bangu, por exemplo, é importante considerar que dado o baixo poder aquisitivo da maioria da população nesses bairros, as opções culturais oferecidas são restritivas ou distintas das disponíveis nas zonas centrais da cidade[72]. A esse respeito, Bruno, de Campo Grande, afirma:

[72] É interessante considerar que, por escutar muitas pessoas nesses bairros reclamando do quão distante e caro eram as opções culturais da cidade, como museus e parques públicos, imaginei que não existiam centros culturais nessa região. O que não é verdade, como supracitado, há museus, parques e bibliotecas de pequeno porte e pouco divulgadas, o que parece contraditório é que pouca gente sabe que existem ou valoriza, opções como as Arenas Culturais, por exemplo. O centro parece ser o lugar de uma certa ideia de cultura, por excelência, mas esse está longe de ser o objetivo analítico dessa tese.

> [...] às vezes um show na lona cultural custa 40 reais, então não é uma realidade tão simples. Nessa questão cultural a galera fica perdida, daí recorre a coisas mais populares, é a realidade da galera, enquanto se você falar que vai ao teatro, acham que é sofisticado.

Mesmo quando o assunto é cultura, a violência aparece nas histórias, ao atravessar as opções culturais dos sujeitos, como um fio condutor de suas narrativas, dado que a insegurança e o medo precarizam ainda mais suas vidas, embora às vezes pareçam coadjuvantes em seus relatos, como no de Fernanda, de Guaratiba:

> [...] estudei sempre em escola pública lá no Antares, sempre longe de casa, acabava não tendo algum professor ou não ia ter aula porque tava tendo tiroteio, então minha mãe não queria que eu ficasse naquela escola. Quando a parada começou a esquentar, por conta do tráfico, minha mãe começou a me buscar no ponto na favela de Antares.

A educação é outro ponto importante, com histórias de insuficiência de vagas para os alunos e má qualidade dos professores. Para Jussara, de Paciência, o crescimento desordenado do local não acompanhou um incremento na infraestrutura, com esgoto à céu aberto, entre outros problemas, além de escolas e creches "*que não dão vazão à população daqui. A escolinha é provisória, já tem uns 20-25 anos. As crianças da escola aqui estão estudando em três turnos, três horas por dia só"*.

Outros problemas relativos à educação no mesmo bairro são levantados por Jonathan, subentendendo uma centralidade da distância dentre os principais problemas da região, quando implica em longos deslocamentos diários: "[...] *um desafio é formar bons professores, que sejam do próprio bairro, os professores que vem trabalhar aqui mal conseguem ter tempo pra ir e pra voltar, não tem tempo pra dar aula, mal pra sobreviver*".

À distância, soma-se o já mencionado problema do transporte, que é considerado pela maioria das pessoas com quem interagi, de má qualidade. Ainda assim, o trem, administrado pela concessionária Supervia, chega à maioria dos bairros, saindo do centro da cidade, alcançando na mesma linha – e nessa ordem - Realengo, Padre Miguel, Guilherme da Silveira, Bangu, Senador Camará, Santíssimo, Augusto Vasconcelos, Campo Grande, Cosmos e Santa Cruz, em seu ramal Santa Cruz.

Outra observação é que os trens vão e voltam cheios, durante a manhã e à tarde, sendo que a partir das 15hs começa a intensificar-se o movimento de volta para casa do trabalho, com as passarelas na Central do Brasil como o palco principal de

empurra-empurras. Mudando de cena, mas ainda em movimento, um transporte privado, as onipresentes vans na região, são operadas por pessoas que pagam uma tarifa para as milícias locais, e em uma dessas sobe um homem antes que andemos e sugere, alto e rápido, os nomes dos candidatos locais em que *deveríamos* votar. Jussara comenta "*Aqui eles controlam tudo, a NET, o gás, quem pode e quem não pode fazer propaganda política..".* Ainda sobre o trem, Jonathan, de Paciência, relata seu incômodo:

> [...] eu ainda tenho um certo trauma do trem, nos meus dias de descanso eu evito usar. O trem me traz lembranças de sufoco, de gente apertada, eu gosto de estar no ônibus sentado no meu canto, refletindo, no trem você tem que ficar olhando pras pessoas, não tem muito espaço. Quando você mora em Paciência você é muito limitado de tempo, daí você aprende a ser paciente.

A precariedade dos transportes na região, segundo a percepção de muitos dos militantes, é deliberado, ou seja, há um conluio de má gestão, mal funcionamento e duopólio de empresas de ônibus. Essa situação deve ser entendida aliada à vontade de segregação dos habitantes da Zona Oeste, como coloca Ruth: "*não há interesse de colocar o transporte daqui pra lugares onde você teria um acesso à cultura. Então pra ter acesso a isso tudo, você tem que passar por esse processo de duas horas até chegar lá*".

Em uma versão contrafactual, dado que eu esperava encontrar somente reclamações sobre a circulação e os transportes de bairros cujas distâncias alcançam 70km até o centro do Rio, agravados pela frequente troca de transportes (com o uso de trens, ônibus e vans), Breno comenta que a distância dos grandes centros é o que faz com que as pessoas circulem e conheçam melhor sua cidade:

> O legal da Zona Oeste é que quem mora na Zona Oeste circula muito. Quem mora na Zona Sul não precisa sair da Zona Sul pra resolver a vida, você tem a praia, o cartório, tudo está ali. Quem mora na Zona Oeste não, se você quer ir ao cinema você tem que migrar pra outro bairro, pra Barra, pra Zona Sul.

Outros transtornos relativos ao transporte relatados pelos habitantes da região, se dividem entre o dia e à noite, por exemplo. No período diurno, seria insuficiente a

circulação do BRT Campo Grande / Alvorada[73] e há linhas de ônibus que foram retirados de circulação, ao passo que, no período noturno, ambos os problemas se exacerbam. Em uma pesquisa sobre o estado do transporte na região, muitas foram as reclamações sobre as 59 linhas que deveriam passar pelo bairro, das quais somente dez circulam durante à noite, por exemplo[74].

No limite, a fala mais frequente de quem tem que lidar diariamente com grandes distâncias para coisas simples, mencionava a necessidade de uma descentralização, tendo em vista as deficiências do sistema de transporte que serve à região Oeste, como ressalta Leandro, de Campo Grande: "*acho que poderia descentralizar do centro e investir um pouco mais em empregos por Campo Grande e redondezas, porque o pessoal não tem opção de emprego e acaba se deslocando"*.

A locomoção, mesmo dentro dos bairros, parece desafiar os habitantes da Zona Oeste, que muitas vezes não conhecem os centro administrativos, como comenta Breno, de Santa Cruz: "*já ouvi pessoas que moram na favela de Antares e nunca foram ao centro de Santa Cruz, porque elas moram ali, estudam ali, não tem dinheiro, então não tem porque sair, não tem ferramentas pra optarem sair, pra onde, pra que?*". Ainda em relação às estruturas burocráticas mínimas ausentes em Santa Cruz, prossegue Breno:

> O bairro tem esse problema, uma coisa burocrática que a gente precisa é cartório e o bairro não tem, o mais próximo é em Campo Grande. Então tem a distância, o transporte que é deficiente, você só tem praticamente uma empresa de ônibus que presta o serviço Santa Cruz ao centro da cidade, então se você tem que protocolar alguma coisa você leva um dia inteiro fazendo isso, indo ao Centro. Você não tem tanto acesso às coisas que acontecem na cidade como você gostaria.

Essa centralidade histórica de Campo Grande, frente aos outros bairros coadunados na Zona Oeste, transparece em outras falas, sobretudo quando há a necessidade de resolução de trâmites burocráticos ou coisas aparentemente simples como ir ao banco, por exemplo. Para Jonathan, Paciência teria parado no tempo, girando em torno de Campo Grande sobretudo por ter um grande centro comercial:

---

[73] O BRT, do acrônimo em inglês Transporte Rápido por Ônibus, cujas obras iniciaram em 2010, é um transporte que trafega em corredor exclusivo e, portanto, em tese, seria uma alternativa mais rápida de viagem para os passageiros.
[74] Fonte: https://medium.com/@gbragaalves/campo-grande-não-é-o-castelo-da-cinderela-51ea3f84ff78 Acesso em dezembro/2015.

"*você não tem um banco, você tinha um curso técnico que era no SENAI, no final de Paciência, que foi pra Santa Cruz, por causa da violência*".

A distância de áreas mais centrais acaba caracterizando os bairros da Zona Oeste como *"lugar de passagem",* nas palavras de Fernanda, o que torna qualquer atividade nesses locais um desafio, dado que "*a população vem pra cá com uma perspectiva de 'lá é longe pra caramba"*", segundo Carlos, de Campo Grande. Além de terem em mente a distância dos deslocamentos diários, observei o quanto o tempo perdido nesse deslocamento é importante para as pessoas. Sobre isso, os militantes Leandro e Cleber abordam mais detalhadamente em suas falas:

> A distância e o tempo, que é tudo. Como o tempo é tudo, se eu morasse perto do Centro, eu iria a tudo, mas como eu moro muito longe do Centro, fica muito complicado. Voltar pra casa com engarrafamento, trem lotado, também o dinheiro gasto com passagem, a gente gasta muito dinheiro com passagem, mas mesmo assim a gente vai, até porque não é tão frequente (Leandro, Campo Grande)

> Quem tem mais origem na classe trabalhadora nunca teve tempo mesmo...agora no Rio de Janeiro começo a sentir dificuldades, tudo é muito caro, comer, morar e vestir é tudo muito caro. E isso dificulta. Eu tô me acostumado à vida de cidade grande, muita correria, muita coisa, mas principalmente a questão econômica é o que mais dificulta. Acho que a questão do tempo é o que mais limita, no geral e do dinheiro. A vida na cidade rouba seu tempo, pra você não ter tempo de pensar, refletir, estudar (Cleber, Santa Cruz).

Todos esses problemas e limitações identificadas afetam os militantes individualmente, mas também a possibilidade de emergência de coletividades e de um engajamento militante na região. Importa, em primeiro lugar, sublinhar a limitação financeira que as pessoas experimentam em suas ações coletivas, agravada quando se vive em um território periférico, e melhor exemplificada quando há a necessidade de ir a uma marcha no Centro da cidade, por exemplo, por Cleber, de Santa Cruz: *"só com a passagem de ida e volta já são 15 reais, sem contar o tempo, que são 3 horas pra ir e 3 horas pra voltar, muitas vezes não pude vir por não poder pagar a passagem*".

Essa leitura é complexificada pela equação tempo, distância e dinheiro, como Martha e outros militantes confirmam: "*a militância fica voltada pro centro da cidade e são sempre 2 horas, as pessoas não tem a leitura do quão difícil, a própria grana de passagem é algo que é difícil, tenho amigos que não podem militar por isso".*

Fernanda, de Guaratiba, corrobora: "*um obstáculo que eu reclamo e muitas vezes me impede de fazer é não ter o recurso financeiro, aí não tem como fazer"*.

Assim, os "custos" da construção do engajamento militante e da formação da ação coletiva não são somente físicos, motivados pela violência, mas também econômicos. Isso influenciaria localmente, mas também na possibilidade de conexão com outros territórios da cidade, especialmente o centro, onde boa parte das reuniões dos movimentos, negociações coletivas e mobilizações sociais do Rio de Janeiro ocorrem.

Como consequência, isso impede, em vários casos, a conectividade, embora reforce a atuação local, como aponta Beatriz, de Senador Camará: "*é difícil a gente se mobilizar pra ir pra lá, às vezes a gente quer ter os eventos aqui porque compreendemos os limites da nossa galera e queremos fortalecer aqui pra depois ampliarmos as ações*". Mas, para além da localidade específica, também existe uma preocupação regional mais ampla. Escuto diversas falas que mencionam a necessidade de unificar as pautas em toda a Zona Oeste, perguntando "*afinal qual é nosso calendário proposto de lutas aqui na região?",* como Patrícia, de Campo Grande, que afirma: "*temos que fazer uma discussão específica da Zona Oeste, os atos estão sendo sempre feitos na Zona Sul e no Centro, temos que trazê-los aqui"*.

Junto a isso, soma-se a necessidade de trabalhar desde muito jovens como uma constante na vida dos entrevistados. Esta necessidade aparece também como um possível fator de desmobilização política, uma vez que concorre com a disponibilidade de tempo demandada pela militância. Jonathan, por exemplo, expressa como são fortes esses recortes de classe no movimento social na Zona Oeste: "*se eu conheço algum militante aqui da Zona Oeste que tem família militante, são raríssimos, porque quem milita é a classe universitária, é o pai e a mãe que fez universidade, acaba sendo o pequeno burguês, não tem muito como fugir*". O ressentimento pela necessidade de trabalhar, que os impede de dedicarem-se mais às mobilizações, também foi expresso em outros momentos, como na fala de Bruno:

> Eu tenho que trabalhar, os movimentos sociais de acordo com a programática que tá tendo, às vezes têm atividades no meio da semana. Quando eu era aluno ainda e trabalhava, às vezes tinham atos durante a semana e eu não conseguia ir.... Sempre tem essas manifestações, mas não dá pra gente estar presente em todas. Eu lembro quando eu fiz estágio, a rotina ficava complicada, porque eu ainda trabalhava e aí mesmo que eu quase não tinha tempo pra militância, trabalhava o dia todo, primeiro em

> uma escola pública aqui em Campo Grande. Tenho colegas que militam direto, mas não tem que trabalhar (Bruno, Campo Grande).

Em suma, embora todos estes problemas mencionados remetam, em ultima instancia, a restrições e *oportunidades de vida* também possuem implicações em termos de *oportunidades políticas*, pois não podemos isolar os sujeitos de seus territórios e suas condições de vida e de classe. Essas marcas estruturais e as percepções da população e dos militantes sobre as mesmas contribuem também a moldar o cenário onde a militância opera. No entanto, ele é disputado por outros atores, muitos dos quais buscam se aproveitar destes problemas para conseguir benefícios pessoais, econômicos, territoriais e de poder. Discutiremos mais adiante como importantes atores – a como as milícias, o narcotráfico e a policia – entram em jogo dentro deste cenário, mobilizando a força e a coerção, mas também, em alguns casos, uma boa dose de estratégias de convencimento e de aproximação pessoal que incluem oferecimento de serviços, favores e acesso a determinados recursos. Ao tempo que isso torna ainda mais complexa mais a ação militante, revela, como veremos, que as percepções e representações coletivas passam a ser construídas não somente a partir da falta ou da negatividade. Desse modo, as estratégias de sobrevivência passam a conviver, frequentemente, com a tentativa de geração de estratégias militantes para contornar o contexto adverso.

3.2 Militância e movimentos sociais em perspectiva histórica

Tendo em vista o cenário de privações e percepções discutido acima, unido à escassez de literatura sobre lutas e movimentos sociais na Zona Oeste do Rio de Janeiro, um primeiro olhar indicaria que estaríamos diante de um território desmobilizado. Como forma de tentar contribuir minimamente para contextualizar as possibilidades de resistência contemporânea na região, reconstruirei brevemente, a través de pesquisa documental e de informações obtidas nos últimos anos, trajetórias da "articulação do possível". Para tanto, serão trazidos aspectos importantes do trabalho de campo, incluindo as relações com a política local e episódios recentes, como as eleições para deputado estadual em 2010 e as manifestações de junho de 2013. Finalmente, a despeito do medo de represálias dos atores armados, incluindo as forças policiais, relatado pelos entrevistados, sublinho as articulações possíveis dos militantes nesse cenário com a política local.

Como forma inicial de demarcar as lutas da região Oeste carioca, é importante destacar o período que transcorre entre os anos de 1945 e 1964, em que muitas mobilizações ocorreram por parte dos pequenos lavradores contra as tentativas de despejo promovidas por pretensos proprietários. A década de 1950 foi marcada por um intenso crescimento dos negócios imobiliários, assim como de loteamentos, que chegaram a cerca de 40% do total durante todo o século XX nos distritos de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, e uma significativa redução de sua área agricultável. A expulsão de muitos lavradores de suas terras intensificou a ação de grileiros, que também agiam com violência contra "lavradores esquecidos pelo poder público" (SANTOS, 2007, p.12).

As lutas pela terra nesse período se deram, portanto, em um ambiente perpassado pelo conflito, despejos, violência contra lavradores, queima de casas e plantações, tudo isso levado a cabo com a cumplicidade das autoridades policiais, na década de 1960. A desapropriação das terras deflagrada pelos pretensos proprietários de terrenos ocasionou muitos conflitos com os trabalhadores da região.

Outros movimentos se organizaram nas Assembleias de Lavradores, a partir da década de 1950, além da organização partidária organizada, em sua maioria, no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Exemplo disso foi o surgimento, nesse período, de organizações como a Associação de Lavradores de Guaratiba, a Associação de Lavradores e Posseiros de Piaí (Sepetiba), a Associação de Lavradores de Campo Grande e a Associação de Lavradores de Mato Alto; a Cooperativa Agrícola de Bangu, a Cooperativa dos Agricultores de Campo Grande e a Cooperativa dos Policultores de Santa Cruz (Santos, 2007). Já na década de 1960, os lavradores e as lideranças buscaram formas relativamente novas de protestar, em relação às anteriores, como concentrar-se em sedes do poder público até que suas demandas fossem atendidas.

Além disso, apesar da escassa documentação geral sobre as militâncias nessa parte da cidade, isso não significa que não existissem movimentos sociais nesses espaços, que incluíram uma tentativa de aliança com os movimentos de moradores de favelas cariocas, que compartilhavam as ameaças de despejo a partir dos anos 1940 (Santos, 2007). A maioria desses movimentos foi desarticulada pela repressão iniciada após o golpe militar de 1964, que impôs um projeto de cidade para a região Oeste apoiado na especulação imobiliária e na grilagem de terras, dirimindo ambos, a agricultura e os movimentos organizados de agricultores.

Ainda que não existam muitas informações sobre o histórico dos movimentos locais, é necessário entender como se chegou até o ponto de aparente desmobilização na Zona Oeste da cidade. Em 1915, Campo Grande contava com grêmios associativos, como o Grêmio Literário Joaquim Nabuco, logo dissipado: "uma ideia muito avançada, pois o meio não comportava ainda tal iniciativa" (BASTOS, 1972, p.15), e uma associação de cultura popular, fundada em 1945, que igualmente encerrou suas atividades pouco depois.

Se nos concentramos na década de 1980, fica mais fácil entender esse contexto de militância adverso. Em uma mirada rápida, é possível enxergar a centralidade das mobilizações que giraram em torno da estatização da FEUC, em Campo Grande, no final da década de 1980, que, embora tenha contado com a liderança de grupos locais e com apoio popular, não obteve o resultado esperado. Nos anos 1990, uma mobilização impediu a venda do Cine Palácio Campo Grande para a Igreja Universal do Reino de Deus, evitando a perda de um espaço de cultura e lazer dessa comunidade[75]. Finalmente, nessa década também tiveram início diversos cursos de pré-vestibular comunitário entre Bangu a Santa Cruz, dada à dificuldade dos alunos da rede pública de terem acesso ao ensino superior, com a primeira iniciativa estabelecendo-se em Campo Grande (Vieira, 2011). Já nos anos 2000, o momento da militância era *partidista*, nas palavras de um entrevistado de Paciência:

> [...] na minha juventude, em 2004, era o tempo do partidismo. Na Zona Oeste era o tempo dos microônibus e quando tiraram os ônibus e alunos não podiam entrar no microônibus. Então a galera começou a ir pra rua, mesmo aqui em Campo Grande, a rapaziada toda foi. Então mesmo trabalhando à noite, eu ia, nos dias que davam, eu via que minha vida tava nisso. Eu saia 22hs40 de Campo Grande, chegava em casa meia noite, só tinha um ônibus que passava, tinha que esperar esse único ônibus que passava pra casa. Era de uma empresa que faliu e hoje em dia voltou de novo, na concessão de um bicheiro, então você podia ver como é a organização estrutural da Zona Oeste é complicada.

O próximo subitem busca abordar, minimamente, algumas das nuances contemporâneas da militância nessa região.

3.2.1 Militância na Zona Oeste e sua dimensão local e institucional

[75] Sobre esse movimento, maiores informações podem ser encontradas em Vieira (2009).

Em um panorama atual, além de todas as privações e dificuldades anteriormente mencionadas, os militantes individuais e/ou organizados coletivamente que atuam na Zona Oeste têm que lidar com a convivência entre sua atuação política e a existência de grupos armados, como as milícias. Esse contexto, com certas especificidades, tem levado à elaboração de estratégias que se adaptem à organização político-institucional que rege seus bairros e espaços de militância, seja por uma via legal/institucional ou "por fora" dos canais institucionais já consagrados.

A via mais institucional pode ser exemplificada a partir do exemplo de um jovem de Realengo, que me explica suas tentativas de aproximar-se de políticos, sobretudo em momentos de campanha eleitoral, para constrangê-los a buscar soluções para problemas concretos da comunidade.

Em uma segunda via, que entende o mau funcionamento de antigas estruturas representativas como as associações de moradores e procura soluções para além disso, Fabio explica como vem buscando organizar politicamente a Companhia Estadual de Habitação (COHAB), em uma estrutura paralela às existentes, para não as confrontar diretamente, o que seria prejudicial, dado as ligações políticas existentes. O militante comenta como o espaço da associação em seu bairro vem sendo esvaziado, indício de um possível aparelhamento: "*a associação de moradores, foi sendo politizada, ou seja, destruída, a associação comercial também afundou*".

O fenômeno das associações de moradores, sua forma de lidar com os eleitores e suas questões concretas, necessidades mais imediatas e visíveis, já foi abordada por Diniz (1982). Além disso, o aparelhamento da associação mencionado pelo jovem de Realengo, não é um dado desprezível. As mesmas são agremiações importantes na história do Rio de Janeiro, datando da década de 1960, sobretudo nas favelas (Boschi, 1983), mas foram fundadas sob a subordinação estatal, implicando na aprovação ou reprovação de seus estatutos e relatórios financeiros, o que significava, nesse período, um relativo controle das atitudes da população. Se sofrem atualmente de um descenso qualitativo e quantitativo, foram essenciais na sua fundação e, posteriormente, após 1985, quando se iniciaram medidas para reestabelecer a democracia no Brasil[76].

[76] Ainda assim, é preciso levar em conta o histórico recuperado por Diniz (1983), no qual desde a sua fundação, é baixo o grau de representatividade das associações de moradores nas favelas do Rio de Janeiro, dado que mesmo que fosse alto em relação ao número de moradias, não o era em termos da população envolvida. Além disso, é baixo o grau de articulação das associações com outros

Assim, é mister analisar as militâncias locais à luz das relações políticas institucionais existentes nesses bairros, que consideram os partidos políticos, as estruturas representativas existentes e as associações de moradores. Além disso, busquei considerar o impedimento para os militantes desempenhado nesses contextos por grupos criminosos.

Nesse sentido, observei o entendimento da institucionalidade e dos candidatos aos cargos públicos por parte dos militantes e demais moradores da Zona Oeste permeado pela desconfiança, já acostumados com a presença ostensiva dos políticos em época de campanha. Para Ruth, em "*época de eleição, a gente desde criança questionava aquela coisa, por quê em época de eleição os políticos apareciam mais, depois sumiam"*. Além disso, a compra de votos é presente nos bairros da região, como em Bangu, a entrevistada prossegue: *"você vê boca de urna em época de eleição e compra de votos escancaradamente. Vai ver em um bar gente dizendo que está vendendo o seu voto, que troca o voto por uma cerveja"*.

Além de cabos eleitorais, compra de votos e outros fenômenos da política institucional regional, há um entendimento comum de como as esferas estaduais e federal se relacionam com a Zona Oeste. Para Jonathan, a situação de Paciência é emblemática desse tratamento discricionário:

> Paciência teria um lixão, impedido por causa de uma questão política, pra você ver como é a política da prefeitura com o bairro. Como é essa política e não é só esse governo, que tá ai há 8 anos, do Eduardo Paes, mas antes do César Maia, que foi mais precário ainda, com obras de maquiagem, que fazia essa política também, nos finais de ano, com desvios de verbas públicas. Eu tenho parente que foi cabo eleitoral dele, na Zona Oeste ainda existe isso, se barganha por asfalto na rua, por calçada. Ainda existe essa barganha política.

Nos termos do entrevistado, um instrumento de barganha política muito utilizado na região Oeste, mas que não é exclusivo desta, são as obras iniciadas em períodos imediatamente anteriores às eleições dos respectivos candidatos. Outra relação com a política local inclui, em períodos de intensa propaganda política, que os grupos criminosos coloquem placas nas casas das pessoas, sem o seu consentimento. Jussara, de Manguariba, comenta que alguém na sua família retirou uma das propagandas colocadas na porta de sua casa e foi chamado a atenção: "*o problema é que muitas vezes os caras são pessoas que cresceram com a gente, não da minha*

---

movimentos locais, indicando, para a autora, uma possível debilidade das ações coletivas como expressão da articulação da sociedade.

geração, mas da geração mais velha..". Da mesma forma Felipe, de Realengo, comenta: "*em época de eleição é coisa bárbara, se você anda pela Zona Oeste vê um monte de cartazes colados, eles não consultaram quem tá na casa e vai reclamar, é muito perigoso".*

Esta configuração local e institucional foi central na conformação da militância na Zona Oeste do Rio de Janeiro ao longo do tempo, forjando-se a partir de práticas políticas nas quais atores e contextos se imbricam profundamente As continuidades e rupturas disso podem ser inquiridas a partir de um análise mais deito de acontecimentos recentes, importantes para os militantes desses bairros – como a campanha eleitoral de 2012, as jornadas de junho de 2013 e o caso TKCSA –, que constituem "eventos críticos" a serem abordados a seguir.

3.2.2 Obstáculos para a militância e o engajamento em "eventos críticos" recentes

Retomo como primeiro evento crítico – tal como definido na introdução – recente, o engajamento militante nas eleições de 2012 para deputados federais, estaduais e prefeito. Nessa campanha, um dos candidatos a prefeito pelo PSOL, o então deputado estadual Marcelo Freixo, ficou conhecido por sua atuação e participação na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das milícias, em 2008. Sua *cruzada* contra os grupos milicianos, foi o principal mote da campanha à prefeitura. A campanha eleitoral na Zona Oeste, região de atuação por excelência desses grupos criminosos milicianos [77], se desenvolvia sob condições muito adversas.

Muitos foram os relatos dos militantes do PSOL que versavam sobre ameaças e violações de direitos cometidas contra eles, quando estavam em campanha, sobretudo em Campo Grande, Bangu e Santa Cruz. Minha preocupação inicial foi descobrir as condições de possibilidade, as janelas de oportunidades dos sujeitos nos atos públicos nessa região. Como manter o engajamento político-militante em uma campanha marcada pela denuncia das milícias em pleno território dominado, em boa medida, por elas?

[77] Excelência que, por óbvio, é parte de uma conjuntura particular, a qual detalho melhor no subitem 3.3.1 desse mesmo capítulo, mas que é afirmada por Cano e Duarte (2012), a partir dos dados do Disque Denúncia da atuação das milícias, com maior frequência nos bairros de Campo Grande e Santa Cruz.

Vários dos entrevistados que se envolveram na campanha relataram as coerções sofridas, que incluíam chamadas telefônicas que os ameaçavam para deixar de "*fazer propaganda para o candidato contra as milícias"*. Essa situação se apresentou como um problema para esses jovens, como comenta Henrique, a respeito de Bangu:

> A gente se organizou pelo *facebook*, pra montar um comitê em Bangu, e foi um fracasso que tentamos fazer e foi assim que eu entrei na campanha. A gente fez na porta do shopping, no calçadão, na praça, e umas duas vezes alguém passou e falou "olha, não é legal isso não, hein, toma cuidado". Alguém uma vez falou pra gente parar "é melhor vocês pararem". Teve uma vez, inclusive, que eu não fui em Bangu e o pessoal foi ameaçado, não diretamente, mas parou um carro na lateral do shopping, a gente colocava uma faixa dizendo que apoiávamos e eles levaram um monte de bandeiras. Então o pessoal tava lá, se não me engano, um cara parou na porta e começou a tirar fotos e o pessoal ficou assustado, foi nesse dia que a gente deu uma parada pois uma companheira foi à ALERJ pra fazer uma denúncia.

O mesmo jovem conta como sofreu com a falta de apoio que enfrentaram: "*me sentia desamparado pelo fato de morar em Bangu, um peso que me colocavam, toda essa questão de milícia, tráfico, cabos eleitorais, ai eu me sentia amedrontado, além da minha própria família dizendo 'toma cuidado'*". Ainda que fossem coagidos, há de se ressaltar os laços criados entre militâncias, ou seja, como a campanha de um candidato que se opunha às milícias acabou articulando jovens com militâncias distintas, em uma região em que *levantar uma bandeira* é um ato potencialmente muito perigoso.

Em linhas gerais, as histórias relatadas de participação nos eventos de militância desse candidato são de intimidação e ameaças. A esse respeito, Ruth dizia que *"a gente tinha que ter muito cuidado, o pessoal foi fazer um evento lá na Praça Zé Guilherme, mas tiveram que cancelar, porque foram fazer panfletagem de manhã e ficaram tirando foto deles, uns caras à paisana*". Ainda assim, alguns jovens seguiram em ações públicas de panfletagem, ouvindo muitas vezes *"tomem cuidado"*, e relatando a necessidade de tirar a camisa que fazia alusão à campanha, sobretudo em zonas de presença ostensiva da milícia[78]. Em um episódio relatado por vários jovens,

---

Uma nota relativa à segurança dos militantes na Zona Oeste, publicada em janeiro de 2013, indicava pontos importantes para a militância nos bairros com presença de grupos milicianos, como trabalhar em grupo, irem acompanhados de outros militantes às ruas, informados dos horários e pontos de encontro, além de conhecer bem a região e saber como chegar e sair, caso ocorra algum imprevisto. Finalmente, a nota sugere um cuidado na comunicação com pessoas buscando informações sobre os atos, atentando para evitar dar informações para infiltrados. Fonte:

uma avaliação *in loco* da situação de vulnerabilidade em que se encontravam, um evento público de campanha[79], como acontecia em outros lugares do Rio de Janeiro, teve que ser cancelado. Leandro conta:

> A campanha dele foi bem complicada, nós recebemos ameaças, tiraram fotos da gente aqui em Campo Grande, mas em Bangu também. Mais em Bangu, aliás, do que em Campo Grande, porque em Campo Grande nós temos problemas muito mais sérios. As pessoas ficavam nos intimidando, teve até um camelô que eu fui dar um panfleto pra ele, que me falou assim, "esse cara foi aquele cara que prendeu o Jerominho?", ai ele falou "não faz campanha pra esse cara aqui não, tô só te dando um conselho, porque é perigoso". Isso foi um camelô que não tinha envolvimento com a milícia e me deu esse conselho. Nós fizemos vários tipos de eventos, dança, eventos de praça, som, ai teve um evento que íamos fazer, a "Primavera Carioca 3", só que devido às ameaças tivemos que cancelar o evento.

Dada essa configuração hostil, alguns entrevistados relataram que o medo os impediu de comparecerem aos atos de campanha, resignando-se ao espaço virtual, como afirma Fernando: "*eu fiz campanha só pelo facebook, porque não dava para fazer na rua. A gente quis se resguardar, chegou a ter algumas ações em Realengo, a galera em Realengo é tranquila",* reforçando a ideia de que o último bairro, nas palavras de Fabio, "*não tem milícia hard, como lá em Campo Grande, aqui é uma milícia soft*". Jussara, por sua vez, afirma o necessário deslocamento do bairro onde mora para realizar ações de campanha: *"Na campanha do Freixo eu não fazia campanha na Zona Oeste, só no centro. O único dia que eu coloquei a camisa aqui foi o dia que fui votar, mas eu voto em frente à minha casa. Não tenho coragem, tenho bastante medo".*

Um segundo evento crítico fundamental foram as manifestações de junho de 2013, acontecimento central na histórica recente do país que adquiriu na Zona Oeste contornos próprios devido às particularidades de seu contexto. As mobilizações iniciadas em junho acabaram se estendendo por todo o ano, em várias cidades do Brasil, e no Rio de Janeiro, Campo Grande, por exemplo, não ficou de fora. Nesse ano, intensificaram-se as reuniões, atos públicos e houve uma maior movimentação da militância local, como pude observar. O Fórum de Lutas contra o aumento das

---

https://psolzonaoesterj.wordpress.com/2013/01/14/seguranca-pontos-importantes-para- a-militancia-na-zona-oeste/. Acesso em 9 set.2016.

[79] Situação paradoxal frente ao cenário da maioria dos comícios e campanhas em Campo Grande, por exemplo, o calçadão localizado no Centro do bairro, local de frequentes atividades de campanha de muitos políticos locais. Presenciei um final de semana de intensa panfletagem e barulho advindos de carros de som nesse local, mas no qual nenhum candidato fazia enfrentamento ou mesmo menção à temática das milícias.

passagens, por exemplo, uma instância criada para discutir as pautas das mobilizações, cujas reuniões ocorriam principalmente no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais[80] (IFCS), organizou escassas, porém inéditas, reuniões em Bangu, por exemplo.

Dentro da busca de deslocamento das lutas do centro para a periferia, problematizada por vários dos participantes das "Jornadas de Junho" no Rio de Janeiro, participava de uma das reuniões de um núcleo local, em Campo Grande, quando um homem mais velho do que a média dos presentes chega após uma reunião e comenta que o clima político na região é tenso: "*acabei de voltar de Bangu, em uma discussão sobre os ônibus e um dos rapazes trabalhava numa gráfica e o chefe dele era coronel da PM, que pediu para avisar que estava monitorando todos*".

No bojo das lutas de junho de 2013, com o advento de grandes manifestações, os jovens desses locais se propuseram a participar, indo para longe de casa e encarando um grande esforço de deslocamento e dinheiro, diante de escassas manifestações locais. De maneira que a reclamação sobre a distância e o quão caro seria participar em marchas no centro do Rio de Janeiro chamou a atenção, como comenta Leandro: "*em junho, por exemplo, eu tive muita dificuldade com dinheiro de passagem, quando era muito frequente, tive que gastar muito dinheiro com lanche na rua, porque eram duas por semana"*. Já a respeito das mobilizações em seus bairros, dois relatos sobre a mesmo manifestação em Campo Grande, revelam os contornos repressivos desse período na Zona Oeste:

> Em junho, quando pipocaram manifestações em vários lugares da cidade; em Campo Grande também pipocou junto com a milícia. E teve manifestação aqui junto com eles, ou melhor, que eles estavam puxando. Fomos pra essa manifestações que, descobrindo lá, tava cheia de estudante, e a gente lá, não entendendo a dimensão, achávamos que estávamos lutando por alguma causa boa. E ai a gente foi sacando quem tava puxando, e ai tentamos desmascarar o cara, que começava a falar pra nada de vandalismo, não podiam ter mascarados, mas era um discurso que a gente sacou... (Fernanda, Guaratiba).

Paulo, por sua vez, menciona o mesmo evento, uma passeata sobre o aumento do transporte público, que descobriu lá ser um evento liderado pelos milicianos, que falavam "*não adianta virem mascarados que a gente descobre quem vocês são e vão ver*". Depois disso, a manifestação que contava com muitos estudantes "*você tem ideia do quão difícil é reunir 300 estudantes em Campo Grande pra fazer uma*

[80] Um importante espaço para as reuniões de distintos movimentos sociais, localizado no centro do Rio de Janeiro, no largo de São Francisco, campus da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

manifestação?", foi rapidamente desmobilizada, com os jovens correndo pra fugir da repressão.

Finalmente, discorro brevemente sobre um terceiro evento crítico na região: o imbróglio TKCSA, iniciado em 2010, quando essa empresa ativou a operação de uma siderúrgica em Santa Cruz, junto à bacia hidrográfica da baía de Sepetiba, causando enormes impactos socioambientais e de saúde decorrentes de sua instalação. Segundo um relatório da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), desde a construção da fábrica já são várias as denúncias de irregularidades, como dragagens, destruição do manguezal próximo, problemas trabalhistas, entre outros. Após o início das operações, as queixas dos moradores sobre a poluição atmosférica, um pó que estaria causando problemas de saúde, a *chuva de prata*[81]*,* começaram a ser mais frequentes.

Na primeira audiência pública sobre o caso TKCSA, em 2013, os *afetados* pela siderúrgica tiveram a chance de colocar suas questões, afirmando que "*antigamente se dizia quem tem fome tem pressa', em Santa Cruz a gente diz 'quem é atingido, tem pressa'"*. E, posteriormente declarou ser uma "órfã do poder público" e que queria entender esse "*modelo de desenvolvimento que parece para trás, o coronelismo, eles falam, nós obedecemos"*. Além disso, há pouca organização em torno dos passivos ambientais[82], em que pese essa audiência pública e algumas missões no bairro que ouviram denúncias da população que vão do incremento da poluição a problemas de saúde.

Das denúncias que mais chamam a atenção, importa sublinhar o relato de ameaças feitas às pessoas que denunciaram a TKCSA. O relatório da Fiocruz, de 2011, aponta o discernimento da empresa em escolher essa zona de pobreza e vulnerabilidade socioambiental para implantar o complexo siderúrgico, dado que além de concentrar áreas naturais, Santa Cruz é também um dos locais mais pobres do Rio de Janeiro .

"*Vivemos em uma área esquecida da cidade*, *aqui em Bangu, Santa Cruz, toda essa área, os políticos só lembram quando tem que ganhar votos.."*[83]*,* menciona

[81] Fenômeno de poluição acentuada que afeta a população que mora no entorno da planta da TKCSA, que tem relatado muitos casos de doença e problemas dermatológicos e respiratórios. Para maiores informações: http://www.pacs.org.br/2013/02/26/ate-quando-a-tkcsa-tera-licenca-para-produzir-chuva-de-prata-em-santa-cruz/

[82] Passivos ambientais são o conjunto de danos causados ao meio ambiente, indicando a obrigação da empresa com aspectos ambientais. Uma empresa tem Passivo Ambiental quando ela agride, de algum modo e/ou ação, o meio ambiente, e não dispõe de nenhum projeto para sua recuperação, aprovado oficialmente ou de sua própria decisão.

[83] Fonte: Caderno de Campo.

Ana, moradora de Santa Cruz. Além disso, nesse mesmo evento, ouço relatos sobre dois pescadores encontrados mortos no fundo da Baía de Sepetiba, após denunciarem a situação da TKCSA, com indícios de responsabilidade da empresa, evidenciando a necessidade de proteção dos que se dispõem a confrontar os interesses de grandes empresas na região. Para Breno:

> [...] essa coisa da TKCSA está tendo um impacto negativo muito grande. Eu soube que os profissionais de saúde são orientados a notificarem como poluição, problemas que chegam nos prontos socorros com problemas respiratórios. O bairro sofre com a chuva de prata, não tem uma política séria de questões sociais e ambientais, deixam muito a desejar.

O caso da TKCSA, assim como os outros dois eventos críticos mencionados, embora levaram inicialmente a uma reconfiguração das possibilidades de engajamento militante, acabaram levando a uma relativa desarticulação política dos militantes na Zona Oeste. Fernanda descreve o cenário: "*Acho que o movimento no Rio tá desarticulado, a escada rolante tá descendo e a gente tá tentando subir, é um esforço, é uma força que você acaba tendo que fazer*".

Este diagnóstico é compartilhado por Carlos: "*a falta de articulação política da galera, já que eu levei meses pra juntar os coletivos, ONGs que eram fechadas pra si, as pessoas são muito desestimuladas, de que adianta escrever edital, a gente nunca ganha' e é verdade",* e reiterado por Breno: *"faltam articulações das pessoas, as pessoas da Zona Oeste têm trabalhos individuais incríveis, mas elas não se articulam, elas têm dificuldade de se articular",* prosseguindo, em outro momento:

> Não sei se historicamente as pessoas são tão maltratadas pelo poder público que vão ficando céticas, não acreditam muito. Eu acho difícil fazer alguma coisa com eles, é gente que sofre tanto que não acredita nos outros de cara. Eles têm um estranhamento, um afastamento [...] muita gente com uma postura muito cética, porque está tão acostumadas que as coisas na Zona Oeste não tem perspectivas, não vai pra frente, porque é longe, então já tem um senso de estima tão baixo, que vem lá de trás.

Ao complexificar a desarticulação dos militantes na região, a repressão e a possibilidade de represálias são apontadas como suas principais causas, segundo Cleber: "*acho que pra toda essa região existe um desafio de se organizar politicamente, alternativas políticas que não sejam pela via eleitoral e que não sejam relacionadas com o coronelismo, com as milícias, com o poder econômico".* São muitos os episódios relatados de tentativa de intimidação, ilustrado pelo medo sentido pelos habitantes dos bairros em realizar quaisquer ações contestatárias, como relata

Jonathan ”*colegas minhas estavam aqui em Campo Grande e foram coagidos. Chegou um cara, bateu foto de todo mundo, a gente sabe porque e por quem, né?”*

Outros relatos também versam sobre “*não poder falar claramente tudo, há um aparelhamento, há o medo das pessoas”*, como colocado por Fabio, a respeito de uma reunião proposta por um candidato a deputado estadual, no conjunto habitacional em que mora: “*sinto medo às vezes, uma vez chamei o Reimont*[84] *pra uma reunião com os moradores. Ele topou porque um rapaz daqui me deu respaldo, só apareceram duas pessoas, porque o cara lá de dentro falou que não era pra ninguém ir e ninguém foi”.*

Corroborando esse cenário, alguns entrevistados são categóricos em apontar quem consideram como os principais responsáveis pela desmobilização na Zona Oeste: “*a milícia é um grande problema que a gente teve aqui em 2012, na campanha do Freixo. Acho que na Zona Oeste é o maior dificultador da militância*”. Outras questões relativas à discussão sobre segurança pública também são ressaltadas:

> [...] por conta do medo que toma a gente, é muito perigoso fazer diversas coisas por conta do risco de vida. Discutir segurança pública em Campo Grande é difícil, não dá pra fazer isso aqui com a milícia, além disso, fazer determinadas ações em sub-bairros se torna muito difícil, porque a gente vai ter que dialogar com a milícia e isso se torna muito perigoso pois nosso diálogo e nossa ação vai até determinado ponto, até o ponto em que a milícia deixa. A partir de um ponto a gente começa a correr risco de vida, e fica muito complicado por conta do medo dos militantes, quanto dos moradores que participar de qualquer ação por causa da milícia.

O medo é um desarticulador potente na região, como afirma Jussara, de Paciência: “*é difícil se mobilizar por qualquer uma das coisas, por conta da coerção aqui no bairro”*. Posso presenciar os efeitos dessa dominação em vários momentos, mas algumas situações são emblemáticas dos limites sentidos pelos militantes, como na inauguração de uma ONG em Santa Cruz, em que uma mulher menciona a “*coragem de ter vindo aqui hoje*”, em um evento em que não se falou sobre segurança pública, uma contradição em uma área notadamente sob controle das milícias[85]. Sobre o funcionamento dos interesses das milícias, que mediam o que se pode e o que não se pode fazer na região, Jonathan afirma:

> [...] militância pra mim hoje, é complicado. A molecada é muito nova, a idade te deixa mais receoso e eu conheço esses caras, esses caras não são bobos. A galera fala ‘mas esses caras não se ligam em política’, eles não

[84] Vereador, pelo PT – Partido dos Trabalhadores, eleito no estado do Rio de Janeiro, com 18.014 votos, atualmente em seu segundo mandato.
[85] Fonte: Caderno de Campo.

> são politizados, mas se ligam em política. Se eles apoiam um candidato é porque eles têm interesses. Então você falar de militância por aqui, você tá mexendo com interesses.... essa pra mim é uma dificuldade maior da militância. As organizações políticas também têm um foco mais no centro, então às vezes você milita lá pro Centro, milita.. mas aqui é diferente.

Tendo em vista a centralidade da coerção, da repressão e da intimidação como alguns dos obstáculos mais eminentes para a formação e a continuidade da militância em territórios onde a violência aparece como uma rotina, torna-se central aprofundar nos principais atores envolvidos na definição das oportunidades políticas.

3.3 Atores e cenários de restrição das oportunidades políticas na Zona Oeste

O objetivo dessa seção é examinar o como os principais atores da disputa político-territorial da Zona Oeste do Rio de Janeiro incidem na configuração das oportunidades políticas para a população e a militância local. Daremos destaque para as milícias e para a polícia, cuja atuação, ao que indicam os entrevistados, é distinta nas periferias cariocas de seu desempenho em áreas mais ricas e centrais. Dessa forma, o argumento em torno de uma segurança frágil se substancializa no alto controle à população local, que inclui uma vigilância sobre seus costumes, principalmente por parte da milícia.

3.3.1 As milícias: personagens da (in) segurança local

"Pode colocar meu nome, a não ser que tenha pergunta sobre milícia", afirma um entrevistado em Campo Grande, expondo seu medo de falar com o gravador ligado. Essa sensação de intimidação, frequente na Zona Oeste, é reveladora das condições de existência dos sujeitos em um ambiente aparentemente tranquilo, do estado de insegurança e acumulação social da violência em que vivem.

O fenômeno das milícias, que se tornou um problema de segurança pública na região Oeste do Rio de Janeiro, combina a dominação territorial, a venda de proteção, a extorsão de moradores e comerciantes e as ameaças de violência. A insegurança sentida pelos militantes na região, abordada previamente, é certamente compartilhada com os habitantes desses bairros; e, nesse sentido, busco conceituar minimamente o funcionamento desses grupos nas páginas a seguir.

Uma definição mínima das milícias, grosso modo, inclui policiais e ex-

policiais, bombeiros e agentes penitenciários, partícipes de instituições estatais, junto a criminosos que afirmam proteger e providenciar *segurança* às vizinhanças supostamente ameaçadas por traficantes. O tema adquiriu notoriedade midiática em 2006, segundo Cano e Duarte (2012), com grupos vendendo *proteção* em troca de taxas a serem pagas pelos comerciantes e residentes, além de lucrarem com o controle monopolístico sobre diversas atividades econômicas exercidas nestes territórios, como a venda de gás, o transporte alternativo e o serviço clandestino de TV a cabo. A extração desse pacote lucrativo de *impostos informais* é objeto de disputas territoriais entre bandos armados, milícias e facções criminosas (Muniz, 2007).

A milícia atuante na região assume diferentes formas e tem um funcionamento multifacetado, variando inclusive entre os bairros da Zona Oeste. O ex-prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia, em seu segundo mandato (2004-2008), quando perguntado a respeito das milícias declarou que estes grupos funcionavam como "autodefesas comunitárias"[86], reforçando a ideia de que são mecanismos de defesa e de combate aos criminosos. Para Muniz (2007), as milícias atuariam como *Estados paralelos* em determinados territórios no Rio de Janeiro em substituição ou em complementariedade ao policiamento público deficitário ou negligente.

Dessa maneira, nos distintos bairros *protegidos* da Zona Oeste, segurança e insegurança convivem, lado a lado, como é possível notar na fala de Fernando, ao contar que em Realengo se sente "*tranquilo, as pessoas se entendem bem, porque não há conflito entre elas, entre as classes que moram em Realengo, que é basicamente a mesma classe, média baixa. Todos se entendem por não haver desigualdade nem presença de tráfico de drogas*".

Essa ausência do tráfico de drogas a varejo aparece como um fator importante, mas impreciso, dado os problemas enfrentados pelo estado do Rio de Janeiro relativos aos conflitos *in situ* entre facções de drogas, nas favelas e nas periferias. E é também um indicativo dos traumas relativos ao passado recente da região Oeste, que sofreu desde a década de 1980 com a dominação territorial exclusiva de distintas facções de tráfico de drogas. Atualmente, a venda e o consumo de drogas estão presentes, embora à primeira vista não sejam facilmente reconhecidos, por terem se estabelecido em áreas de difícil acesso.

[86] Fonte: Reportagem do Jornal *O Globo*, em 10 de dezembro de 2006.

Nos últimos anos, cresceu a aliança entre a milícia e o tráfico de drogas, evidenciada por episódios como uma carga de drogas apreendida na Zona Oeste com um símbolo de uma grande facção criminosa ao lado do desenho usado pela maior milícia do estado, em 2014. Além disso, a associação de determinadas facções criminosas às milícias também se deu para não serem extinguidas em alguns espaços, como resultado da CPI. O que não significa que os próprios milicianos estejam atuando na venda de drogas, mas que cobrem taxas para que o tráfico continue agindo em certas comunidades da região.

As milícias, atualmente presentes em mais de 170 áreas do estado do Rio de Janeiro, eram anteriormente conhecidas como polícia mineira, da qual faziam parte policiais ou ex-policiais contratados para proteger comerciantes, sobretudo na Baixada Fluminense, além de designarem grupos armados que combatem o tráfico de drogas como segurança paraestatal. Em uma perspectiva histórica, Magalhães (2007) sublinha que ambos os fenômenos teriam surgido no bairro de Jacarepaguá, na Zona Oeste, irradiando-se para outras regiões, desde a década de 1970, mas com mais força nos anos 1990, ganhando mais notoriedade, diferentemente dos seus antecessores, por seu caráter empreendedor.

A exploração econômica das populações desses bairros, portanto, é crucial em sua atuação buscando a exploração de serviços ilegais, cobrando taxas específicas da população local, gerando um alto lucro. A venda da proteção para moradores e comerciantes é, nas palavras de Misse (2006), parte da *mercadoria política das milícias*, ou seja, uma rede de produtos ilícitos, conseguidos através da força, combinando custos e recursos políticos (expropriados ou estatais), para produzir um valor de troca político ou econômico em um mercado geralmente criminalizado.

A notoriedade midiática adquirida no Rio de Janeiro, se deu sobretudo com a abertura de um inquérito para apuração da atuação das milícias, conduzido pelo já mencionado deputado estadual Marcelo Freixo, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), em 2008. A mudança que trouxe à luz essa situação para o status de problema público tem a ver com a tortura de dois jornalistas nesse mesmo ano, ao escreverem uma matéria na favela do Batan, em Realengo, sobre o funcionamento das milícias na Zona Oeste.

Ademais, como resultado direto dessas investigações, dois grupos fortes que dominavam o controle territorial foram desmantelados, com a prisão do ex-deputado Natalino José Guimarães e do ex-vereador Jerônimo Guimarães Filho, o Jerominho,

acusados de integrar uma das maiores milícias atuantes na Zona Oeste - a Liga da Justiça - e outro comandando por Francisco César Silva Oliveira, o Chico Bala. Ambos disputavam o domínio na região e, portanto, era frequente a incidência de tiroteios em espaços movimentados na Zona Oeste.

Para substancializar o argumento da complementariedade perversa, Jussara, de Paciência, menciona a tranquilidade do seu bairro junto à presença criminal das milícias, sem ressaltar nenhuma aparente contradição: "*Aqui é tranquilo, mas a gente tem um problema muito sério, que é a milícia, antes a gente tinha o tráfico que já era complicado por conta do enfrentamento com a polícia"*. O funcionamento desses grupos na Zona Oeste é explicado pelos entrevistados nas falas abaixo:

> A milícia aqui no bairro é atuante, o tiroteio parou, mas vieram outras coisas piores, como por exemplo, eles continuam andando pela rua armados, eles cobram taxas dos comerciantes, ganham muito dinheiro. Essa rua aqui é lotada de comércio, a pessoa pode pegar e abrir uma portinha no muro que eles cobram. Tem um mercado lá embaixo que eles cobram 400 reais por semana. Eles também fazem a parte da coerção, né? [...] Tanto eles intervêm nos conflitos dentro do bairro, é comum tanto que os moradores tenham conflitos entre si e falem que vão chamar um fulano pra intervir pra resolver os conflitos, as pessoas recorrem a eles. Muitos por serem obrigados a pagar, pensam que vão fazê-los trabalhar, já que pensam que vão ocupá-los. Quando eles estão presentes, eu não me sinto segura, de dia é menos frequente, mas eles estão presentes o tempo inteiro, eles acabam circulando pelo bairro. À noite eles tão sempre pela rua, com armas, principalmente finais de semana. Toda quinta feira eles fazem um baile na praça, eles se exibem, é completamente inseguro (Jussara, Paciência).

> As milícias estão mais compartimentadas, prenderam uma galera, não têm mais a união que eles tinham, mas continuam fortes, têm regiões aqui de Campo Grande que são dominadas por milícias e aí o tráfico tenta retomar, ai vem a polícia, a gente já não sabe mais quem serve ao bem e quem serve ao mal, e a polícia chega e faz certo tipo de ações que não condizem ou condizem com a verdadeira cara da polícia e aí a população fica à mercê da milícia, do tráfico, não sabe com quem ou o que tem que fazer. Sabe que tem que seguir regras, regras ao ponto de chegar em casa e se te verem na rua depois das 22hs, os comerciantes todos têm que pagar segurança, os moradores também. Não se pode usar drogas nas ruas, o cachorro que se solta, morder alguém na rua, você tem uma punição por conta disso (Paulo, Campo Grande).

Ressalto como a dominação territorial revela uma administração violenta do Estado e de atores híbridos em determinados espaços, que possui como um de seus efeitos que o medo sentido pelos moradores legitime truculências, adiando e reprimindo as reinvindicações militantes em um determinado território. As milícias, portanto, expressam uma complementariedade estatal perversa, representando um

padrão organizativo que aponta para uma crescente privatização da segurança no Rio de Janeiro, de forma particular, e no Brasil, de forma geral.

Nessa conjuntura de dominação territorial, as milícias ganharam força justamente em espaços definidos como tendo um "*clima de cidade do interior",* em que se pode "*conhecer vizinho, ouvir canto de passarinho*", nas palavras de Breno, e na tranquilidade apontada por muitos entrevistados, que inclui atitudes consideradas extravagantes no resto do Rio de Janeiro, como menciona Paulo: "*conheço várias pessoas em Campo Grande que dormem com a casa aberta e não tem problema nenhum*". Na região, é a milícia que oferece segurança efetiva, como afirma Leandro sobre o baixo número de assaltos, por exemplo: "*do ponto de vista da segurança, é um lugar bem seguro, eu nunca fui assaltado, meus pais nunca foram também*".

Ainda que sejam espaços valorizados por sua tranquilidade, é importante afirmar que o tráfico de drogas a varejo é seu interlocutor oculto. Para Magalhães (2007), o fato de muitos policiais e ex-policiais morarem na Zona Oeste, junto ao respaldo que obtém de suas comunidades, dificulta a instalação de narcotraficantes e suas atividades nessas regiões, com pontos de venda de entorpecentes (bocas de fumo). Esse fato, associado ao crescimento de um ordenamento da lei distinto, embora não normativo, cotidianamente discricionário nas áreas mais empobrecidas das cidades (Dreyfus, 2009), as torna propícias para o estabelecimento de grupos armados.

Malgrado a polissemia das milícias discutida previamente, seu funcionamento possui um alto preço de troca, que é relativamente padronizado. Assim, muitas das histórias de instalação das milícias incluem uma "caça aos bandidos locais", para provar a necessidade de sua ação. A esse respeito, Bruno comenta:

> Campo Grande tem uma realidade também, que muitos moradores acham boa, mas ainda bem que uma grande parte não vê, que é a questão das milícias, as que falavam que "ali rolava bandidagem", ai ficou perigoso. Veio a milícia e oferece a segurança aos moradores, daí agora tá mais tranquilo, só que entre aspas, porque o morador, se não for muito tiro no bairro, o morador que usa algumas coisas, fuma a maconha dele, tá ferrado. As pessoas têm uma cultura do medo, mas não é só do bairro, é geral, às vezes é questão de estereótipo, é bom o lugar ou nem tanto.

Minha hipótese, nesse sentido, é que um dos efeitos da atuação das milícias na Zona Oeste é que, ao vender a sensação de segurança provocam mais controle, sobretudo no que é permitido fazer e quais os códigos morais são aceitos. No que

tange às sanções aplicadas pelos milicianos na Zona Oeste, uma forma de reconhecer se há ou não dominação desses grupos, por parte dos habitantes, é observar se a taxa de crimes é baixa, o que indicaria a presença de milícia. Fabio, por exemplo, fala que no centro de Realengo há roubos, evidenciando a ineficiência das milícias, caso elas estivessem de fato nesse espaço. Mas a poucos metros dali, no local onde mora, há fortes indicativos da ação dos milicianos, dada a solução dos conflitos nas festas locais: "*as pessoas geralmente não discutem pois pode dar problema com os organizadores, tudo está associado à economia, são os caras de lá (milicianos) associados a políticos, que colocam sempre alguma coisa lá, porque vivem disso*".

Outra hipótese a ser considerada é que o empreendedorismo dos grupos milicianos supracitado possa ser observado no trânsito de suas atividades principais do fornecimento de (in)segurança para a cobrança por distintos serviços. Dessa forma, a venda da proteção enquanto um produto parece ter sido sobrepujada pela cobrança da luz, gás e do transporte alternativo, o que não subjuga completamente, mas ajuda a matizar a informação de que se há roubos em algum bairro da Zona Oeste é porque as milícias não estariam em seu funcionamento pleno.

É nesse sentido que ganha importância outra atuação contemporânea desses grupos, como a invasão, loteamento e venda de terrenos na Zona Oeste, o que, segundo investigações recentes, são cada vez mais frequentes (Chaves, 2010). A discrição foi outra mudança na atuação desses grupos, desde o encerramento da CPI, em 2010, com a prisão de mais de 500 pessoas. Desde então, não parece mais tão necessário, como forma de intimidar a população, executar suas vítimas com tiro de fuzil no rosto e deixar seus corpos na rua, bastando esconder os crimes e dificultar a localização dos corpos[87].

Outra decorrência direta do fim da CPI parece ser a sensível diminuição do apoio político das milícias, por parte do poder executivo, marcando uma inflexão importante no seu projeto político, mas que, contudo, segue controlando as estruturas, de forma menos visível. Como afirma o pesquisador Ignacio Cano[88]:

> [...] a atuação mais discreta do que antes, a fazer dinheiro, entrega, coleta, não aparecem mais tanto, não ficam tão expostos, continuam controlando as estruturas, mas afastados fisicamente. E um emprego maior de garotos pra tocar o dia a dia e controlam os esforços públicos de forma não

[87] Fonte: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/01/para-nao-chamar-atencao-milicia-do-rio-muda-forma-de-assassinar-vitimas.html?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=g1.Acesso em 14 dez. 2015.

[88] Em entrevista realizada em Setembro de 2013.

> ostensiva, já que antes era o contrário, tinha um cara na entrada, quando você ia lá e te perguntava "vai fazer o que?". Depois de 2008 isso parou porque eles não querem se expor dessa forma e ficaram mais recuados e mais discretos.

A CPI igualmente marcou o fim de relativa hegemonia dos grupos nesses bairros, dado que acreditavam que não seriam processados, pois contavam com um certo apoio dos políticos locais. Entretanto, o resultado das investigações ocasionou um severo impacto na atuação miliciana nesses bairros: *"um relato que colhemos dizia que uma mulher que convocou os milicianos e eles disseram qualquer problema, ligue pra mim' e ela falou 'que garantias a gente tem?' e ele devolveu um cartão dizendo que era coronel da PM",* segundo Ignacio Cano. Sobre a polícia enquanto um ator importante nesse contexto, discorro no item a seguir.

3.3.2 A polícia: a face mais visível do Estado

A polícia, em suas muitas configurações, se coloca como um ator importante no recorte empírico do presente trabalho. Nesses bairros, por exemplo, é elevado o número de moradores que segue a carreira policial, como afirma Jonathan, de Paciência: "*acho que metade do efetivo da polícia é da Zona Oeste, você só consegue fazer policial na Zona Oeste, mas precisava é fazer professor..".*

Um problema inicial a ser abordado parece ser o da definição do que é e para que(m) serve a polícia, para além das nuances do envolvimento eventual de seus agentes com as atividades extorsivas das milícias. É nesse ponto que Bretas (1997) faz uma denúncia do conceito mais difundido de polícia, aplicável à sociedade moderna como um todo, que, ao negligenciar suas especificidades e o que há de comum nessa noção em circunstâncias particulares, torna óbvias construções que não o são. Além disso, como seus agentes são imediatamente identificáveis, não restaria dúvida do que ela é ou faz, mascarando a multiplicidade de significados e contextos possíveis dessa instituição estatal.

Grosso modo, a polícia tem sua origem atrelada ao próprio aparecimento do Estado Moderno no século XVIII, e, como força de segurança, sua definição incluiria um serviço público, uniformizado e armado. Segundo seus próprios agentes[89], a

[89] Fonte: http://www.psp.pt/Pages/apsp/quemsomos.aspx, consultado em 15 abr. 2016.

garantia da segurança interna e dos direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei, são seus principais atributos. A polícia foi objeto de estudo das ciências sociais por muito tempo e ainda é hoje, concordando, de uma forma geral, que essa instituição funciona de forma a exercer o poder de forma coercitiva nas sociedades contemporâneas. Foucault subscreve a especificidade do corpo policial (1987):

> "O sistema policial centraliza, estatiza os mecanismos de disciplina que se haviam multiplicado por todo o corpo social. [...] se a polícia como instituição foi realmente organizada sob a forma de um aparelho de Estado, e se foi mesmo diretamente ligada ao centro de soberania política, o tipo de poder que exerce, os mecanismos que põe em funcionamento e os elementos aos quais ela os aplica são específicos." (Foucault, 1987, p.187).

Desta maneira, partindo de uma aproximação possível entre os contextos pesquisados, a Zona Oeste seria o lócus de uma relativa fragilidade da política de segurança, dentre os quais um dos indicativos seria a ausência de policiamento efetivo e o alto índice de corrupção policial, compartilhado com outras regiões na cidade, mas uma preocupação manifesta dos moradores dessa região[90].

De forma que a vitrine da política de segurança contemporânea do Rio de Janeiro, a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)[91], implementada sistematicamente na cidade a partir de 2008, só possui duas unidades nesses bairros: sendo uma na favela do Batan[92], em Realengo, e outra na favela de Vila Kennedy, em Bangu. Com o adendo de que a UPP ainda é um projeto inscrito na lógica confrontativa, mas a que atribuem ser uma das razões pelas quais os conflitos armados teriam migrado para outras regiões da cidade como a região Norte, Oeste e a Baixada Fluminense (Misse, 2013).

No Rio de Janeiro, a atividade policial esteve historicamente voltada para o controle das populações mais pobres, ainda que não propriamente de modo a reprimi-las ou combater a criminalidade, mas como forma de controlar moralmente, como

[90] Trato, nesse aspecto, de uma percepção da população, com base em duas fontes: nas minhas conversas, durante o trabalho de campo e na pesquisa qualitativa feita por Musumeci (2010), sobre o desenvolvimento econômico da Zona Oeste, em que os entrevistados mencionaram como um dos maiores problemas da região a corrupção policial.

[91] A UPP – Unidade de Polícia Pacificadora é um programa de segurança pública, iniciado em 2008, com a instalação da primeira Unidade, no Morro Santa Marta, no bairro de Botafogo, na Zona Sul. Desde então, 38 UPPs já estão implantadas, no intuito de funcionar como polícias comunitárias em favelas, principalmente na capital do estado, para desarticular quadrilhas que, antes, controlavam estes territórios.

[92] No caso da UPP do Batan, sua instalação, em 2009, representou a *retomada* da polícia pela milícia, que controlava a favela.

evidenciam as prisões por "vadiagem". Conversando com dois militantes sobre a possibilidade de montarem uma rádio comunitária no bairro, José (Campo Grande) afirma "*e o risco de ser preso? Aqui em Campo Grande é tenso, não quero ser preso...",* subentendendo que as forças coercitivas na região agiriam de forma mais incisiva do que em outras partes da cidade. Em Realengo, escutei o relato de Felipe, que evidencia o tratamento dado pela polícia em seus intercruzamentos com o racismo e com o preconceito pelo local onde vivem:

> [...] não me sinto bem andando perto de polícia. Uma vez um deles falou "por que você anda com essa mochila toda enfeitada?", daí eu fiquei pensando um cara com um *black power*, esse cara vai fazer, vai me esculachar. Às vezes eu tenho medo.. traficante, medo de assalto eu não tenho. Eu nunca levei dura de polícia, mas meu irmão, voltando da Praça Seca, com a namorada dele, aí um cara parou, um ecosport preto, parou e falou com ele, que tem um afro grande, o cara parou "para, para, para". Com o cabelo afro, o cara fala "eu sei que tu tá aprontando, hein.." é um negro andando de noite, na Praça Seca, que não é o lugar mais rico do universo, mas o cara se achou no direito, sem estar fardado, sem nome, já saiu puxando a mão dele, puxando a arma. Pra colocar a arma na mão dele e chamar de auto de resistência, não custava nada.

De forma similar, em Campo Grande, escuto uma fala emblemática sobre o efeito da coerção na organização dos habitantes: "*além das coisas que a gente não conhece, há coisas que a gente conhece e não consegue se articular por razões que todos aqui sabemos..",* que atribuo à ação do aparato repressor, impossibilitando a organização coletiva. A polícia se mostra, de maneira ostensiva, nos atos públicos na região, como um que acompanhei na movimentada rodoviária de Campo Grande, a respeito da situação dos transportes públicos locais. Os jovens falam sobre os problemas relativos aos ônibus e trens da região, enquanto são observados por uma patrulha policial, estacionada atrás das caixas de som. Pergunto se os policiais sempre ficam ali, ao que me respondem que não, que chegaram junto com os militantes, e seguem durante todo o ato.

Em outro momento, em uma atividade embaixo de um viaduto em Campo Grande, em que aos sábados se realiza uma feira de comida e equipamentos eletrônicos, distribuímos folhetos para um ato no calçadão no dia internacional da mulher[93], sob a orientação de que explicássemos para as pessoas a importância da

[93] Dia 8 de março, data escolhida pelos movimentos feminista e de mulheres.

causa. Somos interrompidos por um grupo de policiais que nos pedem a autorização[94] para distribuir panfletos. Há uma breve discussão, pois mostramos a autorização e eles recuam, mas pedem que não prolonguemos a atividade, pois há a recente lei do Lixo Zero instaurada[95], penalizando quem joga os folhetos no chão, poluindo o bairro. Ao demonstrarem seu incômodo com uma simples distribuição de panfletos em uma feira em que há a venda de produtos ilícitos, se dimensiona o que é ou não tolerado pelos aparato repressor local.

A partir de suas interações, em Campo Grande, por exemplo, local de incumbência do 40º Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ), responsável pelo patrulhamento dos bairros de Campo Grande, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Inhoaíba e Cosmos, há muitas reclamações sobre a atuação dos agentes policiais locais. Como demonstrado por sua atuação nas redondezas da Universidade da Zona Oeste (UEZO)[96], situada em um espaço considerado perigoso: " *em uma região de milícia, com uma favela próxima que é dominada pelo tráfico e pela milícia, tem assalto diariamente dos estudantes e a polícia é omissa, toda semana entregamos boletins de ocorrência e nada*" (Paulo, Campo Grande).

As histórias são de confronto, como em outros espaços da cidade, considerando a polícia como antagonista da militância, nas palavras de Paulo: "*Ajudo os ex-alunos da casa a organizarem manifestações, fizeram uma passeata em Campo Grande, tomamos muita porrada da polícia, estudante de 14 e 15 anos tomando porrada da polícia"*. Mas o próprio envolvimento com as milícias ou a dúvida sobre se possuem algum envolvimento com esses grupos torna as relações mais complexas. Para Ignacio Cano, essa ambiguidade pode ser observada na ação de policiais que fazem parte da milícia:

> Eles jogam com essa ambiguidade do público e privado, então ora se apresentam como agente público "confia em mim porque eu sou policial, não sou bandido como os outros" e ora como agente privado, mas que não estão tomando esses territórios como policiais, como agentes públicos. Essa

[94] Quaisquer atos públicos são organizados previamente à sua realização, com ofícios enviados à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e à Guarda Municipal.
[95] O Programa Lixo Zero, instauradi em 2014, consistiu em uma parceria entre a Comlurb e a Guarda Municipal do Rio de Janeiro, que previa a aplicação de multas para quem sujar a cidade, no bojo da efetivação da Lei de Limpeza Urbana (3273/2001).
[96] A UEZO possui graduação em ciências biológicas, ciências da computação, farmácia e engenharia de produção e graduação tecnológica em biotecnologia, análise e desenvolvimento de sistemas, produção de fármacos, processos metalúrgicos, tecnologia em polímeros e tecnologia em construção naval.

> ambiguidade é permanente, eles fazem uso disso, viraram mestres nessa ambiguidade, e jogam bem com isso, tem a legitimidade do setor público.

A polícia, nesse sentido, é partícipe da modalidade de um controle social que ganhou amplo terreno no Rio de Janeiro, e que teria favorecido a acumulação social da violência (Misse, 1999), no qual há um modo violento de interação entre os atores no campo, agravado pelo armamento pesado utilizado pelos criminosos. Mas, igualmente, a polícia deve ser entendida a partir de sua constituição em bairros mais pobres, no caso carioca, nas favelas e periferias, e em seu processo de hibridização com as milícias, dado que o relatório final da CPI das milícias (2008) aponta para a participação ou liderança de agentes policiais em todas as milícias identificadas.

A fala de Ignacio Cano a respeito da sensação compartilhada por moradores de favelas e periferias a respeito da instituição policial é ilustrativa:

> Um dos motivos pelos quais a polícia é temida e detestada não é só pela violência, mas pela imprevisibilidade, ela chega a qualquer hora, o tráfico não, sabe mais ou menos como lidar sem interferir na sua vida, quais são as normas, a milícia a mesma coisa. As pessoas querem previsibilidade, querem ordem e quem fornece essa ordem é sempre uma figura extremamente autoritária e brutal e nas áreas pobres, marginalizadas, populares, carentes do Rio de Janeiro.

Em um contexto no qual o Estado não é conhecido pela garantia dos direitos sociais ou pela implementação adequada de políticas públicas, a policia torna-se sua face mais visível. Em alguns casos, a única. Ao atuar em um terreno complexo, onde se relacionam, mas também disputam espaço com outros atores – como a milícia, os policiais – as consequências (reais e imaginadas) de suas ações são parte integrante do mapa sociopolítico de restrição das oportunidades para a ação militante. Restrição e limitação não são sinônimos, contudo, de impossibilidade. Por isso, a última parte deste capítulo faz um esforço por compreender o movimento inverso: como os militantes, a despeito de todo o cenário até aqui narrado, buscam reverter a situação adversa, produzindo novas oportunidades e estratégias para a ação. Isso exige entender as alternativas, os imaginários e os cenários de possibilidades criados a partir da confluência entre leitura de conjunturas específicas e inserção no quadro político da região.

3.4 Do fechamento à (possível) abertura de oportunidades

As restrições e limitações das possibilidades de ação coletiva são entendidas nesta tese como fechamento das oportunidades políticas. Sua "estrutura", contudo, é, como vimos, complexa e remete a dimensões socioeconômicas, históricas, políticas e culturais, bem como a uma gama diversa de atores e cenários, com suas respectivas percepções e representações.

3.4.1. Brechas e a construção do horizonte do possível

Como pôde ser observado, nos bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro ora pesquisados, o ambiente é de alta contenção à ação coletiva no espaço público, ainda que não de impossibilidade. Os militantes são bem conscientes dos riscos e dos custos de um eventual engajamento. As tentativas de mobilização e de construção coletiva não são feitas, no entanto, a partir de um cálculo estritamente racional ou irracional. Pelo contrário, são fruto de mediações e considerações que envolvem elementos e atores diversos.

Uma primeira observação, neste sentido, é que os espaços de associativismo e/ou aqueles inseridos na lógica "movimentista", principalmente no bairro de Campo Grande, foram bastante esvaziados e/ou transformados, por sua associação com políticos locais. Um exemplo são os Centros Sociais (ou Centros de Convivência)[97], mantidos por vereadores e deputados estaduais do Rio de Janeiro, que funcionam na prática como locais de barganha de votos a troco de serviços como cursos técnicos, entre outras coisas. Esses se inserem na lógica do que Diniz (1982) conceitua como núcleos eleitorais, nos quais deputados comandam organizações próprias, sediadas em suas zonas de votação, com atividades permanentes de assistência social que permitem que o contato com o político se renove e se consolide.

Contudo, antes é importante explicitar qual é a definição da *política possível* nesse contexto. Para Acselrad (2015), ela se refere

> [...]não a política como a atividade consentida, tolerada e regulada pelos

[97] Para maior aprofundamento nos Centros Sociais, sobretudo na Zona Oeste carioca, ver Siqueira (2008).

> detentores da força armada do regime de exceção, mas aquela investida na articulação entre o poder transformador da palavra e a força da organização autônoma dos sujeitos sociais; quer dizer, propriamente aquela que se condensava no conjunto de discursos e práticas que foram então constrangidos a sair do âmbito da visibilidade pública (2015, p. 19).

Assim, o horizonte de possibilidade de ação dos sujeitos baseia-se sobretudo na confluência de três elementos: em primeiro lugar, um diagnóstico relativamente preciso da conjuntura, do cenário político e das forças sociais que os rodeiam; em segundo lugar, a identificação de possíveis brechas de atuação diante do cenário adverso; finalmente, a construção do horizonte do possível.

Com a perda de poder de sindicatos e associações de moradores locais, sobretudo nos anos 1990, o *monopólio* associativo na Zona Oeste parece dissolver-se. Nesse momento é que os movimentos sociais poderiam ganhar força, o que não aconteceu nos bairros pesquisados, ao menos não atualmente. Se até a constituinte de 1988, no Brasil, os movimentos de base se articulavam principalmente com sindicatos, partidos ou associações de moradores e de bairros, há uma mudança importante desde os anos 2000, sobretudo com o controle territorial exercido pelas milícias, modificando igualmente a semântica dos movimentos.

Nas tentativas de entender o grau de abertura e fechamento do acesso político aos novos atores e a diminuição da capacidade (ou controle) estatal de reprimir a dissidência, dois dos parâmetros das OP mais importantes para esse trabalho, cabe uma observação sobre um sistema político razoavelmente fechado aos seus desafiantes. Na Zona Oeste, os militantes buscam um diálogo com os – escassos, vale dizer – quadros políticos à esquerda, para melhoramentos concretos em sua vida ou o extremo oposto, ou seja, trabalham a partir de um rechaço à toda institucionalidade. A respeito dessa última forma de ação, a política possível observada na região ignora o quão abertas estejam as estruturas, buscando formas de militância razoavelmente autônomas e fora dos canais existentes, como partidos políticos e associações de moradores.

Um outro elemento importante associa-se às fronteiras entre o público e o privado. Tendo em vista que as oportunidades são reduzidas e as estruturas repressivas mais fechadas, a possibilidade de participação em atos políticos públicos na Zona Oeste é também limitada. A presença limitada no espaço público é muitas vezes lida como ausência de movimento. Contudo, como bem mostram as teorias

feministas, o privado também é político e aí aparece uma brecha e um espaço importante, embora mais invisível, de ação política nos bairros.

Outra consequência da limitação da possibilidade de ação no espaço público associa-se com o engajamento de militantes com redes mais amplas, principalmente aquelas dotadas de alguma institucionalidade. Nas gestões do governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola, de 198 a 1986) e de 1991 a 1994, do Partido Democrático Brasileiro (PDT)[98], houve uma interrupção do (sempre) atual modelo *remocionista* das favelas para zonas mais afastadas, com um diálogo mais profícuo entre as lideranças comunitárias e o governo, que teria aberto as portas para o recebimento de demandas históricas na região, levando também a uma maior possibilidade de engajamento em causas coletivas e públicas sem um grau de exposição tão alto para os militantes locais.

Dentro da mesma perspectiva político-institucional, o prefeito Cesar Maia, em seu primeiro mandato, entre os anos de 1993 e 1996 [99] iniciou um programa de obras denominado "Rio Cidade"[100], que incluiu Campo Grande, além de implementar o Programa de Urbanização de Assentamentos Populares (PROAP). Esse último teve como desdobramentos o programa Favela Bairro[101] e a intervenção e regularização de loteamentos de grande porte, que tiveram sua influência extremamente sentida na Zona Oeste da cidade (Andrade, 1998). Embora menos fluida que no período anterior, a associação com a política institucional local também foi entendida como uma brecha por parte dos militantes.

Não é exclusivo dessa região a alta concentração de votos para prefeitos e governadores, mas também para deputados estaduais no interior do município do Rio de Janeiro, como o deputado estadual Jorge Babú, por exemplo. Com uma votação

[98] Os outros governadores desde o período da Nova República, de 1985 até o presente, após Brizola foram Marcello Alencar (1995-1999), do PSDB; Anthony Garotinho (1999- 2002), do PSB; Benedita da Silva (2002-2003), do PT; Rosinha Garotinho (2003 – 2007), do PSB; Sergio Cabral Filho (2007-2011 e 2011-2014), do PMDB, até o presente governador Luiz Fernando de Souza Pezão (2014-2018), também do PMDB. Em função de uma licença deste último por problemas de saúde, o vice Francisco Dornelles, do PP, assumiu o governo interino em 2016.

[99] Os outros prefeitos do Rio de Janeiro, desde Nova República, de 1985 até o presente foram Roberto Saturnino Braga – PDT – 1986, Jó Antonio Rezende, PDT – 1988; Marcello Alencar – PDT – 1989; Cesar Maia – PMDB-PFL, 1993 – 1996, Luiz Paulo Conde – PFL, 1997; Cesar Maia – PTB-DEM (2001 e 2004) e Eduardo Paes, PMDB (2009 e 2014-2018).

[100] O Rio Cidade foi um controverso programa de urbanização que consistiu em diversas intervenções urbanas nas vias mais importantes dos principais bairros cariocas.

[101] O Favela Bairro foi um programa de urbanização iniciado em 1994 até 2008, cujas obras de infraestrutura nas favelas cariocas criaram um total 200.000 metros de novas linhas de esgoto e a implementação de 31 programas de saúde comunitária em diferentes bairros.

expressiva nos bairros de Santa Cruz, Sepetiba, Guaratiba e Pedra de Guaratiba, em 2008, Babú foi denunciado pelo Ministério Público por formação de quadrilha e concussão por conta dos indícios de participação em uma milícia da Zona Oeste do Rio de Janeiro, sendo expulso de seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), no ano seguinte, terminando preso em 2010.

Essa presença ostensiva de vereadores, deputados estaduais e federais ativamente envolvidos com os grupos milicianos é notória na Zona Oeste, ainda que seja praticamente um tabu nas conversas com a população[102]. A justaposição de políticos e milicianos, no cotidiano, tem sua síntese em personagens como o Coronel Jairo, de Campo Grande, que obteve seu codinome de coronel na Polícia Militar[103], deputado estadual pelo Partido Social Cristão (PSC). Em seu primeiro mandato como deputado estadual, em 2002, envaideceu-se da construção da UEZO, inaugurada em 2005. Segundo o seu site, essa teria sido criada para formar trabalhadores para as indústrias que estão se instalando na região e para o Polo Gás-Químico de Duque de Caxias (Siqueira, 2013).

É assim que Corrêa (2011) chama a atenção para o expressivo número de candidatos oriundos da Zona Oeste cuja votação foi classificada como concentrada e que têm nessas áreas grande parte de seus votos, com deputados estaduais que, para além de concentrarem seus eleitores nesta região, apresentam algum grau de dominância sobre as mesmas. Além de Jorge Babú, outro deputado estadual local preso por seu envolvimento com as milícias, foi o deputado estadual Natalino, do Partido Democratas (DEM), em 2008, bem como alguns foram denunciados pelo envolvimento ativo em atividades ilícitas em Centros Sociais, como o Coronel Jairo, Marcelino D'Almeida, Dionisio Lins, Domingos Brazão e Pedro Fernandes Neto.

Essa ligação intrínseca de políticos locais com a milícia, tem na figura da deputada estadual mais votada em 2010 (com 67.034 votos)[104], Lúcia Helena Pinto de Barros, conhecida como Lucinha, seu emblema. Com seu reduto eleitoral em Santa

[102] Se em um primeiro momento a milícia lançava candidaturas próprias aos cargos, como no ano de 2008, quando conseguiu eleger os irmãos Jerominho (João Guimarães Filho) e Natalino José Guimarães a vereador e a deputado estadual, respectivamente, atualmente a milícia não se arrisca a lançar mais candidatos. Ao invés disso, apenas apoia candidatos, para que seus negócios se mantenham e a sua exposição seja menor.

[103] O Coronel Jairo é atualmente deputado estadual pelo PMDB, autor de leis cujo público alvo são os policiais militares, em sua maioria. Em seu website, também se vangloria de ter ajudado a trazer para a Zona Oeste as UPAs – Unidades de Pronto Atendimento da Zona Oeste, como as de Bangu, Realengo, Vila Kennedy, Padre Miguel, Santa Cruz, Campo Grande, Senador Camará e Jardim Novo.

[104] Fonte: http://www.alerj.rj.gov.br/common/deputado.asp?codigo=356#sthash.8Dwher3u.dpuf

Cruz e Campo Grande, a mesma cumpriu quatro mandatos como vereadora, desde 1992. O dado alarmante é que a tanto deputada, como seu filho, Junior da Lucinha, eleito para vereador em 2012, possuem ligações com as milícias locais. Outros deputados estaduais, como Thiago Pampolha, do Partido Republicano Progressista (PRP), cujo primeiro mandato recebeu 19.329 votos[105], autodeclarado empresário, tem sua base de atuação política em Bangu e Santa Cruz, e ligações investigadas com a milícia nomeada Liga da Justiça.

Contudo, é importante observar que as jornadas de junho de 2013 parecem ter tido como um de seus efeitos deletérios uma abertura de novas oportunidades políticas, que implicaram, entre outras coisas, o rechaço do voto local às milícias. Como abordado anteriormente, com o espraiamento das mobilizações para a região Oeste da cidade, talvez a possibilidade de questionar o que antes era inquestionável tenha se apresentado para os moradores. Nesse sentido, nas eleições de 2014, os candidatos apoiados por milicianos apresentaram mudanças importantes, em uma eleição cujo decréscimo substantivo de seus quadros políticos incluiu a não eleição de um candidato citado na CPI das milícias, Alex Beraldo, no sub-bairro de Urucânia, em Santa Cruz, anteriormente seu reduto eleitoral[106].

As relações entre a emergência de formatos associativos e a existência de condições político-institucionais relativamente favoráveis para essas é essencial nesse sentido, uma vez que o já apontado clientelismo implica em relações verticais, contrastando com as dinâmicas estabelecidas pelos movimentos sociais, relativamente horizontais. As oportunidades políticas, portanto, embora profundamente reduzidas nesse contexto, requer identificação de brechas e associações político-institucionais. Estas não são, no entanto, as únicas alternativas encontradas pela militância de alto risco. Vejamos.

3.4.2 Estratégias militantes

Técnicas como o anonimato, o deslocamento espacial, a ampliação de agendas e de redes e tentativas de negligenciar o medo sentido são mencionadas pelos

[105] Fonte: http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=37281#sthash.pX6BEk1W.dpuf. Acesso em abril/2015.

[106] Fonte:http://oglobo.globo.com/brasil/candidatos-que-investiram-em-areas-de-milicia-nao-sao-eleitos-14165339. Acesso em abril/2015.

militantes como estratégias possíveis para driblar o fechamento de oportunidades políticas. Estas estratégias militantes devem ser entendidas, por tanto, como formas criativas de possibilitar a ação em contextos adversos.

Os movimentos sociais, minimamente organizados na região Oeste, dialogam de forma frequente com o Estado, seja através das ONGs atuantes e seu financiamento privado-estatal, seja através dos escassos apoios às iniciativas locais. O que, na prática, implica em um relativo direcionamento da agenda para ações que não tenham a violência como pauta, com poucos recursos para iniciativas que tratem de segurança pública, ao passo que a militância cultural é bastante apoiada financeiramente, mesmo que sob termos específicos, com uma ideia determinada de cultura, diferente das zonas centrais e mais ricas.[107]

Dessa forma, o engajamento possível parece advir em duas possibilidades na região Oeste: em perspectivas culturais, que não enfrentam de forma frontal a situação da (in) segurança pública local e na forma de grupos de educação popular. Sobre essa segunda possibilidade, cabe precisar que sua proposta teórico-empírica advém dos escritos de Paulo Freire e se consolidou como uma escolha de militância popular para os intelectuais brasileiros desde o final da ditadura militar, em 1985.

A opção pela educação popular, para Brandão (1984), realiza mediações que promovem ou assessoram os movimentos populares. Esses seriam os responsáveis pela denúncia dos usos políticos do que nomeiam educação opressora e cuja prática busca subverter o trabalho pedagógico do educador em favor da realidade e política dos educandos (os subalternos, em sua terminologia).

Isso estaria relacionado a uma característica histórica dos movimentos no Brasil, que, no final da ditadura militar, teria privilegiado mobilizações como forma de pressionar o sistema de decisões, momento de impulsos mais disruptivos do ciclo reivindicativo (Doimo, 1995). No entanto, nos anos seguintes, com a abertura política e a consolidação democrática, esses impulsos perderam força, ganhando proeminência uma face integrativa-corporativa, que demandava um lado provedor do Estado, buscando sanções positivas às possibilidades já consolidadas.

[107] Um exemplo são os editais do Instituto Rio, ONG sediada no Rio de Janeiro, cujo objetivo é fortalecer as iniciativas que promovem o desenvolvimento comunitário da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Nos últimos anos, os projetos de cunho estritamente cultural são fortemente apoiados, como se pode observar, por exemplo, na lista dos ganhadores de um edital de apoio em 2015:http://www.institutorio.org.br/projetos_apoiados_2015. No ano seguinte, o padrão se repete: http://www.universidadecomunitariazo.com.br/2016/03/o-instituto-rio-comunica-os-resultados.html

É importante estabelecer uma analogia, a partir da perspectiva de Acselrad (2012), da militância estabelecida no contexto da Zona Oeste com lutas clandestinas, que configurariam uma determinada espacialidade e, portanto, uma demarcada topologia. Nesse sentido, a aproximação de uma literatura sobre a resistência à ditadura instaurada em 1964 no Brasil, ressalta a distância entre as pretensões revolucionárias de militantes de esquerda e as condições concretas — de desmobilização — de setores subalternizados da sociedade[108]. Os espaços de militância, na década de 1960, no Brasil, e atualmente nos bairros da Zona Oeste, são altamente restritos, e envolvem um número reduzido de indivíduos.

Ademais, a difusão da ação política é um desafio na região, em uma área em que é perigoso afirmar suas causas de contestação diante do poder (Scott, 2000). Caso as ações da militância se tornem acessíveis a uma comunidade mais ampla, há o risco que atividades tidas como clandestinas, pelo contexto, se visibilizem em uma rede de articulação da ação contestatária da cidade toda, de forma mais ampla. O sentido dessas ações só pode ser depreendido em situações que se afastem das relações de poder, dado que com a vigilância que toca aos subordinados, suas militâncias se dão de forma oculta, o que me obrigou a examinar os pontos onde existem focos de resistência.

Conquanto seja importante enxergar os paralelos dos militantes entrevistados com os grupos subordinados, na nomenclatura de Scott (2000), a vida política que recorre ao disfarce, ao engano e aos comportamentos evasivos nem sempre mantém, frente ao poder, uma atitude entusiasta. Observei muitas vezes uma postura abertamente confrontativa na fala de alguns jovens da Zona Oeste. Ainda assim, é necessário valorizar os espaços fechados, nos quais a resistência adquire sentido, assim como sua ênfase nas relações de poder como relações de resistência, que sublinha as fricções artificialmente produzidas para subjugarem os sujeitos, como serviços impostos, manifestações e demonstrações que reforçam a ordem hierárquica.

O discurso que separa, ainda segundo Scott (2000), cultural e socialmente, grupos dominantes e dominados, favorece o desenvolvimento de uma fala oculta sólida e resistente, o que, ironicamente, faz com que as atuações exigidas do segundo grupo, em clara desvantagem, possam se converter em um muro quase impenetrável

[108] Ainda assim, é importante deixar claro que as analogias do período atual com a Ditadura Militar não desconsideram que vivemos em um período democrático, com a garantia de direitos individuais totalmente distinta dos 21 anos transcorridos entre 1964 e 1985. Dessa maneira, a resistência às forças armadas, estatais ou paraestatais, é que estão incluídas nessa analogia.

aonde sua vida pode transcorrer quase normalmente, sem a interferência externa e temerosa.

Volto então à analogia com o período ditatorial no Brasil onde seus raros momentos de promoção da causa contestatária se deram através de rupturas situacionais. Essas apareciam através de ações que não lograram ser escondidas da mídia, ou quando a condição militante se tornava visível para os antagonistas com quem os militantes interagiam imediatamente, algo que também observei na região em que o silêncio é extremamente valorizado, encarado como uma questão de sobrevivência.

Outrossim, em ambos os contextos há impasses criados pela divulgação truncada, que dizem respeito a como a ditadura é ativamente produzida pela destruição sistemática de arenas públicas emergentes. Acselrad (2012) aponta indicativos desse desmantelamento como a censura à imprensa, a dissolução de organizações sociais, a prisão de oponentes, da exposição exibicionista do poder arbitrário da máquina repressiva ou da internalização do medo em larga escala na população, dentre as quais as duas últimas parecem ser mais presentes no contexto pesquisado.

Em termos gerais e conforme supracitado, importa sublinhar esse medo internalizado, um operador analítico importante para pensar as estratégias de mobilização na Zona Oeste. A necessidade de vencer os sentimentos de insegurança, como observei, se dá através de ações razoavelmente simples, como a exposição e articulação por meio de plataformas virtuais, menos vigiadas e visíveis, por exemplo. É assim que o discurso oculto dos grupos subordinados já conceituado por Scott (2000), se apresenta em falas que criticam o poder de costas, dado que as práticas e exigências desses grupos não podem ser expressas abertamente.

Neste sentido, é possível entender, tendo em vista a sensação de medo compartilhado pelos moradores de favelas e periferias, que uma das estratégias adotadas pelos entrevistados seja uma mistura de anonimato, com um equilíbrio cotidiano entre expor-se e buscar ignorar quaisquer temores. Para Felipe, em Realengo:

> Acho que o essencial é o anonimato, o pessoal que quer chegar aqui e colocar a cara e não vai durar muito tempo. É fazer o trabalho apenas pelo trabalho, e não pensar em colocar a cara pra ser candidato daqui a alguns anos. O anonimato é a chave, e o trabalho do cotidiano, ao invés de fazer

> grandes eventos, sentar com cinco pessoas e fazer isso cotidianamente, é muito mais importante. Na questão do anonimato, eu coloco até a questão do pixe, dos atos que fazem, acho que é isso. Ás vezes eu já tenho visto uns pixes aqui "lutar pelos direitos", " não vai ter copa" e algumas outras coisas e outra forma de movimento, a ideia de fazer com a própria mão. As pessoas sentiram, até os próprios garis deram esse gás, "a gente é trabalhador e a gente que coloca isso pra funcionar", talvez as pessoas tenham percebido isso.

Assim como serve para desestimular a ação coletiva, o medo funciona de forma diametralmente oposta, igualmente estruturando a ação militante de forma a torná-los conscientes de eventuais perigos e, ainda assim, agir. Como Gabriela, de Pedra de Guaratiba: " *percebi que para tudo era preciso perder o medo. Já cansei de ficar na central esperando ônibus pro dia seguinte voltar pra casa. Eu e uma amiga de Camará saímos e vamos sozinhas às marchas, fazemos esse esforço pra não ter medo*".

Outro aspecto provocado pelo temor é que, quanto maior a desigualdade de poder entre os dominantes e dominados, e mais arbitrariamente sejam exercidas as relações de poder, mais o discurso público subordinado se torna estereotipado e ritualista e a máscara mais grossa. Scott (2000) pretende, com isso, abarcar situações que vão desde um diálogo entre amigos até interações em um campo de concentração, nos quais alguém tema por sua vida, nesses extremos se encontrariam a maioria dos casos de subordinação sistemática que pretende dar conta analiticamente.

É nesse sentido, que Paulo, de Campo Grande, afirma não ter medo de milicianos quando, inclusive no bar ao lado da faculdade, eles falam que veem suas postagens no facebook e o jovem fala muito mal deles. Como nada parece ser tão simples, poucos minutos depois ele afirma que tem medo de andar com a camisa do seu grupo de educação popular na rua, temeroso da exposição que isso pode ocasionar.

Outra estratégia desenvolvida pelos militantes na Zona Oeste, que parece ser contígua a essa, é um certo deslocamento geográfico da militância, ou seja, participar em ações em territórios distintos, ainda que próximos, aos de sua moradia. Dada a relatada sensação de medo que sentem, é importante ter em mente o controle de sua exposição pública, tal como da distância geográfica que manejam, como afirma Jussara, de Paciência:

> [...] o principal é onde você mora, naquele círculo ali não falar abertamente

> as coisas porque isso pode te prejudicar. No grupo eu falo o que eu quero, porque é distante de casa, e também não é lugar de milícia. Em qualquer lugar onde eu vou eu falo abertamente. Eu tento aqui no bairro não me expor muito, mas eu acabo me expondo. Quando a gente vai conversar aqui, eu tento falar mais baixo, dentro de casa, não ficar falando qualquer coisa na rua.

Esse relativo deslocamento geográfico também implica em considerar as estruturas espaciais que, como outras, são duráveis e construtivas, mas ainda assim passíveis de transformação, como a infraestrutura de transporte, de comunicação, entre outras, constrangimentos reais para a ação social nesses locais, mas também facilitadores de atividades políticas. É nesse sentido que Sewell (2001) entende o espaço uma possível desvantagem social, que tem como contrapartida uma *agência espacial,* transformando limitantes espaciais em vantagens políticas, reestruturando significados e usos do espaço.

O anonimato, ou a tentativa desse, igualmente se apresenta como uma estratégia importante nesse contexto. A esse respeito, Scott (2000) já destacava essa tática como essencial para proteger a identidade dos atores, junto aos rumores, piadas, canções, códigos e eufemismos. O silêncio sobre as atividades militantes, a não publicização das causas contestatárias foi, em muitos casos, importante por motivos de segurança, como também verificou Acselrad (2015) em sua pesquisa relativa a um contexto ditatorial.

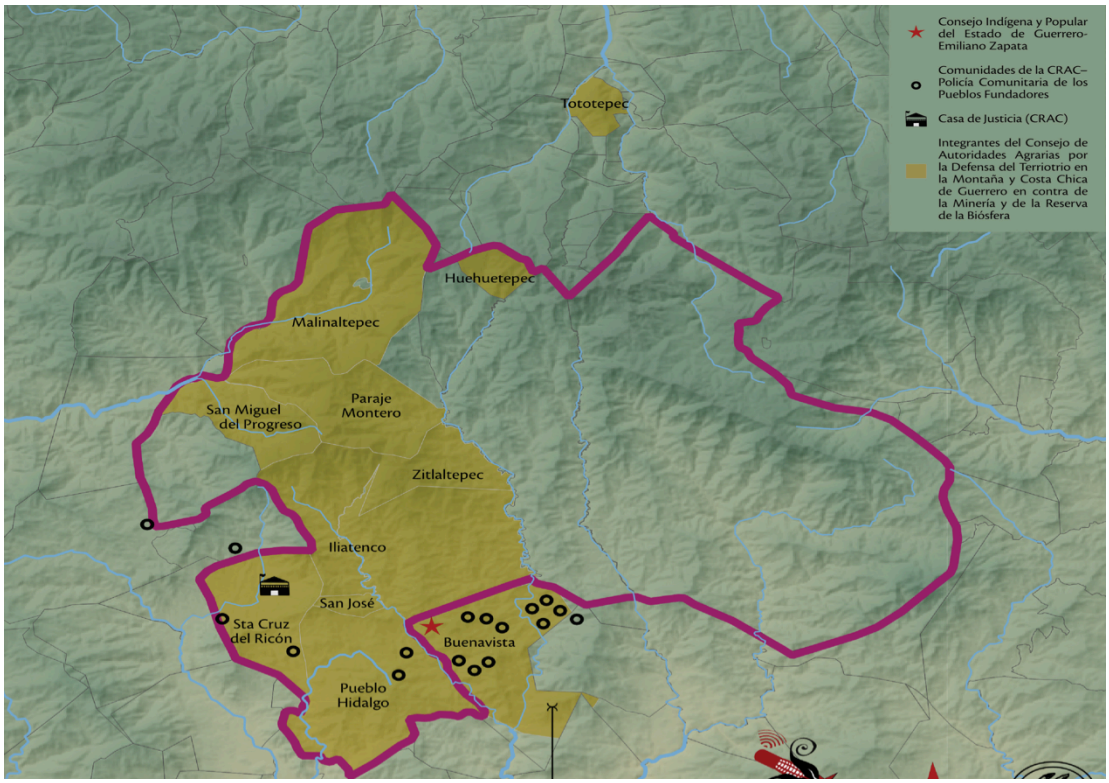
Além desses fatores, em termos de oportunidades políticas, é necessário também considerar o que Almeida e Weis (1998, p. 327), nomearam uma "infiltração da privacidade pela política", dada a mistura, nos regimes de força, dos limites entre as esferas pública e privada, arrastando qualquer tentativa de resistência ao regime da política para dentro do círculo privado. Assim é que parte significativa da atividade política dos militantes é obrigatoriamente ocultada dos órgãos repressivos, dado que implicam em um constante fechamento das OP. A esfera privada passa a ser um refúgio importante da ação política, como já observado a respeito de regimes ditatoriais, em que há uma mescla dos limites entre relações público e privadas. Parece, portanto, uma prática corrente que o autoritarismo busque restringir a participação política autônoma e obtenha como resultado a desmobilização.

Além do anonimato, muitos jovens mencionaram o trabalho coletivo como uma forma de mitigar alguns dos riscos que correm, como um esforço coletivo reconhecido pelos demais, como menciona Fernanda: "*todos querendo entender esse movimento, as pessoas encontraram no grupo uma referência de resistência pra estar*

ali e pensar junto, não pra achar resposta porque ninguém tem, mas só nem que fosse pra dar um abraço, chorar junto".

Finalmente, Acselrad (2015) expõe uma estratégia utilizada pelos militantes perseguidos pela ditadura militar no Brasil que consistia em, ao lançar-se na clandestinidade, experimentar momentos de transgressão e de reinvenção, ainda que buscassem, ao mesmo tempo, manter seu cotidiano intocado. Essa necessidade se dava para a proteção contra as forças repressivas, supondo uma inserção em outras rotinas. Haveria, portanto, uma estratégia de transposição da luta política da esfera pública para o refúgio em espaços semi-públicos e privados, algo também observado na Zona Oeste, com a menção à importância de estarem em outros espaços, fora dos movimentos, "*ou a gente vira milibobo, e isso tampouco nos interessa",* comenta Jussara, de Paciência.

Fonte: Mapa de Guerrero. http://mapasandmaps.blogspot.com.br/2015/01/mapa-turistico-del-estado-de-guerrero.html



Fonte: Agência Subversiones. Em destaque, a região da Montaña.

Capítulo 4 – Oportunidades políticas e estratégias militantes na região de Guerrero (México)

— ¿Y las leyes?
— ¿Cuáles leyes, Fulgor? La ley de ahora en adelante la vamos a hacer nosotros.
Juan Rulfo, *Pedro Páramo*

"*Neste país desaparecem milhares de pessoas todos os anos e ninguém tenta encontrá-las. Depois falaram dos romanos, do circo e dos primeiros cristãos que os leões comiam. Mas os leões vão se engasgar com nossa carne negra".*
Roberto Bolaño, 2666.

Vio un momento hacia arriba, no podía creer que hubiera tanta gente, en su vida había visto tanta. Solo en una ocasión en que fue a un mitin del PRD, ahí si estaba atascado de gente, un chingo; a donde quiera que volteaba a ver, veía gente. No creía en los políticos, pero el dueño del rancho lo obligó a que fuera en su representación, le dijo sutilmente: ese wey nos va a dar un chingo de chambas pendejo, vas a ver como vamos a estar bien apadrinados con ese hijo de la chingada [...]
El Muelas de Ticomán, Andamio - Perro Rabioso

Fevereiro de 2015. Na estrada até o ejido[109] de San Miguel de Buena Vista na localidade de Tlacoapa, na região de Guerrero, cerca de 580 km da capital Cidade do México, a movimentação é turbulenta. Um trânsito intenso de carros de polícia se produz algumas horas após uma caravana de carros do exército passar no sentido contrário. Em meio a esse movimento, só percebemos o que realmente acontecia

[109] Originalmente, o ejido dizia respeito a aldeias controladas por funcionários coloniais, porções de terra não cultivada e de uso público, inalienável, também consideradas, em alguns casos, como propriedade do Estado ou dos municípios, no caso mexicano, uma propriedade rural presente na constituição de 1917. Essas pequena propriedade de exploração agrícola, coletiva e comunal foi a principal célula de reprodução econômica dos subalternos em campo (Brancaleone, 2015).

quando chegam as notícias sobre os protestos organizados pelo movimento docente, liderado pela *Coordinadora Estatal de Trabajdores de la Educación en Guerrero* (CETEG), no centro de Acapulco. As informações recebidas pelo celular de um militante da comunicação comunitária são difusas e indicam um número vacilante de mortos e feridos.

Nesse mesmo caminho, ainda antes de anoitecer, observo um *outdoor* na entrada de Acapulco "*Habla bien de acá, Acapulco",* uma campanha publicitária financiada pelo empresariado local para tentar contrapor a imagem violenta do lugar que se estendeu pelo mundo[110]. A quarta cidade mais violenta do mundo em 2015, com 903 homicídios ocorridos somente nesse ano e 862 mil habitantes (SERAPAZ, 2014), era anteriormente uma das localidades mais visitadas do México, polo turístico e econômico. Nos últimos anos, tornou-se o palco de violentos assassinatos, extorsões, sequestros e desaparecimentos.

Esta imagem não se restringe à localidade de Acapulco, estendendo-se a boa parte de Guerrero, a despeito da diversidade e da heterogeneidade da região. Assim como as regiões de Chiapas e Oaxaca, também localizadas no Sudeste do México, , estão relacionadas no imaginário coletivo contemporâneo às insurgências sociais e à militância política – devido, respectivamente, à importância do levante neozapatista protagonizado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e dos conflitos sociais com trabalhadores da educação articulados principalmente ao redor da Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO) –, Guerrero está mais associado à brutal violência estendida pelo território. Curiosamente, foi o brutal ato de violência e o desaparecimento dos 43 estudantes de Ayotzinapa – caso narrado brevemente na introdução da tese, e que será discutido em maior profundidade neste capítulo como um "evento crítico" central no México – que revelou que por trás da aparência de desmobilização engendrada pela alarmante violência de Guerrero havia também militâncias bastante ativas, como a dos próprios estudantes da Escola Normal Rural Raúl Isidro Burgos desaparecidos.

Dentro deste cenário, o objetivo desse capítulo é examinar as oportunidades políticas e as estratégias da militância jovem, engajada em distintos movimentos sociais em algumas localidades da região de Guerrero. Buscaremos analisar como a violência multidimensional e rotinizada existente limita as oportunidades políticas e

[110] Ver, por exemplo, a reportagem "Acapulco: de meca turística a capital de la violencia", do jornal argentino *La Nación,* 30 de abril de 2016.

como a militância reage a este cenário, eventualmente forjando novas oportunidades e criando estratégias. Para isso, o texto está organizado de maneira muito semelhante ao capítulo anterior, de tal forma que possamos buscar uma simetria na comparação analítica com o caso da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Assim, iniciamos a discussão com uma contextualização histórica e com uma caracterização deste estado, traçando tanto seu perfil socioeconômico como problemas, dificuldades e tendências da militância local. A crescente militarização a que foi submetido Guerrero desde a década de 1960 é analisada em termos de obstáculos para a militância. como um obstáculo para a ação coletiva, sob a justificativa formal de combate ao narcotráfico. Assim como no capítulo anterior, aprofundaremos também nos atores e cenários específicos que restringem as oportunidades políticas, embora aqui a centralidade principalmente nos caciques, no narcotráfico e na violência estatal. A policia comunitária será introduzida no bojo desta disputa de atores para, posteriormente, avaliar com maior detalhe as estratégias militantes e as tentativas de criação de novas oportunidades políticas.

4.1 Guerrero: história mínima e contextualização

Guerrero é o estado de terceira maior população indígena no México, com uma maioria da população pertencente à etnia *mixteca*, em um contexto de forte dinâmica interétnica, com distintos povos como os *tlapanecos*, *nahuas* e *amuzgos*. Ainda em termos de composição, a maioria de seus habitantes é mestiça e a maior parte dos indígenas da região vive na Montaña, ao passo que os negros e mulatos[111] vivem na costa e a minoria branca vive nas principais cidades (Illades, 2000). São três milhões e 388 mil habitantes (INEGI, 2010) e o estado é composto por 81 municípios e sete regiões: Norte, Montaña, Centro, Tierra Caliente, Costa Grande, Costa Chica e Acapulco de Juárez[112].

Sua extensão territorial total é de 63.794 km², ou seja 3,2 % do território total mexicano, ocupando o décimo quarto lugar em dimensão no México. Sua capital é

[111] Uma observação importante diz respeito à escravidão africana, que, embora reduzida no México, teve como destino principal Costa Chica, em Guerrero, motivo pelo qual a região acolhe a maior presença negra no país. Estes são conhecidos pelo termo "afromexicanos", vindos em migrações forçadas, principalmente da Gambia, Senegal, Guiné, Congo, Guiné Equatorial, Angola e Moçambique.

[112] Cabe aqui uma anedota sintomática: uma pesquisa rápida no buscador do GOOGLE (www.google.com) apresenta mapas se justapondo logo na primeira página, mostrando a dominação territorial dos cartéis de narcotráfico nas subregiões de Guerrero.

Chilpancingo de los Bravo, conhecida localmente como Chilpancingo. Guerrero é fronteiriço ao norte com o Estado do México e Morelos, no noroeste com Michoacán, no nordeste com Puebla, no leste com Oaxaca e com o oceano pacífico no sul.

A fundação de Guerrero como entidade federativa se deu em 1849, adquirindo uma importância histórica considerável no século XX pelos eventos que ocorreram em seus municípios, não obstante seu relativo isolamento geográfico das outras áreas do México. Este é um ponto bastante importante, pois a geomorfologia da região é bastante acidentada e complexa, atravessada por serras (Sierra Madre del Sur e Sierras del Norte), com um rio importante entre elas (o rio Balsas), que percorre todo o território. Destarte, uma particularidade da geografia dos *caminos del sur* da qual Guerrero faz parte, com suas veredas agrestes e intercaladas, *naturalmente hostil* à mecanização agrícola e comércio, é a sua cumplicidade na atomização demográfica e isolamento da região, justaposta à atividade mineira e ao comércio ultramarino, ligado ao exterior (Espinosa e Meza, 2000; Illades, 2000).

Para além da construção social do espaço, neste caso, a própria geografia física é relevante, como também é o caso da cidade do Rio de Janeiro em suas divisões e relações com a Zona Oeste e a Zona Norte. Em um território acidentado geograficamente, as serras, as montanhas e os rios foram aliados importantes nas lutas independentistas (Alvarez, 2010). Nesse espaço, foram conformada sao longo do tempo as relações entre caciques, caudilhos e população, que lutaram para sua formação como entidade federativa. Novos ventos vieram também com a Revolução Mexicana, ocorrida entre 1910-1917, galvanizada pelos esforços dos heróis revolucionários Francisco Villa e Emiliano Zapata[113], que colocou fim ao *porfiriato*, sangrenta ditadura do presidente Porfírio Díaz (1876-1910) [114] . O período revolucionário foi o responsável pelo surgimento de diversos movimentos em todo o

[113] Considerados os heróis da Revolução Mexicana, são referências obrigatórias das mobilizações no México desde então, em seu encontro no centro do país, Zapata vindo do Sul e Francisco Villa, mais conhecido como Pancho Villa, vindo do norte, para lutas em uma revolução que tirou Porfírio Diaz do poder, em seus dez anos de conflito armado.

[114] A Revolução Mexicana ficou conhecida igualmente por findar o regime despótico de Porfírio Diaz, de desproporcional violência estatal, particularmente ao reprimir os movimentos dissidentes. Desde então o estado mexicano já dava indícios de criminalização das ações coletivas, através dos excessos cometidos por seu aparato repressor e pela existência de uma polícia secreta, conhecida por infringir sistematicamente os direitos à livre expressão, de imprensa e de reunião. O presidente Diaz governava militarmente o país com expropriações, assassinatos e encarceramentos por motivos políticos, buscando extinguir os movimentos dissidentes, em um pacto conservador da oligarquia capitalista local orientou o desenvolvimento do país por quase todo o século XX.

território nacional, emergindo em Guerrero, especificamente, uma forte luta pela reforma agrária.

No traçado das relações entre a geografia física e a geografia política, importa assinalar o caráter politico da negligência histórica desse território e seu isolamento, visível, por exemplo, na tardia ligação rodoviária entre a importante cidade de Acapulco e a capital do país no ano de 1927. Os sucessivos boicotes políticos e econômicos que envolviam o isolamento desse balneário posteriormente alçado a cenário idílico do cinema de Hollywood nos anos 1960 e 1970, incluíram a não construção de um trem bala que integrasse essa cidade à Cidade do México pelo governador Rubén Figueroa Figueroa por ferir seus interesses pessoais no transporte de carga e passageiros (Bartra, 2000).

Um dos saldos do relativo isolamento geográfico supracitado pode ser observado no escasso desenvolvimento produtivo da região, que é uma das menos industrializadas do país, com um predomínio da população rural sobre a urbana e na falta de serviços adequados de energia elétrica e água potável, entre outros. Dessa forma, é mais fácil entender, segundo Bartra (2000) os saldos sociais e econômicos desse isolamento no século XX. Somente a partir da década de 1950 observou-se um incipiente desenvolvimento econômico no estado, sobretudo na capital Chilpancigo e na já consolidada zona turística de Acapulco, sem incluir as demais, deixando de lado a região eminentemente indígena da Montaña, por sua convicção que essa não aportaria nada ao desenvolvimento (Instituto Mexicano de la Juventud, 2003). Contudo, isso não impediu que sua riqueza em recursos naturais (principalmente minério de ferro e ouro) fosse intensamente explorada pelas elites locais durante todo esse período.

Em termos de configurações institucionais, a máxima autoridade do estado é o governador constitucional, eleito a cada seis anos, junto a um Congresso, unicameral, com 46 deputados, dos quais 28 são eleitos por maioria relativa e o resto por representação proporcional. Em termos judiciais, há um Tribunal Superior do estado de Guerrero, e todas as atribuições e poderes das autoridades supracitadas estão previstas na *Constitución Política del Estado Libre y Soberano de Guerrero*, promulgada em 1980.

No que tange à história política da região, alguns eventos de repressão emblemáticos no século XX no país devem ser sublinhados por seus efeitos

intensificados em Guerrero. É o caso das mobilizações de 1968[115], seguidas da "Guerra Suja" do governo contra os movimentos opositores e militantes, nos anos 1960 e 1970. As atrocidades cometidas nesse período demoraram a aparecer publicamente, com a exposição de casos de tortura, desaparecimentos, destruições de cidades inteiras, entre outras, ocultas para manter imagem projetada pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) em sua época de ouro (Padilla, 1998).

Na mesma década de 1970, a Guerra Suja foi um episódio emblemático para os movimentos sociais e militantes locais, com práticas estatais truculentas na região que iam de prisões arbitrárias à tortura e o desaparecimento forçado de pessoas, devido à suspeita de associação a algum movimento local ou à guerrilha. Essa perseguição de estudantes, camponeses e *inimigos* dos governos totalizou 332 desaparecidos e presos em Guerrero dos 532 em todo o país, excluindo-se o número de assassinatos cometidos pelas forças da ordem (Sollano, 2010).

Entre os anos de 1971 e 1974, as novas manifestações estudantis eram brutalmente reprimidas pelo governo, que assistia ao surgimento, como veremos mais adiante, de novas guerrilhas rurais em várias partes do país, especialmente em Guerrero, motivando novos assassinatos e desaparecimentos de militantes com papéis centrais em seus movimentos (Favela Gavia, 2010; Estrada, s/d; e Illades, 2000).

Vemos assim como a possibilidade da repressão, desaparecimentos e mortes longe de ser um problema recente, é, pelo contrário, algo secular. O próprio PRI se manteve no poder com o emprego de técnicas amplamente questionadas pela população (como a tortura e assassinato de seus opositores) por mais de setenta anos. Assim, desde 1929 até 2000, o México viveu o que Vargas Llosa chamou, em um encontro com intelectuais latino-americanos em 1990, de "a ditadura perfeita", pelas artimanhas usadas pelo PRI para manter-se no poder. A pesar do PAN aceder ao governo entre 2000 e 2012, neste ano o PRI volta à presidência, com Enrique Peña Nieto. Desde então, os discursos de renovação do PRI proclamados pelo atual presidente convivem, no entanto, com velhas práticas do partido.

[115] Essas mobilizações, cabe esclarecer, se deram em um ano *sui generis* em todo o mundo, mas que no México ficou marcado pela violência, sobretudo o movimento estudantil de 1968, na medida em que já se observava a política repressiva empregada pelo PRI contra os dissidentes. Conduzidas pelos estudantes, as intensas manifestações do fim dos anos 1960 tiveram pautas como a democratização do ensino público, além do estreitamento das lutas com movimentos populares.

4.1.1 Características socioeconômicas, pobreza e migrações

Pergunto-me a razão pela qual, em uma região sem sinal telefônico, na região da Montaña de Guerrero, os jovens passam na beira das estradas de chão com um celular na mão. Uma senhora me responde que a juventude local – cerca de metade da população tem 23 anos ou menos (INEGI, 2010) - quer um celular apenas para poder escutar música, ainda que não consiga fazer mais do que isso com o telefone.[116] Esta anedota do campo, nos permite ilustrar a precariedade (e, em alguns casos como esse, a ausência) dos serviços oferecidos em Guerrero, mas também os choques da projeção da juventude. Antes de avançar mais na discussão sobre a militância em Guerrero, torna-se então importante examinar esta dualidade entre os problemas enfrentados na região e as aspirações juvenis. Igualmente central é examinar – com base em dados estatísticos e no trabalho de campo realizado no *ejido* de Buena Vista, na região da Montaña, nas cidades de San Luis Acatlán, Chilpancingo e Santa Cruz El Rincón – as características socioeconômicas e, decerto, suas semelhanças com a Zona Oeste do Rio de Janeiro, que vão desde seu caráter rural à presença de grupos paramilitares, passando pelo histórico de violência.

Em termos econômicos, Guerrero é conhecido por ser uma das regiões mais pobres do país, com uma contribuição ao Produto Interno Bruto nacional (PIB) de apenas 1.43% em 2011 (Illades, 2015). Contudo, é uma entidade paradoxalmente rica devido ao carácter extrativo da geopolítica nacional, evidenciando a depredação de seus recursos naturais por parte de grupos de poder específicos, sobretudo a elite política local associada às transnacionais de exploração mineira.

No que tange ao recorte empírico desse trabalho, a Montaña de Guerrero é um local importante de ser caracterizado, com seu calor excessivo e banheiros improvisados, buracos na terra cercados, às vezes, por tapumes, posto que o saneamento básico parece estar presente disponível somente na capital, Chilpancingo, e em outras cidades de grande porte. A região, assim como os estados de Chiapas e Oaxaca, tem um índice de 35% dos habitantes vivendo sem acesso ao saneamento básico (Instituto Mexicano de la Juventud, 2003).

Em que pese a visita a algumas grandes cidades com acesso ao saneamento básico, junto aos militantes da rádio comunitária, como Tlapa de Comonfort, outros

[116] Caderno de Campo, Buena Vista, Montaña, Guerrero – Fevereiro/Março, 2015.

problemas relativos à pobreza se evidenciavam. Nessa última cidade, um militante de Iguala, Jorge, me chama a atenção para um rio que só enche 2 meses ao ano, ocupado o resto do tempo por um mercado público[117]. Já em Buena Vista, na Montaña, o comércio é incipiente e a maioria das pequenas lojas, com poucos artigos à venda possui a inscrição *tienda governamental,* indicando o recebimento de subsídios governamentais para seguir funcionando.

Ainda em relação ao aspecto econômico, Guerrero sobrevive basicamente da agricultura de subsistência, sendo a unidade de produção agropecuária básica, conforme antecipado, o *ejido*, além de comunidades agrárias que, juntas, correspondem a 60% - 80% da superfície da região (Perez, 2004). Este dado também é confirmado por alguns dos militantes e moradores locais[118].

Em uma perspectiva histórica, desde o período colonial podem ser localizados os interesses espanhóis na geografia guerrerense, como em outros territórios do país, evidenciados pela preponderância das seguintes atividades: mineração, agricultura e grandes plantações que foram doações a caciques locais, basicamente dedicadas à produção de cacau e algodão, e, finalmente, atividade comercial.

Essas atividades tiveram fortes impactos. Para Alcantara (2001), um dos efeitos colaterais da implementação desta "nova economia" teria sido a negação das múltiplas identidades das comunidades indígenas da região, contribuindo para seu extermínio e para a desapropriação de suas terras. Em sua versão atual, os descendentes residuais dessa população sofrem os efeitos dessas injustiças, dessa vez perpetrada pelos caciques regionais e por empresas transnacionais, convertidas em desapropriadoras de *ejidos* em favor de suas atividades econômicas ou do turismo. Além disso, como o militante Jorge comenta, os distintos cartéis de droga atuantes em Guerrero contam com um apoio involuntário estatal[119], por se aproveitarem da produção de amapola, que distribui fertilizantes para todos os *ejidatários*, em um local em que cerca de 80% das terras permanecem no formato de *ejido.*

A concentração das terras nas mãos de poucos homens em Guerrero, em produções agrícolas, florestais e agropecuárias durante os séculos XIX e XX, é uma herança do *porfiriato* que antecede a presença das atuais grandes fazendas. De acordo

[117] Sobre esse rio, mais informações na crônica de Abel Barreras Hernandez "Pelear contra la impunidad y la desigualdad en la Montaña de Guerrero". Fonte: https://desinformemonos.org/pelear-contra-la-impunidad-y-la-desigualdad-en-la-montana-de-guerrero/ Acesso em julho/2016.
[118] Segundo as notas de campo, Buena Vista, Montaña, Guerrero – Fevereiro/Março, 2015.
[119] Em que pese a afirmação do jovem, o apoio e envolvimento estatal com o lucrativo narcotráfico tornam altamente improvável que qualquer apoio seja involuntário.

com Alvarez (2010) e Lecuondo (1998), no início do século XX, Guerrero já despontava no topo dos índices nacionais de concentração de terra, com cerca de cem propriedades que superavam dez mil hectares quadrados, indicativo de uma alta concentração fundiária, que até a década de 1920 permaneceu praticamente intocada, como a base da economia e da política estatal.

A alta concentração de terras não é um dado irrelevante para a história desse estado, tendo em vista seu forte caráter de subsistência, a maior fonte de recursos da região. Além disso, Lecuondo (1998) afirma que a estrutura fundiária altamente concentrada em grandes propriedades indica uma problemática social da injustiça vigente, quando a maioria dos habitantes não tinha como produzir e viver, tornada um fator predominante na inconformidade social. Desde esse período, a população mais pobre, principalmente quem se mobilizava pela questão da terra, já não podia contar com o auxílio ou proteção da justiça ou das forças da ordem, que eram as primeiras a persegui-las com a finalidade de amedontra-las e evitar que se organizassem, para não confrontar os interesses dos latifundiários.

Soma-se a essa situação as grandes expropriações *ejidales* ocorridas em alguns municípios do estado, que teriam auxiliado o atraso socioeconômico da região e mantido as condições de vida desfavoráveis para os indígenas na costa guerrerense. Assim, Alvarez (2010) aponta para uma recente escassez de produção expressa na pobreza, no aumento dos índices de delinquência e crescimento excessivo dos fluxos migratórios, como resultados indiretos das políticas de produção agrícola do governo mexicano.

4.1.2 Problemas, dificuldades e percepções

O panorama supracitado ajuda a contextualizar algumas das circunstâncias e reivindicações históricas das organizações armadas na região que seguem ativas atualmente e serão discutidas com maiores detalhes adiante, com destaque às lideradas pelos professores Lucio Cabañas e Genaro Vázquez nas décadas de 1960 e 1970. Nessas, há a constante lembrança de como as populações indígenas em Guerrero foram privadas de seus direitos básicos, além de terem sofrido um forte racismo estatal que as segregou ainda mais em um ambiente relativamente isolado (Alcantara, 2001).

À percepção das privações, observada no trabalho de campo e confirmada amplamente pela literatura especializada, une-se também uma visão bastante generalizada sobre o descaso estatal/oficial e sobre a ambivalência entre pobreza/riqueza. Em um panorama nacional, Guerrero forma parte do que se convencionou chamar de "franja de ouro" do país, uma zona com intensa atividade de minérios valorizados, com 705 concessões mineiras vigentes, atualmente ocupando cerca de 20.5 % do território da região[120]. Desdobra-se deste fato uma contradição latente, empiricamente observada, entre uma região muito rica em recursos, mas ao mesmo tempo, pobre em seu nível de vida. Em outras palavras, o contraste, por oras gritante, entre a riqueza expropriada e o empobrecimento da população local (dois municípios na região da Montaña – a *Metlatónoc* e *Cochoapa el Grande* – foram considerados em 2010 os mais pobres do país) gera um profundo choque entre os dados e a vida e as percepções da população.

A pesar da dinâmica extrativa e das dificuldades enfrentadas e dos problemas identificados por boa parte da população e dos militantes – agravada pela violência e pelo isolamento geográfico – há em Guerrero, assim como na Zona Oeste, um forte "sentido de lugar" (Bringel, 2006). Uma identidade territorial, que unida a uma matriz comunitária relativiza os problemas ou, ao menos, contribui a lidar com os mesmos, olhando também para aspectos positivos. A fala de Ines, de San Luis Acátlan, sobre como experimenta a vida em Montaña e as alternativas possível em regiões urbanizadas é reveladora:

> Sinto que existem mais vantagens aqui nas comunidades para quem quiser ter uma vida boa, se fica na sua comunidade, ai está sua família, ainda que seja um terreno pequeno, com algo para plantar. E se partes para a cidade, faz outra coisa, não vejo futuro, só talvez se a ideia é trabalhar em uma empresa, ganhar dinheiro, mas já sabemos o que ocorre quando alguém não serve mais pra esse mundo corporativo. Eu acho que aqui existem mais vantagens que desvantagens, ainda resiste esse pensamento de nos tornarmos irmãos, trabalharmos em coletivo e assim temos força, na cidade já não. Por isso eu vejo mais possibilidades, aprendi que a cidade não é meu espaço, meu espaço é aqui, onde posso fazer muitas coisas.

O suporte familiar, os laços comunitários e a vida local é, em geral, valorizada como contraponto à dispersão e ao individualismo da vida urbana. A pesar disso, a falta de oportunidades de vida e a difícil situação leva a uma migração massiva de muitos jovens para outras regiões do México. De fato, Guerrero ocupa o primeiro

[120] Fonte: Sistema Integral de Administración Minera da Secretaría de Economia http://www.siam.economia.gob.mx/es/siam/em_2014. Consultado em nov. de 2015.

lugar no índice nacional de migração interna, demonstrando a alta rotatividade de seus trabalhadores interna e externamente (Illades, 2014). A militante Ines me conta: *"Aos 16 anos fui para um internato no Estado do México, pois não tinham oportunidades aqui, até 2000 e lá estive cinco anos* [...] *trabalhei em um monte de coisas, em cozinhas econômicas, como empregada doméstica"*.

Diferentemente da Zona Oeste do Rio de Janeiro que, como vimos, é um destino migratório para trabalhadores, para as classes populares, mesmo que não voluntariamente (caso das remoções), as migrações em Guerrero operam fundamentalmente no sentido inverso, isto é, como polo de repulsão. Este se dá, contudo, em um panorama interno, no México, de adversas condições laborais, o que produz um deslocamento constante e, com frequência, o retorno destes trabalhadores a suas localidades de origem.

As políticas adotadas pelo estado mexicano a partir do inicio dos anos 1990 agravou ainda mais a situação. O dia primeiro de janeiro de 1994 é hoje conhecido mundialmente pelo levante zapatista da Selva Lacandona, mas é importante lembrar que este também se produziu, dentre outros motivos, pela crítica à entrada em vigor neste mesmo dia do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), acordo regional de livre comércio entre o Canadá, os Estados Unidos e o México. O acordo de redução dos custos de circulação de bens entre os três países se deu em condições profundamente assimétricas e desvantajosas para a economia mexicana. As consequências foram notórias no curto e no médio prazo, levando a uma crise econômica, conhecida como Efeito Tequila, cujos efeitos repercutiram mundialmente, justificada a partir da falta de reservas internacionais, causando desvalorização do peso, durante os primeiros dias da presidência de Ernesto Zedillo. O acordo afetou a indústria nacional e o setor agrícola. Em alguns setores o emprego chegou a aumentar, embora de maneira altamente precária e violando os direitos dos trabalhadores, como no caso das empresas manufatureiras, conhecidas como "maquiladoras". O nível de pobreza extrema foi subindo progressivamente desde 1994 e a exploração agropecuária comercial intensiva orientada à exportação gerou a expulsão de milhões de camponeses de suas terras, bem como uma maior concentração de nitrogênio,

fósforo e outras substancias nocivas no solo e na agua, ameaçando a biodiversidade e a saúde[121].

Este cenário acaba por transformar o carácter das migrações, mas também as expectativas e percepções dos sujeitos. Guerrero passa de ser receptor de migrações no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial, a partir da necessidade de força de trabalho no interior de Guerrero, na capital Chilpancingo e em Acapulco, para enviar migrantes para outras partes do país. Embora o fluxo migratório siga sendo alto hoje devido à situação econômica, às terras improdutivas, erodidas e abandonadas e à especulação urbana na região, as expectativas de saída dos jovens não são muito promissoras. Francisco, comenta sua história de vida, sublinhando um evento disruptivo em 1994:

> Eu nasci no Estado do México, meu pai é de Puebla, mas aos sete anos fomos a Iguala, porque meus pais diziam que era um ambiente tranquilo, que era muito bom, depois da crise de 1994, meu pai tinha um trabalho excelente e chegou a Iguala e começou do zero, desde não ter onde viver, até lidar com a família. Mas ele teve que começar a trabalhar como segurança privado e outros trabalhos chatos e em Iguala não existe muito trabalho, então não tinha muito de onde escolher.

A migração não possui, contudo, somente um carácter econômico em Guerrero. A migração forçada, por motivos étnicos, políticos ou religiosos são igualmente importante nesse contexto. Dados de 2014 da OEA (2015) indicam que, em que pese uma certa carência legislativa que reconheça, caracterize e legisle sobre a população forçada a migrar pela violência no país, já há indícios de reconhecimento da existência de milhares de indígenas migrantes pelos conflitos armados. O estado de Guerrero, junto a Chiapas e Oaxaca, são os primeiros em números de intolerância religiosa, política e cultural. Malgrado as diferenças internas entre as sete regiões de Guerrero (a região da Montaña, por exemplo, possui taxas mínimas de urbanização, com 85% dos seus municípios dedicados à atividade agrícola), esse fenômeno se estendeu a praticamente toda a região, sendo importante, ademais, articula-lo a outras dinâmicas e atores locais, como os caciques.

[121] A guerra de cifras entre os movimentos sociais, o Estado e as organizações internacionais é grande, mas é interessante notar que há algumas convergências sobre as principais tendências, a despeito da discordância dos valores exatos. Vide, para este fim, o artigo de 2007 de Victor Quintana do Frente Democrático Campesino, vinculado à Via Campesina México. Disponível em: https://viacampesina.org/es/index.php/acciones-y-eventos-mainmenu-26/no-al-los-acuerdos-de-libre-comercio-mainmenu-60/294-a-13-el-impacto-del-tlcan-en-la-agricultura-mexicana

Por isso, devemos vincular a dinâmica socioterritorial e econômica brevemente apresentada aos processos e configurações políticas e às lutas que operam no interior destes territórios. Este é o objetivo das próximas seções deste capítulo.

4.2 Militância e movimentos sociais em perspectiva histórica

O objetivo dessa seção é discutir pontos sobre algumas militâncias e movimentos políticos em Guerrero, no México, a partir de suas principais mobilizações, desde o começo do século XX. Abordo particularidades da política local, como as guerrilhas e alguns dos principais movimentos atuantes no estado, passando pela importância de mapear a sua elevada militarização. Com a intenção de abordar minimamente a gênese de algumas problemáticas contemporâneas nas mobilizações, menciono a larga trajetória organizativa das lutas nessa região, sobrevivendo há muitos anos com uma desmedida repressão estatal, para tratar de formas contemporâneas e locais de movimentos sociais, sobretudo relativas à comunicação comunitária.

Antes de adentrar nas características dos movimentos propriamente ditas, é preciso apresentar seu frequente repertório de ação coletiva guerrilheiro. Os movimentos armados ganharam fôlego em Guerrero desde a década de 1920, particularmente na região da Costa Grande. Nesse período, a mobilização local em seu plano insurrecional, pedia a expulsão e nacionalização dos bens de propriedade espanhola, já que alguns deles monopolizavam o comércio, as fazendas e o transporte em Acapulco e seus arredores (Illades, 2015).

O panorama se inicia por um movimento conhecido pelo acrônimo Asociación Cívica Guerrerense (ACG), surgido nos anos 60, importante na serra guerrense, deflagrado após a descoberta que o então governador do estado era acusado de mais de trinta mortes. Adepto de táticas confrontativas com a polícia e o exército, a ACG auxiliou, após um longo o conflito, um processo em que o Congresso mexicano se viu obrigado a decretar desaparecidos os poderes em Guerrero, apresentando, por algum tempo, um governador interino (Glocker, 2007).

Após ganhar força com esse episódio, a ACG se nacionalizou, virando a Asociación Cívica Nacional Revolucionaria (ACNR), com a proposta de reunir trabalhadores e estudantes por melhorias das condições de vida da população. O movimento fez uso, primeiramente, da via institucional, lutando contra as constantes

agressões que a população rural sofria nas mãos das chamadas guardas brancas, organizadas pelos caciques locais e com a cumplicidade governamental, que os extorquiam regularmente e impediam, em grande medida, a ação coletiva.

Ao ganhar projeção, o movimento também passou a ter seus líderes perseguidos e presos, como Genaro Vázquez, professor da *Escuela Normal Rural de Ayotzinapa*, liberado ainda em 1960. Após a prisão, esse líder passou à clandestinidade, assumindo-se guerrilheiro, provocando um giro nas demandas da ACNR, com a exigência — sem sucesso — da nacionalização da atividade mineira, uma reforma agrária integral e garantias para o exercício da atividade política, entre outros pontos.

É nessa década, 1960, que as manifestações se tornaram parte inexorável da vida cotidiana em Guerrero, com a frequente convocação de greves e marchas em distintas cidades. Nesse período ganha projeção nacional a emblemática guerrilha liderada por Lucio Cabañas, cuja narrativa opta como gênese uma manifestação nessa mesma *Escuela Normal* onde era professor, que desencadeou uma intensa repressão e a posterior luta guerrilheira. A guerrilha liderada por Cabañas foi a maior de base campesina desde a Revolução Mexicana, influenciando outros movimentos armados no país (Glocker, 2007).

Outro movimento destacado nesse cenário surgiu na serra de Atoyac, também no estado de Guerrero. Em 1971, foi fundado o Partido De Los Pobres (PDLP), um partido político que contava com um braço armado, a Brigada Campesina de Ajusticiamiento. Como parte do que parecia ser o roteiro das lutas na região, o movimento anterior ao partido político passou por um período clandestino em 1967, preparando-se então para a luta armada. Contudo, seus líderes Cabañas e Vázquez não obtiveram sucesso em transformar as condições sociais e políticas da região e acabaram assassinados. As guerrilhas desse período, ainda que envoltas em controvérsias a respeito de seu financiamento - atribuídos à sequestros e emboscadas em que recuperavam armas do exército – despertavam as emoções da população por reivindicar a expropriação de grandes propriedades industriais e agrícolas das mãos do capital privado; o acesso universal à educação, à saúde e à cultura, além de salários dignos para os campesinos. Desde então, Guerrero vive uma ampla ocupação militar que está profundamente imbricada às dinâmicas da militância contemporânea.

4.2.1 Militâncias contemporâneas em Guerrero: militarização e política local

Após a contextualização de algumas lutas históricas em Guerrero, a análise prossegue com informações advindas não somente da literatura especializada, mas também do trabalho de campo, a partir do acompanhamento de uma rádio comunitária em Buena Vista. Ao percorrer, junto aos militantes, cidades da região da Montaña, próximas à nossa base, no *ejido* de Buena Vista, principalmente Santa Cruz El Rincón, Tlapa de Comonfort, e a capital Chilpancingo, algumas dinâmicas importantes da militância local foram observadas.

Em primeiro lugar, cabe notar uma resistência cotidiana local, que diz respeito à forma como se pensa e se realiza a agricultura em Guerrero, dentre outras práticas. Como retoma Inés, de San Luis Acátlan : "*a maioria das pessoas têm terrenos com ladeiras, o modo como aproveitam a agricultura é uma forma de resistência, não tem erosão, plantando milho em um terreno assim, pois outras práticas florestais acabam com a agricultura*".

Peculiar às circunstâncias urbanas, pude ver como os militantes organizam suas reuniões pela convocação em suas casas, de forma que a principal estratégia de mobilização na região é bater de porta em porta das casas, para convocar as pessoas às reuniões. A conversa despretensiosa na casa de partícipes dos movimentos é importante, como quando fomos à casa de um ex-professor da Universidad Intercultural de los Pueblos del Sur (UNISUR), em Santa Cruz El Rincón, para convidá-lo para uma reunião na sede da rádio comunitária em alguns dias e esse não estava, mas ainda assim tomamos um café[122] com sua esposa que nos comentou sobre a vida de todos na pequena cidade e ao agradecemos pela conversa, ela responde *"que conversa? pura fofoca.. mas voltem logo*".

Os repertórios de ação guerrerense incluem ações consideradas extremas e violentas, como o bloqueio de estradas e a ocupação de edifícios públicos para conseguir recursos em favor da população. A organização de longa data de

[122] Em um território com um amplo leque de tensões relativos à violência, os horários de chegada e saída são cruciais para a sobrevivência, e nesse momento particular, estávamos acampados em um *ejido,* no alto de uma montanha, que tinha seus acessos fechados com correias e cadeados, guardados por agentes da polícia comunitária local, que igualmente ofereciam proteção a rádio comunitária. Uma vez ao voltarmos, à noite, ao pararem nossa caminhonete, um dos guardas, armado, negocia nossa entrada, ainda que em tom de brincadeira: *Quem são vocês? Ah já vejo, tenho aqui amigos do Chapo Guzmán querendo entrar no ejido.* O Chapo Guzmán é um dos maiores narcotraficantes em ação atualmente no México, preso e foragido duas vezes, antes de voltar para o presídio de segurança máxima e líder do cartel de Sinaloa, ao norte do México.

assembleias é igualmente importante para os coletivos locais, como aborda em sua fala, Inés, de San Luis Acatlán: " *já existem condições da organização dos povos, isso te permite fazer mais coisas pois não se começa do zero. Já existe algo que nossos avôs, pais, fizeram, então nos cabe agora contribuir e seguir com esse processo que já começou tem anos*".

Em um local conhecido por sua fama de *violento e ingovernável* (Sollano, 2010), há uma centralidade da violência cotidiana na vida dos militantes, em parte atribuído a um artifício das classes dominantes para a repressão dos movimentos locais. Assim como na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a violência aparece de maneira bastante rotinizada, conquanto nada naturalizada. As violências cotidianas não geram somente indiferença e medo, mas também indignação e confronto.

Os massacres, por exemplo, cumprem o papel de contar uma *outra* história do estado, desde a década de 1960, anunciando o quão extrema foi a repressão estatal aos militantes, como durante a Guerra Suja. O massacre de *Aguas Blancas,* em 1995, que deixou 17 mortos e feridos, na região da Costa Grande, a partir do confronto de policiais com manifestantes da Organización Campesina de la Sierra del Sur (OCSS), foi um desses episódios sangrentos (Illades, 2014). Após o ocorrido, uma bem sucedida pressão da sociedade civil decorreu na destituição do cargo do então governador de Guerrero.

Outro massacre importante para contar a história de Guerrero, ficou conhecido como *El Charco*, em 1998, no município Ayutla de los Libres, na região da Costa Chica. A matança foi realizada por membros do exército que executaram extrajudicialmente dez indígenas mixtecos e um estudante da UNAM, ferindo outros, com a justificativa de que se tratavam de membros do Ejército Revolucionario del Pueblo Insurgente (ERPI), uma das guerrilhas surgidas na década de 1990.

A controversa militância armada das novas guerrilhas no estado, na qual novos guerrilheiros seguem engajados atualmente, mobiliza os ideais de Cabañas e Genaro Vázquez, principalmente no Ejército Popular Revolucionario (EPR), que veio a publico no aniversário de um ano do massacre de *Aguas Blancas*, em 1996. Em uma aparição gravada, com trajes de guerra, fuzis e a leitura de um manifesto, foi anunciada a sua presença no local, segundo os próprios, contando com mais de 500 combatentes. Além disso, pronunciaram-se a favor da derrocada do governo antidemocrático e pela restituição da soberania popular (Illades, 2014), em um formato semelhante às demais guerrilhas latino-americanas.

A atuação das novas guerrilhas, contudo, é controvertida, dado que o governo federal as usa para justificar o aumento da militarização na região e a instalação da contra-insurgência estatal, apresentando grupos guerrilheiros para cooptar potenciais membros de grupos insurgentes e desmembrá-los. Esse protagonismo na luta armada assumido por Guerrero é um dos repertórios à disposição (Lofredo, 2007) em uma cultura política de autodefesas armadas, na qual se integram campesinos e indígenas.

Cultura política local que, para Bartra (2000), preconiza que "quem bate, manda e quem manda tem que bater, nem que seja de vez em quando, para que não se saia da caixa"[123](2000, p.16). Assim, ainda que as formas de organização assumidas atualmente em Guerrero sejam encaradas como um problema endêmico, parece ser consensual, conquanto não se rompa o círculo de caciquismo, autodefesas, repressão, guerrilha e mais repressão e não se melhorem significativamente as condições de vida no meio rural, as guerrilhas permanecerão (Illades, 2000), em um *continuum* violento necessário para entender as mobilizações na região.

A justificativa da violência utilizada pelos militantes no estado para prosseguir com suas lutas é importante e Bartra (2000) sintetiza o espanto com que observa a resiliência dessa população em seguir organizando-se em:

> Em Guerrero quem manda pela força, pela força disputa o poder, e quando os oprimidos decidem livrar-se desse mandato torpe, quase sempre acabam apelando também para a força: a chave social, por excelência, em uma ordem sustentada pelo medo e pela violência. Na história de Guerrero o que se deveria estranhar não é a violência contestatária, mas sim a paciência samaritana com que a população se organiza vezes seguidas para interpelar o sistema de uma maneira tranquila suas demandas. Mas a resposta dos governantes e caciques a esses movimentos pacíficos é sempre a ferro e fogo, e diante das portas fechadas, os rechaçados crônicos levantam sua voz, a pedra e o machado (BARTRA, 2000, p.17).

Seria de esperar que dado o alto controle a que está submetida, a maioria significativa da população não se engaje em nenhuma militância, por medo de enfrentar a oposição dos traficantes e outros atores coercitivos. Ainda assim, dentro de um espectro limitado, há pessoas que se engajam em processos associativos. A perseguição e eliminação dos militantes nesse contexto ocasionou assassinatos e desaparecimentos, no bojo de uma política na qual as forças da ordem, muitas vezes

[123] Tradução do original em espanhol: "el que pega manda y el que manda tiene que pegar, cuando menos de vez en cuando, para que no se le salgan del guacal"

apoiadas pelo narcotráfico e paramilitares, consideram os militantes como inimigos a serem eliminados[124].

Ademais, a história dos movimentos locais não se resume à luta armada, dado que alguns dos movimentos regionais possuem seu foco historicamente ligado às demandas de autonomia e direito à terra, sem usar para isso a violência. Dessa maneira, a "comemoração" oficial do quinto centenário da chegada dos europeus a terras mexicanas, em 1992, e a (re)aparição da luta zapatista, em 1994, agrupou os indígenas de Guerrero. Esse encontro das lutas guerrerenses com o movimento indígena do Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), foi uma inflexão determinante para diversas expressões de movimentos agrários, sociais e principalmente étnicos ao reivindicar seu espaço sociopolítico com base na constituição[125] desse estado. Mesmo considerando a distinção feita por militantes locais à luta em Chiapas, por seu aspecto belicoso, as convergências seguem sendo muitas. Essa diferença é evidenciada na fala do militante Jorge:

> "[...] fui a Chiapas e conheci companheiros de outros processos de luta, muitos deles trabalhando em como elaborar o projeto pedagógico educativo em Chiapas, e me relacionei com eles e vou aprendendo. Vou às comunidades zapatistas e também a Oaxaca, vendo a quantidade de repressão e vejo muitas coisas como que não é porque estejamos vendo tanta injustiça que a via seja agarrar as armas tampouco, que é uma das coisas que se propõe em Guerrero".

Inés, de San Luis Acátlan, também cita o impacto das mobilizações zapatistas em sua militância:

> "[...]estou muito inspirada no trabalho que fazem os companheiros zapatistas, creio que é o único movimento até agora que realmente me anima. Aí fora não vi nenhum outro movimento que tenha futuro como o que eles fazem, então compartilho muito suas ideias. Sei que não posso copiar e colocar aqui, mas tudo o que eles fazem e podemos retomar aqui, não é fácil, mas é o que me motiva".

Um evento emblemático para a organização das lutas indígenas no México foi a realização do Congresso Nacional Indígena (CNI), em 1996, reunindo a maioria das

[124] Fonte:http://www.lajornadaguerrero.com.mx/2014/10/03/index.php?section=opinion&article=002a1soc. Acesso em março/2016.

[125] A constituição de Guerrero, afirma em seu artigo 10: Son habitantes del Estado todas las personas que radiquen en su Territorio. Los Poderes del Estado y los Ayuntamientos, en sus respectivos ámbitos de competencia y en el marco de la Constitución General de la República y de la Constitución Política del Estado de Guerrero, proveerán a la incorporación de los pueblos indígenas al desarrollo económico y social y a la preservación y fomento de sus manifestaciones culturales. Fonte: Constituición Política del Estado de Guerrero.

organizações independentes no país, incluindo o *Consejo Guerrerense Quinientos Años de Resistencia,* de Guerrero, responsável pela "Campanha 500 Anos de Resistência". Essa luta é um referente fundamental para entender as mobilizações no estado e um dos militantes que fazia parte do mesmo grupo que eu dizia "*é preciso respeitar o Sérgio, mesmo que a gente divirja de algumas questões frente à polícia comunitária, pois ele faz parte dos movimentos aqui desde os 500 anos de resistência"*. O pertencimento indígena enquanto articulador das demais lutas foi essencial para esse espaço, pelo caráter de formação dos atores econômicos, sociais e políticos nesse processo (Gutierrez, 2012), com uma organização própria de cargos e assembleias, por exemplo.

Ademais, à referência essencial ao levantamento zapatista nessa região, soma-se uma fecunda mobilização da década de 2000, galvanizada pelos povos *nahuas* da região Alto Balsas, contra a construção de uma hidrelétrica, *La Parota,* em San Juan Tetelcingo: "*meus amigos faziam parte do Consejo de Pueblos Nahuas del Alto Balsas para lutar contra essa que ia inundar toda a minha região, então eu comecei a me relacionar com eles* e *triunfamos, paramos esse megaprojeto"* (Jorge, militante em Iguala). A articulação opositora a essa obra demonstra o alto grau de articulação entre as lutas locais (Cúnero e Gascó, 2013), com barricadas, greves de fome em frente à obra e, principalmente, plantões da população mobilizada por anos até a interrupção do megaempreendimento, alguns anos depois.

Planejada a sua construção, em territórios anteriormente envolvidos em conflitos agrários, com altos níveis de pobreza e uma intensa presença de paramilitares e insurgentes, complexificando o terreno para a execução do projeto, a hidroelétrica obteve concessões de exploração outorgadas pelo governo. Entretanto, a interdição de sua construção foi importante para os movimentos locais, sobretudo os campesinos potencialmente afetados; movimentos e redes nacionais e internacionais de direitos humanos e ambientalistas (Quintero Romero e Rodriguez Herrera, 2008), não sem sobreviver às intrigas, dada à "engenharia de conflito" (Gasparello, 2012a), por parte das transnacionais para minar a capacidade organizativa dos opositores.

A resposta dos indígenas e campesinos da região frente às ameaças de desapropriação do seu território foi de rechaço à proposta e a construção de projetos alternativos que se contrapunham a essas possibilidades. A organização prévia existente ao projeto das populações nessa região foi um dos fatores que permitiu que resistissem, mas também avançassem em outro projeto de desenvolvimento que

levasse em consideração seus interesses, com a constituição da Consejo de Ejidos y Comunidades Opositoras a la Presa (CECOP) que, desde então, reivindica a defesa à terra e rechaça à lógica mercantilista de empresas transnacionais.

Outro movimento importante em Guerrero, segundo Quintero Romero e Rodriguez Herrera (2008), é o de base campesina, que representa um terço da população, buscando reverter os impactos desfavoráveis da globalização. Suas reivindicações giram em torno de melhores serviços públicos; insumos agrícolas (fertilizantes, sementes, créditos), articulados na Organización de Campesinos Ecologistas de la Sierra del Sur, mas não somente, dado que uma parcela se associou em torno da preservação dos recursos naturais e da defesa do território e outra nos direitos dos migrantes.

As acidentadas terras guerrerenses fizeram com que as pequenas propriedades e ranchos não se comparassem em extensão e em rendimento às grandes propriedades do capital transnacional, com a dificuldade adicional do acesso às regiões do interior do estado, sobretudo para o escoamento das mercadorias (Nava, 2010). No cerro Zapote, localizado em um *ejido* gerido por três mil ejidatarios em Buena Vista, uma conversa sobre a produção local de café evidencia esses processos, como afirma Inés:

> Antes eu me lembro que a produção de café era mais forte, tínhamos café sempre, ainda que a geografia da Montaña seja árdua, aqui o café seguia crescendo. Mas nos últimos anos quase não temos o suficiente pra consumo próprio, as políticas do governo de distribuir fertilizantes acabam beneficiando as produções do narcotráfico e só e nos prejudicando, também na nossa colheita de milho, que influencia na quantidade de tortilha e de feijão, a base da alimentação local.

Já no que tange às rádios comunitárias, surgidas em 1952, próximas à Cidade do México, em uma região pobre do país, veiculando sua programação nas línguas indígenas local, essas só surgiriam em Guerrero em 1979, na cidade de Tlapa de Comonfort. Esse meio de comunicação comunitário ainda contava com uma grande participação estatal, como meio de controlar a programação local. O controverso financiamento fornecido pela Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas (CDI) era simultaneamente uma permissão legal e uma forma de controlar a programação, restringindo o conteúdo veiculado (Baca-Feldman, 2014).

Ainda assim, o conteúdo militante dessas rádios busca não reproduzir as representações da cultura dominante, mas se inserir na construção de meios de comunicação próprios, com programas educativos e culturais definidos pela

comunidade (Gasparello, 2012b). A legislação mexicana para a atuação das rádios só outorga concessões para rádios comerciais e permissões, na maioria do tempo, para universidades e organismos governamentais, ou seja, a maioria dessas funciona de forma ilegal, e as de Guerrero não fogem a essa regra.

A participação da comunidade se dá, sobretudo, por chamadas telefônicas, essenciais nos meios rurais mexicanos de maioria indígena, desafiando o isolamento geográfico, alcançando comunidades mais isoladas, aonde outros meios não chegam. Na rádio comunitária Cabañas[126], onde me instalei, os pedidos por músicas e notícias são realizados em mixteca e em castelhano, um dado importante tendo em vista os altos índices de analfabetismo local, tornando a comunicação oral especialmente eficiente, porque são realizados nas línguas indígenas. Igualmente, e não sem surpresa, presenciei um dos militantes reclamar com o responsável pelo turno noturno da rádio que havia escutado, na noite anterior, uma música elogiosa ao grupo EPR, temendo que isso lhes fosse angariar antipatias entre a população local.

A vantagem da comunicação comunitária como base territorial e relacional de luta na Montaña é que o sinal da rádio possui um maior alcance, adentrando com mais facilidade os meios agrários, facilitando o acesso à informação. Não é desprezível essa penetração dos meios comunitários, como um furo no bloqueio hegemônico da comunicação, ainda que seu alcance seja limitado, pois há um forte monopólio dos meios controlados pelos poderes políticos ligados aos partidos e à elite dirigente.

A experiência na rádio Cabañas foi interessante para observar a abrangência das mensagens difundidas, desde a estrada, quando sintonizávamos a rádio em Chilpancingo, a cerca de 4 horas de distância do transmissor, comemorando a amplitude do sinal. Essas iniciativas de autonomia e base comunitária possuem um sentido de resistência à dominação cultural e política, com uma tecnologia econômica e razoavelmente fácil, resultando em um meio razoavelmente eficaz de comunicação.

Em outra vertente movimentista, relativo à pauta dos direitos humanos, os movimentos locais se organizam, principalmente, em apoio aos familiares dos desaparecidos e afetados pela Guerra Suja, em uma articulação que inclui integrantes da Igreja Católica, como o Centro de Derechos Humanos "*La Voz de los Sin Voz*"[127]*;*

[126] Nome fictício.

[127] Organização surgida em 1993, no município de Coyuca de Benítez, conduzido por lideranças católicas, denunciando a repressão contra organizações de esquerda. O discurso, até então incipiente, de defesa dos Direitos Humanos, se fortalece com o movimento Zapatista, notadamente a partir da perspectiva dos direitos coletivos indígenas.

a diocese de Tlapa e o *Centro de Derechos Humanos de la Montaña Tlachinollan*. Esta última instituição, surgida em 1994, realiza frequentes pleitos em estâncias legais de defesa dos direitos humanos e assessoria jurídica aos movimentos, tornada uma referência obrigatória em Guerrero (Gasparello, 2010) não somente pela defesa dos direitos dos indígenas, mas pelo compromisso com as lutas sociais no estado.

Ainda sobre as mobilizações específicas, há uma polissemia dos movimentos digna de ênfase, como a organização das lutas feministas, enquanto não reconhecidas a partir de um padrão ocidental, mediando a participação pública das indígenas da região por suas condições de gênero. As atividades políticas das mulheres foram usualmente negadas, reforçadas por normas relativos aos usos e costumes[128], no qual o espaço domestico seria "natural e idôneo" para as mulheres, regulando seu ingresso na estrutura política tradicional, com a limitação da participação a homens, pais de família e "comuneros"[129].

Essa circunscrição é salientada pela indisponibilidade de tempo, que resulta na não participação nas assembleias e no medo e insegurança que afetam às mulheres da região. Contudo, há o exemplo das mulheres *amuzgas,* que acederam a espaços de poder em Xochistlahuaca, Guerrero, demonstrando a superação de alguns obstáculos (Pérez, 2004) impostos às mulheres nesse estado, outrora limitadas ao papel de acompanhantes de seus esposos.

No bojo das atribuições domésticas consideradas como *naturais* para as mulheres na região, pude observar de perto a movimentação dos atores, em especial as mulheres instaladas na casa ao lado da rádio comunitária. À militante da rádio Inés e à esposa de um dos policiais comunitários que nos hospeda em sua casa, cabe a preparação de todas as refeições, aparentemente sem um maior questionamento da atribuição de tarefas tidas como necessariamente femininas, pelos homens.

Como exemplo, participo da preparação do café da manhã todos os dias, antes que os homens despertem, com as outras duas mulheres hospedadas na casa próxima à rádio comunitária. Em um episódio, antecedendo à reunião entre militantes e policiais comunitários, observo a hostilidade e um certo desprezo dos homens em

[128] Os *usos y costumbres* indígenas, no México, dizem respeito a direitos dos povos indígenas, que regem o tecido comunitário de diferentes etnias. O Estado mexicano passou a reconhecer essa legislação específica dentro de suas leis a partir da ley 701. Disponível online em: http://www.guerrero.gob.mx/consejeriajuridica. Acesso em março 2016.

[129] "Comuneros" é um termo polissêmico, cuja acepção literal diz respeito a um membro de uma comunidade, mas, entre outros sentidos, também pode significar rebelde, dado que várias rebeliões nos países de colonização espanhola foram lideradas por comuneros, entre outros sentidos.

relegar exclusivamente às mulheres a tarefa de cozinhar, ainda que algumas delas estivessem também envolvidas, em menor escala, com a militância local.

Destarte, a realidade em Guerrero é armada e cheia de nuances, e, portanto já existem mulheres fazendo da polícia comunitária, demonstrando que há um espaço mínimo para as mulheres na coordenação[130], ainda que persistam desigualdades, evidenciadas por Inés: "*sempre houveram mulheres nas assembleias, mas não estavam visibilizadas, mas sempre estiveram desde o começo da polícia comunitária. E pouco a pouco foi ganhando espaço, também há espaço para mulheres coordenadoras*".

Esse espaço de participação feminina, portanto, deve ser entendido em moldes que recusem uma visão unívoca do feminismo ocidental, que desconsidera as particularidades da vida nos meios rurais. Isso inclui levar em consideração um rechaço mútuo, que conta com um afastamento das mulheres na região à prática feminista, que ignora a vida comunitária em sua complexidade, como indica Inés:

> [...] a palavra feminismo, com o conteúdo que conhecemos nos afasta muito. O pensamento de não confrontarmo-nos, mas como nos fortalecemos como comunidade, então queremos ir vendo a possibilidade de criar nosso espaço também, pois até agora seguimos sendo menos mulheres que homens, o que pretendemos é fortalecer as mulheres, que não estejam aqui, mas desde seus próprios espaços, ir vendo como se relacionar melhor com seus companheiros, participar mais na vida comunitária, entre outras coisas.

Já em uma vertente mais cultural da militância, o histórico dos movimentos em Tlapa de Comonfort contou com um programa de rock chamado "Las Otras Bandas" em uma rádio comunitária, disseminando práticas de resistência juvenis, justamente porque atendida aos anseios da juventude local, questionando os parâmetros de modernização do país nesse momento.

No final da década de 1980, as organizações e o grêmio magisterial marchavam nas ruas *tlapenhas*, junto aos indígenas e campesinos (Garcia Levya, 2005). Contudo, desde essa época são recorrentes os confrontos com a polícia local, ameaçando a criação de espaços pela juventude *guerrense*, o que não impediu o ascenso do rock na região, acompanhado da repressão, da intolerância e desqualificação das expressões locais. Francisco conta sua trajetória nesse meio:

---

[130] Fonte: http://regeneracion.mx/causas-justas/liberen-a-nestora-salgado-policia-comunitaria-de-guerrero/. Acesso em junho de 2015.

> Desde os 15 anos conheço um tipo de música que se chama *ska*, e as bandas que vão te mostrando caminhos, outras coisas e nós começamos um programa de televisão, o "Voces de la Calle", que foi ao ar por um canal a cabo, por 4 ou 5 anos. A ideia era começar uma contracultura todos os dias, começamos a veicular os protestos e o mais bacana e que as pessoas nos viam. O programa passava em Iguala, Taxco, Chilpancingo e em Acapulco e começamos a organizar festivais, aí começamos a organizar um festival que se chamava "Resiste Iguala", começamos outro "Voces de la Calle", que era pra reunir rockeiros, grafiteiros, rapeiros, quem pudesse colar. E sempre grátis e começamos a fazer encontros de *graffiti* e agora encontros literários, mas sempre com foco na resistência e abrir os espaços. Desde o princípio a ideia foi conversar e fazer coisas para a galera. Tudo foi sempre grátis e seguimos, o último festival que fizemos chamava "Expresion contra la represión", que foi uma exposição de *graffiti*, em Iguala.

Nesse sentido, são agregadas nuances ao ambiente abertamente hostil para os militantes em Guerrero, com diversas histórias de coação, como a relatada por Illades (2014) em que um líder do PRI regional e presidente de uma associação pecuarista, ligado ao narcotráfico, perseguiu dois militantes ecologistas, por sua atuação na proteção de um bosque de uma concessão dada a uma empresa estadunidense, em 1995.

Tudo isso no cenário da Montaña, cuja alcunha Montaña Roja[131] já indica um espaço com distintos elementos a serem considerados, sobretudo relativos à ideologia em seu cruzamento com o espaço geográfico, em um imaginário compartilhado de uma zona conhecida como rebelde e insubmissa (Rosete, 2012). Assim, a construção estatal "focos rojos"[132] foi criada para dar conta dos conflitos suscitados por motivos agrários entre as comunidades, tornadas parte das agendas governamentais (Lozano, 2001). Jorge explica o que, para ele, é viver nesse local:

> [...] viver em Guerrero e não conhecer a história é como viver em outro país e como um analfabeto, porque pelo processo histórico Guerrero se distinguiu por ser um dos Estados como muitos escritores dizem "bronco[133]", "rebelde", que desestabiliza o país. Dentro de toda essa parte do Sul, Guerrero também tem esse reconhecimento e por isso, da parte rebelde do sul e também pelos líderes, generais e outros na revolução e em outras guerras. E depois disso nos anos 60, com as guerrilhas e se reconhece e se atribui a isso.

[131] Em português: Montanha Vermelha.
[132] Em português: Focos Vermelhos.
[133] Guerrero Bronco é como ficou conhecido o estado de Guerrero no México, em uma tradução livre, significando Guerrero Rude, resultando em um estigma para a população local, sobretudo por delegar a responsabilidade da violência política que sofrem sob si mesmos, em um determinismo geográfico simplista. Ainda assim, escutei diversas vezes escutei no campo a expressão como um sinônimo de luta, da braveza/rudeza de seu povo.

Entre outras formas organizativas, a atuação da igreja católica na região é relevante, sobretudo a vertente da teologia da liberação, que em zonas de alta presença indígena se hibridizou em uma teologia praticamente indígena. Além disso, a experiência da UNISUR, projeto educativo e intercultural fundado em 2007, foi uma iniciativa pioneira que teve a Santa Cruz del Rincón como sede, cidade que visitamos e conversamos com alguns de seus ex-professores, mas que também se estabeleceu em outras três localidades: Xochistlahuaca, Cuajinicuilapa e Xalitla. Funcionando a despeito da falta de financiamento governamental, o projeto persistiu com o suporte das comunidades e dos professores voluntários, de outras universidades em Guerrero e na Cidade do México. Ademais, as licenciaturas disponíveis tinham como prioridade as necessidades regionais e valorizavam a sabedoria indígena, como sublinha Jorge:

> [...] em 2008 eu entro na UNISUR, que é uma universidade com o discurso de uma educação para os povos, e desde os povos. E nesse sentido eu não buscava uma academia que me afastasse da minha comunidade, região, pois via como necessário aprender e atender as necessidades das pessoas lá, então essa universidade se propunha a isso.

Finalmente, cabe também apontar que a criação da UNISUR tinha como antecedentes diretos alguns movimentos sociais locais, como o *Consejo Guerrerense 500 Años de Resistencia India, Negra y Popular*, fundado em 1991 e o movimento de professores de Guerrero. Com efeito, esse projeto educacional tinha como objetivo principal que o conhecimento fosse utilizável na comunidade de forma a implementar ações de desenvolvimento e bem-estar social. Para Inés, o aprendizado da instituição deve ser imediatamente aplicado na região: "*dentro da universidade leio sobre todos os processos de organização comunitária, de luta e por outro lado, me afeiçoo ao processo e acabo ficando na Montaña pra trabalhar por aqui*".

Anteriormente eram poucos os jovens na Montaña de Guerrero que acediam à educação secundária, menos ainda à superior, que cursavam em povoados próximos por falta de dinheiro para deslocar-se às cidades com maior oferta acadêmica. Nesse sentido, o projeto da UNISUR buscava uma alternativa de aprendizagem dentro das comunidades indígenas, que respeitasse os marcos normativos legais.

Contudo, por comprometer-se com a autonomia das comunidades, oferecendo serviços acadêmicos gratuitos e contando com a participação comunitária no financiamento das obras de infraestrutura, foram muitos os limitadores do projeto da

UNISUR. Dentre eles, a ausência de recursos públicos, não permitiu que dispusessem de um registro oficial perante às autoridades educativas, que os impediu de emitir títulos (GUZMAN, HERNANDEZ, CARMONA, 2014)[134]. Essa experiência se deu em um ambiente altamente militarizado, acrescentando diversas dificuldades à militância, ponto trabalhado nas páginas seguintes.

4.2.2 Obstáculos para a militância: a dupla via da militarização

Como apontado anteriormente, Guerrero é um estado altamente militarizado, em um processo iniciado pelo governo federal na década de 1970, para acabar com os movimentos guerrilheiros e estorvar a ação dos movimentos sociais locais. Esse processo de instalação de bases militares voltou com bastante força nos anos 1990 com o surgimento do EZLN - , ocorrendo concomitantemente em Chiapas e Oaxaca[135].

Um dos efeitos repressivos desse aumento dos militares em um estado, para Pansters (2012), é sentido pelos militantes quando há um controle militar da *contenção*, que em termos práticos, implica na dificuldade de distinguir a força empregada para combater o crime organizado da dissuasão e repressão de movimentos, em regiões com altos índices de violência. Essa é uma perspectiva otimista, pois seu subtexto inclui como principal objetivo da presença militar o combate à violência. Na prática, a discussão da atuação militante parece ser seu principal *modus operandi,* ao menos em Guerrero.

Ainda assim, o governo mexicano justificou de diferentes maneiras a ostensiva presença militar em Guerrero. Na serra de Atoyac e na Montaña, primeiramente com a alegação de estar buscando militantes zapatistas, e posteriormente, seu combate ao grupo guerrilheiro EPR. Essa cruzada militar conta com a forte penetração de movimentos armados e de narcotraficantes, o que fez com que o efetivo do exército e das polícias estatais aumentasse significativamente, desde a década de 1960. O resultado foi uma interação guerrilha-repressão que implicou no abandono e

[134] Ainda assim, um dos frutos dessa experiência foi a Radio Cabañas, por exemplo, pois alguns dos seus idealizadores constavam entre os antigos professores e dentre seus alunos, entrevistei dois militantes para essa tese.

[135] Não surpreende que Guerrero seja constantemente abordado em uma tríade, junto aos estados de Chiapas e Oaxaca, no que tange a índices de pobreza, violência e marginação econômicas, dado que deve ser considerado junto à estimativa de que são os três estados com maior população indígena no México.

cancelamento dos espaços formais de luta, sindicais e cívicos (Bartra, 2000), que começaram a erguer-se novamente só na década de 1990.

São atualmente cerca de 600 efetivos militares[136] somente na cidade de Iguala, por exemplo, incluindo grupos de inteligência instaurados para combater a resistência, buscando enfraquecer os movimentos populares locais. A militarização de Guerrero iniciada nos anos 70 afetou a vida de toda à população local, como expõe Montemayor (1991), de forma que:

> [...] pela primeira vez no México moderno, há uma total ocupação militar de uma região do país. Não é fácil entendê-lo para muitos. Nem mesmo para o exército. É uma experiência histórica, sim. Se trata de que estamos controlando um estado inteiro do país, militarmente, pela primeira vez. Mas atentem, controlando militarmente uma região do país. Podemos dizer que lutamos contra um punhado de meninos ou de índios ou de comunistas, mas o certo é que estamos controlando povoados inteiros, municípios, cidades, montanhas, comunicações, todo (1991, p. 533).

Contudo, não foi sem resistência que a região foi militarmente ocupada, com o início de um contra-movimento de denúncia às ameaças, torturas, desaparecimentos, sequestros e estupros de indígenas (Illades, 2014; Gibler, 2009). Além disso, a caracterização de Guerrero como um *foco vermelho,* para Hernandez[137], serviu como justificativa para essa intensa militarização, ajuntando dificuldades aos habitantes que padecem com o assédio dos militares, tal como de suspeitas e investigações de serem cúmplices tanto do narcotráfico quanto dos grupos insurgentes: "*Guerrero conta suas histórias através dos massacres, uma forma de impedir a ação dos movimentos sociais* […] *e um aparato repressor que confabula com o exército para violar direitos humanos* […] *não se confia na segurança que providenciam* "(Abel Barrera, Diretor do CDH de la Montaña Tlachinollan)[138].

É essa falta de confiança no aparato institucional que impede uma maior capacidade de decisão da população nos assuntos da *res publica.* Sobre esse fechamento institucional, fincado no poder dos caciques, Sollano (2002) resume:

---

[136] Fonte: http://jovenesemergencia.org/mapas/geopolitica-ayotzinapa-tlatlaya/index.php. Acesso em 13 mar. 2016.
[137] Fonte: http://www.voltairenet.org/article157519.html. Acesso em março 2016.
[138] Fonte: Documentário "Cuando la justicia se hace pueblo". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bCxJH5F81jM&spfreload=10

> Em primeiro lugar porque um poder central fincado nos tratos entre os caciques regionais se sobrepõe a uma forma de Estado que em vez de permitir avançar à democracia, reforça as práticas ancestrais repressivas e por vezes fecha as possibilidades de uma maior presença e capacidade de decisão da sociedade nos assuntos do Estado, e em segundo lugar porque nega abertamente a auto-organização das massas, pois todas as tentativas de obter independência organicamente foram transformados, na lógica do poder, em um *outro* – um inimigo a ser perseguido (SOLLANO, 2002, p.88).

Conquanto a contra-insurgência estatal esteja trabalhando para identificar e extinguir as guerrilhas, é preciso ressalvar que essas também foram amplamente apoiadas pela população local e em menor medida, sustentadas e até ocultadas por essa, em uma rede que envolvia muitos povoados da região. Isso resultou em mais uma justificativa do exército que busca controlar todo o estado (Montemayor, 1991), e no limite, fornecer elementos para entender a relativa resiliência dos militantes da EPR, segundo Gibler, que persistiam nessa organização a despeito da repressão, assassinatos, desaparecimentos, tortura e medo, "após os massacres e a destruição do movimento de Lucio [Cabañas], as pessoas escaparam, tomaram tempo pra organizarem-se, e depois, pouco a pouco, retornaram à mesma área" (2009, p.249).

Entre outros efeitos da Guerra às Drogas implementada por Felipe Calderón a partir de 2006, a intensificação da militarização da Montaña foi a de maior impacto regional, tendo como resultado imediato a *criminalização* da militância regional. A atual ostensiva militarização em Guerrero, sem precedentes no México e alhures, tem no combate ao tráfico de drogas uma justificativa crível para a maioria da população, mas que deve ser entendida como tal, um intento de fundamentar a presença do exército.

Assim se pronunciou o Secretário de governo, Miguel Ángel Osorio Chong, em 2015: "Guerrero não formou novas instituições, não formou novos policiais, não os capacitaram, não havia controle de segurança"[139]. Esta fala é emblemática da estratégia de prover segurança através do inchaço do aparato repressivo. Entretanto, essa declaração contrasta com o relatório da Open Society Foundations, de um Estado demasiado presente na região, inclusive quando por sua infiltração nos cartéis da delinquência organizada, como lançado à luz pelo trágico caso de Ayotzinapa, em 2014.

[139] Fonte: http://owl.english.purdue.edu. Acesso em 13 mar. 2016.

Essa infiltração é evidenciada por dados como esses: que 26 dos 80 grupos criminais atuantes no México contemporâneo estão presentes em Guerrero, segundo o supracitado relatório, com a suspeita que ao menos doze presidentes municipais no estado, oito deles pertencentes ao Partido Revolucionário Democrático (PRD)[140], teriam vínculos com cartéis de narcotráfico. Essa é parte fundamental da justificativa da ocupação completa do exército de treze regiões, após o caso Ayotzinapa, dada a patente falta de confiança federal nas autoridades municipais (Open Society, 2015).

Afinal, a implantação estratégica no estado de um corredor do tráfico de drogas, que abastece diretamente o mercado estadunidense, propiciou que grande parte da serra fosse ocupada pela produção de amapola e maconha, ganhando terreno para a expansão do crime organizado no estado (Illades, 2015). Nesse campo de disputa, alguns atores são importantes de serem analisados, seja por sua centralidade na contenção às oportunidades políticas para a militância (caso dos caciques e do próprio Estado), seja pelas tentativas ambivalentes de romper com este cenário (caso das policias comunitárias). Vejamos este campo relacional de atores.

4.3 Atores e cenários de restrição das oportunidades políticas na região de Guerrero

Os caciques locais, o Estado e o narcotráfico são os três atores principais envolvidos na complexa trama que marca a disputa pelos territórios da região de Guerreiro, limitando ao mesmo tempo, embora de maneiras diferentes, as oportunidades políticas dos movimentos sociais e da militância local. Dedicaremos mais atenção aos dois primeiros atores, pela impossibilidade de observação empírica mais detalhada com o narcotráfico, embora este também será considerado transversalmente. Outrossim, introduziremos, no final desta seção as polícias comunitárias como um ator ambíguo que, surgindo neste ambiente militarizado, pode derivar tanto em uma relação de cumplicidade com o status quo como servir de proteção para os militantes locais, funcionando assim como uma espécie de muro de contenção que pode facilitar, em certos contextos, a ação militante.

4.3.1 Os caciques: personagens históricos do autoritarismo guerrerense

[140] Que ocupam o governo no momento de escrita dessa tese, nos anos de 2015 e 2016.

O contexto socioeconômico de Guerrero, como observado anteriormente, é de um ambiente "autoritário e conflituoso" (BARTRA, 2000, p.15), no qual a máquina estatal é operada por um grupo restrito de homens poderosos da região. Esses são conhecidos como os *caciques locais*, figuras cujo comportamento político é associado ao tráfico de influência, à corrupção eleitoral, ao compadrio e favores entre pares. Sua presença é ubíqua no cenário guerrense, onde o funcionamento vigente ocorre a despeito dos ordenamentos formais, com a abundância de regras não escritas, mas que devem ser de conhecimento de todos.

A figura do cacique remonta ao México profundo, imortalizado por Guillermo Batalla, em 1987, personagem que no início do século XX recebeu- benefícios do *porfiriato,* quando Porfírio Diaz os instituiu como *chefes políticos locais.* Esses dirigentes oficiais de municípios e localidades foram figuras emblemática na organização fundiária pós-revolucionária de 1917. De forma que persistiram influentes durante todo esse tempo, permanecendo atualmente, em parte por sua vinculação ao PRI, partido que foi construído por caudilhos[141], contemporizando os interesses desse partido aos próprios, além de seus privilégios e o poder autocrático (BARTRA ET AL, 1980; BRANCALEONE, 2015).

Apesar disso, são controversas as versões sobre a gênese dessa forte presença dos caciques em Guerrero que, para Bartra (2000), encontram-se no estado desde sua fundação enquanto entidade federativa, em que os donos de terra passavam seu poder a outros, estendendo seu domínio da esfera econômica à militar e política. Desde então, essas figuras disputam os cargos e o poder da entidade e aproveitam para impor sua lei (Bartra, 1998).

Em um ambiente caciquista, portanto, as decisões relativas aos conflitos são conformadas pelos poucos homens que possuem o poder, dificultando que as demandas populares sejam atendidas, ocorrendo em um contexto altamente centralizado, autoritário e violento. A alta centralização e controle político tem como efeito corolário um eficaz mecanismo de representação, na qual a rede de alianças tem sua base. É igualmente atribuído ao caciquismo o benefício decorrente do aumento das redes criminais em Guerrero, que implica no incremento dos instrumentos para coerção da população e maiores recursos para negociar os votos (Illades, 2014). A

[141] Caudilhos são líderes políticos-militares associados ao século XIX sul-americano, no comando de forças autoritárias, com traços de engajamento ao seu programa político sustentados em suas personalidades, com programas populistas a fim de auferir larga adesão, ao menos no início, das pessoas comuns.

respeito das justaposições políticas entre partidos políticos e chefes locais, o militante Francisco comenta:

> [...] são povos centrais os que foram afetados pelo narcotráfico, quer dizer, você pode entrar e sair de Iguala, da Autopista del Sol, há muitas formas de sair. Já no local em que eu trabalhava, eu não poderia estar depois das 17hs ai, porque era perigoso, e não podia movimentar-me muito. Depois estive no Alto Balsas, que é o rio que corre todo Guerrero, antes de chegar a Chilpancingo, em comunidades totalmente indígenas, da etnia nahua, um dia tivemos um problema político. Os partidos políticos são muito pesados lá, e em todo Guerrero, que está fragmentado entre PRI e PRD e as lutas são fortes, porque as pessoas se casam com os partidos e pensam que esses vão resolver seus problemas [...] uma vez tivemos um problema com outros dois compas, sociólogo e outro historiador e um chefe local subiu e num ato de violência muito feio quase nos lincharam.

Ainda assim, os caciques não são atores exclusivos de Guerrero, nem da época recente, mas sua permanência é emblemática do funcionamento do aparato estatal local, dado que suas decisões podem ser tomadas por cima das instituições e da sociedade civil. Um dos resultados dessa estrutura de poder é uma falta de confiança da população no governo, de forma que "as instituições – como a polícia ou a justiça – não são consideradas instrumentos da ordem, mediação, protetores do bem comum, mas um inimigo potencial a que se recorre de má vontade e contra qual não há outra opção" (Almeyra, 2008, p. 177). É assim que o poder dos caciques necessita tanto de um reforço das práticas repressivas, quanto do impedimento da organização das massas e é nesse ponto que sua atuação os torna relevantes para esse trabalho.

Dessa forma, na empobrecida região da Montaña, os caciques têm uma alta parcela de responsabilidade na conflitualidade local, onde exercem um grande controle político, evidenciando seu vínculo intrínseco com a violência: "Guerrero é uma entidade violenta. Não tanto porque ali falte a lei, mas porque uma das normas não escritas de sua cultura política é que não importa contar com a razão ou com o direito, mas sim com a força" (Bartra, 2000, p.16).

No começo do século XXI, os caciques locais são figuras centrais na reconfiguração de poder, com a ajuda de estruturas estatais e redes de narcotráfico transnacionais, que se aproveitaram da localização geográfica estratégica de Guerrero, inserido em um corredor do tráfico de drogas até os Estados Unidos. O estado foi recentemente alçado a um dos maiores produtores de amapola mundiais [142], aumentando o poder dos caciques e funcionários estatais envolvidos com a corrupção,

[142] Planta base para a produção de drogas como a cocaína e a heroína.

e consequentemente os perigos para os militantes e população, cada vez mais cerceada. Um exemplo do controle dos traficantes da região foi o impedimento da instalação de alertas antissísmicos, em uma localidade com alta intensidade sísmica, com mais de mil sismos naturais cada ano.[143]

Esta conivência entre atores diversos que ora se enfrentam ora se beneficiam mutuamente constrói uma trama complexa de relações, na qual a escalada de violência é visível. Neste cenário, o Estado mexicano, mesmo adotando políticas que busquem chegar a parte da população de Guerreiro como forma de mitigar sua representação altamente negativa entre os moradores, continua sendo um dos atores centrais da repressão.

4.3.2 O Estado: falência e violência em um "evento crítico" recente

Os diversos relatos de insegurança dos moradores e militantes de Guerrero[144] associam parte dessa sensação à repressão, aos desaparecimentos e às mortes, muitas das quais com envolvimento de agentes do Estado. Além disso, o Estado é visto não somente como "ausente", mas também como "falido", pois não possui de fato o controle físico do território, perdeu sua autoridade na tomada de decisões relevantes para a região e, embora possa em alguns casos tentar, tem sido incapaz de oferecer os serviços básicos à população.

Nos últimos anos, como forma de tentar contornar esse cenário, o governo federal elaborou um plano de fachada desenvolvimentista com a liberação de recursos para a saúde, educação, energia elétrica e água potável em Guerrero, mas cuja contrapartida foi a retomada da ocupação militar. Em vez de pensar o Estado de maneira abstrata em sua relação com a violência, pensaremos isso a seguir a partir de um "evento crítico" concreto, qual seja, o desparecimento dos 43 estudantes de Ayotzinapa. Dito evento, que ganhou uma amplitude mundial, ocorreu na *Escuela Normal Raul Isidro Burgos – Ayotzinapa*, em 26 de Setembro de 2014. Localizada no município de Iguala, Guerrero, essa instituição atende aos filhos de campesinos e indígenas da região, em uma perspectiva de desenvolvimento agrário local.

[143] Fonte: http://www.sinembargo.mx/18-11-2015/1555250
[144] Testemunhos esses recolhidos pelo Informe Comisión de la Verdad del Estado de Guerrero (2014).

Nessa escola, desapareceram 43 estudantes após a morte de seis pessoas em confrontos. Embora persistam imprecisões, provas conectam a polícia e a família do governador a um cartel de narcotráfico local, *Los Guerreros Unidos*. Para entender o ocorrido é necessário recuperar brevemente a história das Escolas Normais no México, fundadas em 1922 como espaços emblemáticos de militância, por sua orientação ideológica e histórico, como parte de uma política de criação de escolas centrais agrícolas cujo objetivo era a formação de professores campesinos. Jorge comenta: *"não justifica nada, mas essas escolas têm uma formação maoísta, são militantes com uma orientação ideológica bem fechada..",* junto a uma série de estigmas imputados aos estudantes, como por exemplo *comunistas apátridas,* desde a presidência de Ávila Camacho (1940-1946), quando essas instituições começaram a incomodar o governo, decorrendo na diminuição drástica dos recursos para seu funcionamento (COLL, 2015).

A essa ofensiva governamental, as *Escuelas Normales* desde a década de 1940 se defenderam através de manifestações onde exigiam melhor alimentação, ampliação e melhoria das suas instalações, persistindo durante as décadas seguintes, sendo duramente reprimidas pelo governo. Nesse período também se intensificou a acusação de que se tratava de um *ninho de guerrilheiros*, criminalizando assim essas instituições para tornar mais fácil suas tentativas de fechá-las nos anos seguintes. Muitos dos repertórios de ação das escolas normais são compartilhados com outros movimentos em Guerrero, coextensivos à *Escuela Normal Rural de Ayotzinapa*, fundada em 1926.

Ademais, como demonstram as análises (Sierra e Sieder, 2015; Busquets, 2015; Peón, 2015; Watty, 2014) o ambiente escolar das *Escuelas Normales* se opõe aos interesses governamentais e do narcotráfico atuante em Guerrero, e por essa razão são encaradas como um obstáculo. Na estrada, quando saíamos de Chilpancingo, em uma conversa pedem para Jorge identificar-se como estudante em uma das revistas dos militares *"Para que? Para que nos matem? Aqui é a pior das identificações, ser estudante.."*. Esse processo de criminalização sofrida pelos jovens é evidenciado pela fala de um dos normalistas egressos da Raul Isidro: "*nos matam por tentarmos abrir*

os olhos das pessoas que a vida é injusta, o país é injusto... não devemos mais estar calados, mas levantar a voz"[145].

Nessa difícil relação, o Estado mexicano já havia demonstrado seu poder de força contra os estudantes em Guerrero, como em uma mobilização prévia em 2011, na qual os normalistas da mesma Ayotzinapa bloquearam a estrada *Autopista del Sol*, por melhores condições da infraestrutura das escolas. Esse repertório de ação juvenil buscava demandar o cumprimento das verbas previstas para a escola, mas em um enfrentamento com a polícia, resultou em feridos e três normalistas mortos. O ocorrido não foi um episódio fortuito, mas parece parte de um projeto repressivo posto em prática quando há a sensação de ameaça ao poder estabelecido (tanto estatal quanto dos narcotraficantes), dada a lógica dos movimentos, de não acatar às ordens facilmente[146]. Nesse período, o então governador Angel Aguirre Rivero (2011-2014), do PRD, foi indicado como responsável pela morte desses estudantes, mas não foi responsabilizado penalmente, permanecendo no cargo até 2014.

Após o ocorrido em Ayotzinapa, o governador foi rapidamente destituído, não antes sem passar um tempo foragido com a sua esposa, sobre quem recaia a suspeita de ser ligada a um cartel de drogas influente na região nomeado *Los Guerreros Unidos*, e, portanto, ser diretamente responsável pelo desaparecimento dos normalistas. Com a confirmação do desaparecimento forçado dos 43 jovens, a essa conta foram acrescidos mais de 600 desaparecidos durante o período em que Ángel Aguirre governou o estado de Guerrero.

Já o ocorrido no final de 2014 parece evidenciar que não exclusivamente em relação às escolas normais, mas em todas as iniciativas militantes desde a década de 1950, se pode observar como o projeto governamental em curso é bastante intolerante frente ao dissenso. Foi assim que o desaparecimento forçado de 43 estudantes desdobrou-se em marchas sistemáticas na Cidade do México, das quais acompanhei aquelas realizadas desde o começo de outubro. Entretanto, as mobilizações no país iniciaram no próprio estado de Guerrero, com fortes doses de violência, que incluíram a tomada de edifícios do governo estadual, estradas e manifestações sistemáticas, expandindo-se para o resto do país.

---

[145] Fala de um normalista da *Raul Isidro* em um seminário na UNAM – Universidade Nacional Autónoma do México, em 6 de Novembro de 2014.

[146] Fonte: http://www.radiovillafrancia.cl/conoce-el-proyecto-normalista-de-ayotzinapa-y-porque-ha-incomodado-siempre-al-poder-politico-y-al-narco-en-mexico#sthash.vsl9ry2M.dpuf. Acesso 11 de em março/mar. 2016.

O episódio deflagrou marchas por todo o país, sobretudo na capital, mas também em algumas capitais de outros países, em *marchas de solidariedade global à Ayotzinapa.* No México, seus momentos mais intensos ocorreram entre outubro à dezembro de 2014, pois alguns dias após o ocorrido em setembro ainda não estava confirmado que se tratava de um massivo desaparecimento forçado. Em relação às mobilizações, algumas coisas cabem ser observadas, como o virtual desaparecimento das forças repressivas estatais das manifestações, em um primeiro momento, uma provável estratégia do governo federal para evitar o desgaste frente à opinião pública. Indagados, os participantes desses protestos respondem que a situação é novidade, dado que sobretudo as marchas de dois de outubro[147] costumam contar com um policiamento ostensivo.

De uma forma geral, a atmosfera de crise deflagrada no país pelo episódio foi agravada pela reação do presidente Peña Nieto, que não visitou Guerrero no momento de intensa crise política, a despeito do clamor da sociedade civil. Sua ausência foi sentida malgrado o anúncio do ambicioso *Plan Nuevo Guerrero* dois anos antes[148]. Esse, contava com verbas de infraestrutura para os municípios mais pobres da região, que incluíam estradas e projetos sociais *desenvolvimentistas*, deixando de lado a segurança pública, já então apontada pelos moradores como seu problema principal.

É nesse ambiente de promessas dos governantes e alta repressão contra as mobilizações dissidentes que desenrolou-se o desaparecimento dos jovens militantes, evidenciando o que Tamayo (2014) chama de "tecnologia repressiva integral" aperfeiçoada pelo estado mexicano nos últimos anos, de enquadramento e criminalização dos movimentos opositores como atos de subversão e terrorismo. Não é por acaso, portanto, que o Estado é reconhecido como um ator importante nesse episódio, dada à sua cumplicidade com os cartéis de narcotráfico locais.

Uma das questões suscitadas pelo caso Ayotzinapa foi a extensão entre as relações dos governos mexicanos com os cartéis de narcotráfico atuantes no país, a partir do imbricamento entre soberania e governamentabilidade que configuram o mercado de drogas contemporâneo no México (Pereyra, 2012). Conflito esse cuja indiferenciação mimética, segundo o autor, entre cartéis e instituições estatais e a

[147] Realizadas anualmente e parte importante do desaparecimento forçado de Ayotzinapa, pois os 43 estudantes saindo de Iguala estavam a caminho da Cidade do México, para a marcha de 2 de outubro que celebra o massacre de Tlateloco, em 1968.

[148] Para mais informações sobre o Plan Nuevo Guerrero, consultar o site: http://www.transparenciapresupuestaria.gob.mx/es/PTP/NuevoGuerrero. Acesso em 13 nov. 2015.

militarização da segurança pública coextensiva ao controle de territórios e populações completo por grupos criminosos, faz com que os últimos assumam posições *de fato* soberanas. O narcotráfico, portanto, aparece nesse contexto como um poder incontestável, dado à dispersão de suas capacidades de impor violência, mesmo que de forma fragmentada, pois se assenta na possibilidade de cooptação e intimidação.

Ademais, é flagrante que os narcotraficantes funcionem através da administração da violência, controlando seus feudos de drogas e eliminando seus opositores, o que inclui autoridades políticas e membros da sociedade civil, incluindo militantes de distintos movimentos. O caráter instrumental das práticas violentas desses grupos no México atende às demandas de controle e intimidação de território, como também a hegemonia frente a outros grupos criminais. Segundo Pereyra (2012):

> [...] a violência militar e a violência criminal se confundem pois ambas fragmentam severamente os laços sociais e cada uma é replicadora de outra. A indiferenciação associada à violência excessiva produz não somente uma dispersão criminal, mas uma fragmentação das estruturas de poder e segurança estatais e locais (2012, p.454).

Nesse sentido, cabe uma digressão sobre a importância da categoria de "desaparecimento forçado", notadamente quando cometida pelo Estado mexicano. Essa modalidade criminal tornou-se corrente no país cujas cifras após a Guerra às Drogas do governo Calderón somam mais de 220 mil pessoas. Dado que o México possui uma alta taxa de armamento da população, em Guerrero, especificamente, são compartilhados o hábito com outros territórios mexicanos de porte cidadão de armas, que não raro as utilizam para resolver suas contendas, constando entre as nove entidades com maior índice de delitos com arma de fogo e em último lugar em um índice que mede as entidades mais pacíficas[149].

As evidências do envolvimento do estado mexicano com a obstrução do caso Aytozinapa, segundo a OEA (2015), se baseiam na designação da Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH), de um Grupo Interdisciplinario de Expertos Independientes (GIEI), e na apresentação de suas primeiras conclusões um ano após o desaparecimento, com denuncias de irregularidades, inconsistências e ausências durante as investigações. Além disso, a apresentação de uma *verdade*

[149] De acordo com o Mexico Peace Index, que pode ser consultado em: http://www.visionofhumanity.org/#/page/indexes/mexico-peace-index. Acesso em 13 abr.2016.

histórica, pelo então procurador geral da república Jesús Murillo Karam, de que os normalistas tinham sido incinerados juntos, não passava de uma *mentira datada,* segundo a avaliação dos militantes e dos mexicanos em geral, que ouvi nesse mesmo ano.

A partir do desaparecimento forçado de 43 jovens, sob os olhares de agências de Direitos Humanos nacionais e internacionais em Iguala, outras fossas de desaparecidos foram descobertas na região, desde 2007. Somente no período de buscas do caso Ayotzinapa, mais de 60 fossas coletivas e 129 cadáveres foram encontrados, com a identificação de apenas 16 dos corpos, posto que a "incapacidade institucional para resolver o problema é a razão pela qual os próprios familiares estão cuidando de suas buscas de fossas clandestinas em Iguala, buscando seus familiares desaparecidos" (OEA, 2015, p.85). Longe de constituir um caso isolado, este acontecimento permite ilustrar boa parte dos dilemas, percepções e contradições envolvendo a atuação do Estado e dos demais atores responsáveis pelo uso da força contra os militantes locais.

4.3.3 As polícias comunitárias: hibridismo violento ou pré-requisito para a geração de novas oportunidades militantes?

Em 1995 se noticiou amplamente o surgimento de distintos grupos de policias comunitárias em Guerrero, em sua maioria homens, funcionando como vigilantes de suas comunidades, com um armamento simples (espingardas e revólveres) e a partir do trabalho voluntário em uma sede escolhida em assembleia[150]. A iniciativa autônoma, tem uma composição de maioria indígena (Gutierrez, 2012), sendo a primeira denominada Sistema Comunitario de Seguridad, Justicia y Reeducación de la Costa Chica y Montaña, Policía Comunitaria de Guerrero - CRAC – PC.

Sendo assim, na narrativa constitutiva das polícias comunitárias, o incremento da violência local que propiciou seu início se deu a partir da intensificação da dominação de regiões inteiras em Guerrero por grupos criminosos a partir da década de 1990. Esse processo resultou em um aumento vertiginoso da criminalidade e no recrudescimento das condições de vida dos habitantes, especialmente pela ineficiência

[150] Algumas fotos da primeira sede da polícia comunitária, fundada em 1995, no município de Santa Cruz El Rincón, podem ser vistas no Anexo VII.

e às vezes, parceria das forças da lei com os corpos de segurança na região. É assim que, nessa narrativa constitutiva, há a constante menção da inapetência e corrupção dos sistemas de segurança estatais, que justificaria a necessidade de um sistema de segurança "próprio", em que cada comunidade elegeria seu grupo de policiais comunitários.

Esse grupo, segundo Gasparello (2009), já contou com cerca de 700 policiais, atendendo de forma voluntária a uma população de 300 mil habitantes. Entretanto, as observações etnográficas na sede da primeira polícia comunitária, em Santa Cruz El Rincón e as conversas com os militantes locais, tornam evidentes a complexidade deste caso e dos dados. Atualmente a instituição está passando por uma grave crise, por disputas políticas, mas também por sua precarização, como por exemplo, no município supracitado, apenas dois policiais – todo o efetivo local - se revezavam há duas semanas. Inés menciona o que acredita ser um dos resultados da crise das polícias comunitárias na região, o aumento tanto do contingente de militares quanto dos narcotraficantes:

> O que mais se nota agora é a presença militar e há coisas boas e também certas debilidades, e agora com a desarticulação das polícias comunitárias, as coisas ficaram um pouco débeis nas comunidades, então há temores da intervenção militar. E cada dia mais vemos mais militares na zona, e também que comecem... que vão entrando essas pessoas, os narcos...

Em um primeiro momento, a polícia comunitária se estabeleceu em ao menos 52 comunidades, tendo sido fundada no município de Santa Cruz El Rincón, como um sistema de segurança pública comunitária e indígena montado para assegurar as comunidades adscritas por decisão própria. Primeiramente, sua estrutura contava com comissários, autoridades agrárias, e representantes das então organizações ativas no período. Apesar de se auto declarar como iniciativa autônoma, a polícia comunitária guarda um certo cumprimento aos referentes normativos, não confrontando diretamente as autoridades existentes na região (Gutierrez, 2012).

A instituição surgiu na região da Montaña, que junto à Costa Chica, tem uma população indígena e campesina de cerca de 70%. Além disso, são áreas consideradas pelo governo federal "zonas prioritárias," por seus altos índices de marginalidade e de pobreza, e, desde a década de 1970, a alta violência local funcionou como justificativa principal para a criação da polícia comunitária.

Observei alguns aspectos do alto controle a que estão submetidos os habitantes dessas comunidades pela polícia comunitária local. Assim, há a utilização de uma corrente nas principais entradas da comunidade, junto à presença de policiais comunitários locais. Dessa forma, às 9 da noite os policiais já estão posicionados e controlam o fluxo de pessoas na comunidade, não permitindo a entrada de mais ninguém, salvo com uma permissão excepcional, como era o nosso caso, ainda que despertássemos alguma indignação com nossa frequente circulação à noite.

O segundo aspecto é exemplificado pelo militante Lucio, da rádio comunitária, afirmando que é a proteção da CRAC que os possibilita militar na região, tornando-os seguros de que suas atividades não serão interrompidas pelas forças estatais e por narcotraficantes. Segundo o seu relato, uma outra rádio mantida pela população, próxima ao local em que estamos, teve sua sede invadida pelo governo federal, por não contar com nenhuma proteção. A polícia comunitária, chamada tardiamente, após um enfrentamento, só conseguiu manter os militantes no local, mas teve seu transmissor, essencial para o funcionamento da rádio, apreendido.

Ainda assim, essa iniciativa não se estabeleceu sem controvérsias (Gutierrez, 2012), vide uma ocasião em que se observou com espanto o julgamento feito pela polícia comunitária de sujeitos ligados ao narcotráfico. A instituição conta, em sua maioria, com o respaldo da população local, que ansiava pela suspensão da cobrança das taxas pelos criminosos, o fim dos sequestros, homicídios e violações.

Já próximas à capital Chilpancingo, foram registradas mais de 47 registros de polícias comunitárias, desde seu surgimento, o que para Illades (2014) deve ser entendido junto a um *continuum* próprio ao estado mexicano. Esse contaria com as fases de mobilização – repressão – autodefesa, em um ciclo histórico caro à história de Guerrero desde a Revolução Mexicana, mas com autodefesas contemporâneas como inovações.

Assim é que no ano de 2013, foi criada outra grande polícia comunitária, chamada Unión de Pueblos del Estado de Guerrero (UPOEG). Seu líder principal, Bruno Plácido Valerio, também participou da fundação das CRAC. A maioria dos integrantes da CRAC, segundo Illades (2014), anda com os rostos descobertos e desarmados ou com armas de baixo calibre registradas e eram nomeados pelas próprias comunidades, com uma formação mínima oferecida. Já a UPOEG cresceu exponencialmente por seu caráter confrontativo frente aos narcotraficantes locais.

Malgrado as diferenças entre as CRAC e a UPOEG, notadamente relativos ao histórico prioritariamente indígena da primeira e sua constituição como política comunitária e sistema de administração de justiça com reconhecimento legal a partir da lei 701(de junho de 2011), *de Reconocimiento, Derechos y Cultura de los Pueblos y Comunidades Indígenas del Estado de Guerrero*[151], as duas organizações possuem muitas semelhanças, sobretudo relativas a seu caráter popular e às problemáticas que enfrentam. A legislação supracitada marca o reconhecimento da legitimidade pelo Estado da polícia comunitária (Sierra, 2015), sob a prerrogativa de tolerância para manter a iniciativa baixo certas margens e também por sua incapacidade de acabar com essa.

Outro aspecto relevante é que o início das atribuições das polícias comunitárias marcou uma etapa em sua organização, de recuperação e reelaboração da memória histórica de como seus antecessores indígenas praticavam justiça. Nos municípios de Guerrero que possuem um sistema semelhante, mas não institucionalizado de segurança, o trabalho também é realizado pela própria comunidade, como relata Jorge: "*na minha região existe uma polícia comunitária, mas é um serviço forçado que tem que dar a sua comunidade. É um serviço que você presta e adquire direitos, enquanto na polícia comunitária é uma instituição, com todas as suas estruturas*".

O que se alega é que a incorporação das leis indígenas significou a recuperação de questões importantes que haviam caído em desuso, dado que, no contexto de pobreza da região, a justiça era um privilégio da elite econômica regional, dos grandes produtores agrícolas, entre outros. Assim, polícias comunitárias institucionalizadas teriam enfrentado a corrupção do ministério público (Gutierrez, 2012) e obtiveram resultados exitosos nos últimos anos se contrastados aos do aparato estatal de segurança, em que os habitantes puderam combater e diminuir os índices delitivos. Ademais, apesar de todas as controvérsias em sua execução, o acesso à justiça e à segurança em um contexto de pobreza acaba por reafirmar a importância dessa instituição.

[151] Tal lei estabelece, em seu artigo 26, II, o direito aos povos e comunidades indígenas à livre determinação e a autonomia para aplicar seus sistemas normativos internos, sobretudo na solução de conflitos internos. Essa se sujeita aos princípios gerais da Constituição estatal e respeita às garantias individuais. Fonte: Informe Especial sobre los grupos de Autodefensa y la Seguridad Pública en el Estado de Guerrero. Disponível em: http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/prensa/download/6-prensa/193-informe-especial-sobre-los-grupos-de-autodefensa-y-la-seguridad-publica-en-el-estado-de-guerrero-2013. Acesso em 25 mar. 2016.

De modo geral, as polícias comunitárias em Guerrero funcionam como responsáveis pela segurança em todo o tecido comunitário, contando com a realização de Assembleias Gerais Comunitárias periódicas, cuja função é nomear o grupo de policiais comunitários, cujo cargo fica à disposição da comunidade (Christilieb, 2009).

Já em relação ao modo como operam, de uma forma geral, elas realizam o trabalho de prevenção, perseguição e sanção de delitos de foro comum, além de buscarem reinserir os presos. As polícias comunitárias têm, em sua maioria, um respaldo popular e mantiveram, por alguns anos, relações de tolerância mútua com os governos, porquanto não se exima o risco da proliferação desses grupos vinculados ao narcotráfico. Para Estrada (s/n), um de seus principais méritos seria a interrogação da funcionalidade da estrutura institucional, ao evidenciar, de alguma forma, seu alto nível de corrupção.

Ao observar o funcionamento dessa instituição, na sede da precursora CRAC, em Santa Cruz El Rincón, os dois policiais comunitários partícipes do revezamento naquele momento comentam que são dezenove os presos por delitos de menor gravidade, como o porte de maconha ou furto de alimentos. Pude constatar, além da organização dos processos e movimentação dos presos para outras sedes, o calendário dos centros de reeducação, e um certo caráter moral da instituição, como a detenção por embriaguez em frente à sua sede.

Entretanto, conquanto tenha contado com uma certa negligência estatal no princípio (Christilieb, 2009), rapidamente as polícias comunitárias observaram uma resposta estatal que buscou impedir seu funcionamento. As principais alegações governamentais são a ausência de um marco legal, pois não são frutos de processos legislativos constitucionais; a violação de direitos humanos, por seu caráter armado e a tentativa de vinculação dessa iniciativa a grupos guerrilheiros. Assim, junto ao governo mexicano, os partidos políticos e autoridades eclesiásticas locais buscaram fazer com que os povos indígenas desistissem desse sistema comunitário através do encarceramento de alguns de seus fundadores, desarmamento de suas bases em algumas ocasiões e da perseguição aos dirigentes.

Desde então, são muitas às investidas de *apoderamento* desse sistema comunitário, segundo Sierra (2015), como sua apropriação por parte da justiça federal, a partir do anúncio da criação de um mandato único no ano de 2014, com a

finalidade de controlá-las. Tais tentativas de controle e regulação, contudo ocorrem desde o ano anterior, quando foi criado o programa estatal chamado "Guerrero Seguro", que buscava dirimir a auto-organização dos habitantes dessas regiões, o que explica que até a data atual, os intentos de oficializá-la tenham fracassado frente à legitimidade que gozam entre a população.

Em suma, o surgimento da polícia comunitária enquanto ator político no cenário guerrerense implicou um alto grau de ambivalência: por um lado, a depender de determinadas configurações as mesmas podem acabar constituindo-se como uma nova "capa" na já sinuosa estrutura da violência regional, eventualmente levando a novas relações de dominação e dívida; por outro, podem ser entendidas como uma uma demonstração da organização de resposta indígena, agravado pelo racismo institucional[152], em um contexto de extrema violência e insegurança. Nesse, a segurança fornecida pelo governo é ineficiente, segundo a população local, que afirma viver em meio a um "abandono do estado"[153], um dos agravantes da violência local. Seja como for, foi aberto um precedente importante para processos organizativos posteriores, além do protagonismo de um discurso político em torno da questão indígena, do fomento ao acesso à justiça e da promoção da participação cidadã, com a incorporação de mecanismos de controle em relação às autoridades e assembleias comunitárias.

4.4. Do fechamento à abertura de oportunidades políticas

Após salientar como a violência funciona como um operador analítico importante para as mobilizações, o recorte empírico é retomado, sobretudo a partir da substituição da hegemonia *priista* pelo PRD e como isso afetou o ativismo local e suas demandas. Pretende-se com isso relacionar a possibilidade de emergência de oportunidades políticas com a configuração do sistema político e os atores locais. Em perspectiva histórica, a violência local está majoritariamente relacionada aos períodos de ascensão dos movimentos sociais, diante dos quais o governo local e seus caciques respondiam com a cooptação de líderes ou com excesso do uso da repressão. E desde

[152] No México, o conceito de racismo institucional está ligado às populações indígenas, que afirmam sofrer com o descaso estatal baseado estritamente no fato de serem indígenas.
[153] O uso da imagem de "abandono estatal" também é explorada em informes oficiais, como por exemplo, o *Informe Especial sobre los grupos de autodefensa y la Seguridad Pública en el estado de Guerrero*.

o começo do século XX, portanto, que as bandeiras democráticas pacíficas são levantadas, mas, ao ver insatisfeitas suas demandas e perseguidos ou encarcerados seus militantes, uma parte considerável desses atores opta por formas mais radicais de mobilização (Illades, 2014).

4.4.1 Oportunidades ambivalentes e o sistema político

O ciclo de mobilização no estado incluiu, frequentemente, uma organização posterior permanente, com alguma forma de autodefesa, sendo que alguns dos militantes foram mais além e transformaram-se em guerrilheiros. Nos últimos anos, a resposta governamental, portanto, aumentou sua força e intensidade, com um duplo objetivo: não apenas acabar com os movimentos armados, mas desarticular as mobilizações desencadeadoras dessa.

Dessa forma, o tipo ideal *tilleano* que afirma a existência de um *continuum* violência – mobilização – repressão é útil para pensar a situação em Guerrero, principalmente desde a década de 1950, por oferecer um paralelo para entender a falta de oportunidades para a militância no local, ou de forma mais precisa, em como a repressão pode desencadear ações mais violentas ainda, que o surgimento das guerrilhas evidencia. Assim, Tilly (1978) já assinalava que tanto a repressão quanto a violência por parte dos aparatos coercitivos estatais definem em grande medida o *modus operandi* de seus líderes e opositores, principalmente no meio rural, assemelhando-se à realidade do campo guerrerense.

Corroborando com essa hipótese, Illades (2015) recupera Tilly para reafirmar que essa dinâmica não é exclusiva da Guerrero, mas que de maneira geral os movimentos no México contemporâneo teriam crescido em suas formas mais radicais concomitantes à perda de terreno antes da alternância política (PRI-PAN). Existiram ações anteriores à guerrilha tinha como foco a demanda por liberdades civis básicas (expressão, manifestação, associação) e direitos elementares (propriedade da terra, salários dignos, emprego, educação e saúde), reivindicações que aforam recebidas pelo governo com intensa repressão, o que, em sua narrativa ocasionou sua radicalização, segundo sua própria narrativa.

Outra resposta à violência estatal, dado que a polícia e o exército muitas vezes foram flagrados atuando em conluio com os cartéis de narcotráfico locais e os criminosos na região, foi a própria criação das polícias comunitárias, influenciando

diretamente nas oportunidades existentes para os militantes. Assim, guardadas as devidas proporções, é possível aproximar-se da situação que Castells (2013) conceituou como as etapas de um processo revolucionário, a partir de uma inovação tanto nas formas de luta quanto no ponto de vista organizativo e de conteúdo. Ao ressaltarem os aspectos de segurança, disciplina e justiça, a CRAC e as instituições que se seguiram, confrontraram-se com um forte aparato de repressão, no momento de maior embate entre movimentos e forças antagônicas.

Castells traz à tona outro fator, que também pode ser pensado junto a um paralelo com o caso em Guerrero que é a falta de confiança na polícia para tratar de problemas relativos à segurança, que propicia que a solução encontrada da justiça popular seja experimentada de forma distinta, com graus de estabilidade e organização diferentes. O autor prossegue:

> O que parece determinante para a existência de um sistema eficaz de justiça popular é o nível de mobilização e de organização política, além das orientações políticas particulares, independentemente de se essa mobilização venha da importância e coerência do grupo político criador do acampamento ou da experiência de luta contra o aparato repressor que marcou os começos da existência desse novo meio. Outro fator que influencia politicamente: existe uma justiça popular local, à margem do sistema institucional (CASTELLS, 2013, p.95).

Na vertente das oportunidades políticas, mormente em termos da política partidária, à abertura política do sistema mexicano, como ficou conhecida à transição democrática do PRI ao PAN, nas eleições presidenciais de 2000, contou com uma frustração societária decorrente das diversas semelhanças entre o partido até então há 80 anos no poder e o subsequente.

No plano local, Guerrero também contou com uma transição de partidos políticos, dado que os governadores do estado entre 1945 e 2005 pertenciam exclusivamente ao PRI, sucedidos por governadores do partido de esquerda mexicano de maior expressividade até então, o PRD [154]. Essa *passagem* ficou conhecida

[154] Desde 1945 os seguintes governadores passaram por Guerrero: Baltazar R. Leyva Mancilla (1945 - 1951), PRI; Alejandro Gómez Maganda (1951 - 1954), PRI ; Darío L. Arrieta Mateos (1954 - 1957), PRI; Raúl Caballero Aburto (1957 - 1961), PRI ; Arturo Martínez Adame (1961 - 1963), PRI, Raymundo Abarca Alarcón (1963 - 1969), PRI; Caritino Maldonado Pérez (1969 - 1971), PRI; Roberto Rodríguez Mercado (1971), PRI; Israel Nogueda Otero (1971 - 1975), PRI; Xavier Olea Muñoz (1975), PRI; Rubén Figueroa Figueroa (1975 - 1981), PRI ; Alejandro Cervantes Delgado (1981 - 1987), PRI; José Francisco Ruiz Massieu (1987 - 1993), PRI; Rubén Figueroa Alcocer (1993 - 1996), PRI ; Ángel Aguirre Rivero – Interino (1996 - 1999), PRI ; René Juárez Cisneros (1999 - 2005), PRI;

localmente por alternar o poder nas mãos de poucas famílias, a saber: os Abarcas, Alcocer e Figueroas[155], mas que retoma à relativa margem estrutural de articulação do estado mexicano.

No momento dessa, um pacto foi firmado entre os grupos locais de poder, caciques, caudilhos e oligarquias, que posteriormente foram disciplinados pelo regime. Para além da – sensação de falsa - alternância partidária, é importante observar quem são os quadros que usam os partidos políticos como plataformas institucionais em função de seus interesses, mais até do que por orientações programáticas. A alternância local, regional ou federal, dessa forma, disporia de um peso pequeno nas dinâmicas e práticas em contextos como o de Guerrero.

Conquanto o desmantelamento dessa hegemonia *priista* não tenha acontecido sem a resistência de seus caciques, a chegada do PRD logo escancarou o caráter estático da transição, pois esse rapidamente se conformou como um partido de centro, cuja intensa disputa interna por cargos evidenciava sua incapacidade de canalizar as inconformidades sociais, indicando um desencantamento da população local com a política partidária. O desencanto ficou evidenciado, dentre outros acontecimentos, com as medidas adotadas pelo PRD em seu apoio ao projeto da hidroelétrica La Parota e a insensibilidade frente à crise da educação pública no estado.

Esse é um dos pontos que auxilia o entendimento do final da hegemonia *priista*, dado que durante a transição os movimentos sociais interagiram com um regime político previamente caracterizado como autoritário, ou seja, dado o vínculo entre a estrutura do sistema político, as respostas governamentais e os movimentos societários, se esperaria uma ruptura após o final dessa hegemonia (Favela Gavia, 2010). Anteriores à chegada do PRD, as demandas militantes tinham um caráter fortemente cívico-político, com estratégias de confronto e praticamente sem recursos convencionais para prosseguir com suas diligências, obtendo uma resposta governamental paradoxalmente repressiva e responsiva.

Assim é que os militantes envolvidos no rechaço à hidroelétrica La Parota simbolizam uma parte importante do desgaste do PRD com os movimentos sociais

---

Zeferino Torreblanca Galindo (2005 - 2011), PRD; Ángel Aguirre Rivero (2011 - 2014), PRD ; Rogelio Ortega Martínez – Interino (2014 - 2015), PRD; David Cienfuegos Salgado – Provisional (2015); Salvador Rogelio Ortega Martínez – Sustituto (2015), PRD e Héctor Astudillo Flores (2015 - Atual), PRI.

[155] Para mais informações sobre a concentração de poder nas mãos dessas escassas famílias em Guerrero, ver: http://www.almomento.mx/diario-ejecutivo-ayotzinapa-y-los-ruben-figueroa/ . Acesso em março/2016.

locais, muitos anteriormente ligados à política indigenista governamental, mas que logo perceberam que estas não respondiam às suas demandas, necessitando uma maior ênfase no seu pertencimento étnico-identitário. Finalmente, pertencer a um estado governado com uma alta dose de autoritarismo e exclusão, não foi simples para os grupos militantes locais, que funcionam pressionando esse regime político, inclusive por sua ampla e inócua reforma eleitoral realizada em 1977, uma saída política para o rechaço do *status quo*.

Nesse sentido, considerando os distintos subsistemas de governo que, para fins analíticos, são dispostos em termos de abertura e fechamento dos canais institucionais à participação social (Favela Gavia, 2010), há um extremo democrático e o outro autoritário, unidos pelas dificuldades que as estruturas desses modos têm de operar. O tipo democrático – aberto – possui uma disposição institucional com canais para que a população efetivamente influencie o governo. Guerrero se aproximaria do segundo tipo, em termos de sistemas ideais, o político autoritário/ fechado, funcionando com a ausência de recursos e práticas que facilitem uma rede de participação cidadã.

O crescimento das expressões de inconformidade social, portanto, a partir da abertura sistemática do sistema político institucional, para Favela Gavia (2010) confirmaria a tese de Eisinger (1973) sobre a relação curvilínea entre o grau de abertura e a incidência dos protestos, além das mudanças nos repertórios de participação que incluem grupos mobilizados decididos a defender seus direitos condicionando suas ações ao atendimento de suas demandas imediatas.

No entanto, o que seria um indicativo latente de uma maior disponibilidade do governo mexicano em negociar com os movimentos sociais do que anteriormente, não significa uma maior satisfação das demandas ou a suspensão dos mecanismos de desarticulação das lutas sociais. A adaptação das mobilizações se observa dado às possibilidades e exigências de um regime que se define como um Estado de direito, mas criminaliza a ação coletiva e neutraliza as organizações a partir de sua incorporação aos mecanismos burocráticos.

Assim, para Ortiz (2010) sistemas plurais são aqueles cujas oportunidades para mobilização aumentam, tal como suas chances de êxito, enquanto em um regime autoritário há uma tendência à repressão e à cooptação. De forma que a probabilidade que as demandas sociais sejam aceitas são menores em um sistema impositivo, dado que há menos canais institucionais para sua transformação em políticas públicas. As sistemáticas mobilizações de campesinos, estudantes, indígenas, entre outros

militantes, foram recebidas pelo Estado mexicano com medidas repressivas por uma percepção de que eram ameaças, sendo fortemente reprimidas em Guerrero.

Dado que a resposta estatal é, com muita frequência, uma tentativa de criminalização das possibilidades de articulação social, não seria suficiente a criação recente de mecanismos de participação cidadã, como a fiscalização de recursos públicos e o acesso à informação, diminuindo as possibilidades de reprimir os movimentos sociais de forma aberta e violenta (Gutiérrez, 2012). As alternativas de administração de conflitos, nesse momento, aparentemente menos autoritário, passam a ser a criminalização das dissidências políticas, através da invisibilização dos conflitos por parte do Estado; não reconhecendo a legitimidade dos atores, provocando uma escalada nos conflitos e o fechamento dos canais de diálogo, gerando, finalmente, o que gera uma resposta estatal repressiva e judicializada, de forma a desgastar os movimentos (SERAPAZ, 2008, p. 4).

Contudo, não só a criminalização, mas o assassinato de vários militantes, como afirmam Illades e Santiago (2014), igualmente evidenciaria o projeto do governo mexicano de desarticular a resistência de grupos e comunidades organizadas, mormente frente à crescente privatização dos bens nacionais, expulsão de pessoas de suas casas e outras violações de direitos humanos. Desde 2008, são os mesmos autores que sinalizam o aumento dos assassinatos de militantes, principalmente em suas organizações indígenas.

Ademais, a sociedade civil, confrontada às lideranças *priistas,* teria sofrido com uma ampla cooptação dos líderes dos movimentos ligados ao PRI, resultado do reforço das estruturas de poder desse partido, sobretudo nos estados e municípios. Nesse sentido, as conquistas dos movimentos sociais locais foram relativamente escassas, pois foram confrontados a uma estrutura clientelista, que impedia a articulação das lutas sociais, resultando no isolamento e repressão dessas. Não é à toa que Bartra (1998) imputa ao estado mexicano à obsessão histórica de *organizar* a sociedade civil, que resultou em um diálogo surdo com os militantes, baseado amplamente em chantagens e na coerção.

As guerrilhas existentes e ativas, portanto, desde o século XX em Guerrero, podem ser tomada como emblemática de uma tática violenta, mas para entendê-las como alternativa possível, é preciso antes considerar o relativo fechamento institucional do estado. Como afirma Favela Gavia (2010), essa estrutura ocasionou a imposição de severos obstáculos à organização e ao desenvolvimento dos

movimentos sociais, desestimulando a participação política, dado que não havia canais institucionais adequados e suficientes para participar. O resultado foi que os métodos adotados pelos militantes foram menos convencionais, mais combativos e fora do pactuado na política convencional.

A autora, em outra ocasião (Favela Gavia, 2006) já apontava para fatores que impediam as mobilizações no fechado cenário político mexicano, como principalmente a excessiva centralização do poder no executivo e a estrutura corporativa de representação de interesses, além da legislação e excessiva vigilância dos protestos.

Na medida em que essas demandas exigem a ampliação dos canais institucionais para a participação política, também denunciam a estreiteza da estrutura política vigente e sua necessidade de mudança desse núcleo político do sistema autoritário, além das demandas de liberdade de organização e eleições livres e competitivas. Estrategicamente falando, para os militantes, é frequente o recurso, após esgotar as tentativas legais de ação coletiva, de concentrar-se na ação direta, na denúncia e eventualmente em alguma forma de violência, sem usar de forma coextensiva as vias institucionais.

Mas essa *alguma forma de violência,* empregada pelas guerrilhas e por outros movimentos guerrerense*,* é acompanhada por um nível altíssimo de repressão aos militantes, evidenciado pelo caso Ayotzinapa. O Estado parece acompanhar a radicalização das táticas de protestos com uma maior brutalidade as práticas repressivas, que inclui o desaparecimento forçado e o assassinato dos militantes, ainda que existam instrumentos jurídicos como a lei sobre a dissolução social (1971), a emissão de uma anistia e a liberação de presos políticos (1978) e a criação de organizações de direitos humanos – mais ou menos conectadas com o governo. Entretanto, o resultado é notadamente a permanência da atmosfera de impunidade das autoridades políticas e policiais.

A violência estatal em Guerrero, segundo a literatura (FAVELA GAVIA ,2010; IILIADES, 2014; MONTEMAYOR, 2009; ORTEGA e ALBA, 2012 e TURNER, 1992) e as observações no campo, não somente falhou em eliminar a oposição popular, mas ao contrário, acabou radicalizando as táticas e ideologia dos manifestantes guerrerense. Nesse sentido, uma reflexão corolária diz respeito à escolha por táticas que rechaçam as vias institucionais, demonstrando o desencantamento com a política institucional, cujo levantamento do EZLN, em 1994,

é um galvanizador dos movimentos importante para essa análise.

É preciso pensar os limites do sistema político mexicano, observados a partir do que Ceceña (2006) conceitua como um transbordamento da realidade da representação política e de suas práticas, como um dos maiores legados do EZLN, com uma amplitude tanto interna quanto externa ao México. Esse movimento, desde seu surgimento em 1994, já passou por distintas etapas de rechaço-diálogo com a política institucional e as eleições (Brancaleone, 2015), para além do episódio de um ativo chamado ao boicote às eleições nacionais de 2006 [156]. Atualmente o movimento não se pronuncia mais a respeito, em um país com voto facultativo, e altos graus de abstencionismo eleitoral. O estado de Guerrero, junto a Chiapas e Michoacán, possui uma das maiores abstenções eleitorais do México, como na eleição de 2000, com menos de 45% de votantes (Igartua, 2006).

Os movimentos sociais em Guerrero, durante a hegemonia do poder no PRI, tinham um forte vínculo com o partido, e portanto, encontravam-se subordinados às suas diretrizes oficiais, incluindo suas demandas econômicas. Assim, funcionavam como redes de transmissão das decisões governamentais à população, controlando seus participantes, funcionando com base na cooptação até o extremo: o assassinato, resultando em um inegável enfraquecimento dos movimentos sociais, com muitas de suas lideranças desaparecidas ou assassinadas (Favela Gavia, 2010; Brancaleone, 2015). Dentre os desaparecidos, muitos foram os militantes de focos insurgentes e guerrilheiros, que muito embora sigam vigentes em alguns espaços no estado, começaram a demonstrar então o esgotamento do seu projeto (ILLADES e SANTIAGO, 2014).

Dessa forma, é compreensível supor que após o período da Guerra Suja na década de 1970, os movimentos sociais no México, em geral, e em Guerrero, particularmente, passaram por um período de *calmaria*, onde buscavam não despertar a atenção dos governantes. A desconfiança com os partidos políticos deve ser entendida, portanto, junto a repressão aos militantes desse período, que atualmente parecem buscar canais não institucionais, como marchas e movimentos relativamente autônomos (Bizberg, 2010). Em termos de oportunidades políticas, parece latente o

[156] As eleições presidenciais no México, em 2006 foram o palco de diversas polêmicas, incluindo o que foi considerado como um chamado ao boicote eleitoral pelo EZLN, em meio a sua *la otra campaña*. Em seus discursos, o subcomandante Marcos frequentemente mencionava a indiferenciação dos projetos de poder dos partidos disputando, no entanto a esquerda institucional rechaçou completamente sua fala, pois acreditavam que seu principal candidato, Andrés Manuel López Obrador, conhecido pelo acrônimo AMLO, tinha chances de vencer essa eleição.

indicativo de que as organizações governamentais existentes não esgotam os canais de solução de conflitos, seja por uma questão de legitimidade ou por não traduzirem exatamente os anseios e necessidades da população.

Dito isso, é preciso reforçar o declínio de legitimidade dos canais institucionais apontado pela literatura (BARTRA, 2000; GARGARELLA, 1997), sobretudo pelas dificuldades colocadas pelo Estado ao surgimento de organizações representativas, aumentando assim as ações produzidas fora dos canais institucionais, processo acentuado na transição dos partidos PRI - PAN[157], em termos nacionais, na transição democrática. Nessa conjuntura, as ações coletivas surgidas foram bastante defensivas, em um movimento paralelo ao declive do corporativismo (Bizberg, 2010), o que em Guerrero, somou-se à incapacidade de integração das redes políticas, especialmente por seu caráter inerentemente partidário, resultando em uma flagrante radicalização das ações coletivas, e, portanto, o que as tornou alvos mais fáceis da repressão governamental.

4.4.2. As estratégias militantes

O capítulo finaliza com algumas das estratégias dos militantes observadas em Guerrero, frente à violência, à pobreza e o contexto institucional adverso às movimentações. As formas encontradas localmente pelos militantes seriam, portanto, notadamente ligadas as praticas não-institucionalizadas, valorizando a autonomia[158], o aproveitamento da geografia particular do estado, sobretudo na região da Montaña, o repertório de ação radicalizado, o intercâmbio entre distintos movimentos e finalmente e a apelação a redes internacionais de ação, para resguardar-se internamente, ao mesmo tempo que expõem externamente às violações de direitos humanos sofridas.

Primeiramente, a complexa composição étnica do estado de Guerrero deve ser considerada frente à significativa composição indígena de sua população. Dessa forma, a própria existência de autodefesas e polícias comunitárias, como modo de

[157] PAN – Partido da Ação Nacional, partido de centro-direita de grande expressão mexicano, fundado no século XX, e obteve a presidência do México durante dois mandatos, entre os anos de 2000 a 2012, com os presidentes Vincent Fox e Felipe Calderón, respectivamente.
[158] Autonomia essa respaldada por tratados internacionais, no que tange aos direitos indígenas, como a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, em seus artigos 4, 5,20 e 34 e o Tratado 169 da OIT - Organização Internacional do Trabalho.

enfrentar o que consideram como o descaso governamental e sua violência discricionária, se relacionam às leis indígenas de *usos y costumbres* ancestrais, que reivindicam a autodeterminação e o direito à defesa.

Assim é que o contexto guerrense é ininteligível fora de uma compreensão da política agrária e colonial latino-americana, e do papel desempenhado por indígenas e camponeses, o lado mais fraco nessa história, mas que também vem ganhando um protagonismo nas últimas décadas nas instituições políticas de seus países (BRANCALEONE, 2015; LOPEZ Y RIVAS, 2005).

O que remonta as especificidades de um território agrário que conforma às ações dos militantes. Os movimentos agrários, desde a década de 1960, em suas distintas vertentes, podem ser representados pelas *Normales Rurales*, em Guerrero, cujos *repertórios de ação* possuem especificidades do meio rural. E não somente relativos às práticas agrárias, mas a uma geografia desafiadora para os movimentos, enquadrada como um fator de isolamento, sobretudo na região da Montaña, cujo acesso é complicado, com estradas de terra e de mão única, entre outras dificuldades.

Mas esse isolamento também é estratégico, dado que geografias tidas como adversas, como os terrenos montanhosos que dividem localidades e sujeitos completamente em Guerrero, podem ser vantajosas para a ação coletiva. Essa vantagem quase involuntária se dá pelo conhecimento que os militantes possuem do terreno, facilitando as atividades dos movimentos, como as guerrilhas rurais presentes desde a década de 1960 na região.

Se as mudanças, ainda que tenham reduzido os custos das mobilizações sociais, não lograram garantir o exercício adequado dos direitos dos cidadãos, persiste a sensação de insuficiência dos canais institucionais mexicanos em viabilizar as demandas dos militantes. Tanto as transformações recentes no sistema político quanto às formas e os propósitos da ação coletiva se modificaram, revelando sua articulação intrínseca, pois a abertura do sistema político teve na mobilização social um dos seus geradores.

Em relação às estratégias escolhidas pelos militantes, a opção pelas rádios comunitárias é emblemática das táticas possíveis em contextos comunitários, de relativo isolamento dos centros urbanos. Doimo (1995) afirma que a comunicação nas comunidades estimula desde a reflexão teórica à capacitação prática, passando por atividades propriamente como vídeos, imprensa popular, rádio e teatro populares, agitando às redes de movimentos locais. Essa forma de militância persiste com grande

aceitação nos contextos rurais, e em Guerrero, ganhou força pelas características agrárias supracitadas e principalmente por implicar em um baixo custo e em uma ampla capacidade de mobilização, em diferentes idiomas.

A partir do trajeto até uma rádio comunitária na Montaña de Guerrero, outra estratégia importante para a sobrevivência das militantes e de suas iniciativas pode ser observada, em uma região na qual convivem com o constante medo de serem descobertos: a mentira e a dissimulação. Para Scott (2000), a desigualdade de poder e a arbitrariedade em que esse é exercido, ditam os exercícios dos *subordinados* e sua ritualização, implicando em uma máscara de sobrevivência cada vez mais grossa.

Na estrada, somos parados quatro vezes em bloqueios distintos chegando a Guerrero, realizados pelo exército e pela polícia, antes de chegar a Buena Vista, onde nos revistam e ao nosso equipamento, perguntando o que fazemos na região. As respostas variam, mas são sempre dissimulações, variando entre a que somos turistas e vamos a Acapulco, e passando dessa cidade, que somos consultores ambientais. Ao medo que sinto de sermos descobertos, percebo a reação já habitual dos meus companheiros, que me remete às táticas *scottianas,* de sorrir a quem consideramos nossos oponentes, em um sacrifício estratégico da sinceridade, dado que os agentes estatais podem causar severas complicações ou impedir a nossa viagem.

Outra estratégia surgida nos últimos vinte anos nas lutas desse estado é seu alto grau de articulação, reconhecendo as experiências de outros espaços e com informações sobre a quantidade de afetados com problemas semelhantes (Quintero Romero e Rodriguez Herrera, 2008). A convergência entre os movimentos, local e nacionais, tem como objetivo melhorar suas posições de interlocução, tendência acentuada em períodos de risco de existência, assim que várias ultrapassaram suas fronteiras geográficas e setoriais quando se viram ameaçadas ou se descobriram incapazes de avançar com suas demandas sozinhas (Garcia, 2000). Jorge ilustra esse processo de circulação das lutas:

> [...] já trabalhei com a polícia comunitária, aprendi muito e também fui a Cherán [Michoacán] e trabalhei com rondas comunitárias. E ir comparando também o que faço, levar vídeos e falar "olhem compas, vocês estão lutando aqui com seu próprio sistema de segurança, em Cherán eles estão fazendo assim.

Nesse sentido, o exemplo da polícia comunitária, que em Santa Cruz El Rincón, em 1995, contou com a articulação inicial de várias organizações locais, é

interessante para demonstrar essa estratégia militante (Korsbaek, 2009). Na gênese dessa instituição guerrerense, tanto o Consejo 500 Años de Resistencia Indígena, Negra y Popular; quanto o Consejo de Autoridades Indígenas; a SSS Café-Maíz; o Consejo Comunitario de Abasto; as organizações cafeteiras da Montaña e a Unión Regional Campesina trabalharam conjuntamente para a conclusão desse processo. Ademais, um dos padres da igreja católica local, em El Rincón, também participou no primeiro e complexo momento de fundação da CRAC, em que pese a tendência mais ampla das igrejas em Guerrero de dissuadir essa iniciativa.

Outro exemplo corolário de articulação dos militantes em Guerrero é dado pela constituição de grupos de cidadãos que pudessem representá-los em suas comunidades e que, articulados, passassem a integrar redes que se apresentam ao cenário de denúncia internacional. Uma das inovações nessa luta está no vínculo de algumas dessas organizações, que já estavam presentes em Guerrero, como o caso do movimento cívico dos anos 60, o movimento ecologista da Sierra de Petatlán e a Polícia Comunitária da Costa Montaña. Para Quintero Romero e Rodriguez Herrera (2008), essas mudanças na participação política teriam favorecido que os habitantes de Guerrero assumissem um papel distinto frente às condições injustas em que viviam, de forma que:

> [...] as mudanças na participação política que alguns setores promoveram em grande parte dos sucessos de resistência empreendidos por alguns setores da população desta região não tinham como propósito mudar a forma de conceber a participação na vida pública (elemento da cultura política) ou incidir nela, mas aportaram elementos para transformar sua prática política com novos entendimentos, não somente perante o poder mas à sua convivência dentro da coletividade. Nesses processos, a busca coletiva para formar novos códigos interpretativos da realidade facilitou a disposição dos sujeitos de empreender a construção de uma cidadania distinta, ligada ao exercício de direitos, na qual se assumem possuidores de uma série de atributos como pessoas e, portanto, se apropriam de uma posição de igualdade e respeito frente aos outros (QUINTERO ROMERO e RODRIGUEZ HERRERA, 2008, p.56).

A participação nas assembleias comunitárias também é parte de uma estratégia essencial para a articulação das lutas locais, ainda que esse recurso possua diversos sentidos, mas de uma forma geral confluam em uma valoração positiva do envolvimento com a vida comunitária. A fala de Inés é elucidativa a esse respeito:

> Em 2012 eu comecei a participar das assembleias regionais do CRAC, mesmo que a princípio eu não entendesse muito do que se tratava, mas

> pouco a pouco, com a participação das pessoas na assembleia fui me dando conta de como as coisas andavam mal. Fui me aproximando e indo a todas às assembleias e assim comecei com outros companheiros que me ajudaram muito a entender as assembleias [...] Na universidade era sempre esse discurso, mas nunca chegava na prática e ficava somente no discurso. Quando esses companheiros chegaram foi importante, pois já têm experiência trabalhando em comunidades e fui ai agarrando mais essa discussão com eles e a frequentar muito mais as assembleias.

Nesse sentido, a estratégia de articulação dos movimentos regionais de defesa do território e pela autonomia das populações já despontava, em especial a partir de um importante prisma, sua permanência. Como os já mencionados exemplos da CRAC, a denúncia dos casos de violações de direitos humanos de Guerrero frente aos organismos internacionais e a suspensão da hidroelétrica La Parota são exemplos de lutas com uma organização permanente. Tais grupos buscaram mudar o estado das coisas, articulando-se com outras organizações civis, frentes cidadãs, grupos guerrilheiros, militantes de esquerda, ONGs e outros. Além disso, há também um papel desempenhado pela repressão na organização:

> Nos períodos de intensa repressão, os processos de organização ressurgem por vários elementos, seja porque os fatores que originaram os protestos não foram atendidos (como no caso da guerrilha e o programa assistencial implementado pelo governo, que não diminuiu as condições de pobreza, nem os cacicaços da região; ou o apoio aos campesinos da OCSS após a matança de Aguas Blancas); ou porque o autoritarismo governamental gera mais queixas e descontentamento, o que mais cedo ou mais tarde detona novas lutas (QUINTERO ROMERO e RODRIGUEZ HERRERA, 2008, p.61)

As demais estratégias a serem consideradas nesse contexto são a busca por uma relativa autonomia frente ao Estado, no que tange à militância e a procura dos militantes de redes internacionais, sobretudo de direitos humanos, para a publicização de suas causas. Em relação à primeira, o exemplo de uma conversa com Inés, na sede da polícia comunitária, em Santa Cruz El Rincón, é ilustrativo, quando a militante comenta que essa instituição em que estamos já teve problemas pelo diálogo travado com o governo local e federal.

Assim, é que é amplamente comentado entre os militantes que não é possível dialogar com o governo estadual e federal, que ao fim e ao cabo, só interessaria cooptar e dissolver as lutas, ainda que à primeira vista o diálogo possa parecer profícuo: " [...] *interessa aos governos é saber o que fazemos, quando e onde. E para isso eles vão tentar nos seduzir com cargos, diálogos, verbas às vezes, mas é*

importante resistir, a polícia comunitária não deve se entregar ao Estado" (Jorge, Iguala).

Em um segundo momento, o apelo das lutas locais em Guerrero segue a tendência de uma certa internacionalização dos movimentos, que busca em redes transnacionais uma estratégia de publicização segura, ou seja, de atenção internacional que não implique na retaliação local direta de suas causas (Rovira, 2009). Dessa forma, o intenso diálogo de organizações locais estabelecido com instâncias como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e com a Organizações das Nações Unidas (ONU) e a busca por redes transnacionais de apoio, a exemplo dos zapatistas, parece ser importante para a sobrevivência de militantes, cujas vidas correm constante risco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> *Quando o senhor passa, o camponês sábio inclina a cabeça em sinal de reverência e, silenciosamente, solta um peido.*
> SCOTT, James, Os dominados e a arte da resistência.

A ilustrativa parábola etíope contada por James Scott (2000) norteou a análise desse trabalho, sobretudo no que tange às resistências cotidianas dos militantes observados e entrevistados. A partir da pergunta de como e em que medida, sob condições altamente coercitivas, a militância se realiza, essa tese examina a ação de militantes e de movimentos sociais em contextos de rotinização da violência. Com o objetivo de analisar as (im) possibilidades de ação de jovens militantes em duas regiões específicas, a Zona Oeste do Rio de Janeiro (Brasil) e Guerrero (México), buscou-se ressaltar as oportunidades políticas e estratégias militantes utilizadas para contornar as restrições à ação política.

Tendo em vista que o presente trabalho fez uso do método comparativo, esta conclusão terá como foco as principais diferenças e semelhanças das militâncias em contextos de violência rotinizada encontradas na pesquisa. Em vez de resumir ou sintetizar os argumentos já expostos nos capítulos anteriores, pretende-se avançar no olhar cruzado destas realidades de maneira empiricamente orientada (tal como foi feito nos capítulos 3 e 4), mas tentando, ao mesmo tempo, problematizar questões mais gerais para o debate teórico sobre movimentos sociais e violência.

As principais semelhanças

De uma forma geral, foram várias as semelhanças encontradas entre os impedimentos cotidianos para os militantes, bem como as estratégias para supera-los nos dois contextos. Primeiramente, é importante recuperar a análise de Rucht (1996) sobre a necessidade de uma comparação que leve em consideração as estruturas, e para tanto, partam de uma certa convergência nessa estruturação dos movimentos analisados. Em relação às semelhanças encontradas nesses contextos, algumas características devem ser sublinhadas, tais como: a presença, nos dois contextos, de militantes relativamente autônomos e com uma discussão transversal às lutas que

consideram importantes, sobretudo as feministas, antirracistas e pela comunicação e educação comunitárias.

Assim, o caráter territorial das militâncias nos dois espaços deve ser ressaltado, posto que implica em uma convergência entre os contextos. Se a maioria das militâncias observadas era relativa ao território em que vivem, os impedimentos das estruturas coercitivas ocasionados pelo controle igualmente territorial de grupos armados, funcionam como uma mordaça. De maneira que grande parte dos problemas experimentado pelos moradores desses espaços não pode ser mencionado, quiçá levantado como bandeira de movimento, como a falta de segurança e a extorsão experimentada pelo tráfico de entorpecentes.

Dentro dessa militância ancorada territorialmente, a vinculação ao local de moradia foi observada em ambos os contextos, ainda que no caso da Zona Oeste do Rio de Janeiro, essa esteja mais vinculada ao bairro em si, ao fato de serem moradores de *periferias,* logo, contrapostos aos habitantes das áreas mais centrais e ricas do Rio de Janeiro. Ao passo que em Guerrero, a militância identitária mobiliza a discussão do território de uma forma mais ampla, associando-o à natureza, à cultura e `a comunidade.

Nesse ponto, cabe ressaltar que tratamos de dois territórios que são desafiados pela questão do isolamento geográfico de seus espaços em relação às zonas centrais das cidades/países, o que os obriga a construir formas de mediação com outros atores, próximos ou distantes, para permitir que suas bandeiras e lutas se ampliem.

Observamos igualmente que ambos os contextos analisados são territórios de extração, haja vista a presença de siderúrgicas e hidrelétricas, em que espaços ricos são explorados por elites econômicas e políticas, afetando a pobreza das populações, ainda que existam dinâmicas específicas que ganham força nesses locais.

As redes de confiança, de extrema importância para as oportunidades dos sujeitos, estão presentes nos dois contextos, mas não são exclusivas desses, podendo ser encontradas em outros ambientes (Emirbayer, Goodwin, 1994; McAdam, 1986; Auyero, 2001; Gay, 1990). Dessa forma, se as lógicas de coletivo nunca são puramente individuais, ou seja, estão posicionadas permanentemente no tensionamento entre o indivíduo e o coletivo, o estabelecimento de laços se apresentou como uma vantagem para os sujeitos em contextos de rotinização da violência.

Ainda assim, é necessário considerar a gradação entre o que se entende por redes de confiança, indo desde à solidariedade dos vizinhos até o apoio de organismos multilaterais. A colaboração e porventura o financiamento de projetos específicos por parte de ONGs internacionais – e em menor número, nacionais - a organizações de base, foi uma variável constante em ambos os contextos. Da mesma forma e concomitantemente, uma aliança entre os movimentos ou suas redes, pode desde institucionalizar e/ou visibilizar uma causa ou mesmo os militantes, até proteger suas vidas ao expor o perigo que correm internacionalmente.

Foram observados diferentes graus de institucionalização - relatados por militantes sobre os movimentos do qual faziam parte -, que funcionavam como polarizadores. Dessa forma, ora um grau maior de institucionalidade protege os sujeitos, ora os expõe, e, portanto, em ambos os contextos trabalhados, foi relatada a importância de uma política de alianças essencial para sua sobrevivência.

Nesse sentido, militantes de movimentos mais organizados e antigos foram entrevistados, como os de um coletivo na Zona Oeste do Rio de Janeiro que se reúne em uma sede há alguns anos, o que o torna mais visado pela milícia e pela polícia, mas também mais estáveis, com uma organização menos suscetível de tentativas de desarticulação. O espaço físico, ainda que não tenha nenhuma placa ou identificação, expõe de certa maneira os militantes, mas também permite que suas ações se desenvolvam em instâncias mais duradouras, escapando da efemeridade de movimentos que surgem – e desaparecem – em conjunturas específicas.

Em ambos os contextos, militantes envolvidos em eventos considerados efêmeros frente a movimentações mais permanentes, como os episódios críticos de junho de 2013, no Brasil, ou o ciclo de protestos antirreformas no México entre os anos de 2013 a 2015, aparentavam correr mais risco por não contarem com uma instituição *strictu sensu,* que os protegesse. Isso não significa que estariam necessariamente protegidos caso se filiassem a um movimento ou partido político, apenas que as militâncias observadas eram mais efêmeras fora de alguma institucionalidade, em ambos os contextos.

Assim, é importante diferenciar a ocorrência de protestos da constituição de coletivos e movimentos sociais nos contextos de violência rotinizada, dado que a ocorrência dos primeiros parece mais frequente que a dos segundos, tanto por seu critério efêmero quanto pela organização e exposição dos militantes que demandam os movimentos. As manifestações nas ruas em ambientes com uma organização

armada específica decorrem na certeza de repressão desmedida, em Guerrero e na Zona Oeste, com a desconfiança dos militantes locais das forças repressivas, pois sua experiência aponta que as violações de direitos humanos são maiores em seus territórios.

O medo, enquanto um fator subjetivo, já conceituado nas teorias de movimentos sociais que discutem a centralidade dos aspectos emocionais (Goodwin, Jasper, Poletta, 2001), também esteve presente nas falas em ambos os contextos. Por estabelecerem suas ações em territórios com distintos graus de violência, os militantes relataram um constante temor, que os impulsionava, mas às vezes os retraia de militarem de forma ostensiva, de enfrentarem os grupos criminosos, portarem suas camisas com dizeres relativos às causas que defendem, entre outras atitudes consideradas perigosas nesses ambientes.

Outrossim, à diferença das leituras tradicionais sobre as oportunidades políticas discutidas e criticadas no primeiro capítulo da tese – por seu carácter estruturalista e pouco aberto às interações relacionais de atores que se imbricam nas dinâmicas de violência para além do Estado – identificamos um campo complexo de atores que disputam a coerção e o território. Sejam as milícias na Zona Oeste ou os narcotraficantes em Guerrero, esses grupos, assim como os coronéis e caciques, são fundamentais na configuração da rotinização da violência e na instalação de sentimentos ambivalentes entre a população sobre a justiça e a segurança.

Em territórios de regras não escritas, mas que devem ser de conhecimento de todos, cujos atores variam nos dois contextos, são muitas as sanções para a transgressão das normas compartilhadas pelos sujeitos de um determinado território. Assim, não falar sobre os agricultores de pequeno porte envolvidos na produção de substâncias base para drogas a serem transportadas pelos cartéis de narcotráfico em Guerrero, e no trabalho escravo realizado por milhares de centro-americanos atravessando o México em direção aos Estados Unidos, é uma norma local amplamente respeitada. A cobrança de taxas dos comerciantes de pequeno e médio porte, assim como a proibição do uso de drogas, são duas regras sabidas pelos moradores da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Além do controle territorial dos grupos, são muitas as matizes das violências e seus principais atores que aproximam os dois contextos pesquisados. Uma das conclusões é que, com o alto índice de homicídios dolosos, a violência policial e o escasso esclarecimento das circunstâncias dos crimes, tanto a população mexicana

quanto a brasileira indignam-se com uma violência que já faz parte de suas rotinas. Em suas distintas formas e com diferentes atores, parece importante apontar um espanto menor com as violências a que estão submetidos, como observado nos dois contextos – ao mencionar casos de tortura, desaparecimentos e até assassinatos, com indignação, mas, acompanhada, paradoxalmente, de um tom de quem já não se espanta tanto.

É importante também considerar os efeitos da política da Guerra às Drogas nesses territórios, idealizada pelo governo de Richard Nixon, na década de 1970, nos Estados Unidos e posteriormente implementada na América Latina, inclusive no Brasil e no México (Rodrigues, 2012). Dentre outros efeitos, essas práticas reforçaram as políticas de segurança pública voltadas à repressão seletiva de grupos sociais mais pobres, cujo efeito ressaltado nos contextos trabalhados é uma militarização ostensiva como desculpa para reprimir eventuais dissidentes (Auyero, Bourgois, Scheper-Hugues, 2015).

Essa *guerra* não atinge de forma indistinta as populações nesses territórios, mas sim os mais pobres e precarizados, dado que um de seus resultados é uma certa confusão entre a presença e a violência estatal às margens, consubstanciada em um pulso de aço militarizado, "estados de exceção localizados" ou em uma colisão entre polícia e criminosos (Auyero, Bourgois, Scheper-Hugues, 2015). Em ambos os contextos, essa última ligação entre as forças da lei e as do crime foi relatada com frequência como um dos principais obstáculos enfrentados pela população em geral, e pelos militantes, em particular.

Em outra frente, uma característica observada em ambos os contextos, relativa especificamente à organização dos sujeitos em campo, foi a predominância de militâncias ligadas a militâncias culturais[159]. Ainda que esse trabalho não tenha objetivado traçar um panorama quantitativo, foram muitas as atividades culturais acompanhadas durante a pesquisa empírica, além de entrevistas realizadas com jovens envolvidos com movimentos ligados à cultura. Nesse sentido, a militância cultural se apresentava como uma saída menos vigiada, sem tantos holofotes, importante para a discussão dos principais problemas vividos nessas regiões.

[159] Para Jasper (2016), a cultura é entendida como um amálgama de sentimentos, pensamentos e princípios morais comuns, junto às representações físicas criadas para expressá-las, serve como um significado dado ao mundo, permeando as ações dos manifestantes, se apresenta uma forma de militância pertinente para as militâncias em contextos restritivos.

A militância cultural, portanto, em ambos os contextos, se aproxima de uma saída comum, principalmente como uma forma alternativa de falar da (in)segurança pública e problemas relativos à violência urbana e rural. Essa aproximação deve ser entendida a partir das possibilidades efetivas de movimentar-se contra a violência, que nesses contextos significaria, no limite, se opor ao narcotráfico em suas diversas configurações, implicando em um risco direto de vida. E opor-se ao narcotráfico implica igualmente obstaculizar suas extorsões, atingi-los economicamente, o que configuraria atitudes tidas como *suicidas* nesses territórios. As ações culturais, portanto, como um festival chamado de poesia "Resiste Iguala", em Guerrero, no México e os cafés culturais, em um bairro da Zona Oeste, foram mais frequentes e aparentemente mais eficientes em não chamar a atenção das forças coercitivas.

Outra consideração a respeito das semelhanças suscitada pela comparação entre esses contextos é de que uma maioria das pessoas comuns não milita, não se envolvendo abertamente com nenhum movimento social. Por razões que vão desde o desinteresse pelo engajamento em ações coletivas, à falta de tempo e recursos financeiros, até principalmente ao medo de envolverem-se em atividades que afrontem os poderes armados locais, a militância nesses contextos é incomum.

Nesse momento, são abordadas as principais diferenças entre os contextos trabalhados, e como suas configurações particulares trazem à luz considerações importantes a respeito das configurações militantes em contextos de alta violência.

As principais diferenças

Primeiramente, apesar de dividirem algumas semelhanças relativas à geografia e seu caráter rural, não esquecendo que a Zona Oeste do Rio de Janeiro era conhecida como o *sertão carioca*, em termos geográficos, as regiões comparadas são significativamente distintas. Se o estado mexicano é, em sua maioria, rural, com um baixo índice de saneamento básico, por exemplo, a maioria dos bairros considerados na Zona Oeste já se encontra urbanizadas, com exceção das favelas da região.

Essas dessemelhanças físicas importam substancialmente para as ações militantes, desde a escolha das causas – como a preferência por lutas pela terra em Guerrero, por exemplo – até a conformação dos repertórios levando em conta suas limitações – a ausência de sinal telefônico na região da Montaña, em Guerrero, que configura militâncias de porta em porta. É assim que o caráter substancialmente

urbano e rural da Zona Oeste e de Guerrero, respectivamente, ressalta diferenças significativas na organização de movimentos urbanos e rurais.

Ainda a respeito de características desses territórios, mas dessa vez com um foco na composição de suas populações, é importante sublinhar que Guerrero tem uma das três maiores populações indígenas do México (INEGI, 2010) e isso impacta na organização das comunidades com base em usos e costumes indígenas. Dessa forma, desde a existência de uma legislação indígena, reconhecida pelos instrumentos jurídicos mexicanos até à forma de organização dos sujeitos e coletivos frente à violência, o critério étnico de sua população é um elemento a ser considerado. O que configuraria uma diferença interna tanto no território mexicano, em termos de reconhecimento do território, quanto da população de maioria mestiça e negra do Oeste do Rio de Janeiro.

Desse caráter indígena, decorre uma característica subsequente à organização guerrense que é a sua forma histórica de organizar-se em autodefesas comunitárias, o que inclui, desde o ano de 1995, as polícias comunitárias, um ator importante no cenário estatal e nacional. Essa forma organizativa ancestral é característica de alguns povos indígenas, e impacta na configuração da violência local, não encontrando um correlato na região brasileira, sem grupos de autodefesa, ao menos formado com um forte apelo comunitário, ainda que as milícias atuantes na Zona Oeste tenham sido uma vez chamadas de autodefesas comunitárias pelo prefeito César Maia (1993-1996 e 2001-2004).

São numerosas as consequências decorrentes desse cenário de violência para o cotidiano dos sujeitos em territórios às margens, mas que nessa tese serão ressaltados apenas dois, com suas diferenças na Zona Oeste e em Guerrero. O primeiro é relativo à organização para fazer frente às distintas violências, como a polícia comunitária guerrerense, no México, uma forma de auto-organização popular, ainda que com suas nuances e a milícia, da forma como sua ideia é *vendida* para os habitantes a Oeste do Rio de Janeiro. No segundo caso, a defesa criminosa dos grupos milicianos se apresenta de maneira bastante distinta à alternativa mexicana, que inclui muitas vezes a manipulação de conflitos entre narcotraficantes anteriores, para que seja atraente a venda de proteção/segurança a habitantes com medo.

No que tange à violência, é importante também observar atitudes distintas frente à sua rotinização, pelos militantes, dado que há um forte caráter pragmático observado na Zona Oeste, em que o silenciamento das condições coercitivas a que

estão submetidos, torna suas estratégias de luta menos radicalizadas. Ao passo que em Guerrero, os repertórios de ação militante são mais radicalizados, com a frequente mobilização de um imaginário de lutas armadas e até da Revolução Mexicana, justificando eventuais ações violentas pelo grau de rotinização da mesma a que estão submetidos. Nessa medida, a própria conjuntura, em Guerrero, de um conflito mais explícito, e na Zona Oeste, mais latente, molda, em certa medida, práticas mais institucionalizadas no contexto carioca, e mais radicais e frontais, no ambiente mexicano.

Assim, cabe sublinhar que a distinta auto-organização frente à violência parte de uma situação semelhante ressaltada em campo, a saber, a alegada ausência do Estado em seus territórios. Apesar do detalhamento anterior nessa tese do *vazio estatal*, a partir das falas dos sujeitos em campo, é importante salientar algumas nuances segundo as distintas respostas para essa situação. Dessa forma, no exemplo mexicano, a reação ao que consideram como vazio – mas que existe de forma discricionária, com os piores serviços à disposição dos habitantes desses territórios – é uma série de serviços razoavelmente autônomos, que incluem a provisão de segurança.

No que tange às distintas formas de violências nesses territórios, o Estado tem uma ampla participação nos atos violentos cometidos contra os militantes, mas o evento ocorrido em Ayotzinapa é emblemático de um aumento da repressão empregada pelo governo mexicano contra os militantes. De forma que, se encarada em uma chave que considera as causas e os efeitos, em que medidas altamente repressivas ocasionariam uma radicalização dos repertórios do militantismo, a atuação das guerrilhas no México também simboliza essa acentuada escalada violenta nesse país.

Ademais dos 43 estudantes desaparecidos em 2014, com a participação do governo mexicano, são muitas as violências cometidas contra a categoria nativa dos *luchadores sociales,* militantes e jornalistas envolvidos em escândalos que expõem o Estado. Aparentemente, o registro de mortes em grandes números de ativistas no Brasil[160] sinaliza que não são tantos os mortos em relação ao México, que como o caso Ayotzinapa ilustra, Guerrero testemunha uma longa história de assassinatos em

[160] Ainda assim é preciso matizar essa aparência de tranquilidade dado que o Brasil, no ano de 2015, teve 50 mortes de ativistas no campo (indivíduos envolvidos em movimentos de luta pela regularização fundiária) e 998 conflitos por terra, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2015.

grande escala nesse território, díspar à Zona Oeste, ao menos não amplamente noticiado.

Nessa análise, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, o discurso do vazio estatal é contraposto às demandas mais frequentes por mais Estado: mais escolas, mais hospitais, mais conjuntos habitacionais, dentre outros serviços públicos de qualidade precária em que vivem esses sujeitos. As reações frente à ausência de equipamentos públicos na região são distintas, mas nos discursos militantes nesse território, há um renitente pleito ao poder público por mais e melhores investimentos, sem abordar – ao menos publicamente - a segurança pública, um interdito nessas regiões.

Uma discrepância importante de ser analisada é a forma como reagem às condições adversas localizadas territorialmente. Dessa maneira, na Zona Oeste, a ação política parece ter um caráter de resolver problemas imediatos atacando causas especificas, com sujeitos políticos envolvidos em ações militantes particulares. Situação contrária ao observado em Guerrero, em que há uma centralidade da causa, principalmente ligada ao território, que contorna as ações e nela se engajam os sujeitos.

A forma como os militantes se mobilizam a partir do isolamento em que vivem nos dois contextos também possui diferenças importantes, sobretudo no que tange os repertórios utilizados, de mobilização de atores centrais, no Rio de Janeiro, e institucionais, no caso da Zona Oeste, e das comunidades vizinhas, imediatas, concomitantes às redes de auxílio internacional, em Guerrero. A proeminência das rádios comunitárias, no caso localizado no México, dimensiona a importância das redes militantes de mobilizarem seus *vizinhos,* ao mesmo tempo que a articulação com ONGs e organismos multilaterais, explica parcialmente a visibilidade global adquirida por casos como o desaparecimento dos 43 estudantes de Ayotzinapa. A inserção das pautas em redes de solidariedade internacionalista está visivelmente mais consolidada em Guerrero do que na Zona Oeste.

Ainda assim, é importante ressaltar como a construção dos horizontes de possibilidade das militâncias se relaciona com os contextos em que vivem, de forma que as ações militantes nos bairros da Zona Oeste são mais calcadas no possível e no presente. Em Guerrero, os repertórios militantes mobilizam a construção de horizontes utópicos, em alguma medida, do impossível, sobretudo se comparados à realidade brasileira.

Além disso, os cenários devem ser entendido a partir das observações de Boschi (1987), sobre as características comuns aos movimentos sociais brasileiros, que ainda que possuam um caráter eminentemente reivindicatório, por vezes clamando por autonomia, mas que demandam, em sua maioria, uma efetiva regulação estatal. Esse padrão de negociação com o Estado, portanto, seria o vigente no Brasil, salvo raras exceções. Dessa maneira, é necessário considerar a natureza eminentemente contextual das ações coletivas, em países periféricos, onde haveria uma centralidade da construção institucional, que busca fazer frente a um aparelho estatal presente e ativo.

Em relação a esse padrão, um traço encontrado nos movimentos sociais, no Brasil, seria a natureza de suas demandas, o que implica em sua regulação estatal, ocasionando a necessidade de regulação e consequente institucionalização dos canais intermediários entre sociedade e Estado (Boschi, 1987). Situação que remete ao que Carvalho (1987) chamou, no início do século XX e com o foco no Rio de Janeiro, de "estadania dos movimentos".

A situação é distinta em Guerrero. Mesmo com instituições que regulam e apoiam alguns movimentos sociais mexicanos – mais próximos aos governos federais, estadual e municipal – a memória viva da Revolução Mexicana, de 1910 é evocada constantemente por militantes em diversas ocasiões. Os contos dos militantes incluem histórias frequentes de traições estatais quando há tentativas de negociação[161], uma pista para auxiliar o entendimento do rechaço em dialogar com o Estado. O padrão observado na Zona Oeste carioca é distinto, através da captação de recursos de ONGs com recursos estatais, por exemplo, aproximando às ações coletivas às estruturas estatais.

O passado recente da Ditadura Militar no Brasil, entre os anos de 1964-1985, é de vital importância para o Rio de Janeiro, que padeceu particularmente por ser o palco principal do golpe militar realizado em 1 de abril de 1964, deixando marcas deletérias para as organizações contestatárias desde então (Gomes, 2015). Já o México, apesar de não ter contado com nenhuma transição militar em sua história, é conhecido pela alcunha de *ditadura perfeita,* relativa ao ininterrupto governo do PRI

[161] Essa hipótese menciona um padrão de negociação majoritário, mas que não exclui, por óbvio, muitas organizações que, por exemplo, mantém um diálogo profícuo com o Estado, assim como as militâncias que também recebem financiamento através de ONGs cuja verba é parcialmente estatal.

durante 79 anos (1921-2000), mas também o anterior e antidemocrático de Porfirio Díaz, que durou 34 anos, interrompido pela Revolução Mexicana.

O histórico de ditadura militar no contexto brasileiro e o da *ditadura perfeita* sem um caráter notadamente militar, mas que conseguiu governar por muitos anos e voltar após doze anos de governo do PAN (2000-2012), implicam em processos distintos de cooptação e autonomia das demandas militantes. A transição democrática desses países, que no Brasil foi mais literal, após 21 anos de ditadura militar, em 1985 e a do México, em 2000, após 79 anos do PRI no poder, implicou, no primeiro caso, em uma organização societária distinta. Para Boschi (1987), a sociedade brasileira teria se organizado, no decorrer do período autoritário, como resultado de uma industrialização mais recente, emergindo somente após a abertura política. Essa transição teria sido, portanto, sem descontinuidades dramáticas, com a substituição gradual de instituições mais autoritárias por estruturas representativas.

No que tange à política partidária, cabe apontar a dessemelhança dos partidos que governaram o estado de Guerrero, desde a década de 1990, por exemplo, dado que o PRD, partido de centro-esquerda, logo depois de chegar ao poder perpetuou uma repetição da cultura política priista (Santín, 2010). Essa implicaria em traços extremamente autoritários, uma administração pública ineficiente, na existência de um partido quase único e no corporativismo, características associadas ao PRI. Já o estado do Rio de Janeiro, é governado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) desde 2003, um partido de centro e os candidatos a deputados estaduais eleitos em 2014, cujo reduto eleitoral é na Zona Oeste, em sua maioria pertenciam ao PMDB, mas também ao Partido Progressista (PP).

A existência de um quadro eleitoral à esquerda ou à direita tem como efeito direto nas ações militantes a maior proximidade, em teoria, entre os representantes no parlamento e na câmera, de apoiadores ou simpáticos às ações coletivas. Dessa forma, o estado de Guerrero difere da Zona Oeste por já ter sido governado e ter entre seu quadro políticos de um partido, em teoria, de centro-esquerda, mas o que se pode observar é que na prática ambos os contextos acabam assemelhando-se pela relação conflituosa com os militantes e conivente às organizações do narcotráfico locais.

Oportunidades e militância em contextos de violência rotinizada

O objetivo dessa seção é traçar alguns dos aspectos mais gerais, a partir das especificidades apresentadas tanto em Guerrero, México, quanto na Zona Oeste do Rio de Janeiro, de forma a pontuar algumas características gerais de contextos adversos para a militância. Partindo da noção de ativismo de alto risco, como conceituado por McAdam (1986), é possível entender como certas condições estruturais das sociedades latino-americanas, sobretudo relativas à multiplicidade de atores ligados à violência, acrescentam dificuldades aos movimentos sociais e seus militantes.

Apesar de relevante, a noção de ativismo de alto risco não contempla o militantismo explorado nesse trabalho por seu foco excessivamente no sujeito, de forma resiliente e semi-heroica, desconsiderando a teia de relações em que está envolvido. O que o teórico propõe é interessante, por diferenciar o *recrutamento militante* de uma afiliação regular a uma organização/ emprego, por exemplo, mas ao considerar o alto ou baixo custo do ativismo, sua teoria está enfocada estritamente no tempo, dinheiro e energia necessários para militar.

O presente trabalho dialoga com essa teoria, portanto, na medida em que considero riscos para a militância, mas propõe críticas por seu caráter excludente às formas de violência que impedem os ativistas de realizarem suas ações. Ainda assim, McAdam (1986) deixa claro que alguns ativismos são mais arriscados que outros, tal como os custos e riscos não são iguais para todos os sujeitos, sendo necessário considerar a ideologia, as causas defendidas e o movimento em que se inserem como variáveis intervenientes. Esses elementos importam para a análise no caso apresentado, com um destaque para quais ações coletivas são escolhidas para a inserção militante, como observado em relação às atividades culturais e de educação e comunicação popular para veicular suas mensagens, de forma mais oculta.

Afinal, uma nova proposta analítica para um melhor entendimento dos movimentos sociais e militâncias contemporâneas precisa, necessariamente, acompanhar questionamentos em relação às mobilizações que extrapolam entendimentos clássicos. Nesse sentido, não basta fazer coro à afirmativa de McAdam (1986) sobre abordagens que considerem as limitações e possibilidades estruturais *vis à vis* às motivações individuais dos sujeitos, mas é preciso expandir esse raciocínio de forma a visualizar militâncias espontâneas, atravessadas por pertencimentos identitários, efêmeros e críticos também como ações coletivas. A participação

ocasional em protestos massivos, pela identificação com causas mais conjunturais[162], como as jornadas de junho em 2013 e os protestos contra o acontecido em Ayotzinapa, Iguala, Guerrero, no final de 2014, também amalgamam participantes cujos limitantes estruturais (dinheiro, tempo e deslocamentos, por exemplo) não superam seus motivos pessoais para participarem.

No que tange à violência, sua extensa variação analítica inclui análises mais e estreitas, cujo foco reside na aplicação da força física com a intenção declarada de danificar algo ou alguém, e estudos de formas simbólicas e estruturais. Nesse sentido, os níveis de desigualdade, a informalização das relações sociais e outras formas violentas experimentadas às margens, como conceituado por Auyero, Bourgois, Scheper-Hugues (2015), são comuns aos contextos trabalhados, com o agravante de que o discurso a esse respeito pertence a terceiros, que geralmente não questionam o relacionamento da violência com a marginalização econômica e política. O resultado disso é o silenciamento de violências sofridas, incluindo um medo constante relatado, de sanções por trazerem à luz detalhes das configurações legal-ilegal do território em que vivem.

A relação entre violência e movimentos sociais, portanto, nessa nova proposta analítica, extrapola os sentidos habituais dos estudos até o momento, concentrados em movimentos tidos como violentos e na repressão estatal aos militantes, alcançando um momento prévio: o da desmobilização e dificuldades dos militantes, em que a violência seria uma ameaça permanente.

A extensão da violência e como os ciclos de radicalização das práticas militantes inicia com repressões cotidianas, em territórios altamente militarizados, por exemplo, foi um dos questionamentos mais gerais. Outra pergunta derivada da comparação foi sobre se há, efetivamente, retaliações com risco à vida dos militantes somente se eles colocam obstáculos às atividades financeiras dos grupos armados.

Um aspecto relevante nessa proposta analítica é trazer o foco para militantismos menos visíveis à primeira vista, cotidianos nos termos de Scott (2000), que dizem respeito às desigualdades de poder entre *dominantes* e *dominados,* sendo que os primeiros, ao exercer o poder arbitrariamente, forçam os segundos a padrões

[162] As causas conjunturais também dizem respeito às estruturas. Nos exemplos supracitados, as jornadas de junho de 2013 tinham suas demandas girando em torno de melhores serviços públicos (saúde, educação e transporte) e os protestos pelo acontecido em Ayotzinapa, Iguala, Guerrero, em outubro – dezembro de 2014 tiveram seus principais motes pedindo justiça contra à violência do Estado.

cada vez mais estereotipados e ritualistas. Ademais, o entendimento do autor sobre como a resistência cresce em espaços fechados, adquirindo sentido por ser um espaço livre das dominações, controle e vigilâncias, compartilhado por sujeitos com experiências similares de dominação, pode ser observado nos dois contextos pesquisados. É imprescindível, portanto, que as análises dos movimentos concentrem-se também em manifestações menos visíveis e ostensivas de como os sujeitos resistem e se organizam, para que possam enxergar manifestações culturais que denunciam opressões[163] relativas ao narcotráfico, por exemplo.

Outra necessidade analítica é analisar militantes e movimentos sociais, de forma dialética, atentando para os movimentos desempenhados por ambos, sujeito e coletivo. Assim, o financiamento das ações coletivas, a proteção oferecida por organizações multilaterais como ONGs e mecanismos de proteção aos direitos humanos internacionais, a existência de uma sede física e autarquias de proteção aos militantes, podem ser levados em consideração em cada ação militante desenvolvida.

Dentre outras variáveis, a movimentação dos atores em campo inclui um olhar atento para estruturas antigas de mediação entre o poder público e os habitantes de territórios às margens, simplificados em nomes como *coronelismo* e *clientelismo,* mas cujas práticas permitem entender as (im) possibilidades dos militantes em campo. Nesse sentido, a observação de Carvalho e Côrrea (2012) é essencial para uma problematização cara à sociologia política de que o sistema proporcional de votação, junto à modernização progressiva do Brasil, dirimiria a representação mediada pelos coronéis, algo que essa pesquisa demonstra como impreciso, dado que em Guerrero, caciques e na Zona Oeste coronéis, seguem exercendo um poder expressivo sobre as estruturas representativas em suas áreas, obstaculizando a maioria das ações militantes.

Ademais, identificar os atores em campo, sobretudo os relativos à coerção, implica também em retraçar o papel estatal como fonte significativa da violência que atinge os militantes. Entender as hibridizações do Estado, quando seus agentes encontram-se associados às milícias, aos grupos narcotraficantes e criminosos, é importante para analisar as possibilidades *reais*[164] de ação em determinados territórios

[163] Um exemplo é o festival de pequeno porte realizado por um dos militantes entrevistados, em Iguala, Guerrero, denominado "Resiste Iguala", em que opressões cotidianas enfrentadas pelos habitantes dessa cidade são denunciadas através de distintas expressões artísticas, como o grafite e a poesia. A foto do panfleto encontra-se no Anexo XI.
[164] Grifo da autora.

e quais pautas importantes para a vida dos sujeitos estão sendo impedidas pela ação de agentes violentos. O problema da perda e reconquista do monopólio legítimo da força, nos termos de Koonings (2001), por parte de vários países latino-americanos - como o México e o Brasil -, é essencial para a análise de contextos com essa profusão de agentes violentos.

Nesses países, prossegue Koonings (2001), o legado de autoritarismo e da repressão estatal, além de uma ala da esquerda altamente armada, como é o caso dos grupos guerrilheiros no México contemporâneo, sobretudo em Guerrero, auxilia a complexificar esse cenário de multiplicação de agentes armados. A proliferação contínua da violência armada por grupos ligados ao Estado, de várias formas ocasionaria problemas de governamentabilidade, mas também o convívio de atores como as forças militares, de segurança à policia, contempladas pelo tipo ideal weberiano, junto à proliferação da violência extralegal no nome da "lei e da ordem", nos interstícios estatais, representa frequentemente interesses privado para perseguir seus objetivos.

Para entender em que medida, sob quais condições altamente coercitivas a militância se realiza, um desafio durante a pesquisa foi extrapolar o sentido nativo de invisibilidade, e insignificância de suas militâncias. Dentre outras ambiguidades da ação política, ligadas à ação contemporânea, é essencial considerar participações que superem o sentido de visibilidade proposto por uma iconografia restritiva ligada aos movimentos, de protestos massivos nas ruas, militantes em cima de carros de som ou de ações públicas ostensivas. Há o acúmulo de uma discussão sobre o potencial transformador de ações mais silenciosas, reservadas aos contextos de alta vigilância e sanções a pessoas que desobedeçam um estrito código de conduta.

Assim, foram diversas as adaptações encontradas, ora individuais ora coletivas aos contextos altamente coercitivos, nessas novas formas de fazer política mediada pela violência. Essas incluíam uma certa acomodação – por parte dos militantes que identificavam suas práticas mais intensas a um passado remoto de militância; uma busca constante pela invisibilidade nas ações desempenhadas, para não se tornarem alvos visíveis para os distintos atores da coerção locais e uma resistência que inclui alguma visibilidade – com atos públicos, reuniões e distribuição de panfletos, por exemplo, que com o pretexto de falarem de um assunto *aceitável,* podem introduzir discussões *inaceitáveis,* relativas à violência experimentada cotidianamente.

Em relação a essa última forma de militância encontrada, sublinho o cuidado com que os jovens entrevistados e observados, em períodos de observações etnográficas em Guerrero e nos bairros escolhidos a Oeste do Rio de Janeiro, sentiam-se mais à vontade para falar sobre suas militâncias. O que em uma inferência sobre a situação diametralmente oposta, isso é, em público, nas ruas, implicaria em atitudes como não ostentar uma camisa que fizesse referência a uma campanha política ou causa do movimento negro, de educação ou feminista, por exemplo e a falar a respeito das violências temidas/sofridas.

Em suma, para além de uma visão dicotômica entre o "paradigma da repressão" e o "paradigma da radicalização política", vimos nesta tese que ambas as dimensões se combinam, por vezes levando a novos cenários pouco contemplados pela literatura dos movimentos sociais interessados na violência. Nesse sentido, a imbricação dos atores em campo, suas disputas e relações mostrou significações bastante mais concretas tanto das possibilidades de ação como de suas restrições. Contrariando a hipótese de que em ambientes com severas restrições às oportunidades políticas, poucos militantes se *arriscariam* a realizar ações que enfrentassem os poderes estabelecidos em seus territórios, em suas distintas hibridizações legal-ilegal, formas de acionar coletivamente cotidianas e de confronto foram encontradas, apesar de pouco visíveis e nem sempre compatíveis com o entendimento tradicional das formas de resistência.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro*:* IPLANRIO, 2013.

ACSELRAD, Henri. Entre a Lua e a Rua: Uma topologia social da clandestinidade política na cidade do Rio de Janeiro, 1969-1973. *Maná* 18(1): 7-35, 2012.

ACSELRAD, Henri. *Sinais de fumaça na cidade: Uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Lamparina, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. Security and Terror. *Theory and Event,* v.5, n.4, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção* – São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ALCANTARA, El batallador del sur, el estado de Guerrero y los derechos de los pueblos índios. *Revista de la UAM*, México. 2001.

ALERJ - Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no estado do Rio de Janeiro*. (Resolução no 433/2008). Rio de Janeiro, 2008.

ALKMIN, Fábio M. *Por uma Geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México*. São Paulo. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de & WEIS, Luís. "Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar ". In: Lilia Moritz Schwarcz (org.), *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.* Vol. 4. São Paulo: Cia. das Letras. pp. 319-409, 1998.

ALONSO, Angela. "Associativismo avant la lettre–as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista." *Sociologias* 13.28, 2011.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. "Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil." ALIMONDA, Hector (Org). *Ecología Política. Naturaleza, Sociedad y Utopía.* Buenos Aires: CLACSO, 2002.

ALMEYRA, Guillermo. Los vaivenes de los movimientos sociales en México, *Observatorio Social de América Latina*, núm. 16, pp. 87-101, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/osal/20110418105928/05almeyra.pdf>, Acesso: 20 de jan. 2015.

ALMEYRA, Guillermo. *Por una salida democrática a la crisis política.* Rebelión, 8 de Novembro de 2014.

ALVAREZ, Tomás. Los recursos naturales de Guerrero a dos siglos de independência y uno de revolución. In: *Guerrero en el contexto de las revoluciones en México*. México, D.F: Editorial Fontamara, 2010.

AMINZADE, Ronald. *Silence and Voice in the Study of Contentious Politics.* Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ANDRADE, Carlos F. *Parâmetros urbanísticos em loteamentos irregulares e clandestinos na Zona Oeste do Rio de Janeiro.* Dissertação Apresentada ao Programa de Pós Graduação em Urbanismo Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal do Rio de Janeiro Como Requisito Parcial à Obtenção do Título de Mestre. Dezembro, 1998.

ARAUJO SILVA, Marcella C. *A transformação da política na favela: um estudo de caso sobre os agentes comunitários*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2013.

ARENDT, Hannah. *A dignidade da política: ensaios e conferências*. 3. ed. São Paulo, Relume-Dumará, 2002.

ARIAS, Enrique., & GOLDSTEIN, Daniel. *Violent democracies in Latin America*. Durham NC: Duke University Press, 2010.

ARMATO, Michael; CAREN, Neal. Mobilizing the Single-Case Study: Doug McAdam's Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930–1970. *Qualitative Sociology*, Vol. 25, No. 1, Spring, 2002

ARRIETA, Eduardo. Revisión historiográfica de los insurgentes-republicanos Nicolás Bravo, Juan Álvarez y Vicente Guerrero. ZINTZUN. *Revista de Estudios Históricos*. No 51 • enero-junio, 2010.

AUYERO, Javier. *Poor people's politics: Peronist survival networks and the legacy of Evita*. Durham: Duke University Press, 2001.

AUYERO, Javier. *Clientelismo político. Las caras ocultas*. Capital intelectual, Buenos Aires, 2004.

AUYERO, Javier. *La zona gris. Violencia colectiva y política partidaria en la Argentina contemporánea*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2007.

AUYERO, Javier; BERTI, M. Fernanda. *La violencia en los márgenes. Una maestra y un sociólogo en el conurbano bonaerense*. Katz editores, Buenos Aires, 2013.

AUYERO, Javier; BOURGOIS, Philippe e SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Violence at the urban margins.* New York, NY: Oxford University Press, 2015.

AZEVEDO, Mauro Lopes de. *Milícias e relações de poder no bairro de Campo Grande, na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro.* (Dissertação). Mestrado em Ciências Sociais - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ. 138f. 2014.

BACA-FELDMAN, Carlos F. Pensando "otra comunicación". Radio comunitaria en México , un abordaje desde la teoría crítica. *Observatorio Social de América Latina,* 15(35), 89-110. Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20140506032000/OSAL35.pdf., 2014. Acesso em 29 de nov. 2015.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BAIOCCHI, Gianpaolo. *Militants and Citizens: The Politics of Participatory Democracy in Porto Alegre.* Stanford: Stanford University Press, 2005.

BALSIGER, Philip; LAMBELET, Alexandre. Participant Observation. In: DELLA PORTA, Donatella e KEATING, Michael. *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2008.

BARTRA, Armando. Guerrero: modelo para armar. *Revista Trace* - Revista semestral CEMCA, 1998.

BARTRA, Armando. *Crónicas Del Sur: Utopías Campesinas En Guerrero*. México, D.F: Ediciones Era, 2000.

BARTRA, Armando. Elecciones, regiones y ciudades: una nueva visión para reflexionar sobre las elecciones presidenciales en México. In: *México: de las elecciones a Oaxaca*. OSAL Observatorio Social de América Latina Año VII Nº 20, Buenos Aires: CLACSO, noviembre, 350 p., 2006.

BARTRA, Armando e OTERO, Gerardo. Movimientos indígenas campesinos en México: la lucha por la tierra, la autonomía y la democracia. In: MOYO, Sam YEROS, Paris (Orgs). *Recuperando la tierra: el resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina.* Brunos Aires: CLACSO, 2008.

BASTOS, M. S. *A cultura em Campo Grande*. Editora s/d, 1972.

BATALLA, Guillermo Bonfil. *Mexico Profundo.* Mexico: Debolsillo, 2005.

BECK, Ulrich. Cooperate or bust - The existential crisis of the European Union. *Eurozine*, 2011. Disponível online em: http://www.eurozine.com/articles/2011-09-29-beck-en.html. Acesso: 2 maio 2016.

BECK, Ulrich. Toward a New Critical Theory with a Cosmopolitan Intent. *Constellations*, 10, 4, 453-468, 2003.

BECK, Ulrich. GRANDE, Edgar. Varieties of Second Modernity: The Cosmopolitan Turn in Social and Political Theory and Research. *The British Journal of Sociology* 61(3) 2010.

BECKER, Howard S. *Trucos del oficio: cómo conducir su investigación en ciencias sociales* – Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

BENFORD, Robert D., SNOW, David A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, Vol. 26, 2000, pp. 611-639.

BENJAMIN, Walter., & BARRENTO, João. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BENZAQUEN, Guilherme F. A revolução como projeto autonomista. Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BERTONCELO, Edison Ricardo E. " Eu quero votar para presidente": uma análise sobre a Campanha das Diretas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Poli*tica 76 (2009): 169-196.

BIZBERG, Ilán. ZAPATA, Francisco. *Los grandes problemas de México. Movimientos sociales. T-VI*. México, D.F.: El Colegio de México, 2010.

BORGES, Jorge. *Territórios de exceção*, 2010. Disponível em: http://territorioautonomo.files.wordpress.com/2010/10/territc3b3rios-de-excec3a7c3a3o.pdf. Acesso: 3 nov. 2015.

BORBA, Jordi. *Participação política como resultado das instituições participativas: oportunidades políticas e perfil da participação*. PIRES, R. R. (Org). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2011, p. 65-76.

BOSCHI, Renato (Org*). Movimentos coletivos no Brasil Urbano* - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

BOSCHI, Renato. *A arte da associação. Política de base e democracia no Brasil.* Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice, 1987.

BOSI, Lorenzo. Forthcoming. Violence/Militancy. In K. Fahlenbrach M. Klimke and J. Scharloth (eds.), *Protest Cultures: A Companion,* Oxford: Berghahn, No prelo.

BOUDREAU, Vincent. Northern Theory, Southern Protest: Opportunity Structure Analysis in Cross-National Perspective. *Mobilization: An International Quarterly*: September 1996, Vol. 1, No. 2, pp. 175-189.

BOURDIEU, Pierre. *La misere du monde.* Pana: Editions du Seuil, 1993.

BRANCALEONE, Cassio. Em busca do "governo barato"? A Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca como experimento de (re)criação política. *Lutas Sociais* n. 19/20. São Paulo, 2007/2008, p. 136-149.

BRANCALEONE, Cassio. *Teoria Social e Autonomia – Uma interpretação da experiência de autogoverno zapatista.* Rio de Janeiro: Azougue, 2015. 405 p.

BRANDAO, Carlos R. *Pensar a prática: escritos de viagem e estudos sobre a educação.* São Paulo: Loyola, 1984.

BRETAS, Marcos Luiz. Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo Social Revista Sociologia*, 9(1): 79-94, USP, São Paulo, 1997.

BRINGEL, Breno. El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST. *Revista NERA*, Presidente Prudente . Ano 9, n. 9 pp. 27-48. Jul.-dez, 2006.

BRINGEl, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. *Eccos. Revista Científica,* v. 11, p. 97-121, 2009.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. *Revista Política & Sociedade*. Volume 10 – No 18 – abril, 2011.

BRINGEL, Breno. El estúdio de los movimentos sociales en América Latina: reflexiones sobre el debate pós-colonial y las nuevas geografias del activismo transnacional. In: ACOSTA et al (Orgs). *Pensamiento crítico y sujetos colectivos en América Latina: perspectivas interdisciplinarias.* Montevidéu: Ediciones Trilce/ Udelar , 2011b.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly. mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais". *Sociologia e Antropologia*, vol.2,n.3, junho de 2012. Pp. 43-68.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013, *Insight Inteligência,* v.62, pp.42-53, 2013.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. Teoria crítica e movimentos sociais: intersecções, impasses e alternativas. In: GOHN, Maria da Glória.; BRINGEL, Breno (Orgs) *Movimentos sociais na era global.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. *Global Modernity and Social Contestation.* Londres/California/New Delhi: Sage, 2015.

BRITO, João Felipe P. Transformações e Permanências Suburbanas: o caso do bairro Bangu. *Caderno Globo Universidade - Subúrbios e Identidades*, Rio de Janeiro, p. 26 - 33, 31 mar, 2013.

BROCKETT, Charles. The Structure of Political Opportunities and Peasant Mobilization in Central America. *Comparative Politics*, Vol. 23, No. 3 (Apr., 1991), pp. 253-274.

BROCKETT, Charles. *Political Movements and Violence in Central America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BRYSK, Alison. From above and below social movements, the international system, and human rights in Argentina. *Comparative Political Studies,* v. 26, n. 3, p. 259-285, 1993.

BUHL, Kathrin; KOROL, Claudia. Instituto Rosa-Luxemburg-Stiftung (São Paulo, Brazil), & Social Network for Justice and Human Rights (Brazil). *Criminalização dos protestos e movimentos sociais*. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg-Stiftung, 2008.

BUSQUETS, Bertely, María. Breve historia de las Escuelas Normales Rurales en la conformación de subjetividades estudiantiles de base campesina. ¿Una manera de aparecer a los desaparecidos de Ayotzinapa?. En *Ichan Tecol*otl, enero de 2015, pp. 14-17.

BUSTAMANTE, Tomás., Ferrer, Gil., & NAVA, Joel. *Guerrero en el contexto de las revoluciones en México*. México, D.F: Editorial Fontamara, 2010.

CABRERA, Eloísa. *La lucha de los pueblos de la Costa Montaña de Guerrero contra la minería y el despojo. ¿Acción colectiva o conflicto social?*. COMECSO, 2014.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.* São Paulo: Editora 34/edusp, 2000.

CARONE, Edgard. Coronelismo: Definição Histórica e Bibliografia. *Revista de Adm. Emp.*, Rio de Janeiro, 11(3) :85-92, jul./set. 1971.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Nelson Rojas de; CORREA, Felipe Souza. É possível o paroquialismo metropolitano? Organização socioespacial metropolitana e competitividade por votos nas eleições proporcionais no RMRJ. In: Azevedo, Sergio; Ribeiro, Luis Cesar;

Junior, Orlando Alves (Orgs). *Cultura Política, cidadania e voto: desafios para a governança metropolitana* – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

CASTELLS, Manuel. *Movimientos sociales urbanos*. Mexico: Siglo XXI, 2013.

CAVALCANTI, Mariana. O ambiente construído e a politização do cotidiano nas favelas cariocas. *Cadernos Metrópole*, n.12, p.65-93, 2 semestre 2004.

CECENA, Ana. Elecciones, regiones y ciudades: una nueva visión para reflexionar sobre las elecciones presidenciales en México. In: *México: de las eleicciones a Oaxaca*. OSAL Observatorio Social de América Latina Año VII Nº 20, Buenos Aires: CLACSO, noviembre 2006, 350 p.

CEFAI, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-48, abr./maio/jun. 2009.

CHAVES, Michelle. *As Milícias no Rio de Janeiro: de mal menor a Comissão Parlamentar de Inquérito.* XIV Encontro Regional da ANPUH- Rio – Memória e Patrimônio, Rio de Janeiro 19 a 23 de Julho de 2010. UNIRIO, 2010.

CHERNILO, Daniel. *A social theory of the nation state: The political forms of methodological nationalism*. London: Routledge, 2007.

CHRISTLIEB, Paulina Fernández. Hacia otra justicia: policía y autoridades comunitarias en Guerrero. *Estudios Políticos,* v. 9, n. 17, p. 43-60, 2009.

COCKBURN, Cynthia. *Antimilitarism: Political and Gender Dynamics of Peace Movements.* New York: Palgrave Macmillan, 2012.

COMISIÓN DE LA VERDAD DEL ESTADO DE GUERRERO – Informe final de Actividades, 2014. Disponível em: http://congresogro.gob.mx/files/InformeFinalCOMVERDAD.pdf. Acesso: 25 jul. 2016.

CONSEJO CIUDADNO PARA LA SEGURIDAD PUBLICA Y LA JUSTICIA PENAL A.C. *Informe Especial sobre los grupos de autodefensa y la seguridade pública en estado de Guerrero,* 2013. Disponível em: http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/prensa/summary/6-prensa/193-informe-especial-sobre-los-grupos-de-autodefensa-y-la-seguridad-publica-en-el-estado-de-guerrero-2013. Acesso: 9 mar. 2016.

CONSEJO CIUDADNO PARA LA SEGURIDAD PUBLICA Y LA JUSTICIA PENAL A.C. *Las 50 Ciudades Más Violentas del Mundo 2015 + Metodología.* Disponível em: http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/sala-de-prensa/1356-

caracas-venezuela-la-ciudad-mas-violenta-del-mundo-del-2015 . Acesso: 15 mar. 2016.

CORRÊA, Filipe. *Conexões eleitorais, conexões territoriais : as bases socioterritoriais da representação política da metrópole fluminense* / Tese (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2011.180 f. : il ; 30 cm, 2011.

COLAK, Alexandra; PEARCE, Jenny. "Security from Below": Humanizing Security in Contexts of Chronic Violence. *Transforming Security and Development in an Unequal World*, IDS Bulletin Volume 40, No 2. Wiley-Blackwell, 2009, p 11-19.

COLL, Tatiana. Las Normales Rurales: noventa años de lucha y resistencia. *El Cotidiano,* v. 189, p. 83, 2015.

COLLIER, Jane; SPEED, Shannon Speed. Autonomía indígena: El discurso de los derechos humanos y el Estado: dos casos en Chiapas. *Memoria*, No. 139, septiembre de 2000; pp. 5-11.

CORONIL, Fernando; SKURSKI, Julie. *States of violence.* Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.

CPT- COMISSAO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo – Brasil 2015* [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2015.

CRUZ, Ana Paula Galdeano. *Para falar em nome da segurança: o que pensam, querem e fazem os representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança* / Ana Paula Galdeano Cruz. - - Campinas, SP : [s. n.], 2009.

CRUZ, Ana Paula Galdeano. A gestão social da violência: de como ativistas de direitos humanos, líderes de associação de bairro e evangélicos se mobilizam. In: CUNHA, Neiva e FELTRAN, Gabriel. *Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil contemporâneo* – Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013.

CEDANO, Pablo Romo. La criminalizacion de la protesta social en México. Em: BUHL, K, KOROL, C., Instituto Rosa-Luxemburg-Stiftung (São Paulo, Brazil), & Social Network for Justice and Human Rights (Brazil). (2008). *Criminalização dos protestos e movimentos sociais*. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg-Stiftung, 2008.

CÚNEO, Gascó; GASCÓ, Emma. *Crónicas del Estallido – Viaje a los movimentos sociales que cambiaron América Latin*a . Icaria editorial, Barcelona, 2013.

CUZAN, Alfred G. "Resource Mobilization and Political Opportunity in the Nicaraguan Revolution: the Theory." *American Journal of Economics and Sociology*. 49.4 (1990): 401-412.

DA MATTA, Roberto. As Raízes da Violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: PAOLI, M.; BENEVIDES, M.; PINHEIRO, P.; DA MATTA, R. *A violência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

DAS, Veena. *Violence and subjectivity*. Berkeley: University of California Press, 2000.

DAS, Veena.; POOLE, Deborah. *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe, N.M.: School of American Research Press ; Oxford [England] : James Currey, 2004.

DAVENPORT, C., JOHNSTON, H., & MUELLER, C. M. C. *Repression and mobilization.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.

DAVIES, Frank Andrew. *Produzindo a "região olímpica de Deodoro"*. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 3 a 6 de agosto de 2014. Anais, GT 050. Intervenções no espaço urbano e produção de alteridades, 2014.

DE CARVALHO, Laura Nazaré. Análise de conflitos socioambientais: siderúrgica CSA e comunidades do entorno da Baía de Sepetiba. *Anais: Encontros Nacionais da ANPUR*, v. 14, 2013.

DELLA PORTA, Donatella, & REITER, Herbert. *Policing protest: The control of mass demonstrations in Western democracies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

DELLA PORTA, Donatella. Social movements and the state: Thoughts on the policing of protest. In: Mc Adam, D., Mc Carthy, J. D., & Mayer, N. Z. (Eds.),*Comparative Perspectives on Social Movements*. Cambridge University Press, Cambridge, 1996.

DELLA PORTA, Donatella. Comparative Politics and Social Movements, in B. Klandermans and S. Staggenborg (eds), *Methods of Social Movement Research*, Minneapolis, The University of Minnesota Press, 2002, pp. 286-313.

DELLA PORTA, Donatella e KEATING, Michael. *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2008.

DELLA PORTA, Donatella. Comparative Politics and Social Movements. In: DELLA PORTA, Donatella e KEATING, Michael. *Approaches and Methodologies*

in the Social Sciences: A Pluralist Perspective. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2008.

DIAS, Alice. *Topomínia, Lugar e Paisagem: disputas entre permanência e mudança em Guaratiba*. Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre, 2010.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política – Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro.* São Paulo : Editora Paz e Terra, 1982.

DINIZ, Eli. Favela: Associativismo e participação social. In: BOSCHI, R. (Org). *Movimentos Coletivos no Brasil Urbano.* - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

DOIMO, Ana Maria. *A voz e a vez do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1995.

DOMINGUES, Jose Maurício & MANEIRO, Maria. *América Latina hoje: Conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DREYFUS, Pablo. Do Estado de medo ao Estado de direito: problemas e soluções do crime organizado e controle territorial armado no Rio de Janeiro. *Policy Paper, Boston*, v. 25, p. 1-8, 2009.

DRIUSSO, Marcelo. *Estudo comparado entre os programas de transferência condicionada de renda no Brasil e México.* Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.

DUARTE, Thaís, CANO, Ignácio. "*No sapatinho" : a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)* / Ignacio Cano & Thais Duarte (coordenadores) ; Kryssia Ettel e Fernanda Novaes Cruz (pesquisadoras). - Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2012.

DUPUIS-DERI, Francis. *Black Blocs.* São Paulo: Veneta, 2014.

EDMONDSON, Jacqueline. Reading policies: Ideologies and strategies for political engagement. *The Reading Teacher*, v. 57, n. 5, p. 418-428, 2004.

EISINGER, Peter. *The conditions of protest behavior in American cities*. Madison: University of Wisconsin, 1973.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador – vol.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ELIASOPH, Nina. *Avoiding Politics: How Americans Produce Apathy in Everyday Life.* New York: Cambridge University Press, 1998.

EMIRBAYER, Mustafa; GOODWIN, Jeff. Network Analysis, Culture, and the Problem of Agency. *American Journal of Sociology.* 99.6, 1994.

ESCOBAR, Cristina. Clientelismo y ciudadanía: los límites de las reformas democráticas en el departamento de Sucre. *Análisis Político.* No. 47 Septiembre/Noviembre, 2002.

ESPINOSA, Gisela Damián.; CASTILLO, Miguel Meza. Guerrero en cifras: las dimensiones de la pobreza. Bartra, A.(Orgs.), *Crónicas del sur. Utopías campesinas en Guerrero*, Ediciones Era, México, 2000.

ESTRADA, Raúl D. *Monografía Política del estado de Guerrero (1970-2008)*. El Colegio de Mexico, s/ d.

FADAEE, Simin (Ed.) *Understanding Southern Social Movements.* Londres: Routledge, 2016.

FALERO, Alfredo. Entre o rigor teórico-metodológico e a criatividade – Algumas chaves cognitivas para a pesquisa dos movimentos sociais na América Latina. In: BRINGEL, B.; GOHN, M. G. (Orgs). *Movimentos sociais na Era Global*. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 2012.

FALQUET, Jules. Peut-on faire de l'économie du genre, *Regards croisés sur l'économie*, 2014, no15, pp. 341-355.

FANON, Franz. *Los condenados de la tierra.* México: Fondo de Cultura Económica, 1965.

FAVELA GAVIA, Diana Margarita. *Protesta y Reforma en México; Interacción entre Estado y sociedad, 1946-1997.* (México) México, DF. , 2006. 271 p.

FAVELA GAVIA, Diana Margarita. Movimientos sociales. En: *Sistema político y protesta social: del autoritarismo a la pluralidad* / . (México) México, DF. El Colegio de México, 2010.

FELTRAN, Gabriel. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo.* 1. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas (FFLCH/USP) / FAPESP, 2005. v. 1. 386p.

FELTRAN, Gabriel. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. UNESP/CEM-Centro de Estudos da metropole, 2011.

FEREE, Myra. Soft Repression: Ridicule, Stigma, and Silencing in Gender-Based Movements. In: DAVENPORT, JOHNSTON, MUELLER (Org). *Repression and mobilization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.

FILHO, Aton Fon. Criminalización de los movimientos sociales: democracia Y represión de los derechos Humanos. Em: BUHL, K, KOROL, C., Instituto Rosa-Luxemburg-Stiftung (São Paulo, Brazil), & Social Network for Justice and Human

Rights (Brazil). (2008). *Criminalização dos protestos e movimentos sociais*. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg-Stiftung, 2008.

FILLIEULE, Oliver. Requiem pour un concept – vie et mort de la notion de structure des opportunités politiques. Em: DORRONSO, Gilles. *La Turquie conteste – Mobilisations sociales et régime sécuritaire.* CNRS Editions, 2005.

FILLIEULE, Olivier; MATHIEU, Lilian. Structure des opportunités politiques. In Olivier Fillieule et al., *Dictionnaire des mouvements sociaux*. Presses de Sciences Po. Références, 2009 p. 530-540.

FILLIEULE, Olivier. Tombeau pour Charles Tilly. Répertoires, performances et stratégies d'action, in Éric Agrikoliansky et al., *Penser les mouvements sociaux*. La Découverte. Recherches, 2010.

FILLIEULE, Oliver; AGRIKOLIANSKY, Eric e SOMMIER, Isabelle (Orgs). *Penser les mouvements sociaux: conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines*. Paris, La Découverte, 2010.

FILLIEULE, Oliver. Requiem pour un concept. Vie et mort de la notion de structure des opportunités politiques. In DORRONSORO, Gilles (ed.), *La Turquie conteste*, Paris, presses du CNRS, 2006.

FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz. *Avaliação dos Impactos Socioambientais e de Saúde em Santa Cruz decorrentes da instalação e operação da empresa TKCSA*, 2011.

FONSECA, Priscilla. O crescimento urbano e suas consequências na reconfiguração do bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro. *RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano XIII Nº 24 Dezembro. Salvador, BA, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 7.ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Defender la sociedad: Curso en el College de France*, 1975-1976. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Seguridad, território, población.* Curso en Collège de France (1977 -1978). – Buenos Aires: FCE, 2006.

FREIRE, Jussara. Elevar a voz em uma ordem violenta: a indignação colocada à prova pelo silêncio. Em: MACHADO DA SILVA, L.A. (Org.). *Vida sob cerco – violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Faperj, 2008.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1999.

FROES, Jose N. *Rumo ao Campo Grande: por trilhas e caminhos.* Rio de Janeiro:[s.], 2004.

GAMSON, William A.; MEYER, David S. Meyer. Framing Political Opportunity. In Doug McAdam, John D. McCarthy, and Mayer N. Zald (Orgs). *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

GARCIA LEVYA, Jaime. *Radiografía del rock en Guerrero*. Ediciones La cuadrilla de la Langosta, 1 ene. 2005.

GARGARELLA, Roberto. *Crisis de la representación política*. México, Fontamara, 1997.

GASPARELLO, Giovanna. Policía Comunitaria de Guerrero, investigación y autonomía. *Política y Cultura*, otoño , núm. 32, pp. 61-78, 2009.

GASPARELLO, Giovanna. *La Costa-Montaña como espacio social: las raíces profundas de la Policía Comunitaria*. Ponencia presentada en la Cuarta Mesa Redonda. El conocimiento antropológico e histórico sobre Guerrero, Taxco de Alarcón, Guerrero, del 17 al 21 de agosto del 2010, organizadores: Instituto Nacional de Antropología e Historia, Coordinación Nacional de Antropología, Centro INAH Guerrero y el Grupo Multidisciplinario de Estudios sobre Guerrero, 2010.

GASPARELLO, Giovanna. *La celebración a Tata Bègò, Señor del Rayo.La relación profunda entre los pueblos y la naturaleza: lo que la explotación minera en la Montaña de Guerrero amenaza con desaparecer*. Ponencia presentada en la V Mesa Redonda "El conocimiento antropológico e histórico sobre Guerrero", Taxco de Alarcón, Guerrero, 22- 24 de agosto del 2012, CNAN-INAH, Coordinación Nacional de Antropología, Centro INAH Guerrero, 2012a.

GASPARELLO, Giovanna. No morirá la flor de la palabra... La radio comunitaria indígena en Guerrero y Oaxaca, México. Nueva Antropología. *Revista de Ciencias Sociales*, vol.XXVI , num. 77, INAH-COLMEX-UAM- CONACYT, julio-diciembre, 2012b.

GARCIA, Elizabeth J., et.al., *Historia General de Guerrero*, Vol. 3, México, INAH-Gobierno del Estado de Guerrero, 2000.

GARZON, Juan Carlos. *Mafia & Co*. Bogotá, D.C.: Editorial Planeta Colombiana, 2008.

GAY, Robert. Community organization and clientelist politics in contemporary Brazil: a case study from suburban Rio de Janeiro. *International Journal of Urban*

and Regional Research. Volume 14, Issue 4, pages 648–666, December, 1990.

GAY, Robert. Rethinking Clientelism: Demands, Discourses and Practices in Contemporary Brazil. *European Review of Latin American and Caribbean Studies* 65, December, 1998.

GAY, Robert. Toward uncivil society: causes and consequences of violence in Rio de Janeiro. In: Arias, E. D., & Goldstein, D. M. (2010). *Violent democracies in Latin America*. Durham NC: Duke University Press, 2010.

GERRING, John. The case study: What it is and what it does. Em: BOIX, C.; STOKES, S. *The Oxford handbook of comparative politics* / edited by Carles Boix and Susan C. Stokes. Oxford University Press Inc., New York, 2007.

GIBLER, John. *Mexico unconquered: Chronicles of power and revolt.* San Francisco: City Lights, 2009.

GIDDENS, Anthony. A Constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GIL, Adriana Gonzales. Acción colectiva en contextos de violencia prolongada. *Estudios Políticos* n. 29. Medellín, Julio-deciembre, 2006.

GILLINGHAM, Paul. Who killed Crispín Aguilar? Violence and Order in the Postrevolutionary Countryside. Em: PANSTERS, Wil, ed., 2012, *Violence, Coercion and State Making in Twentieth Century Mexico: The Other half of the Centaur*. Stanford, Stanford University Press, 2012.

GLOCKER, Julio. El arte tradicional del nacimiento. *Elementos : ciencia y cultura,* julio-septiembre, año 14, volume 067. Benemerita Universidad Autonoma de Puebla, México. 2007.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias Dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos E Contemporâneos*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória.; BRINGEL, Breno (Orgs) *Movimentos sociais na era global.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOHN, Maria da Gloria. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGS. *Revista Meta: Avaliação*, v. 5, n. 14, p. 238-253, 2013.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M. Caught in a Winding, Snarling Vine: The Structural Bias of Political Process Theory. *Sociological Forum*, Vol. 14, No. 1. (Mar., 1999), pp. 27-54.

GOODWIN, Jeff. *No other way out: states and revolutionary movements*, *1945-1991*. Cambridge University Press, 2001.

GODDWIN, Jeff. Are protesters opportunists? Fifty tests. Em: GOODWIN, Jeff; JASPER, James M. *Contention in Context – Political Opportunities and the emergence of protest.* Standford: Standford University Press, 2012.

GOTHAM, Kevin. F. Political Opportunity, Community Identity, and the Emergence of a Local Anti-Expressway Movement. *Social Problems*, Vol. 46, No. 3 (Aug., 1999), pp. 332-354.

GOFFMAN, Erwing. *Frame Analysis: An Essay on the Organization of the Experience*. New York: Harper Colopho, 1974.

GOMES, Simone da S.R. Apuntes sobre la militancia de los jóvenes en contextos de violencia. Los casos de Rio de Janeiro, Brasil, y de Guerrero, México. In: Alberto Hernandez Hernández; Amalia E. Campos-Delgado. (Org.). *Actores, redes y desafíos - Juventudes e infancias en América Latina.* 1ed.Tijuana: COLEF, 2015, v. 1, p. 125-138.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M e POLLETTA, Francesca. *Passionate Politics: Emotions and Social Movements*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M. *The Social Movements Reader: Cases and Concepts*. Malden, MA: Blackwell Pub, 2003.

GUIMARÃES, Virgínia Totti. *O licenciamento ambiental prévio e a localização de grandes empreendimentos: o caso da TKCSA, em Santa Cruz, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. 119p

GUTIERREZ, Gustavo A. *Identidad étnica, autonomía y empoderamiento de los pueblos indios de la Costa Chica - Montaña de Guerrero: la Policía Comunitaria.* Tesis de Licenciatura en Sociología Rural. Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Azcapotzalco, 2012.

GUZMAN, Lorena; HERNANDEZ, Víctor; CARMONA, Edgardo. La universidad intercultural de los pueblos del Sur - Una opción de educación no formal para la población indígena en el estado de Guerrero, México - *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, Vol. 19, Núm. 60, pp. 103-128, 2014.

HUATO, Román M. Desaparecidos: violencia, impunidad y terror de Estado. "México es una fosa clandestina". Em MORA, M; ALBERTANI, C. (Org). *La noche de Iguala y el despertar de México – textos, imágenes y poemas contra la barbarie*. México: Juan Pablos Editor, 2015.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Lânes, Patrícia ; RIBEIRO, M. ; SILVA, I. ; FRANCA, N. *Diagnóstico socioambiental na favela de Santa Marta e Campo Grande - Projeto Cidade, Mudanças Climáticas e Ação Jovem*, 2011.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Características da população e dos domicílios: resultados do universo.* Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IGARTÚA, Gustavo. Elecciones, regiones y ciudades: una nueva visión para reflexionar sobre las elecciones presidenciales en México. In: *México: de las eleicciones a Oaxa*ca. OSAL Observatorio Social de América Latina Año VII Nº 20, Buenos Aires: CLACSO, noviembre 2006, 350 p.

ILLADES, Carlos. *Breve historia de Guerrero*. México, D.F.: Colegio de México, 2000.

ILLADES, Carlos, SANTIAGO, Teresa. *Estado de Guerra – De la guerra sucia a la narcoguerra.* Editora Era, Mexico, DF, 2014.

ILLADES, Carlos. *Conflcito, dominación y violência – Capítulos de historia social.* Editorial Gedisa/UAM, 1ª edición, 2015, 252 pp.

INEGI – Instituto Nacional de Censo de Población y Vivienda. *Panorama sociodemográfico de Guerrero* / Instituto Nacional de Estadística y Geografía.-- México : INEGI, 2010. 182 p. : il. ISBN 978-607-494-203-3, 2010.

INSTITUTO MEXICANO DE LA JUVENTUD. *Compendio informativo sobre la población juvenil indígena, rural y migrante de México, basado en distintas fuentes informativas*, 2003. Disponível online em: http://www.imjuventud.gob.mx/Compendio%20Informativo%20pob.%20Ind%Egena %20 Migrante.pdf Acesso : 15 mai. 2016.

JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais urbanos numa época de transição: limites e possibilidades. In: SADER, E. (Org) *Movimentos sociais na transição democrática* – São Paulo: Cortez, 1987.

JAPPE, Anselm. *Violência, mas para quê?* São Paulo: Hedra, 2011.

JASPER, James M. *Protesto: Uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

JEGANATHAN, Pradeep. Checkpoint: anthropology, identity, and the state. In: DAS, V; POOLE, Deborah. *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe, N.M.: School of American Research Press; Oxford [England] : James Currey, 2004.

JENKINS, J Craig; JACOBS, David. Political Opportunities and African- American Protest, 1948–1997. *American Journal of Sociology.* Volume 109 Number 2 (September 2003): 277–303

JIMENEZ, Sandra H. Acciones colectivas de innovación democrática local en contextos de violencia. *Rev. Mex. Sociol, México* , v. 77, n. 1, p. 129-156, marzo, 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032015000100005&lng=es&nrm=iso>. Acesso: 25 fev. 2016.

KARSBAEK, Leif. Los peligros de la comunidade indígena y sus defensas. *Ra Ximhai.* Vol 5. Número 3, septiembre – diciembre 2009, pp. 373-385.

KESSLER, Gabriel. *El sentimiento de inseguridad – sociologia del temor al delito*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

KITSCHELT, Herbert P. Political Opportunity Structures and Political Protest: Anti-Nuclear Movements in Four Democracies. *British Journal of Political Science*, Vol. 16, No. 1 (Jan., 1986), pp. 57-85.

KHAWAJA, Marwan. Repression and popular collective action: Evidence from the West Bank. In: *Sociological Forum*. Kluwer Academic Publishers-Plenum Publishers, 1993. p. 47-71.

KLANDERMANS, Bert. STAGGENBORG, Suzanne. *Methods of Social Movement Research.* University of Minesota Press: Minneapolis, 2002.

KLEINMAN, Arthur. The violences of everyday life – The multiple forms and dynamics of social violence. In: DAS, Veena. *Violence and Subjectivity*. Berkeley: University of California Press, 2000.

KOONINGS, Kees. Armed Actors, Violence and Democracy in Latin America in the 1990s. *Bulletin of Latin American Research*, Vol. 20, No. 4, Special Issue: Armed Actors in Latin America in the 1990s, pp. 401-408, 2001.

KURZMAN, Charles. Organizational opportunity and social movement mobilization: A comparative analysis of four religious movements. *Mobilization: An International Journal*, 1998, 3(1): 23-49.

LANDIM, Leilah. Violência e organizações civis na periferia do Rio de Janeiro: novas cartografias? In: CUNHA, Neiva e FELTRAN, Gabriel. *Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil contemporâneo* – Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013.

LEAL, Victor N. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

LECUONA, Renato. *Historia General de Guerrero – volumen IV – Revolución y reconstrucción*. Instituto Nacional de Antropologia e Historia, Cordoba, Mexico DF, 1998.

LEEDS, Edward. Cocaine and parallel polities in the Brazilian Urban Periphery: constraints on local-level democratization. *Latin American Research Review*. Volume 31, number 3, 47-84, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *La Production de l'espace.* Paris: Anthropos, 1974.

LEITAO, Leonardo Rafael S. *Oportunidades políticas e repertórios de ação: o movimento negro e a luta de combate à discriminação racial no Brasil.* Tese apresentada ao programa de Pós Graduação de Sociologia da UFRGS*,* 2012, 152f.

LIPSKY, Michael. *Protest in city politics*. 1970.

LOFREDO, Jorge. La otra guerrilla mexicana. Aproximaciones al estudio del Ejército Popular Revolucionario. *Desacatos,* num.24, mayo-agosto 2007, pp. 229-246.

LOPEZ Y RIVAS, Gilberto. *Autonomías multiculturales en América Latina: nuevas formas de convivencia política.* México: Plaza y Valdés, 2005

LOVEMAN, M. High risk collective action – defending human rights in Chile, Uruguay and Argentina. *American Journal of Sociology,* 104, 2, 477-525, 1998.

LOZANO, Claudia. *En nuestro Pueblo no mandan ustedes, manda el Pueblo – Disidencia, cambio religioso y conflito en la Montana de Guerrero.* Universidad Autonoma de Guerrero, Mexico, DF, 2001.

LUCHMANN, Ligia H., BORBA, Julian. *Estruturas de oportunidades políticas e participação: uma análise a partir das instituições emergentes*. Trabalho apresentado no 31º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 22 a 26 de outubro, 2007.

LUDD, Ned. *Urgência das ruas – Black Blck, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global.* – São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. Criminalidade Violenta: Por uma nova perspectiva de análise. *Rev. Sociol. Polít.,* Curitiba, 13, p. 115-124, nov. 1999

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Soc. estado. [online]. 2004, vol.19, n.1, pp.53-84. Disponível online em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

69922004000100004&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-6992. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922004000100004. Acesso em 14 fev.2016

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio (org.). *Vida sob cerco – violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Faperj, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. Quarenta anos de sociologia das classes populares urbanas. In: CARNEIRO, Sandra de S.; SANT'ANNA, Maria Josefina (Orgs) Cidades, olhares, trajetórias. – Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

MAGALHAES, Alexander. *Entre movimentos e possibilidades: Grupos policiais, tráfico de drogas e capital social na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro* – Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre, 2007.

MALTHANER, Stefan. Fieldwork in the context of violent conflict and authoritarian regimes. In: DELLA PORTA, Donatella e KEATING, Michael. *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2008.

MANEY, Gregory M. *Strategies for Social Change*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2012.

MANN, Michael. A crise do Estado-nação latino-americano. In: DOMINGUES, José Maurício e MANEIRO, Maira (Orgs). *América Latina hoje: conceitos e interpretações.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MANSUR, André Luis. *O velho Oeste carioca: História da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (De Deodoro a Sepetiba) do século XVI aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2008.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo, Boitempo, livro I, 2013.

MATHIEU, Lilian. *Comment Lutter?: Sociologie Et Mouvements Sociaux*. Paris: Textuel, 2004.

MATHIEU, Lilian. Les Grèves De La Faim Lyonnaises Contre La Double Peine : Opportunités Militantes Et Opportunités Politiques. *L'homme Et La Société.* (2006): 177-197..

MATHIEU, Lilian, Contexte politique et opportunités, in Éric Agrikoliansky et al., *Penser les mouvements sociaux*. La Découverte : Recherches, 2010 p. 39-54.

MATHIEU, Lilian. Rapport au politique, dimensions cognitives et perspectives pragmatiques dans l'analyse des mouvements sociaux. In: *Revue française de science politique*, 52e année, n°1, 2002. pp. 75-100.

MATONTI, Frédérique ; POUPEAU, Franck. Le capital militant: essai de définition. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 155: 4-11, 2004.

McADAM, Doug. *Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930–1970*. University of Chicago Press, Chicago, 1992.

McADAM, Doug. Recruitment to High Risk Activism: the case of Freedom Summer. *American Journal of Sociology,* Volume 92, Issue 1 (Jul 1986), 64-90, 1986.

McADAM, Doug. Political Opportunities: Conceptual Origins, Current Problems, Future Directions. In: Mc Adam, D., Mc Carthy, J. D., & Mayer, N. Z. (Eds.), *Comparative Perspectives on Social Movements*. Cambridge University Press, Cambridge, 1996, pp. 23–40.

McADAM, Doug, MCCARTHY, John e ZALD, Mayer. Social movements. In: Smelser, Neil J. (ed.). McAdam, D., McCarthy, J. e Zald, M. (ed.). *Comparative Perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framing*s. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Dynamics of contention. *Social Movement Studies,* v. 2, n. 1, p. 99-102, 2003.

MELUCCI, Alberto. Asumir un compromisso: identidade y movilización en los movimientos sociales. *Zona Abierta,* n. 69. Madrid, 1994.

MERTON, Robert K. *Social theory and social structure*. 1957.

MEYER, David. Protest and Political Opportunities. *Annual Review of Sociology* (30): 2004, pp.125–45.

MEYER, David; MINKOFF, Debra C. Conceptualizing Political Opportunity. *Social Forces*, Vol. 82, No. 4 (Jun., 2004), pp. 1457-1492

MEYER, David; STAGENBORG, Suzanne. Movements, Countermovements, and the Structure of Political Opportunity. *American Journal of Sociology*, Vol. 101, No. 6 (May, 1996), pp. 1628-1660.

MEYER, David. *Political Opportunities*. Ritzer, George (ed). Blackwell Publishing, 2007. Blackwell Reference Online.

MILAN, Stefania. The Ethics of Social Movement Research. In: DELLA PORTA, Donatella e KEATING, Michael. *Approaches and Methodologies in the Social*

Sciences: A Pluralist Perspective. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2008.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos – a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. (*Tese de doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set.-dez, 2008.

MISSE, Michel. Violência, crime e corrupção: conceitos exíguos, objeto pleno. In: José Vicente Tavares dos Santos; Alex Niche Teixeira. (Org.). *Conflitos sociais e perspectivas da paz*. 1ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012, v. 1, p. 25-42.

MISSE, Michel; GRILLO, Carolina C.; TEIXEIRA, Cesar P., NERI, Natasha Elbas. *Quando a polícia mata: homicídios por "autos de resistência" no Rio de Janeiro (2001-2011).* – Rio de Janeiro: NECVU; Booklink, 2013.

MONTEMAYOR, Carlos. *Guerra en el paraiso*. Éditions Gallimard, 1991, 443 pp.

MONTEMAYOR, Carlos. *La violencia de estado en México : antes y después de 1968.* México, D.F. : Debate, 2009.

MUNIZ, Jacqueline.; PROENÇA, Dominício. Muita politicagem, pouca política, os problemas da polícia são. *Estudos Avançados*, 21 (61), 2007.

MUSUMECI, Leonarda. Segurança pública na Zona Oeste do Rio de Janeiro: diagnóstico e propostas. In: Renata Lèbre La Rovere; Mauro Osorio da Silva. (Org.). *Desenvolvimento econômico local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e seu entorno.* Rio de Janeiro: Pod Editora, 2009, p. 151-184.

MIGUEL, Luis Felipe. Violência e política, *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* nº 88. São Paulo, 2015, pp. 29-44.

MISCHI, Julian. Protester avec violence. Les actions militantes non conventionnelles des chasseurs, *Sociologie* 2012/2 (Vol. 3), p. 145-162, 2012.

MITCHELL, Timothy. Sociedad, economia y el efecto del estado. In: SHARMA, A., GUPTA, A. MITCHELL, T. *Antropología del Estado* – México: FCE, 2015.

MUXEL, Anne. *Les Jeunes et la politique*. Hachette, 1996

MUXEL, Anne. 2001. *L'Expérience politique des jeunes.* Presses de Sciences Po, 2001.

MUXEL, Anne. *Avoir 20 ans en politique : les enfants du désenchantement*, Seuil, 2010.

NACIF, Cristina, ANTUNES, Gisele. Centro funcional de Campo Grande no início do século XXI: centralidade renovada ou periférica?, *Cad. Metrop.,* São Paulo, v. 12, n. 23, pp. 105-123, jan/jun, 2010.

NANDY, Ashis. *Imágenes del Estado – cultura, violencia y desarrollo* – Mexico: FCE, 2011.

NORDAS, Ragnhild; DAVENPORT, Christian. Fight the Youth: Youth Bulges and State Repression. *American Journal of Political Science*. 57.4: 926-940, 2013.

NORRIS, Pippa. Political activism: New Challenges, new opportunities. Em: BOIX, C.; STOKES, S. *The Oxford handbook of comparative politics* / edited by Carles Boix and Susan C. Stokes. Oxford University Press Inc., New York, 2007.

O'DONNELL, Guillermo. Apuntes para una teoría del Estado. *Revista Mexicana De Sociología*, 40, 4, 1157-1199, 1978.

O'DONNELL, Guillermo. *Contrapuntos. Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*. Paidós, Buenos Aires, 1997.

OEA; CIDH. *Situación de derechos humanos en México.* Comisión Interamericana de Derechos Humanos. (OAS. Documentos oficiales ; OEA/Ser.L), 2015. Disponível online em: http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Mexico2016-es.pdf. Acesso: 15 mar. 2016.

OIJ - Organización Iberoamericana de Juventud. *El futuro ya llegó – 1ª Encuesta Iberoamericana de juventudes*. 2013.

OLIVEIRA, Wilson. Abertura política, militância múltipla e protestos públicos em defesa de causas ambientais. *Cadernos Ceru*, série 2, v. 20, n. 1, junho, 2009.

OLIVIER, Johan L. State repression and collective action in South Africa, 1970–84. *South African Journal of Sociology*, v. 22, n. 4, p. 109-117, 1991.

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS. *Justicia Falida en el Estado de Guerrero*, 2015.

ORTIZ, Reynaldo Y. Movilización y democracia. España y México. Estudios Sociológicos, vol. XXVIII, núm. 84, septiembre-diciembre,2010.

OSTROM, Elinor. Collective Action Theory. Em: BOIX, C.; STOKES, S. (2007). *The Oxford handbook of comparative politics* / edited by Carles Boix and Susan C. Stokes. Oxford University Press Inc., New York, 2007.

PADILLA, Tanalís. *Rural resistance in the land of Zapata – The Jaramillista movement and the myth of the pax priista, 1940 – 1962*. Durham: Duke University Press, 2010.

PAINEL REGIONAL: Rio de Janeiro e bairros / Observatório Sebrae/RJ. -- Rio de Janeiro : SEBRAE/RJ, 2015.

PANSTERS, Wil, ed. *Violence, Coercion and State Making in Twentieth Century Mexico: The Other half of the Centaur*. Stanford, Stanford University Press, 2012.

PAOLI, Maria Regina.; BENEVIDES, M.; PINHEIRO, Paulo.; DA MATTA, Roberto. *A violência brasileira*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1982,

PAOLI, Maria Regina. Violência e espaço civil. In: PAOLI, M.; BENEVIDES, M.; PINHEIRO, P.; DA MATTA, R. (1982) A violência brasileira. Editora Brasiliense, São Paulo, 1982.

PEON, Chávez Mario; TRINIDAD, Marcela San Giacomo. Derechos lingüísticos, diversidad cultural y escuelas normales rurales en México. En: *Ichan Tecolotl*, enero de 2015, pp. 21-24. 2015

PEREYRA, Guillermo. México: violencia criminal y "guerra contra el narcotráfico". *Revista Mexicana de Sociología* 74, núm. 3 (julio-septiembre): 429-460, 2012.

PÉREZ, Irma Guadalupe Aguirre. Del Silencio a la Palabra. La experiencia de las lideresas indígenas de Xochistlahuaca, Guerrero. *Feminismo/s*, 3, junio 2004, pp. 101-116.

PESCHANSKI, João Alexandre; MORAES, Renato. As lógicas do extermínio. In: Vários. (Org.). *Bala perdida: A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação.* 1ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

PINHEIRO, Paulo S. La efectividad de laley y los desfavorecidos en América latina. In: Méndez, Juan & O'Donnell, Guillermo. *La (in)efectividad de la ley y la exclusión en América Latina.* Buenos Aires/ Barcelona/México, Paidós, 2002.

POLETTA, Francesca. Snarls, Quacks, and Quarrels: Culture and Structure in Political Process Theory. *Sociological Forum*, Vol. 14, No. 1 (Mar., 1999), pp. 63-70.

POOLE, Deborah. Between threat and guarantee – Justice and Community in the margins of the Peruvian State. In: DAS, V; POOLE, Deborah (2004). *Anthropology in the margins of the state.* Santa Fe, N.M.: School of American Research Press; Oxford [England]: James Currey, 2004.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENA, Ana Esther; SADER, Emir (Orgs). *La guerra infinita – Hegemonía y terror mundial.* Buenos Aires: Clacso, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geograficidade do Social. En: SEOANE, José (org.) *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2003.

POWELL, Kathy. Political Practice, Everyday Political Violence, and Electoral Processes During the Neoliberal Period in Mexico. In: PANSTERS, W. *Violence, Coercion, and State-Making in Twentieth-Century Mexico: The Other Half of the Centaur*, Stanford University Press, Redwood City, CA, 2012.

QUINTERO ROMERO, Dulce María; RODRÍGUEZ HERRERA, América Libertad. Organizaciones sociales: nuevos actores políticos en Guerrero. *Política y cultura*, n. 30, p. 39-66, 2008.

RAMOS, Howard. Opportunity for Whom? Political Opportunity and Critical Events in Canadian Aboriginal Mobilization, 1951-2000. *Social Forces* 87(2), December 2008.

RASLER, Karen. Concessions, repression, and political protest in the Iranian revolution. *American Sociological Review*, p. 132-152, 1996.

RENNO, Lucio R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. *Rev. Sociol. Polit. [online]*. 2003, n.21, pp. 71-82. ISSN 0104-4478.

RIBEIRO, Paulo Jorge; OLIVEIRA, Rosana. O impacto da ação das milícias em relação às políticas públicas de segurança no Rio de Janeiro. *Crime e Globalização*, Março de 2010.

ROCHA, Lia. *Uma favela diferente das outras? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão*. Tese de Doutorado em Sociologia, defendida no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Ciclos de mobilização política e mudança institucional no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, p. 33-44, 2001.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e Militarização nas Américas: Vício de Guerra. *Contexto Internacional.* Rio de Janeiro, vol. 34, no 1, janeiro/junho 2012.

ROOTES, Christopher. Political Opportunity Structures: promise, problems and prospects. *La Lettre de la maison Française d'Oxford* n. 10, 1999, pp. 75–97.

ROSETE, Hector Saul Bravo. *La montaña roja de Guerrero. Una década de lucha de la izquierda por la democracia, 1979-1989*. Tesis para obtener el grado de Licenciado en Historia. UNAM – Universidad Nacional Autónoma de México, 2012.

ROVIRA, Guiomar. *Zapatistas sin fronteras: Las redes de solidaridad con Chiapas y el altermundismo.* México, D.F.: Ediciones Era, 2009.

RULFO, Juan. *Pedro Páramo*. Madrid: Cátedra, 1983.

RUTCH, Dieter. The impact of national contexts on social movement structures: A cross-movement and cross-national comparision. In: McAdam, D., McCarthy, J. D., & Zald, M. N. Comparative perspectives on social movements: *Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. Cambridge [England: Cambridge University Press, 1996.

SANTÍN, Netzahualcóyotl B. Del aliento al desencanto – la alternância política en Guerrero, 1989-2009. Em: *Guerrero en el contexto de las revoluciones en México*. México, D.F: Editorial Fontamara, 2010.

SANTOS, Leandro Soares. A Terra de nossos filhos: O movimento de luta pela terra no Sertão Carioca (1945-1964). *Hispania Nova – Revista de Historia Contemporánea.*. N.7, 2007.

SCOTT, James. *Los dominados y el arte de la resistência.* Mexico, DF: Ediciones Era, 2000.

SCHULZ, Markus. Collective action across borders: opportunity structures, network capacities and communicative praxis in the age of advanced globalization, *Sociological Perspectives*, 41, pp. 587–611, 1998.

SEIDL, Ernesto. (Re)pensar os movimentos sociais. *Rev. bras. Ci. Soc. [online]*. vol.26, n.75 [cited 2016-02-17], 2011 pp. 178-181. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 26 de fev. 2016.

SERAPAZ - Servicios y Asesoría para la Paz A.C. Reporte Abril. *Criminalización de la protesta social en México*. Observatorio de la Conflictividad Social, Ocosingo, Chiapas, México, 2008.

SERAPAZ - Servicios y Asesoría para la Paz A.C. *Guerrero: Atrapados en el círculo de la violencia,* 2014.

SEWELL, William. Space in Contentious Politics, in Ronald Aminzade, Doug McAdam, Elizabeth Perry, William H. Sewell, Jr., Sidney Tarrow, and Charles Tilly,

Silence and Voice in the Study of Contentious Politics. Cambridge University Press, 2001.

SIERRA, Maria Teresa. Respuestas locales a la inseguridad y la violencia en Guerrero: las policías comunitarias y ciudadanas. In: CIESAS. *Ayotzinapa y la crisis del Estado Mexicano: Un espacio de reflexión colectiva ante la emergência nacional* año 25, No. 293, Enero 2015 ISSN 1405-1931, 2015.

SILVA, Ana Amélia. Quebra-quebras de trens de subúrbio: dimensão política da opressão. *Rev. Espaço & Debates São Paulo*, ano III, nº 10, 1983, pp. 78-97.

SILVA, Marcelo Kunrath. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Ciências Sociais Unisinos* 46.1, 2010.

SILVA, Marcelo Kunrath. Atores, Espaços e Repertórios: a atuação dos movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado. In: Ilse Scherer-Warren; Lígia Helena Hahn Lüchmann. (Org.). *Movimentos Sociais e Engajamento Político: trajetórias e tendências analíticas*. 1ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2015, v. 1, p. 133-160.

SIQUEIRA, Raíza. "*Vestindo a Camisa da Zona Oeste": análise da construção de vínculos sociais entre um vereador da cidade do Rio de Janeiro e sua "base eleitoral"* IX Congreso Argentino de Antropología Social. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales - Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2008.

SIQUEIRA, Raíza. *A política no loteamento: um estudo sobre mediação na zona oeste carioca*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

SHEKHA, Russell K. Determinants of Latin American Activism: Domestic and Transnational Political Opportunities and Threats. *Sociology Compass* 5/8: 747–762, 10.1111/j.1751-9020.2011.00396, 2011.

SHAWKI, Noha. Political Opportunity Structures and the Outcomes of Transnational Campaigns: A Comparison of Two Transnational Advocacy Networks. *Peace & Change*, Vol. 35, No. 3, 2010.

SOARES, Cassio Cunha. *Sobre o significado da experiência de autogoverno zapatista.* Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Sociologia, 2012.

SOLLANO, Saúl L. *Insurrección cívica, insurgência guerrillera y luchas campesinas por autonomia y democracia frente a la violência de Estado en Guerrero.* Tesis de Maestía en Desarrollo Rural, UAM-Xochimilco, 2002.

SOLLANO, Saúl L. *Campesinos, autonomia y otro desarollo en el Guerrero de hoy*. Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto Galinhas, Pernambuco, Brasil, noviembre del 2010.

SOREL, Georges. *Reflexiones sobre la violencia*. Madrid: Alianza Editorial, 1976.

SOUZA, Marcelo J. L. *Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana.* Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo J. L. Social movements in the face of criminal power - The socio-political fragmentation of space and 'micro-level warlords' as challenges for emancipative urban struggles. *City*, Vol. 13, No. 1, March 2009.

SOUZA, Marcelo J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. En: CASTRO, Iná Elias de, et. alli. *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, pp. 77-116.

SOUZA, Marcelo J. L. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA SANTOS, Boaventura. *Pela mão de Alice. O social e o político na transição pós-moderna*. São Paulo: Cortez, 1997.

SPIVAK, Gayatari C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STOKES, Susan C. *Brokers, Voters, and Clientelism: The Puzzle of Distributive Politics*, 2013.

TAMAYO, Sergio. *La violencia de Estado, los movimientos sociales, y Ayotzinapa*. Presentado en el Foro de análisis: Ayotzinapa, reflexiones desde la UAM-A Plaza Roja, UAM-A, jueves 6 de noviembre, 2014.

TARROW, Sidney. *El poder en movimento - Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Alianza Editorial: Madrid, 1994.

TARROW, Sidney. States and opportunities: the political structuring of social movements. In: McAdam, D., McCarthy, J. e Zald, M. *Comparative Perspectives on Social Movements – Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*. Cambridge University Press, United Kingdom, 1996.

TARROW, Sidney. Confessions of a Recovering Structuralist. *European Political Science*. 5.1: 7-20, 2006.

TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Contentious Politics and Social movements. In: BOIX, STOKES (eds) *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford/ New York: Oxford University Press, 2007.

TAVOLARO, Sergio B. F. Quando discursos e oportunidades políticas se encontram: para repensar a sociologia política da cidadania moderna. *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2008, n.81, pp. 117-136. ISSN 1980-5403.

TAUSSIG, Michel. *Xamanismo, Colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. McGraw-Hill, New York, 1978.

TILLY, Charles. *Big structures, large processes, huge comparisons*. New York: Russell Sage Foundation, 1984.

TILLY, Charles. War Making and State Making as Organized Crime. In *Bringing the State Back In* edited by Peter Evans, Dietrich Rueschemeyer, and Theda Skocpol Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

TILLY, Charles. Coerción, *Capital and European States, A.D. 990-1990.* Cambridge, Mass. y Oxford: Basil Blackwell, 1990.

TILLY, Charles. Spaces of Contention. *Mobilization* 5:135-60, 2000.

TILLY, Charles. *The politics of collective violence,* Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 2003.

TILLY, Charles. Repression, Mobilization, and Explanation. Em: DAVENPORT, C., JOHNSTON, H., & MUELLER, C. M. C. (2005*). Repression and mobilization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.3, Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

TURNER, John Kenneth. *Mexico Barbaro*. Mexico: Editores Mexicanos Unidos, 1992.

VALLADARES, Lícia. Quebra-Quebras na Construção Civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro. In: RODRIGUES DA SILVA, C.;FRY, P., et al (Ed.). *Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros estudos.* Brasília: ANPOCS, 1983. p.113-143.

VELHO, Gilberto. *Capitalismo autoritário e campesinato – Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento.* Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1976

VENTURA, Mauro. *Dois capuccinos e a conta com Marcelo Freixo*. Ano 5, no. 223, novembro, 2008.

VERISSIMO, Antônio. Santa Cruz e a Fazenda Nacional: notas sobre a situação fundiária - *Coleção Estudos Cariocas*. No 20040801 Agosto, 2004.

VICARIO, Arturo. Guerrero, un trozo de su historia – Porfiriato y Revolución. In: *Guerrero en el contexto de las revoluciones en México*. México, D.F: Editorial Fontamara, 2010.

VIEIRA, William. *Memória, identidade, cultura e movimentos sociais na Zona Oeste carioca*. Apresentação no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais – Diversidades e (Des)igualdades, Salvador – BA – UFBA, 2011.

VIEIRA, William. *Cenas da Cidade: De cinema à Igreja, a memória do Cine Palácio Campo Grande*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro. UNIRIO, 2009.

VIEIRA, William. *Núcleo Socialista de Campo Grande: interações entre memórias e história em contexto local* / William de Souza Vieira, 2015. 136 f. ; 30 cm.

VILAMIL, Jenaro. *Caso Iguala: la crisis del Sexenio*. El Cotidiano 189, enero – febrero 2015.

VOMMARO, Pablo. Las relaciones entre juventudes y políticas en la América Latina contemporánea: una aproximación desde los movimientos estudiantiles. *Revista Sociedad*, 2013.

WEBER, Max. *A Política como vocação. A ciência como vocação*. In: BOTELHO, André. (Org.). Essencial Sociologia. 1. ed. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013.

WIEVIORKA, Michel. *La violence.* Paris: Hachette Littératures, 2005.

WISLER, Dominique; KRIESI, Hanspeter. Public order, protest cycles, and political process: two swiss cities compared. Em: DELLA PORTA, D., & REITER, H. (1998). *Policing protest: The control of mass demonstrations in Western democracies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

ZALUAR, Alba. "Pra Não Dizer que Não Falei de Samba: Os Enigmas da Violência no Brasil". In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea*, vol.4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz?. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez, 2007.

ZIZEK, Slavoj. Shoplifters of the World Unite. *London Review of Book,* 19 de Agosto de 2011. Disponível em: http://www.lrb.co.uk/2011/08/19/slavoj-zizek/shoplifters-of-the-world-unite. Acesso: 13 mar. 2016.

ZBOROWSKI, Marina Barbosa. *Conflitos Ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos pescadores artesanais frente ao processo de implantação do complexo siderúrgico da Companhia Siderúrgica do Atlântico-ThyssenKrupp CSA*. IV Encontro Nacional da Anppas, 2008.

ZWERMAN, Gilda; STEINHOFF, Patricia. When activists ask for trouble: State-Dissident Interactions and the New Left Cycle of Resistance in the United States and Japan. Em: DAVENPORT, C., JOHNSTON, H., & MUELLER, C. M. C. (2005). *Repression and mobilization.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.

Vídeos:

Seminário "Sociedade Civil, Democracia e Contestação", 24 a 27 de Novembro - UFRGS – Protesto, Polícia e Violência. Donatella Della Porta: Disponível online em: https://www.youtube.com/watch?v=_U34A0Psbwg&spfreload=10

Documentário "Cuando la justicia se hace pueblo". Disponível online em: https://www.youtube.com/watch?v=bCxJH5F81jM&spfreload=10

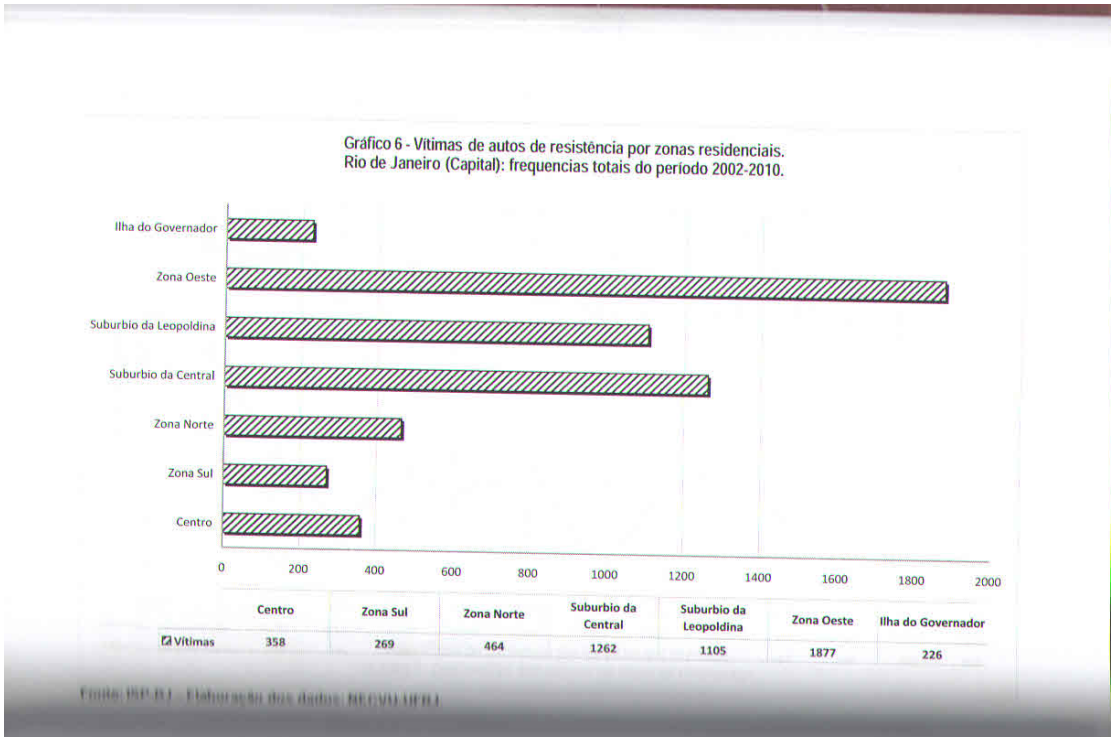
ANEXOS

ANEXO I – Informações sobre os militantes entrevistados

NOME FICTÍCIO	IDADE	BAIRRO DE ORIGEM/ DE ATUAÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	ESCOLARIDADE
Carlos	26 anos	Campo Grande	Cultura Popular	Ensino superior completo.
Beatriz	26 anos	Senador Camará	Partido politico/ feminismo	Ensino superior completo.
Bruno	26 anos	Campo Grande	Educação Popular/ Partido	Atualmente no ensino superior.
Paulo	22 anos	Campo Grande	Educação Popular	Atualmente no ensino superior.
Breno	29 anos	Santa Cruz	Cultura Popular	Ensino superior completo.
Henrique	19 anos	Bangu	Partido político	Atualmente no ensino superior.
Cleber	25 anos	Campo Grande/Seropédica	Partido político	Ensino superior completo.
Victor	20 anos	Realengo	Partido político/ movimento LGBT	Atualmente no ensino superior.
Martha	20 anos	Santíssimo/ Campo Grande	Educação popular	Atualmente no ensino superior.
Fabio	23 anos	Realengo	Partido político / movimento LGBT	Terminou o Ensino Médio.
Fernando	19 anos	Realengo	COJUERJ/ militante manifestações Junho	Atualmente no ensino superior.

Jussara	21 anos	Paciência/ Campo Grande	Educação Popular/ Feminista	Atualmente no ensino superior.
Leandro	22 anos	Campo Grande	Frente de Resistencia Z.O/ militante manifestações Junho	Atualmente no ensino superior.
Felipe	17 anos	Campo Grande/ Realengo	Grêmio Estudantil	Ensino Médio
Suzana	20 anos	Realengo	Partido político / Grêmio Estudantil / militante manifestações Junho	Atualmente no ensino superior.
Ruth	19 anos	Bangu	Partido político / Grêmio Estudantil / Educação Popular	Atualmente no ensino superior.
Jonathan	28 anos	Paciência/Campo Grande	Partido político / Manifestações de Junho	Atualmente no ensino superior.
Fernanda	27 anos	Guaratiba/Campo G rande	Educação Popular / Hip Hop	Atualmente no ensino superior.
Mario	19 anos	Santa Cruz	Movimento LGBT UERJ/ Grêmio Estudantil / Mov. de base de favelas e periferias	Atualmente no ensino superior.
Barbara	24 anos	Magalhães Bastos	Movimento contra remoções e partido político.	Atualmente no ensino superior.
Ines	27 anos	San Luis Acátlan - Guerrero	Feminismo comunitário/ Rádio comunitária	Interrompeu o ensino superior.
Jorge	24 anos	Iguala - Guerrero	Comunicação comunitária	Interrompeu o ensino superior.
Francisco	27 anos	Iguala – Guerrero	Militante cultural/ Coletivo Resiste Iguala.	Ensino superior completo.

ANEXO II – Autos de resistência no município do Rio de Janeiro, Brasil (2010 – 2012)



Fonte: ISP-RJ, elaboração dos dados NECVU-UFRJ

ANEXO III – Mapa do sertão carioca

Fonte: http://www.cp2.g12.br/blog/perspectivasociologica/edicoes-anteriores/jan-jul-2011-no-6-e-7/o-interior-do-rio-de-janeiro-e-o-sertao-carioca/. Acesso em maio/2016.